

AMÉRICA LATINA

territórios, fronteiras e
identidades

Júlio César Suzuki
Gilvan C. C. de Araújo
[organizadores]



fflch

FACULDADE DE FILOSOFIA,
LETRAS E CIÊNCIAS HUMANAS
UNIVERSIDADE DE SÃO PAULO

PROLAM
Programa de Pós-Graduação em
Linguagens da Arte e da Cultura **USP**



ISBN 978-85-7506-416-0

DOI 10.11606/9788575064160

América Latina

territórios, fronteiras e identidades

Júlio César Suzuki
Gilvan C. C. de Araújo
(Organizadores)



fflch

FACULDADE DE FILOSOFIA,
LETRAS E CIÊNCIAS HUMANAS
UNIVERSIDADE DE SÃO PAULO

2022

**PROLAM
USP**

Programa de Pós-graduação em
Integração da América Latina



UNIVERSIDADE DE SÃO PAULO – USP

Reitor: Prof. Dr. Vahan Agopyan

Vice-reitor: Prof. Dr. Antonio Carlos Hernandez

FACULDADE DE FILOSOFIA, LETRAS E CIÊNCIAS HUMANAS – FFLCH

Diretor: Prof. Dr. Paulo Martins

Vice-diretora: Prof^a. Dr^a. Ana Paula Torres Megiani

PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM INTEGRAÇÃO DA AMÉRICA LATINA

Presidente da CPG: Prof. Dr. Júlio César Suzuki

Vice-presidente da CPG: Profa. Dra. Marilene Proença Rebello de Souza

COMITÊ EDITORIAL

Prof. Dr. Adebaro Alves dos Reis (IFPA)

Prof^a. Dr^a. Adriana Carvalho Silva (UFRRJ)

Prof. Dr. Adriano Rodrigues de Oliveira (UFG)

Prof. Dr. Agnaldo de Sousa Barbosa (UNESP)

Prof. Dr. Alécio Rodrigues de Oliveira (IFSP)

Prof^a. Dr^a. Ana Regina M. Dantas Barboza da Rocha Serafim (UPE)

Prof. Dr. Cesar de David (UFSM)

Prof. Dr. José Elias Pinheiro Neto (UEG)

Prof^a. Dr^a. Maria Jaqueline Elicher (UNIRIO)

Prof. Dr. Ricardo Júnior de Assis Fernandes (UEG)

Prof. Dr. Roni Mayer Lomba (UNIFAP)

Prof^a. Dr^a. Telma Mara Bittencourt Bassetti (UNIRIO)

Prof^a. Dr^a. Valéria Cristina Pereira da Silva (UFG)

Catálogo na Publicação (CIP)
Serviço de Biblioteca e Documentação
Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas da Universidade de São Paulo
Maria Imaculada da Conceição - CRB - 8/6409

A512 América Latina [recurso eletrônico] : territórios, fronteiras e identidades /
Organizadores: Júlio César Suzuki, Gilvan C. C. de Araújo. -- São
Paulo : FFLCH/USP, PROLAM/USP, 2022. 4.780 Kb ; PDF.

Vários autores.

ISBN 978-85-7506-416-0
DOI 10.11606/9788575064160

1. América Latina – Estudo e pesquisa. 2. Território. 3. Fronteiras. 4.
Identidade cultural. 5. Diversidade cultural. I. Suzuki, Júlio César. II. Araújo,
Gilvan C. C. de.

CDD 980

É permitida a reprodução parcial ou total desta obra, desde que citada a fonte e autoria,
proibindo qualquer uso para fins comerciais.

A exatidão das informações, conceitos e opiniões é de exclusiva responsabilidade dos
autores, os quais também se responsabilizam pelas imagens utilizadas.

Capa: Trabalho gráfico e técnico de Valterlei Borges de Araújo.



Esta obra é de acesso aberto. É permitida a reprodução parcial ou total desta obra, desde
que citada a fonte e a autoria e respeitando a Licença *Creative Commons* indicada.

SUMÁRIO

AMÉRICA LATINA E SUA UNI-DIVERSIDADE 1

Júlio César Suzuki; Gilvan Charles Cerqueira de Araújo

FORMAÇÃO TERRITORIAL DO MÉXICO E OS EJIDOS: ENTRE A COLONIALIDADE E A IDENTIDADE REVOLUCIONÁRIA 5

Leonardo Agapito; Júlio César Suzuki; Gilvan Charles Cerqueira de Araújo

LA FRONTERA AGRÍCOLA UNA FORMACIÓN TERRITORIAL QUE SE DINAMIZA CON CAPITALES EXTRANJEROS. CASOS DE COLOMBIA Y MÉXICO 25

Carlos Enrique Castro Méndez; Júlio César Suzuki; Gilvan Charles Cerqueira de Araújo

PACÍFICO COLOMBIANO: FORMAÇÃO TERRITORIAL 55

Dorival Bonfá Neto; Júlio César Suzuki; Luis Carlos Jiménez Reyes

AS ORIGENS DE DESIGUALDADE NA FORMAÇÃO TERRITORIAL DA AMÉRICA LATINA: UM CASO DE DESTERRITORIALIZAÇÃO NO NORTE DO BRASIL 84

Graziela Tavares de Souza Reis; Vivian Grace Fernandez-Dávila Urquidi

SABERES E FAZERES EM COMUNIDADES TRADICIONAIS NA AMÉRICA LATINA 114

Adalgisa Dorotéa Sales; Julio César Suzuki; Gilvan Charles Cerqueira de Araújo

IDENTIDADE AFRODESCENDENTE NO BRASIL E A LUTA POR IGUALDADE 129

Jamila Prata Aguiar; Júlio César Suzuki

TERRITORIALIDADES AFRO-COLOMBIANAS: UMA ANÁLISE DA CIDADE DE BOGOTÁ A PARTIR DAS REMOÇÕES NA REGIÃO DO PACÍFICO 151

Mayã Martins Correia; Vivian Grace Fernández-Dávila Urquidi

DA CIDADE MODERNA À EPÍTOME DE SEGREGAÇÃO: ANÁLISE DA
FORMAÇÃO TERRITORIAL DE BUENOS AIRES..... 175

Helena Sabino Rodrigues Cunha; Vivian Grace Fernández-Dávila Urquidi

INFLUÊNCIA DA POPULAÇÃO RURAL MIGRANTE NA CONFIGURAÇÃO DE UMA
NOVA “LIMA” NOS INÍCIOS DO SÉCULO XXI..... 189

Carlos Ernesto Ortiz Rosas Rosas

A CONSTITUIÇÃO DO ESPAÇO URBANO EM ANÁLISE: ESTUDO DE CASO
SOBRE A OCUPAÇÃO DO TERRITÓRIO DO EXTREMO OESTE BAIANO..... 205

Nathan Belcavello de Oliveira

CIRCUNSTÂNCIAS SOCIOTERRITORIAIS QUE IMPACTAM O ÍNDICE DE
PREÇOS AO CONSUMIDOR: INFLUÊNCIAS URBANAS E RURAIS PARA BRASIL
E COLÔMBIA..... 220

Andressa da Rocha Jacobs; Amaury Patrick Gremaud

CONCEPÇÕES CLÁSSICAS, NEOCLÁSSICAS E HISTÓRICO-ESTRUTURAIS NAS
PESQUISAS SOBRE MIGRAÇÕES..... 246

Alessandra Garcia Soares; Júlio César Suzuki; Gilvan Charles Cerqueira de Araújo

SOBRE OS AUTORES..... 264

SOBRE OS ORGANIZADORES 271

AMÉRICA LATINA E SUA UNI-DIVERSIDADE

A formação territorial é o principal mote temático que guia a presente obra, formada por reflexões teóricas, metodológicas, analíticas, experiências e vivências de estudos envolvendo a diversidade e singularidades latino-americanas, sendo que a semente original dos debates foi propiciada na disciplina de Agricultura e Urbanização, ministrada no Programa de Pós-Graduação em Integração da América Latina da Universidade de São Paulo, em 2020. O agrupamento destes estudos permitiu a composição do livro que agora apresentamos sob o título de *América Latina: Territórios, Fronteiras e Identidades* de forma interdisciplinar, dialógica e colaborativa entre os autores e capítulos apresentados.

As diferentes perspectivas apresentadas no livro possuem a correção de pensar e viver a América Latina considerando sua uni-diversidade. O uno e múltiplo permite um olhar sobre as contradições, semelhanças, diferenças, aproximações e distanciamentos entre os povos latino-americanos, suas identidades, fronteiras, diferenciação de formação territorial, culturas, modos de vida etc. Esta proposição teórico-metodológica, analítico-conceitual e de experiências em relação à América Latina possui como premissa um olhar dialógico, inclusivo, crítico e propositivo envolvendo suas práticas, saberes e fazeres latino-americanos.

Propõe-se, ao longo dos debates desta obra, uma leitura e aprofundamento de questões culturais, econômicas, jurídicas, geográficas, étnico-raciais e de identidade nos diferentes países e povos latino-americanos. A tríplice orientação categorial que (com)forma a titulação do E-Book subjaz a sua unidade temática, ou seja, os territórios, fronteiras e identidades da América Latina são tanto apresentados como, também, desenvolvidos de forma diferenciada em cada um dos seus capítulos.

Iniciamos o livro com o capítulo intitulado *Formação Territorial do México e os Ejidos: entre a colonialidade e a identidade revolucionária* de Leonardo Agapito, Júlio César Suzuki e Gilvan Charles Cerqueira de Araújo. Há neste texto reflexões a respeito de como a conceituação envolvendo a ideia de *ejidos* no território mexicano, especialmente em relação ao papel destas repartições territoriais na complexidade pretérita e atual envolvendo as fronteiras e identidades no México em meio a suas questões jurídicas, econômicas, históricas e culturais.

Em *La frontera agrícola una formación territorial que se dinamiza con capitales extranjeros. casos de Colombia y México*, de Carlos Enrique Castro Méndez, Júlio César Suzuki e Gilvan Charles Cerqueira de Araújo, os autores apresentam um debate sobre fronteiras e formação territorial de forma comparativa e interdisciplinar. A presença e impacto da lógica econômica global nos arranjos produtivos agrícolas na Colômbia e México formam a base das proposições, reflexões e problemática apresentada pelos autores.

No capítulo de Dorival Bonfá Neto, Júlio César Suzuki e Luis Carlos Jiménez Reyes, *Pacífico Colombiano: formación territorial*, a temática da formação territorial é, novamente, o epicentro das reflexões dos autores. Por meio do entrelaçamento de conceitos e categorias pertinentes a populações e modos de vida tradicionais, são trabalhadas problematizações envolvendo cultura, territorialidades, formas de ocupação e complexidade da formação do território colombiano, especialmente em sua porção noroeste, na costa pacífica.

Em *As Origens de desigualdade na formação territorial da América Latina: um caso de desterritorialização no norte do Brasil*, as autoras Graziela Tavares de Souza Reis e Vivian Grace Fernandez-Dávila Urquidí mobilizam, analiticamente, a categoria territorialidade e, por continuidade, o fenômeno da desterritorialização. Desigualdades culturais, econômicas, histórias e geográficas são tanto elencadas como desenvolvidas na proposição elaborada no capítulo, na presença de processos de destrerritorialização na região norte brasileira e seu papel na formação territorial do Brasil e América Latina.

No capítulo *Saberes e fazeres em comunidades tradicionais na Bolívia e no Brasil*, Adalgisa Dorotéa Sales, Júlio César Suzuki e Gilvan Charles Cerqueira de Araújo realizam uma proposição comparativo-interdisciplinar entre comunidades tradicionais brasileira e bolivianas. Ancestralidades, territorialidades, identidades e modos de vida na no cultivo, preparo e uso ou consumo de ervas e plantas tradicionais formam algumas das bases para a reflexão e análise efetuada ao longo do trabalho efetuado pelos autores.

Em *Identidade afrodescendente no Brasil e a luta por igualdade*, de Jamila Prata Aguiar e Júlio César Suzuki, há o debate sobre ancestralidades, identidades, territorialidades e, principalmente, uma perspectiva crítica e propositiva sobre a igualdade étnico-racial no Brasil. Os autores lançam mão de conceitos e categorias geográficos, culturais, decoloniais, históricos e sociais na perscrutação da temática de seu estudo, de

modo a propor desconstruções e novas perspectivas a questões de identidade, afrodescendência e igualdade no Brasil e demais países latino-americanos.

Em *Territorialidades Afro-Colombianas: uma análise da cidade de Bogotá a partir das remoções na região do Pacífico*, as autoras Mayã Martins Correia e Vivian Grace Fernández-Dávila Urquidi propõem um olhar sobre protagonismo, esquecimentos e contradições sobre as tradições, culturas, saberes, fazeres e experiências afro-colombianas. A relação decolonial e de aprofundamento da ideia de territorialidade, na correlação entre identidade e território latino-americano, forma o principal pilar crítico, analítico e propositivo da análise.

Formação e contradições envolvendo os processos de urbanização na América Latina são os pilares do capítulo *Da cidade moderna à epítome de segregação: análise da formação territorial de Buenos Aires*, de Helena Sabino Rodrigues Cunha e Vivian Grace Fernández-Dávila Urquidi. A formação territorial argentina como um todo e, particularmente o caso de sua capital, norteiam o olhar crítico das autoras no que se refere a panoramas de segregação e discursos e práticas de modernização, na esteira da cidade o urbano como sínteses de complexo processo econômico, cultural e socioterritorial latino-americano.

A Influência da população rural migrante na configuração de uma nova “Lima” nos inícios do século XXI é o capítulo elaborado por Carlos Ernesto Ortiz Rosas Rosas. A urbanidade da capital do Peru é colocada em pauta pelo autor como ponto de partida para suas reflexões, nas quais encontramos temas como identidades, fronteiras, processos de migração entre cidade e campo e, como totalidade, a própria formação territorial peruana, a partir de Lima, no século XXI.

No capítulo *A constituição do espaço urbano em análise: estudo de caso sobre a ocupação do território do extremo oeste baiano*, de Nathan Belcavello de Oliveira, há uma incursão sobre usos, formação de ocupação e singularidades da ocupação e processos de territorialização no oeste baiano. A infiltração do agronegócio nas fronteiras brasileiras também é um dos focos de análise do autor em seu capítulo, em aproximações comparativas, geográficas e interdisciplinares entre cidade e campo na formação territorial brasileira.

Em continuidade aos debates do livro, Andressa da Rocha Jacobs e Amaury Patrick Gremaud apresentam o seu capítulo *Circunstâncias socioterritoriais que impactam o índice de preços ao consumidor: influências urbanas e rurais para Brasil e*

Colômbia. Cidade e campo, rural e urbano, estruturas familiares e questões econômicas e de vulnerabilidade socioterritoriais são alguns dos elementos que os autores intercalam em seu estudo, na resultante de um rico exercício comparativo entre realidades e contradições territoriais brasileiras e colombianas.

Encerramos o livro com o capítulo *Concepções clássicas, neoclássicas e histórico-estruturais nas pesquisas sobre migrações*, de Alessandra Garcia Soares, Júlio César Suzuki e Gilvan Charles Cerqueira de Araújo. Neste debate, os autores mobilizam ideias, categorias e análises sobre as migrações, fronteiras e territorialidades, de modo a apresentar, refletir sobre e propor novas perspectivas para diferentes teorias sobre processos de migrações em dinâmicas diversificadas de formação social e territorial.

Convidamos a todos e a todas à leitura dos capítulos, contribuindo para a continuidade dos debates, reflexões, análises e proposições presentes no livro, em diferentes searas da formação territorial latino-americana em suas identidades, fronteiras e territórios.

Júlio César Suzuki
Gilvan C. C. de Araújo
(Organizadores)

FORMAÇÃO TERRITORIAL DO MÉXICO E OS EJIDOS: ENTRE A COLONIALIDADE E A IDENTIDADE REVOLUCIONÁRIA

Leonardo Simões Agapito¹

Júlio César Suzuki²

Gilvan Charles Cerqueira de Araújo³

INTRODUÇÃO

A formação territorial do atual México é fruto de diferentes processos históricos e conflitos. Como discutiremos, o espaço é definido e valorado a partir de pluralidade de relações, interesses e interpretações, raramente ingênuas. No entanto, a história mexicana carrega de forma muito particular a constituição e preservação dos ejidos como espaço de desenvolvimento e resistência frente o processo de expansão do capitalismo. Propõe-se então analisar a instituição dos ejidos em três diferentes momentos: a) a sua criação colonial; b) o seu desmonte a partir do projeto de desamortização de terras; c) a restituição das terras promovida a partir da revolução mexicana. Estes três processos coincidem com três documentos legais muito distintos (o Tratado de Tordesilhas, a Lei Lerdo e a Constituição de 1917), produzidos por modelos de Estado diversos (Estado imperial, Estado liberal, Estado social), mas que acabaram, cada um a seu modo, por produzir um efeito muito semelhante sobre as populações indígenas.

¹ Graduado em Direito (UNESP, 2015), com mestrado em Direito (UNESP, 2018). Atualmente é doutorando pelo Programa de Pós-graduação em Integração da América Latina (PROLAM/USP). E-mail: lsagapito@usp.br.

² Graduado em Geografia (UFMT, 1992) e em Letras (UFPR, 2004), com mestrado (USP, 1997) e doutorado (USP, 2002) em Geografia Humana, Livre-Docência em Fundamentos Econômicos, Políticos e Sociais da Geografia (USP, 2021) e estágio pós-doutoral na Université Panthéon-Sorbonne (2007-2008), Université Rennes 2 (2014-2015) e Université de Pau et des Pays de l'Adour (2014-2015). Atualmente, é professor do Departamento de Geografia/FFLCH/USP e orientador junto ao Programa de Pós-graduação em Integração da América Latina (PROLAM/USP). E-mail: jcsuzuki@usp.br

³ Graduado em Geografia pela UNESP – Campus Rio Claro/SP (2009), Mestre em Geografia pela Universidade de Brasília (2013), Doutor em Geografia pela UNESP – Campus Rio Claro/SP (2016). Atualmente é professor de Geografia na Secretaria de Estado de Educação do Distrito Federal e do Programa de Pós-graduação em Integração da América Latina, Prolam-USP. E-mail: gcc99@gmail.com

Como explicam Saquet e Briskievicz, “território, territorialidade e identidade estão em complementariedade” não apenas de forma conceitual.⁴ As alterações sobre o território impactam a identidade, enquanto as transformações identitárias são fundamentais para legitimar ou deslegitimar territorialidades. Em outro trabalho, Saquet define “território como fruto de relações econômicas, políticas e culturais efetivadas por um grupo social”⁵, enquanto a territorialidade seria a relação de autoridade estabelecida dentro do território como forma de dominação⁶. Portanto, a descrição a ser desenvolvida deverá evidenciar: a função econômica da terra, a ligação simbólico-cultural com o espaço⁷ e os processos políticos.

Ao final, espera-se que o presente debate permita uma melhor compreensão das distintas formas de espoliação empregadas pelo capitalismo global, bem como da íntima relação entre a questão agrária e a violência no campo.

A CRIAÇÃO DOS EJIDOS PELO PROCESSO DE COLONIZAÇÃO

Embora a colonização do México se inicie com a empreitada militar de Hernán Cortés, o projeto colonizador tem início com o Tratado de Tordesilhas, quando os reis de Portugal e Castela, mediados pelo Papa Alexandre VI, estabelecem uma linha divisória para legitimar as conquistas de terras que fizessem ao longo de suas empreitadas marítimas.⁸ Como fica evidente, não era o primeiro interesse dos espanhóis a ocupação

4 SAQUET, Marcos Aurélio; BRISKIEVICZ, Michele. Territorialidade e identidade: um patrimônio no desenvolvimento territorial. In: *Caderno Prudentino de Geografia*, Presidente Prudente, v.1, n.31, jan./jun., 2009, p.10.

5 SAQUET, Marcos Aurélio. Campo-território: considerações teórico-metodológicas. *Revista de Geografia Agrária, Uberlândia*, v.1, n.1, p.60-81, fev.2006, p.66.

6 *Ibid*, p.65.

7 Sobre isso, ver: DA COSTA, Rogério Haesbaert. Da desterritorialização à multiterritorialidade. *Boletim gaúcho de Geografia*, Porto Alegre, v. 29, n.1, jan./jun., 2003, p.14, o autor apresenta a importância da compreensão de costumes e dinâmicas de co-habitação para entender a própria dinâmica interno-externo do território.

8 Sobre isso: DA COSTA, Rogério Haesbaert; PORTO-GONÇALVES, Carlos Walter. *A nova des-ordem mundial*. São Paulo: UNESP, 2006, p.15, os autores apresentam o Tratado como um marco zero, uma divisão da terra, um sinal de poder (por isso, mediado pela Santa Sé), estabelecido a partir de dois movimentos: a formação de Estados territoriais modernos (interno) e a conquista colonial (externo). Os autores ainda argumentam que esse tipo de acordo era até pouco tempo inviável na Europa, em razão das próprias disputas territoriais que existiam entre os Estados em formação. Os reinos de Castela e Portugal inauguraram as relações diplomáticas entre Estados modernos, que se tornarão “Estados imperiais”. Sobre isso: MORAES, Antonio Carlos Robert. *Território e História no Brasil*. 3.ed. São Paulo: Annablume, 2008, p.54 et seq. O autor explica que a formação dos Estados territoriais se inicia com a centralização do poder a partir das monarquias absolutistas, mas confirma seu caráter patrimonialista com o estabelecimento de

do território mexicano, então controlado pelos astecas, mas os interesses econômicos, contribuindo pela produção de uma nova territorialidade.⁹ De acordo com Saquet, a apropriação de um território e sua ordenação se faz por relações econômicas, políticas e culturais.¹⁰ Seguindo essa proposição, a colonização do México se fez por um processo rápido de conquista política, por um processo ainda mais célere de divisão econômica do trabalho e, por fim, de uma relativamente lenta substituição cultural.

Primeiramente, a dominação política foi feita por alianças e guerras. Como apresenta Todorov, o contato foi feito de forma progressiva e, em um primeiro momento, evitando conflitos diretos.¹¹ Essas alianças permitiram que os espanhóis: a) obtivessem as informações necessárias sobre as terras e assim desenvolvessem seu projeto de colonização¹²; b) valem-se dos conflitos entre os diferentes povos que viviam na região, sendo determinante a aliança com os tlaxcaltecas¹³; c) fossem convidados pelo próprio Moctezuma a entrar na cidade de México-Tenochtitlan, onde a aproximação do líder com os espanhóis acaba por causar um descontentamento das próprias elites mexicas e seus aliados.¹⁴ Por sua vez, as principais guerras se iniciam após o sequestro dos líderes Moctezuma, Cacama e Totoquihuatzin, que culminaram na “Matança do Templo Mayor”.¹⁵

colônias, criando “suas formas específicas de expansão territorial e apropriação de espaços”, *ibid.*, p.56. Em suma, o modelo de Estado moderno é causa e consequência do expansionismo territorial.

⁹ TANZI, Héctor José. O tratado de Tordesilhas e sua projeção. Trad. E. Simões de Paula. Revista de História, São Paulo, v.54, n.108, 1976, p.537, o autor demonstra que apenas em um segundo momento Cortés avalia a possibilidade de aclimação de novas plantas, podendo existir alguma vantagem econômica na ocupação a longo prazo.

¹⁰SAQUET, *op. cit.*, p.66.

¹¹TODOROV, Tzvetan. *A conquista da América: a questão do outro*. Trad. Beatriz Perrone Moi. 2.ed. São Paulo: Martins Fontes, 1988, p.87, o autor narra que havia tanto um uso da mística e dos símbolos (como tiros de canhão para cima), como alianças construídas a partir da guerra, como foi o caso dos tlaxcaltecas, *ibid.*, p.50.

¹²Sobre isso, Tzvetan Todorov apresenta um relatório de Cortés a Carlos V, em que o navegador afirma a necessidade de conhecer quem habita essas terras, seus costumes, como vivem e os recursos oferecidos pela terra. Nas palavras de Todorov, *op. cit.*, p.151: “Presente-se aqui a função do futuro etnólogo: a exploração desses países levava a sua (melhor) espoliação, e sabe-se que a Espanha colonial e o primeiro país a aplicar sistematicamente este preceito, graças as investigações instigadas pela coroa.”

¹³TODOROV, *op.cit.*, p.50. O autor apresenta dois traços muito importantes dos povos americanos antes da chegada dos colonizadores: a) não se pode falar em uma unidade homogênea organizada como Estado-nação, mas em diferentes povos dominados por uma elite asteca (*ibid.*, p.53); b) a violência produzida pelos espanhóis (como o rapto de mulheres) choca os povos aliados em razão da traição, embora os coletores de impostos de Moctezuma fossem também conhecidos pelo estupro de mulheres e imposição de trabalhos forçados (*ibid.*, p.54).

¹⁴SANTOS, Eduardo Natalino dos. As conquistas de México-Tenochtitlan e da Nova Espanha. Guerras e alianças entre castelhanos, mexicas e tlaxcaltecas. *História Unisinos*, São Leopoldo, v.18, n.2, 2014, p.222.

¹⁵*Ibid.*, p.222. Como narra Santos, os espanhóis são posteriormente expulsos da cidade, recebem apoio novamente dos tlaxcaltecas, recompõem suas tropas, obtêm novas alianças e sitiaram a capital mexica. Por sua vez, os astecas não recebem os reforços esperados até serem derrotados. *Ibid.*, p.223. Dessa forma,

Assim, a colonização se vale invariavelmente da violência para submeter os povos locais à nova ordem, mas assimila as estruturas produtivas.¹⁶ Como apresenta Todorov, os povos que se encontravam submetidos aos astecas já conheciam os trabalhos forçados, o rapto de mulheres e a cobrança abusiva de tributos que era cometida pelos oficiais de Montezuma.¹⁷ No entanto, a necessidade da metrópole de acumulação intensifica a exploração e introduz novas formas de produção e nisto consiste a maior ruptura do processo colonizatório. Todorov se refere aos escritos de Bartolomeu de Las Casas como imprecisos, mas reconhece na projeção mais conservadora uma redução, apenas no território mexicano, da população indígena total de 25 milhões de habitantes no início do século XVI, para apenas 1 milhão de habitantes no ano de 1600, por meio de assassinatos, trabalhos forçados e doenças trazidas pelo colonizador.¹⁸ Surgem, portanto, também neste período histórico, os ejidos, que são pequenas propriedades coletivas com cultivos, devolvidas pelos reis espanhóis aos povos colonizados, com objetivo de impedir que os trabalhadores indígenas morram de fome.¹⁹

Por sua vez, a substituição cultural é construída ao longo dos dois séculos seguintes. Primeiramente, os espanhóis decidem repovoar Tenochtitlan como a capital da Nova Espanha, para preservar a hierarquia social.²⁰ Cortés também tenta reutilizar lugares sagrados, com a progressiva substituição de altares pagãos por crucifixos e imagens cristãs.²¹ O registro desse processo é observado por Santos ao analisar registros ameríndios, como o Lienzo de Tlaxcala, em que a forma mixteco-nahua registra a composição política da Nova Espanha, tendo a coroa espanhola posição superior, enquanto a imagem da Virgem ocupa a posição central.²² Como afirma Barral, a partir da segunda metade do século XVIII, com a secularização da Igreja (desprendimento das ordens monásticas), as paróquias assumem papel central na delimitação de práticas

pode-se dizer que os astecas são vitimados pela fragmentariedade de seu império, erro que não será repetido pelos espanhóis até a independência das colônias.

¹⁶ MORAES, op. cit., p.64 e 65.

¹⁷ TODOROV, op.cit., p.54.

¹⁸ Ibid, p.116.

¹⁹ ZÚÑIGA ALEGRÍA, José G.; CASTILLO LÓPEZ, Juan A. La Revolución de 1910 y el mito del ejido mexicano. *Alegatos*, Ciudad de Mexico, n.75, ano 25, 2010, p.500. Nesse sentido, nas palavras de Aníbal Quijano, a modernidade é, desde suas raízes, ultrapassada e violenta, por não levar aos países colonizados novas tecnologias ou conhecimentos, mas a velha dinâmica feudal de vassalagem. Ver: QUIJANO, Aníbal. Dom Quixote e os moinhos de vento na América Latina. In: *Estudos Avançados*, São Paulo, v.19, n.55, 2005, p.11.

²⁰ TODOROV, op.cit., p.55.

²¹ TODOROV, op.cit., p.55.

²² SANTOS, op. cit., p.224.

sociais e culturais (e.g. batismo de recém-nascidos, cerimônias fúnebres, festejos), bem como da fiscalização e validação de negócios comerciais.²³ Nesse sentido, a paróquia é a instituição que delimita uma jurisdição (exercício de poder).²⁴

Da mesma forma, embora a Igreja tenha se utilizado de elementos locais e buscado desenvolver inclusive um clero indígena, a extinção das ordens monásticas no século XVIII permitiu que nas vilas surgisse uma nova forma de organização, paralela às paróquias, as “confrarias” ou “irmandades” que eram organizações civis que se tornaram essenciais para definição de estratégias econômicas, mas que também assumiram as funções relevantes na vida religiosa (exercício leigo) e cultural.²⁵ Como apresentado por Barral, as irmandades ainda se tornaram responsáveis pela mediação “infrajudicial” de conflitos.²⁶ Nesse sentido, sua posição social poderia ser definida pela irmandade a que pertencesse, muitas vezes com exclusões raciais, mas assumindo assim também função de reconstrução do mundo indígena e reforço de identidades minoritárias, inclusive de culturas africanas.²⁷

23 BARRAL, María Elena. La Iglesia Católica em Iberoamérica: las instituciones locales em una época de cambios (siglo XVIII). *Revista de História*, São Paulo, v.85, n.169, jun/dez, 2013, p.154. Barral cita como exemplo, tomando por referência os estudos de William Taylor, os pueblos da região central do México e de Oaxaca, onde os templos foram erguidos sobre terrenos sagrados no referido processo de usurpação: “capillas y parroquias fueron construidas en los mismos lugares sagrados que ocupaban los dioses prehispánicos – y a veces hasta con las mismas piedras”. Ver: BARRAL, op. cit., p.155. Neste sentido, a autora então aponta para estes espaços como estruturas de “forte coesão comunitária”, capazes ainda de carregar uma pluralidade de sentidos capaz de legitimar sua centralidade na vida social de uma comunidade heterogênea.

24 Saquet e Briskievicz, analisando a “reterritorialização” italiana na América no final do século XIX, apontam a religiosidade e o trabalho como chaves de leitura determinantes para compreender a apropriação dos espaços por essa população (e.g. fundação de igrejas, edificações, cultivos agrícolas). Ver: SAQUET; BRISKIEVICZ, op. cit., p.11. Nesse mesmo sentido, pode-se dizer que a colonização espanhola se fez não apenas pela definição de uma nova dinâmica econômica para com a metrópole, como também pela usurpação da religiosidade local. E, como observa Santos, op. cit., p.230, a importação das instituições europeias acentua progressivamente a assimetria social entre castelhanos e indígenas. De certa forma, enquanto a igreja se regionaliza para conquistar a população local, as instituições burocráticas devem permanecer “europeias”, para que não sejam acessíveis (duas formas distintas de dominação).

25 BARRAL, op. cit., p.166.

26 *Ibid.*, p.172.

27 *Ibid.*, p.170. Analisando movimentos regionalistas, Rogério Haesbaert da Costa percebe que a recuperação de práticas sociais tradicionais acaba por despertar a compreensão das assimetrias sociais, tendo em si capacidade de gerar reivindicações por transformações sociais. Ver: DA COSTA, Rogério Haesbaert. Região: o resgate de uma identidade. *Revista Geográfica*, Ciudad de México, n.105, enero/junio, 1987, p.187. Em suma, os pequenos núcleos identitários, mesmo ao reproduzirem as desigualdades e segregações, carregam em si um potencial revolucionário.

O PROCESSO DE PRIVATIZAÇÃO

A independência mexicana se inicia em 1810, com uma declaração de guerra, e se encerra oficialmente em 24 de agosto de 1821, com o Tratado de Córdoba. Esse processo é extremamente importante, marcado ainda pela promulgação de uma Constituição nacional em 1812. Contudo, a organização do Estado mexicano e a acomodação da elite local no poder ocorre apenas nas décadas seguintes, quando um novo projeto político-econômico é finalmente implementado. Não se ignoram, portanto, os fatos anteriores, mas, a verdadeira política de terras dessa nova elite é apresentada pela “Ley de Desamortización de fincas rústicas y urbanas propiedad de corporaciones civiles y eclesiásticas”, de 1856, também chamada Lei Lerdo (por ter sido de autoria do então Ministro da Fazenda Nacional, Miguel Lerdo de Tejada). Como apresenta Escobar Ohmstede, o referido diploma não apenas concretiza valores anunciados pela Constituição de 1812, mas é mencionado pela Constituição revolucionária de 1917 como grande mal do “porfiriato”, mesmo que Porfirio não tenha sido o responsável por sua promulgação.²⁸

Analisando a produção legislativa, os liberais promulgam uma série de novos diplomas, que ficou conhecida como “a reforma”: Lei Juárez (23 de novembro de 1855, que reformulou o judiciário); Lei Lerdo (de 25 de junho de 1856); uma nova Constituição, de 1857; Lei de Nacionalização dos bens eclesiásticos (de 12 de junho de 1859); Lei de Matrimonio Civil (de 23 de julho de 1859); Lei de Criação do Registro Civil (de 28 de agosto de 1859); Lei sobre a Liberdade de Cultos (de 4 de dezembro de 1859).²⁹

Como ressalta Moraes, nos países periféricos, há considerável dificuldade para que se implemente um programa nacionalista, o que dependeria da quebra dos interesses estrangeiros, de modo que se torna lugar-comum o “projeto nacional”.³⁰ De forma simples, o autor sugere um plano político que, incapaz de olhar para seus problemas de

28 ESCOBAR OHMSTED, Antonio. La desamortización de tierras civiles corporativas en México: ¿una ley agraria, fiscal o ambas? Una aproximación a las tendencias en la historiografía. *Mundo Agrario*, La Plata, v.13, n.25, 2010, p.3 e 9.

29 Sobre a Reforma, ver: POWELL, T. G. Los Liberales, El Campesinado Indígena y Los Problemas Agrarios Durante La Reforma. *Historia Mexicana*, Ciudad de Mexico, vol. 21, no. 4 (84), abr./jun., 1972, p.654, o autor afirma que a promessa feita pelo governo era de promover uma grande modernização do país a partir de um projeto profundamente capitalista.

30 MORAES, op. cit., p.82.

origem, busca obter apoio ao redor de um projeto sempre para o futuro; um país unido não pelo passado profundamente desigual, mas pelo “futuro comum”.

O projeto liberal mexicano assim carrega a necessidade do Estado centralizar as funções públicas, o que acaba por, desde o início, gerar um choque com as instituições que assim centralizavam a vida social. Legislativamente, há um esvaziamento das funções, como pela Lei Juárez, que aboliu os tribunais de exceção e retirou dos tribunais eclesiásticos e militares a apreciação de negócios jurídicos, delitos comuns e qualquer outra causa civil.³¹ Em um segundo momento, essa oposição do governo se desdobra em outras violências, como a invasão às confrarias.³² Assim, Escobar Ohmstede afirma que os liberais tinham um projeto de consolidação da cultura nacional, sendo os ajuntamentos tradicionais um especial empecilho por se comportarem como entes político-administrativos autônomos.³³ Fraser aponta diversos discursos, inclusive de décadas anteriores, em que o clero secular e as comunidades indígenas são mencionadas diretamente como responsáveis pela crise econômica e política.³⁴

Por sua vez, a Lei Lerdo, a despeito dos valores culturais supramencionados, também tinha por objetivo modificar a estrutura agrária do país.³⁵ Nos termos de seu preâmbulo:

“Ignacio Comonfort, Presidente sustituto de la República mexicana, a los habitantes de ella, sabed:
Que considerando que uno de los mayores obstáculos para la prosperidad y engrandecimiento de la Nación es la falta de movimiento o libre circulación de una gran parte de la propiedad raíz, base fundamental de la riqueza pública, y en uso de las facultades que me concede el plan proclamado en Ayutla y reformado en Acapulco, he tenido a bien decretar lo siguiente: (...)”.³⁶

³¹GONZÁLEZ NAVARRO, Moisés. La Ley Juárez. *Historia Mexicana*, Ciudad de Mexico, v.55, n.3 (219), p.953, o autor apresenta que os clérigos católicos reagiram afirmando que sua jurisdição seria inafastável por leis divinas.

³²GONZÁLEZ NAVARRO, op. cit., p.949, o autor narra os saques ao Santuário de Nossa Senhora de Lagos e da confraria do Rosário, ainda em maio de 1855.

³³ESCOBAR OHMSTEDE, op. cit., p.16 et seq.

³⁴FRASER, Donald J. La política de desamortización em las comunidades indígenas, 1856-1872. *Historia Mexicana*, Ciudad de Mexico, v.21, n.4 (84), 1972, p.621, cita uma publicação de José María Luis Mora criticando o fato da Coroa espanhola ter protegido o sistema comunal de propriedade. Ibid., p.628, apresenta um panfleto de 1855, publicado por Manuel Fernando Soto, defendendo o desmembramento de comunidades indígenas para impedir conflitos sociais.

³⁵FRASER, op. cit., p.621, o autor apresenta que o discurso liberal acusava a população indígenas de ostentar um tratamento privilegiado no que se refere ao regime de terras, que deveria ser superado pela democratização.

³⁶MÉXICO. Ley de Desamortización de fincas rústicas y urbanas propiedad de corporaciones civiles y eclesiásticas. Promulgada em 23 de junho de 1856. *Relatos e historias en Mexico*. [S.I.] Tradução nossa, p.1. Disponível em: <<https://relatosehistorias.mx/nuestras-historias/ley-lerdo-o-ley-de-desamortizacion-de-fincas-rusticas-y-urbanas-propiedad-de>>. Acesso em: 14 dez. 2020.

Apesar do contexto, a Lei Lerdo se diferencia das demais medidas reformistas em função de sua especial expectativa de impacto econômico. Havia uma grande esperança de rápido crescimento econômico em razão da circulação econômica dos direitos sobre a terra, de modo que o Ministro Lerdo publicou uma circular, exatamente em 25 de junho de 1856, recomendando que as corporações civis fossem as primeiras a atender às exigências legais e, ao perceber a demora ainda no cumprimento, ordenou a venda de todas as terras a que se referia a lei.³⁷ Como explica Losada Moreira, conservadores e liberais apoiaram a medida, pois permitiria a circulação de terras e mão de obra indígena no mercado.³⁸

De forma sintética, a Lei Lerdo³⁹ impedia que corporações, civis ou eclesiásticas, fossem proprietárias de bens imóveis. Todas as terras da Igreja, de comunidades tradicionais ou mesmo de irmandades, deveriam ter seus títulos de propriedade transferidos onerosamente para as pessoas físicas que as tivessem arrendadas (art.1º da Lei Lerdo). No caso de imóveis desocupados, estes deveriam ser vendidos pelo melhor preço disponível (art.5º da referida lei). As únicas exceções eram feitas pelo art.8º, quanto aos imóveis que estivessem a serviço da Igreja, templos, conventos, colégios, hospitais e casas de correção, bem como os edifícios de ajuntamentos, ejidos e terrenos destinados ao serviço público de sua população.

O processo de desamortização de terras foi implementado na Europa e em tantos outros países da América no mesmo período, sob o argumento liberal de desenvolvimento a partir da propriedade privada. Porém, no México, três efeitos devem ser destacados. Primeiramente, deve-se ter em mente que as terras ocupadas pela população indígena não consistiam apenas em áreas cultivadas. Como explica Rentería Garita, as comunidades possuíam terras que eram arrendadas para habitantes ou pessoas de fora (e assim consistiam em fonte de renda para o ajuntamento), bem como terrenos baldios, repartimentos e os próprios ejidos, que possuíam funções distintas, como áreas de

37 FRASER, op. cit., p.646.

38 MOREIRA, Vânia Maria Losada. Deslegitimação das diferenças étnicas, “cidadanização” e desamortização das terras de índios: notas sobre liberalismo, indigenismo e leis agrárias no México e no Brasil na década de 1850. *Revista Mundos do Trabalho*, Florianópolis, v.4, n.8, jul./dez., 2012, p.78. ESCOBAR OHMSTEDE, op. cit., p.4, o autor também defende que a lei tinha por objetivo modernizar a política fiscal, pois a propriedade não era até então tributada.

39 MÉXICO, op. cit, p.1 e 2.

produção agrícola, moradia, caça e acesso à água.⁴⁰ Assim, a Lei Lerdo passa a considerar as áreas periféricas como ociosas e retira dos ajuntamentos a possibilidade de obter uma renda coletiva pelos arrendamentos. Como reforça Losada Moreira, o modelo econômico indígena e suas estruturas sociais são desmanchadas.⁴¹

Em segundo lugar, o processo de desamortização foi confiado às autoridades locais, de modo que a eficácia da lei dependeu dos interesses das autoridades locais e do próprio interesse econômico sobre a região.⁴² Como aponta Fraser, o governo mexicano publicou uma circular, em 9 de outubro 1856, dirigida aos lavradores pobres e aos indígenas, em que explicava que a Lei Lerdo garantia o direito de propriedade de usufrutuários e inquilinos, bem como isentava de impostos a aquisição das pequenas glebas, com valor inferior a duzentos pesos.⁴³ Porém, mesmo nos casos em que a lei foi aplicada de forma adequada, os camponeses foram reduzidos a pequenos proprietários avizinados de grandes propriedades, agora adquiridas por comerciantes, funcionários públicos e alguns nobres.⁴⁴

Por fim, agravou-se ainda mais a violência no campo, pelos ataques produzidos a mando dos fazendeiros, para obter o controle das terras ejidais e de pequenos camponeses, bem como pelo incentivo da própria Igreja Católica, que era contrária a todo movimento

40 RENTERÍA GARITA, Cristina. De la Ley Lerdo a la Reforma Agraria em México: Desamortización y restitución de los ejidos em el municipio de La Antigua (Veracruz). [S.I.], 25 abr. 2011, p.9 e 11. Sobre isso, ESCOBAR OHMSTEDE, op. cit., p.5, fala em fundo legal (vilarejo), terras de comum repartimento, ejidos, bosques e montes. Assim, as diferentes áreas possuíam usos e significados distintos.

41 MOREIRA, op. cit., 78, a autora argumenta que, mesmo que o intuito primeiro da lei não fosse a expropriação das terras, fica evidente o desprezo pela forma de vida atrasada das comunidades tradicionais. Como destaca Moraes, op. cit., p.65, a imposição de novos sistemas de produção, como *plattation*, é uma marca da própria colonização, com especial objetivo de acumulação. FRASER, op. cit., p.630, fala do objetivo de romper com o isolamento de povos originários.

42 ESCOBAR OHMSTEDE, op. cit., p.22, o autor fala da existência de mecanismos desenvolvidos de mercado como determinantes para o interesse econômico (meios de produção e escoamento adequados). O autor também enfatiza que a atuação de advogados e escriturários foi determinante, pois a aplicação da lei foi feita no sentido oposto ao que dispunha muitas vezes o próprio texto, *ibid.*, p.10. Sobre a corrupção local, Powell, op. cit., p.660, aponta que muitos funcionários locais aumentavam excessivamente os gastos e impostos da adjudicação, para impedir que àqueles que tivessem direito a obter o título legítimo de propriedade o fizessem.

43 FRASER, op. cit., p.635 et seq, a circular ainda alertava a população sobre aqueles que pretendiam subverter o texto legal para assim se valerem das denúncias após o prazo da regularização.

44 SANTANA, Pedro Abelardo. Terras e índios nas legislações do Brasil e do México, no Século XIX. *Ponta de Lança*, São Cristóvão, v.11, n.21, jun/dez. 2017, p.51. Ver também: ESCOBAR OHMSTEDE, op. cit., p.5. No mesmo sentido: FOLEY, Michael W. Privatizing the Countryside: The Mexican Peasant Movement and Neoliberal Reform. *Latin American Perspectives*, Riverside, CA, Issue 84, v.22, n.1, winter, 1995, p.59, o autor acusa os reformadores de copiarem os legisladores da Virgínia, que espoliarão seus camponeses a partir da expansão dos grandes latifúndios.

de secularização do Estado. A despeito da violência crescente, o governo federal se restringiu a exigir posturas mais duras diante dos agitadores, como narra Powell:

“Hacia el mes de septiembre [de 1856], los tumultos em las comunidades indígenas se habían hecho tan frecuentes en el México central, que el ministro de Gobernación, José María Lafraga, giró una circular a los gobernadores de los estados urgiéndolos a tomar una acción más decisiva contra los agitadores. ‘El gobierno – advirtió Lafraga –, que cree de modo estricto en su obligación de defender la propiedad, no puede de ninguna forma tolerar tales desórdenes’.”⁴⁵

A crise se intensifica com a promulgação de duas novas leis. O Decreto sobre colonização, de 31 de maio de 1875, permitia que o poder público contratasse empresas que cuidassem do loteamento e assentamento de famílias (de preferência mexicanas e, dentre estas, indígenas).⁴⁶ Por sua vez, a Lei sobre terrenos baldios, de 15 de dezembro de 1883, em seu art.21, permitia que empresas e companhias fossem proprietárias de terras e recebessem, como contraprestação pelos assentamentos, um terço das terras assim deslindadas e medidas que se destinariam à colonização.⁴⁷

⁴⁵ POWELL, op. cit., p.661-662. No entanto, os casos mais curiosos narrados por Powell se deram em reação à Constituição e a exigência do governo federal de que as autoridades locais jurassem lealdade ao seu texto. Em Lagos, em 12 de abril de 1857, teve início uma revolta que estabeleceu um governo “ad hoc” para manter “o distrito a salvo para a religião” (ibid., tradução nossa, p.665). Já em novembro de 1873, uma nova rebelião teve início em Zinacantepec, após a substituição do conselho municipal (que não aceitara jurar lealdade à Constituição), e, depois de contida (com a execução de quinze indígenas capturados), se reiniciou em Tejupilco aos gritos de “Viva a religião!” e “morte aos protestantes!” (ibid., p.671-672). Com isso, Powell apresenta muito mais que uma resistência à espoliação das terras, mas um movimento de resistência identitária, defesa das instituições sociais e de um modo de vida. Paradoxalmente, é a defesa de uma identidade indígena, mas que não é aquela identidade anterior à colonização. A hipótese de uma simples instrumentalização dessas populações, no entanto, não justifica a força com que se expressaram as revoltas. Deve-se assim recordar o que foi afirmado anteriormente: a colonização se fez pela lenta substituição de símbolos e relações culturais. Trata-se da defesa do que foi substituído; daquilo que tocou e foi tocado. Ver: DA COSTA; PORTO-GONÇALVES, op. cit., p.21, os autores afirmam que não há dominação sem resistência, atrito, contato – tocar e ser tocado ao mesmo tempo. Em síntese, não se trata da defesa do catolicismo europeu, mas da tradição regional (com todas as suas incoerências e desigualdades). Assim, a despeito de toda a violência do processo colonizatório, não se pode falar em eliminação da identidade indígena, que se transforma e resiste, mas que agora se vê mais uma vez ameaçada pela reforma liberal, dirigida contra as irmandades e ajuntamentos que se constituíram como núcleos de resistência.

⁴⁶MÉXICO. Decreto sobre colonización, de 31 de mayo de 1875. Promulgado por Sebastián Lerdo de Tejada. *Memoria Política de México*. Guanajuato. Disponível em: <<https://www.memoriapoliticademexico.org/Textos/5RepDictadura/1875DCO.html>>. Acesso em: 15 dez. 2020.

⁴⁷ MÉXICO. Ley sobre terrenos baldíos, mandando deslindar, medir, fraccionar y valuar los terrenos baldíos o de propiedad nacional, para obtener los necesarios para el establecimiento de colonos, de 15 de diciembre de 1883. *Memoria Política de México*. Guanajuato. Disponível em: <<https://www.memoriapoliticademexico.org/Textos/5RepDictadura/1883LTB.html>>. Acesso em: 15 dez. 2020. A lei ainda limitava a 2.500 hectares a fração de terra que poderia um único indivíduo possuir, mas não limitava a propriedade por empresas. Ver: ZÚÑIGA ALEGRÍA; CASTILLO LÓPEZ, op. cit., p.502-503, os autores afirmam que 36% do território mexicano passou a pertencer a empresas “deslindadoras”. É

A REVOLUÇÃO POPULAR E SUA HERANÇA

A Lei Lerdo era um dos diplomas que compunha um pacote de medidas liberais, que foram progressivamente radicalizadas pelas décadas seguintes, mas especialmente conduzidas por lideranças locais. Neste sentido, em 1910, com a possibilidade de reeleição de Porfírio Dias, diferentes grupos se rebelam por todo o país, inclusive a pequena burguesia, incomodada com a acumulação de terras nas mãos de poucas empresas estrangeiras. De acordo com os registros de John Kenneth Turner, de 1910, as condições de trabalho no campo e na cidade eram ainda extremamente precárias.⁴⁸ Para Juárez, é a união e a divisão dessas duas classes que determina o início e o fim da Revolução Mexicana.⁴⁹ Mesmo após a queda do porfiriato e a repressão violenta de Francisco I. Madero, o movimento revolucionário segue apoiado popularmente até 1915.⁵⁰

Assim, a partir de 1913, já em oposição a Victoriano Huerta (sucessor de Francisco I. Madero), embora se possa falar em diferentes líderes importantes a determinar os rumos da revolução, novamente estes se dividem em dois eixos principais a partir da Convenção de Aguascalientes, de agosto de 1914.⁵¹ Por essa razão, é

importante ainda destacar que nenhum dos diplomas foi promulgado no governo de Porfírio Dias (1876-1880 e 1884-1911), mas seus principais usos e efeitos foram nele gerados.

⁴⁸ TURNER, John Kenneth. Los peones del campo y los pobres de la ciudad. In: GARCIADIEGO, J. *Textos de la Revolución Mexicana*. Caracas: Fundación Biblioteca Ayacucho, 2010, p.139-143, o autor aponta que ao menos 80% da população campesina estaria submetida a algum regime de escravidão ou servidão por dívidas. Neste sentido, é interessante notar que desde 1829 a escravidão fora abolida no México republicano, sendo o tráfico de escravizados punido penalmente desde 1824. Ver: MÉXICO. Prohibición del comercio y tráfico de esclavos. Libertad a los que pisen el territorio mexicano, de 31 de Julio de 1824. *Memoria Política de México*. Guanajuato. Disponível em: <<https://www.memoriapoliticademexico.org/Textos/2ImpDictadura/1824-PCE-TM.html>>. Acesso em: 15 dez. 2020. Porém, o texto de Turner relata que as próprias autoridades públicas se incumbiam de perseguir trabalhadores endividados que fugissem. Por outro lado, a progressiva urbanização, financiada pelo capital estrangeiro, permitia a formação de uma nova classe de trabalhadores. Sobre isso, ver: BARBOSA, Carlos Alberto Sampaio. *A Revolução mexicana*. ed.1. São Paulo: UNESP, 2010, p.68.

⁴⁹ JUÁREZ, Martín. Apuntes para una interpretación de la revolución mexicana. *Estrategia Internacional: Revista de teoría y política marxista revolucionaria*, [S.I.], n.24, ano XV, dez./jan., 2008, passim.

⁵⁰ BARBOSA, op. cit., p.69, o autor aponta que o governo de Madero respeitou diversas liberdades individuais, encerrando a censura à imprensa; mas foi extremamente violento com os movimentos operários, praticou fuzilamentos em massa, saqueou e torturou camponeses e incendiou aldeias. Neste sentido, pode-se definir o maderismo como um governo tipicamente liberal.

⁵¹ Sobre isso, BARBOSA, op. cit., p.73, cita Venustiano Carranza, Pablo González, Álvaro Obregón, Pancho Villa e Emiliano Zapata, enfatizando ainda uma divisão entre norte (mais urbanizado) e o sul (mestiços e camponeses). No entanto, a principal divisão se dá justamente entre a ala chamada jacobina, formada por villistas, zapatistas e magonistas; e a ala constitucionalista, liderada por Carranza e Obregón. Sobre isso, ver: JUÁREZ, op. cit., p. 21. PALAVICINI, Félix F. *Historia de la Constitución de 1917*. Ciudad de México: Cámara de Diputados, 2014, o autor se refere aos villistas como uma ameaça por indisciplina, após a tomada de Zacatecas e ocupação da Cidade do México. De

importante que se apresentem as pautas dos movimentos chamados jacobinos e a reação a eles oferecida pela ala que encerra a revolução.

Ainda em 28 de novembro de 1911, Emiliano Zapata e diversos líderes morelenses assinam o “Plan de Ayala”, que defende o cumprimento das propostas assumidas por Madero antes de sua chegada ao poder. O documento consiste em um importante compromisso que estes líderes assumiam com a revolução e propõe: a) a derrubada de Madero e do modelo político ditatorial; b) a restituição dos terrenos, montes e águas usurpadas dos diferentes povos; c) a expropriação de monopólios industriais e latifúndios (com a indenização equivalente apenas a um terço do valor) em favor da população miserável, com a formação de ejidos, colônias e fundos legais; d) a nacionalização dos bens daqueles líderes locais que se opuserem à revolução; e) o julgamento de chefes militares traidores da revolução; f) novas eleições para o Congresso.⁵²

Por sua vez, o magonismo (ala anarquista da revolução) defendia, sob o lema “Terra e liberdade”, a destruição da propriedade privada, do Estado e das classes sociais, chegando a defender a formação de uma república independente na península da Baixa Califórnia.⁵³ Porém, analisando os escritos de Ricardo Flores Magón, Blanquel destaca que há uma mudança radical de sua postura a partir de 1909 (início da revolução). Anteriormente, Flores Magón defendia que era importante que o proletariado buscasse sua participação no capital pela radicalização democrática; mas, com o início da revolução, passa a defender que a greve, os ajustes salariais e as pensões nada mais são do que o reconhecimento da propriedade privada, “embotando o instinto revolucionário popular”.⁵⁴

Passados cinco anos do início da Revolução, Carranza assume a função de presidente com ampla discordância com a ala mais radical, mas compreendendo os equívocos cometidos por Madero anteriormente, que ignorou os clamores populares existentes. Em 6 de janeiro de 1915, é publicada a Lei Agrária, que declara nulas todas as

52 ZAPATA, Emiliano *et al.* Plan de Ayala. In: GARCIADIEGO, J. *Textos de la Revolución Mexicana*. Caracas: Fundación Biblioteca Ayacucho, 2010. p.253-258. Particularmente na região de Morelos, algumas desapropriações foram feitas com base no plano. Ver: JUÁREZ, op. cit., p.26. O villismo também incorpora e aprofunda o Plan de Ayala, defendendo a nacionalização de terras sem indenização e ditadura revolucionária sob a dissolução dos latifúndios. *Ibid.*, p.18-19.

53 HERNÁNDEZ, Salvador. El magonismo 1911: La outra revolución. *Cuadernos Políticos*, México D.F., n.4, jul./set., 1975, p.27 e 37.

54 BLANQUEL, Eduardo. El anarco-magonismo. *História Mexicana*, Ciudad de México, v.13, n.3, jan./mar., 1964, p.406. Posteriormente, quando a revolução passa a se identificar como constitucionalista, Magón aponta a contrariedade de toda a proposta. *Ibid.*, p.409.

alienações de terras indígenas e comunitárias que assim violavam o disposto pela Lei Lerdo, de 1856 (art.1º, I), bem como garantia a possibilidade de expropriações, por parte do Estado, em favor dos povos que não possuíssem títulos necessários para a restituição de suas terras (art.3º).⁵⁵ No mesmo período, a Casa del Obrero Mundial, principal central sindical, firma uma aliança com Obregón, afastando-se da luta campesina.⁵⁶

A assembleia constituinte iniciou seus trabalhos em dezembro de 1916 e, já em 5 de fevereiro de 1917, publicou-se a nova Constituição.⁵⁷ Para Torres Maldonado e Gómez Nolasco, as propostas do periódico *Regeneración*, de Florés Magon, foram recepcionadas no capítulo dos direitos sociais, inaugurando não apenas um novo padrão constitucional, mas aplicando propostas bastante inovadoras.⁵⁸ Da mesma forma, o Plan de Ayala teria sido incorporado pela Constituição, ao reconhecer a proteção aos ejidos.⁵⁹ Porém, foram todas essas concessões pensadas cuidadosamente pelo recém-formado Partido Liberal Constitucionalista (PLC), a que pertenciam Carranza, Obregón e os próximos oito presidentes.⁶⁰

Três críticas históricas assim são feitas à proteção constitucional dos ejidos: a) embora as terras ejidais pudessem ser recuperadas, as demais terras expropriadas pela Lei Lerdo seguiram perdidas ou distribuídas entre proprietários que assim possuíam justo título⁶¹; b) a reforma agrária, que poderia atender às comunidades sem justo título, foi

⁵⁵MÉXICO. Ley de 6 de enero de 1915, de Venustiano Carranza. *Memoria Política de México*. Guanajuato. Disponível em: <<https://www.memoriapoliticademexico.org/Textos/6Revolucion/1915NET.html>>. Acesso em: 15 dez. 2020. A lei também estabeleceu a criação da Comissão Nacional Agrária e comitês estaduais para o desenvolvimento de políticas específicas (art.4º).

⁵⁶BARBOSA, op. cit., p.89, posteriormente os dirigentes da Casa del Obrero Mundial são traídos pelo governo e presos. JUÁREZ, op. cit., p.26, ainda enfatiza que as vitórias foram também militares, com a derrota de diferentes frentes de resistência no campo.

⁵⁷ZÚÑIGA ALEGRÍA; CASTILLO LÓPEZ, op. cit., p.505.

⁵⁸TORRES MALDONADO, Eduardo José; GÓMEZ NOLASCO, Gisela. *Revolución y Constitución. Estudio crítico de la ingeniería constitucional de las cartas magnas de 1824,1857 y 1917 de México. Alegatos*, Ciudad de Mexico, n.75, ano 25, mai./ago., 2010, p.472, os autores apresentam como exemplos o direito a greve e a participação dos trabalhadores nos resultados, justamente apontados por Blanquel como propostas abandonadas por Ricardo Flores Magón ainda no início da revolução.

⁵⁹Ibid., p.475, os autores atribuem assim a uma assembleia “heterodoxa” as conquistas do art.3º (que garantiu o acesso à educação como direito de todos), do art.27 (que garante o acesso à terra e a restituição dos ejidos) e do art.123 (que estabeleceu as garantias mínimas de trabalhadores, como limite de jornadas e o direito à greve).

⁶⁰Barbosa, op. cit., p.97 et seq, o autor fala de uma estabilidade política dominada por presidentes de uma elite sonorenses até 1936.

⁶¹Sobre isso, exemplar a análise de RENTERÍA GARITA, op. cit., p.12 et seq, em que a autora observa que, em 1891, o ejido de La Antigua, em Veracruz, foi dividido em 82 lotes de 18 hectáres (mantido ainda como área coletiva o espaço central de 439 ha. Essas terras foram pouco a pouco alienadas e parte da região central também foi adjudicada a um só comprador. Em 1915, as autoridades de Veracruz já não conseguiam obter as informações necessárias sobre os legítimos proprietários dessas terras.

feita de forma lenta e em porções de terra excessivamente pequenas⁶²; c) limitou-se o modelo ejidal à produção agrícola para subsistência, sem autorizar qualquer outra atividade econômica, como a exploração de recursos naturais (monopolizada por empresas a partir de acordos com o Estado).⁶³

Nas últimas décadas, a manutenção de uma população rural especialmente fragilizada, majoritariamente indígena, serviu também à exploração de subempregos por empresas maquiladoras. Essas empresas são assim favorecidas pela Acordo de Livre comércio da América do Norte (em inglês, NAFTA) e pela reserva de mão de obra barata, ao se instalarem em pequenas cidades rurais (especialmente na região sul e sudeste do país).⁶⁴ Mas, é também a partir destes espaços de sobrevivência e organização comunitária que se viabilizaram projetos de resistência e oposição ao padrão expansionista capitalista. Dois exemplos extremamente pertinentes são: a) o levante do Exército Zapatista de Libertação Nacional (EZLN), que evoca uma identidade indígena

⁶² BARBOSA, op. cit., p.107, o autor afirma que apenas em 1936, o presidente Lázaro Cárdenas rompe com os grupos políticos anteriores, pelo qual foi eleito, e passa a implementar a maior reforma agrária da história do México, com a distribuição de 17.890 hectares a ejidatários. ZÚÑIGA ALEGRÍA; CASTILLO LÓPEZ, op. cit., p.507, afirmam que as frações de terra oferecidas para a formação de ejidos, embora protegidas de forma especial, são menores que àquelas consideradas pela legislação como pequenas propriedades.

⁶³ IBARRA GARCIA, María Verónica. Conformación del espacio social de los bosques del ejido del Rosario, Michoacán, 1938-2010. *Investigaciones Geográficas, Boletín Del Instituto de Geografía*, Ciudad de Mexico, n.75, ago., 2011, p.78, a autora apresenta a vedação à exploração de bosques pelas populações tradicionais, com objetivo de impedir que as empresas tivessem que lidar com intermediários para obter matéria-prima. A crítica não pode omitir, no entanto, que mecanismos de crédito ejidal e cooperativas de produção foram criados também no período de Lázaro Cárdenas. Ver: ALVARADO-SIZZO, Ilia. Territorio, memoria e imaginario del trabajo. La hacienda y el Ejido Colectivo em Nueva Italia, México. *Revista Latinoamericana e Caribenha de Geografía e Humanidades*, Ciudad de Mexico, v.2, n.3, abr., 2019, p.20, a autora apresenta a formação do Ejido Colectivo de Nueva Italia em 1938, em benefício dos trabalhadores do então latifúndio, e seu rápido fracasso, a partir de 1950 em razão de disputas internas e violência.

⁶⁴ CARTON DE GRAMMONT, Hubert. El empleo rural no agrícola en México: el caso de la industria de la confección. In: RIELLA, Alberto; MASCHERONI, Paola (coord.). *Asalariados Rurales em América Latina*. 1.ed. Buenos Aires: CLACSO, 2015, p.319-321. O autor apresenta o processo de “desagrarização” de territórios a partir do final do século XX. Ver também: ROBINS, Wayne. El indigenismo posrevolucionario mexicano y la cuestión de las tierras de los pueblos indígenas. *Nueva Antropología*, Ciudad de Mexico, v. XIV, n.46, p.25-37, set., 1994, p.34, sobre o indigenismo pós-revolucionário, o autor afirma que a população indígena mexicana foi reduzida a uma categoria especial de campesinato pobre e de idioma nativo, tendo em vista que os anos de expropriação impossibilitaram o reconhecimento do direito à terra. Por outro lado, sobre os efeitos do NAFTA, ver: GÁLVEZ, Alyshia. *Eating Nafta: trade, food policies, and the destruction of Mexico*. Oakland, CA: University of California Press, 2018, a autora analisa o impacto do NAFTA sobre a segurança alimentar da população mexicana, que tem uma substituição dos alimentos tradicionais por hipercalóricos de baixo valor nutritivo. Trata-se assim de uma troca injusta: exportam-se produtos agrícolas, como milho e frutas, por preços menores; importam produtos de baixa qualidade; as terras passam a ser compradas por investidores estrangeiros e são gerados localmente subempregos.

como força revolucionária;⁶⁵ b) o “auto sequestro” da comunidade indígena de Cherán, de 15 de abril de 2011, em que se implementou um novo governo local, baseado na “autodeterminação” garantida pela Constituição Mexicana (art.2º).⁶⁶

CONSIDERAÇÕES FINAIS

A legislação de terras no México foi alterada repetidas vezes por diferentes governos, mas a análise do “status” jurídico permite compreender modelos econômicos, a saber: a) um modelo de produção colonial, baseado na exploração intensa de comunidades; b) um modelo liberal, baseado na propriedade privada e na mão de obra dominada; c) um modelo social, baseado na agricultura orientada principalmente à subsistência em um contexto de progressiva urbanização e desagrarização.

Em todos esses momentos, os ejidos se apresentam nos estatutos legais como solução à miséria indígena e mestiça, em um misto de marginalização e “misericórdia”, ocultando processos de ostensiva espoliação, sem nunca renunciar ao uso da violência física pelo Estado. Exercem assim papéis fundamentais os governos, que utilizavam das demarcações para reconhecer ou anular direitos fundiários; bem como às instituições religiosas, que na forma de irmandades e paróquias sustentaram o centro da vida social por séculos, permanecendo após a Revolução como importantes agentes políticos.

Contudo, a análise realizada deixa ainda claro que o estudo da história mexicana não pode ser feito por generalizações, já que os efeitos foram, em todos os momentos, desiguais. Isso significa dizer, as diferentes regiões foram alvo de autoridades locais mais ou menos corruptas, de maior ou menor assédio econômico a depender das estruturas

⁶⁵ BAIÃO, Fábio. Antiliberalismo e luta pela terra no México: o passado como estratégia de combate. *Tempos históricos*, Marechal Cândido Rondon, v.18, n.2, jun./dez., 2014, p.51. Discorda-se assim do autor, pois, como afirmado anteriormente, há de se reconhecer um potencial revolucionário desses núcleos a partir da tomada de consciência de determinadas relações assimétricas.

⁶⁶ HAESBAERT, Rogério. *Território e descolonialidade: sobre o giro (multi)territorial/de(s)colonial na América Latina*. 1a ed. Ciudad Autónoma de Buenos Aires: CLACSO; Niterói: Programa de Pós-Graduação em Geografia; Universidade Federal Fluminense, 2021, p.309 et seq. O autor descreve a experiência da formação de um conselho comunal (que substituiu a figura do prefeito) e a criação de fogatas de convivência e rondas comunitárias, figuras antigas resgatadas pela ancestralidade e que ofereceram maior coesão, possibilidade de participação social e, principalmente, resistência ao que o autor chamou de “(des)limites” do capitalismo global (ibid, p.327). Assim, o caso de Cherán é exemplar quanto a manutenção de um modo de vida tradicional que se apresenta muito mais funcional para o enfrentamento da desigualdade e da violência rural (particularmente causada pelo narcotráfico) do que o modelo estatal convencional. Mas, para Haesbaert, trata-se principalmente de um exemplo do potencial revolucionário de espaços de preservação identitária.

sensíveis existentes, de diferentes interesses mercadológicos sobre as terras e da própria capacidade de resistência de seus povos. Por sua vez, as diferentes reformas agrárias também foram levadas a cabo em ritmos diferentes pelos estados, a depender dos movimentos camponeses, dos governadores e da urbanização.

Por fim, se o modelo ejidal não superou a desigualdade e a marginalização das populações tradicionais, os projetos neoliberais nada fizeram além de instrumentalizar a população rural e tolerar a violência no campo, agravada pela atuação do narcotráfico. De alguma forma, as lutas no campo seguem atuais e pulsantes, evidenciadas pelas pautas camponesas de uma resistência fundada na ancestralidade, capaz de propor novos arranjos políticos e formas de organização social mais significativas, solidárias e participativas.

REFERÊNCIAS

ALVARADO-SIZZO, Iliá. Território, memoria e imaginario del trabajo. La hacienda y el Ejido Colectivo em Nueva Italia, México. *Revista Latinoamericana e Caribenha de Geografia e Humanidades*, Ciudad de Mexico, v.2, n.3, p. 8-25, abr., 2019.

BAIÃO, Fábio. Antiliberalismo e luta pela terra no México: o passado como estratégia de combate. *Tempos históricos*, Marechal Cândido Rondon, v.18, n.2, p.48-66, jun./dez., 2014.

BARBOSA, Carlos Alberto Sampaio. *A Revolução mexicana*. ed.1. São Paulo: UNESP, 2010. 136 p.

BARRAL, María Elena. La Iglesia Católica em Iberoamérica: las instituciones locales em una época de cambios (siglo XVIII). *Revista de História*, São Paulo, v.85, n.169, p.145-180, jun/dez, 2013.

BLANQUEL, Eduardo. El anarco-magonismo. *História Mexicana*, Ciudad de México, v.13, n.3, p. 394-427, jan./mar., 1964.

CARTON DE GRAMMONT, Hubert. El empleo rural no agrícola em México: el caso de la industria de la confección. In: RIELLA, Alberto; MASCHERONI, Paola (coord.). *Asalariados Rurales em América Latina*. 1.ed. Buenos Aires: CLACSO, 2015, p.313-339.

CONSTANTINO AGUILAR, Marco Antonio. La percepción social de los pueblos originarios desde el discurso de la dominación. In: NÁJERA CASTELLANOS, Antonio de Jesús (coord.). *Estudios rurales em México*. Buenos Aires: Clacso, 2019, p.197-211.

DA COSTA, Rogério Haesbaert. Região: o resgate de uma identidade. *Revista Geográfica*, Ciudad de México, n.105, p.181-188, enero/junio, 1987.

DA COSTA, Rogério Haesbaert. Da desterritorialização à multiterritorialidade. *Boletim gaúcho de Geografia*, Porto Alegre, v. 29, n.1, p.11-24, jan./jun., 2003.

DA COSTA, Rogério Haesbaert; PORTO-GONÇALVES, Carlos Walter. *A nova desordem mundial*. São Paulo: UNESP, 2006. 160 p. (Paradidáticos. Série Poder).

ESCOBAR OHMSTEDE, Antonio. La desamortización de tierras civiles corporativas en México: ¿una ley agraria, fiscal o ambas? Una aproximación a las tendencias en la historiografía. *Mundo Agrario*, La Plata, v.13, n.25, p.1-33, jul./dez., 2012.

FOLEY, Michael W. Privatizing the Countryside: The Mexican Peasant Movement and Neoliberal Reform. *Latin American Perspectives*, Riverside, CA, Issue 84, v.22, n.1, p.59-76, winter, 1995.

FRASER, Donald J. La política de desamortización em las comunidades indígenas, 1856-1872. *Historia Mexicana*, Ciudad de Mexico, v.21, n.4 (84), p.615-652, abr./jun., 1972.

GÁLVEZ, Alyshia. *Eating Nafta: trade, food policies, and the destruction of Mexico*. Oakland, CA: University of California Press, 2018.

GONZÁLEZ NAVARRO, Moisés. La Ley Juárez. *Historia Mexicana*, Ciudad de Mexico, v.55, n.3 (219), p.947-972, jan./mar., 2006.

HAESBAERT, Rogério. *Território e descolonialidade: sobre o giro (multi)territorial/de(s)colonial na América Latina*. 1a ed. Ciudad Autónoma de Buenos Aires: CLACSO; Niterói: Programa de Pós-Graduação em Geografia; Universidade Federal Fluminense, 2021.

HERNÁNDEZ, Salvador. El magonismo 1911: La outra revolución. *Cuadernos Políticos*, México D.F., n.4, p.25-41, jul./set., 1975. Disponível em: <https://anarkobiblioteca2.files.wordpress.com/2016/08/el_magonismo-1911_la_otra_revolucio3b3n_-_salvador-hernc3a1ndez.pdf>. Acesso em: 15 dez. 2020.

IBARRA GARCIA, María Verónica. Conformación del espacio social de los bosques del ejido del Rosario, Michoacán, 1938-2010. *Investigaciones Geográficas, Boletín Del Instituto de Geografía*, Ciudad de Mexico, n.75, p.75-87, ago., 2011.

JUÁREZ, Martín. Apuntes para una interpretación de la revolución mexicana. *Estrategia Internacional: Revista de teoría y política marxista revolucionaria*, [S.I.], n.24, ano XV, p.245-270, dez./jan., 2008. Disponível em: <<https://www.estrategiainternacional.org/Revista-Estrategia-Internacional-Nro-24?lang=es>>. Acesso em 14 dez. 2020.

MÉXICO. Prohibición del comercio y tráfico de esclavos. Libertad a los que pisen el territorio mexicano, de 31 de Julio de 1824. *Memoria Política de México*. Guanajuato. Disponível em: <<https://www.memoriapoliticademexico.org/Textos/2ImpDictadura/1824-PCE-TM.html>>. Acesso em: 15 dez. 2020.

MÉXICO. Ley de Desamortización de fincas rústicas y urbanas propiedad de corporaciones civiles y eclesiásticas. Promulgada em 23 de junho de 1856. *Relatos e historias en Mexico*. Disponível em: <<https://relatosehistorias.mx/nuestras-historias/ley-lerdo-o-ley-de-desamortizacion-de-fincas-rusticas-y-urbanas-propiedad-de>>. Acesso em: 14 dez. 2020.

MÉXICO. Decreto sobre colonización, de 31 de mayo de 1875. Promulgado por Sebastián Lerdo de Tejada. *Memoria Política de México*. Guanajuato. Disponível em: <<https://www.memoriapoliticademexico.org/Textos/5RepDictadura/1875DCO.html>>. Acesso em: 15 dez. 2020.

MÉXICO. Ley sobre terrenos baldíos, mandando deslindar, medir, fraccionar y valuar los terrenos baldíos o de propiedad nacional, para obtener los necesarios para el establecimiento de colonos, de 15 de diciembre de 1883. *Memoria Política de México*. Guanajuato. Disponível em: <<https://www.memoriapoliticademexico.org/Textos/5RepDictadura/1883LTB.html>>. Acesso em: 15 dez. 2020.

MÉXICO. Ley de 6 de enero de 1915, de Venustiano Carranza. *Memoria Política de México*. Guanajuato. Disponível em: <<https://www.memoriapoliticademexico.org/Textos/6Revolucion/1915NET.html>>. Acesso em: 15 dez. 2020.

MORAES, Antonio Carlos Robert. *Território e História no Brasil*. 3.ed. São Paulo: Annablume, 2008. 154 p.

MOREIRA, Adriano. Tratado de Tordesilhas de 7 de junho de 1494. *Revista Nação e Defesa*, Lisboa, n.70, ano.19, p.11-23, abr./jun.,1994.

MOREIRA, Vânia Maria Losada. Deslegitimação das diferenças étnicas, “cidanização” e desamortização das terras de índios: notas sobre liberalismo, indigenismo e leis agrárias no México e no Brasil na década de 1850. *Revista Mundos do Trabalho*, Florianópolis, v.4, n.8, p.68-85, jul./dez., 2012. Disponível em: <<https://periodicos.ufsc.br/index.php/mundosdotrabalho/article/view/1984-9222.2012v4n8p68>>. Acesso em 14 dez. 2020.

PALAVICINI, Félix F. *Historia de la Constitución de 1917*. Ciudad de México: Cámara de Diputados, 2014. Tomo I.

POWELL, T. G. Los Liberales, El Campesinado Indígena y Los Problemas Agrarios Durante La Reforma. *Historia Mexicana*, Ciudad de Mexico, vol. 21, no. 4 (84), p.653-675, abr./jun., 1972.

QUIJANO, Aníbal. Dom Quixote e os moinhos de vento na América Latina. In: *Estudos Avançados*, São Paulo, v.19, n.55, p.9-31, 2005.

RAMOS, Luís A. de Oliveira. Repercussões do Tratado de Tordesilhas na época contemporânea. *Revista da Faculdade de Letras*, Porto, n.11, p.173-192, 1994.

Disponível em: <<https://ojs.letras.up.pt/index.php/historia/article/view/5663>>. Acesso em 14 dez. 2020.

RENTERÍA GARITA, Cristina. De la Ley Lerdo a la Reforma Agraria em México: Desamortización y restitución de los ejidos em el municipio de La Antigua (Veracruz). [S.I.], p.1-32, 25 abr. 2011. Disponível em: <<http://digital.csic.es/handle/10261/34896?locale=en>>. Acesso em: 15 dez. 2020.

ROBINS, Wayne. El indigenismo posrevolucionario mexicano y la cuestión de las tierras de los pueblos indígenas. *Nueva Antropología*, Ciudad de Mexico, v. XIV, n.46, p.25-37, set., 1994.

SANTANA, Pedro Abelardo. Terras e índios nas legislações do Brasil e do México, no Século XIX. *Ponta de Lança*, São Cristóvão, v.11, n.21, p.36-55, jun/dez. 2017.

SANTOS, Eduardo Natalino dos. As conquistas de México-Tenochtitlan e da Nova Espanha. Guerras e alianças entre castelhanos, mexicas e tlaxcaltecas. *História Unisinos*, São Leopoldo, v.18, n.2, p.218-232, mai./ago., 2014. Disponível em: <<http://revistas.unisinos.br/index.php/historia/article/view/htu.2014.182.02/4202>>. Acesso em: 14 dez. 2020.

SAQUET, Marcos Aurélio. Campo-território: considerações teórico-metodológicas. *Revista de Geografia Agrária*, Uberlândia, v.1, n.1, p.60-81, fev.2006. Disponível em: <<http://www.seer.ufu.br/index.php/campoterritorio/article/view/11780>>. Acesso em 14 dez. 2020.

SAQUET, Marcos Aurélio; BRISKIEVICZ, Michele. Territorialidade e identidade: um patrimônio no desenvolvimento territorial. In: *Caderno Prudentino de Geografia*, Presidente Prudente, v.1, n.31, p.3-16, jan./jun., 2009. Disponível em: <<https://revista.fct.unesp.br/index.php/cpg/article/view/7437>>. Acesso em 14 dez. 2020.

TANZI, Héctor José. O tratado de Tordesilhas e sua projeção. Trad. E. Simões de Paula. *Revista de História*, São Paulo, v.54, n.108, p.533-541, 1976. DOI: <https://doi.org/10.11606/issn.2316-9141.rh.1976.77814> .

TODOROV, Tzvetan. *A conquista da América: a questão do outro*. Trad. Beatriz Perrone Moi. 2.ed. São Paulo: Martins Fontes, 1988. 215 p.

TORRES MALDONADO, Eduardo José; GÓMEZ NOLASCO, Gisela. Revolución y Constitución. Estudio crítico de la ingeniería constitucional de las cartas magnas de 1824,1857 y 1917 de México. *Alegatos*, Ciudad de Mexico, n.75, ano 25, p.455-480 , mai./ago., 2010.

TURNER, John Kenneth. Los peones del campo y los pobres de la ciudad. In: GARCIADIEGO, J. *Textos de la Revolución Mexicana*. Caracas: Fundación Biblioteca Ayacucho, 2010. p.138-146. (Colección Clásica, n.247).

ZAPATA, Emiliano *et al*. Plan de Ayala. In: GARCIADIEGO, J. *Textos de la Revolución Mexicana*. Caracas: Fundación Biblioteca Ayacucho, 2010. p.253-258. (Colección

Clásica, n.247).

ZÚÑIGA ALEGRÍA, José G.; CASTILLO LÓPEZ, Juan A. La Revolución de 1910 y el mito del ejido mexicano. *Alegatos*, Ciudad de Mexico, n.75, ano 25, p. 497-522, mai./ago. 2010.

LA FRONTERA AGRÍCOLA UNA FORMACIÓN TERRITORIAL QUE SE DINAMIZA CON CAPITALS EXTRANJEROS. CASOS DE COLOMBIA Y MÉXICO

Carlos Enrique Castro Méndez¹

Júlio César Suzuki²

Gilvan Charles Cerqueira de Araújo³

INTRODUCCIÓN

Las estrategias de los procesos de globalización en Colombia y México presentan algunas similitudes que es importante estudiar. En primera instancia las políticas dirigidas a estos países se orientan a la reconversión agrícola o productiva en la cual se adiciona la competitividad que propicia la necesidad de innovación y se dirige a la integración de la región a los circuitos globales (FLÓREZ, 2019).

Otra característica que trae esta homogenización de las actividades de reconversión agrícola en México y que también se aplica en Colombia es ignorar que la producción en estas tierras es dependiente de la estacionalidad climática y se abre la posibilidad a nuevas inversiones que se requieren para mantener la producción constante, sin tener en cuenta los ciclos naturales de estas tierras y las prácticas productivas en ellas realizadas, llevando estas tierras a unos acondicionamientos antrópicos que afecta la biodiversidad de la región.

¹ Universidad Pedagógica Tecnológica de Colombia e Instituto Geográfico Agustín Codazzi, candidato a doctor en Geografía, e-mail: cecastro77@gmail.com

² Graduado em Geografia (UFMT, 1992) e em Letras (UFPR, 2004), com mestrado (USP, 1997) e doutorado (USP, 2002) em Geografia Humana, Livre-Docência em Fundamentos Econômicos, Políticos e Sociais da Geografia e estágio pós-doutoral na Université Panthéon-Sorbonne (2007-2008), Université Rennes 2 (2014-2015) e Université de Pau et des Pays de l'Adour (2014-2015). Atualmente, é professor do Departamento de Geografia/FFLCH/USP e orientador junto ao Programa de Pós-graduação em Integração da América Latina (PROLAM/USP). E-mail: jcsuzuki@usp.br

³ Graduado em Geografia pela UNESP – Campus Rio Claro/SP (2009), Mestre em Geografia pela Universidade de Brasília (2013), Doutor em Geografia pela UNESP – Campus Rio Claro/SP (2016). Atualmente é professor de Geografia na Secretaria de Estado de Educação do Distrito Federal e do Programa de Pós-graduação em Integração da América Latina, Prolam-USP. E-mail: gcc99@gmail.com

La formalización de los procesos de globalización en México y Colombia también muestra intencionalidades asociadas al desarrollo territorial local y en el caso mexicano a la implementación de grandes proyectos de turismo internacional dirigidos a estas zonas periféricas. En ambos casos las selvas hacen parte del límite que se quiere establecer como frontera agrícola o como frontera para la producción y reproducción de la lógica hegemónica de la exploración del territorio.

Es así como en México se encuentra en desarrollo el proyecto del tren Maya que inicia su recorrido en Chiapas y se dirige a la península de Yucatán, en una extensión aproximada de 1490 kilómetros (Figura 1); en tanto que el sector del departamento del Meta es cruzado por la vía de conexión Pacífico - Orinoquia con una extensión aproximada de los mismos 1490 kilómetros; esta inversión se realiza para potenciar la última frontera agrícola; en el caso de estudio colombiano se trata del tramo entre Puerto Gaitán y Puente Arimena. Figura 2.

Figura 1 – Tramos del tren Maya desde Chiapas a la península de Yucatán



Fuente: Internet, 2020.

Figura 2 – Conexión vial Pacífico – Orinoquia en la frontera agrícola actual



Fuente de datos: Min agricultura-UPRA imagen Asorinoquia, 2018; Diario la República, 2020.

Tanto para el caso Mexicano como el colombiano coinciden las extensiones aunque el de México es una estructura vial en rieles y en Colombia se trata de una vía pavimentada; como en el caso colombiano la estructura vial recorre la frontera agrícola, establecida en el 2018 y en constante actualización, esta representación de la frontera contiene una distancia media de 100 kilómetros a la selva amazónica, mientras que los usos que se persiguen en México se perfilan en el turismo de aventura y el proyecto está pensado para atravesar por la selva virgen de la península de Yucatán.

En el caso de Colombia, la vía denominada Pacífico – Orinoquia está ligada a un proyecto hegemónico de carácter regional denominado IIRSA (Integración de la Infraestructura Regional Suramericana), que hace parte de dos ejes, el andino y el eje amazónico cuyos bosquejos fueron trazados sobre una cartografía de escala muy pequeña, que fue pensada para integrar Bolivia, Colombia, Ecuador, Perú y Venezuela. Esta vía permitiría dinamizar los capitales que provienen de actividades Agrícolas, Agroindustriales, Agropecuaria, Forestal, Minera y de Hidrocarburos entre otros.

El tramo vial en el que se comprometen dineros del Estado colombiano conectará el puerto de Buenaventura con los límites entre Colombia y Venezuela en Puerto Carreño; El proyecto vial se presenta fragmentada en seis partes que en términos de la Integración de la Infraestructura regional vial de Suramérica corresponde a dos ejes viales transnacionales la Amazónica y la de los Andes, con el avance en estos dos tramos al interior de Colombia y en la que se pretende la internacionalización de las tierras en cercanía a las selvas amazónicas, esto amenaza la biodiversidad de las selvas en estos países.

Otros desarrollos viales perimetrales a la vía en construcción; se distribuyen en tramos de 110 kilómetros entre Puerto López y Puerto Gaitán, 100 kilómetros Puerto

Gaitán a Carimagua, 45 kilómetros entre Carimagua y Guacacías, 140 kilómetros Guacacías y Primavera y 350 kilómetros entre la Primavera y Puerto Carreño. En el mismo sentido, la integración vial suramericana en Colombia constituye una extensión de 1490 kilómetros y atraviesa territorios de los departamentos de Valle del Cauca, Tolima, Vichada y Meta, los dos últimos en límites muy cercanos a la selva amazónica.

PLANTEAMIENTOS TEÓRICOS SOBRE FRONTERAS

En relación con la formación de fronteras al interior de los países latinoamericanos Suzuki (2016) estudió la obra intelectual de Martins de Sousa y encontró que su primera preocupación la orientó al análisis de la conformación de la sociedad nacional y el desarrollo social, cuestión que se aproxima a la formación territorial en zonas de frontera. Profundizando un poco más en este tipo de sociedades abordó la modernización de la agricultura y la resistencia de los pobladores, solo cuando les fue permitido incorporar esas innovaciones tecnológicas a la agricultura tradicional que practicaban estos pueblos.

En esos estudios Souza Martins demostró que la demora en la implementación de esa nueva biotecnología en los años sesenta generó un proceso de acumulación de capitales que aunque lento al comienzo se tornó funcional con el tiempo. Con lo anterior se insinúa que en los países latinoamericanos hay una apertura de fronteras internas ocasionadas por la producción y que esta se produce acorde con la situación de cada país. Suzuki (2016) menciona además que en la obra de Martins (1990) empiezan a conjugarse temas referentes a la representación de los capitales en función del uso de la tierra y las prácticas tradicionales que estaban siendo aplicadas por los campesinos.

Contrario a la investigación, el concepto cautiverio de la tierra de Sousa Martins (1990) presenta la abolición de la esclavitud como el paso importante en la liberación de riquezas originales de las que hacía parte las tierras, y a partir de la cual adquirió un valor primitivo basado en el trabajo esclavo, además en ese enfoque, se produce una reinterpretación de la naturaleza y la tierra se transforma en mercancía.

Leff (1998) comenta que los cambios producidos bajo el pilar de la economía, la ciencia y la tecnología generan un espacio sometido a procesos físicos, biológicos y simbólicos que son impuestos por el nuevo orden socio cultural. La racionalidad económica quitó la función de la naturaleza de producir energía y propiciar un hábitat para las especies lo que agudizó la crisis moderna, dándole prioridad a la aplicación de la

biotecnología y produjo la pérdida de la capacidad de la naturaleza para organizar los espacios naturales, tornando los espacios en algo cada vez más artificial.

Hay otras formas para industrializar los procesos productivos del campo para estos tiempos contemporáneos que Harvey (2003) denominó el nuevo imperialismo y se refirió al acaparamiento de tierras como el detonante de la acumulación por desposesión. En la misma línea Harvey (2001) identificó al Estado corporativo como una estructura relativamente firme, organizada jerárquicamente en instituciones relacionadas internamente, soportada por lineamientos políticos, administrativos, judiciales, financieros y militares que interviene con la creación de nuevas pautas a los individuos y grupos de niveles inferiores sobre como comportarse (normas) y que es necesario para la supervivencia de todos.

En ese mismo contexto, el Estado corporativo se rige por conceptos intercambiables de racionalidad (lo que es correcto) y eficacia (lo que se debe hacer) para que la nación sea vista a través de las acciones de una clase gobernante que puede mantenerse en el poder para asegurar que el territorio siga vinculado al orden mundial, así la nación se encuentre gobernada por partidos de la izquierda o de la derecha.

De acuerdo con Andrew Kirby (1989) los geógrafos políticos se preocupan por las consecuencias espaciales de las acciones políticas y presentan preferencias por el papel que tienen los factores geográficos utilizados para presionar las decisiones que es necesario tomar. Estos factores cartografiados pueden ser físicos como son los paisajes representados en las sabanas o las altillanuras. Estos geógrafos políticos desplazaron el centro de interés de la disciplina hacia aspectos determinantes en la toma de decisiones y las acciones políticas que deben llevarse a cabo.

De acuerdo con Becker (1982) la territorialidad se presenta como producto de las relaciones políticas que se conectan de lo local a lo global, es decir, tiene un carácter multiescalar en donde el Estado y los capitales privados representados en agencias o corporaciones compiten por territorio con organizaciones y resistencias sociales.

El proceso de ocupación en la región amazónica generó cambios estructurales que se manifestaron en la agresividad sobre los sistemas naturales, los procesos extractivos de la mitad del siglo XX produjeron una frontera móvil y el repoblamiento dirigido por la acumulación de capitales derivados por las actividades mineras y posteriormente por los sistemas agrícolas intensivos.

De acuerdo con Guimarães Vieira et al (2014) la geógrafa Bertha Becker dedicó sus estudios a la Amazonía brasilera y la idealizó como un bosque urbanizado que propició la concentración de población en las ciudades que se adentraron en la selva. La biodiversidad llevó al aprovechamiento y a la aplicación de novedosas estrategias de desarrollo en estos núcleos poblacionales modernos inmersos en espacios naturales.

La visión de estos autores sobre la obra de Becker permite justificar el desarrollo basado en manejos ambientales sostenibles y ofrecen la posibilidad de desarrollos agrícolas basados en biotecnología eficiente y rentable a costa de la pérdida de biodiversidad de la selva amazónica. No obstante estos primeros resultados sobre la frontera amazónica llevarían a que Bertha Becker cuestionara los ejes de desarrollo, la integración de este territorio a los intereses globales y a las políticas que se dictaban desde los setenta para estas regiones; esta autora plantea por primera vez la necesidad de hacer gestión en el territorio y de sentar las bases para hablar de la soberanía nacional.

La geopolítica dada a conocer por Bertha Becker se encuentra sustentada por enfoques geográficos del espacio y el poder aplicados directamente desde el Estado y bajo estas pautas las acciones estatales estaban en favor de las guerras y fueron dirigidas al control nacional, la conquista territorial, la planificación y el ordenamiento territorial.

Durante la renovación del pensamiento geográfico propuesto por Bertha Becker (1974; 1976) ya se tenía una línea clara para comprender las formas en las que se aplicaba la geopolítica en Brasil. Para ese tiempo Becker reevalúa las consecuencias derivadas de las relaciones del poder global, aplicadas en varias escalas incluida la local y en esa interacción identificó una concepción multidimensional del poder; de allí que en la década del ochenta desarrolló los conceptos de territorio y uso político.

El nuevo valor que transmite en sus investigaciones sobre la geopolítica incluye el papel que en la conformación territorial desempeñan los diferentes actores sociales, quienes de acuerdo con las prácticas sociales y otras formas dieron origen a nuevos espacios socio económicos.

La región amazónica como frontera de varios países es reinterpretada por Becker (1982), no como un límite entre Naciones sino como un espacio abierto resultante de la combinación de actividades sociales y políticas globales; la selva amazónica es un espacio inacabado con nuevas realidades y conflictos emergentes que producen cambios en la forma como se utilizan los suelos.

Cada actor llega a este espacio con una visión diferente a la que produce el Estado Nacional, Los grupos económicos transnacionales ven esta nueva frontera como una mercancía y esto hace que el Estado nacional la incluyan en su agenda como un espacio con potencial político y económico que hay que rediseñar, estructurar y controlar.

La frontera de la selva amazónica vista con el enfoque de Bertha Becker se puede resumir en dos elementos importantes, por un lado el modo de producción principal y por otro la conformación de una nueva sociedad a partir de procesos económicos, la mayoría de ellos de tipo hegemónico.

En cuanto al análisis de las variables de uso de la tierra y la formación socioeconómica la frontera se convierte en un espacio lleno de contradicciones legales y políticas, inmersas en procesos de globalización; la selva se incluye en una nueva escala global en donde hay nuevas relaciones entre el capital y el trabajo, mientras que el Estado Nacional cumple el papel de controlador del proceso de ocupación.

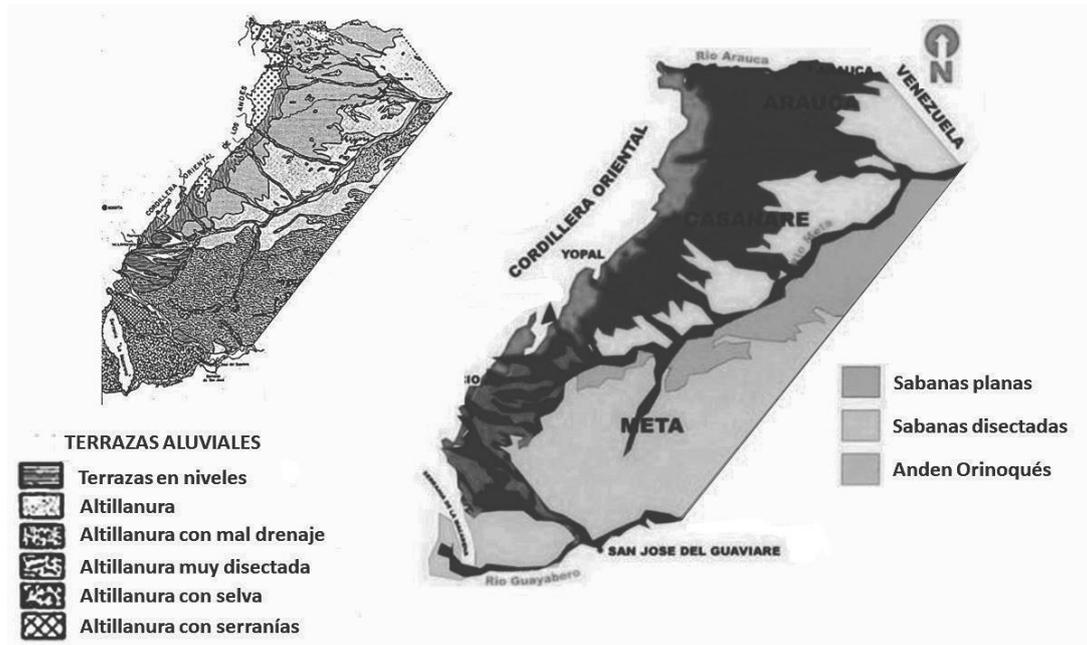
La frontera es un espacio dinámico que el Estado organiza de manera estratégica, esta nueva visión genera expectativas en algunos actores que requieren tierras para la reproducción del capital y es a partir de los estamentos globales que se hacen exigencias y estas se convierten en conflictos sociales, a veces orientados por políticas que producen reacciones que se convierten en gran parte por movimientos sociales.

Para Barros y Zusman (1999) la frontera puede ser considerada como una yuxtaposición de distintas prácticas provenientes de sujetos o instituciones entrelazadas y en variados contextos escalares, en la que la frontera puede ser imaginada, representada, delimitada o conformada bajo un propósito específico. Es así como la frontera de las selvas latinoamericanas se visualiza en diferentes formas cartográficas que en determinados casos se aplican a la misma realidad y por la que es interpretada según sea la temporalidad por la que pasa. En relación con lo anterior, la frontera del bioma de selva se representa como un espacio de la sabana definida como unidad climática (PELTIER, 1950) o como una sección geológica estructural denominada altillanura (GOOSEN, 1964).

En la figura 3 se muestran dos estrategias para visualizar los espacios contiguos a la selva amazónica en Colombia; la primera proviene del análisis basado en la geología estructural y el segundo basado en la integración de información basada en elementos del clima (precipitación y temperatura) que posteriormente se denominaría bioma. En 1960 la FAO, promueve los estudios regionales en el sector de los llanos orientales bajo la

dirección de Doeko Goosen, mientras que en 1978 al Instituto Geográfico Agustín Codazzi el gobierno nacional le asigna recursos para organizar el catastro regional y direccionar la apertura hacia la provincia, lo que le confiere algún vínculo entre frontera nacional interna y la necesidad de aplicar políticas para la legalización de las tierras.

Figura 3 – Altillanuras confrontadas con espacios naturales de sabanas o biomas.



Fuente: FAO, 1964; IGAC, 1978.

Hevilla (1998) considera que el estudio de frontera trasciende el tema de mercado económico y de movimiento intenso de la población. El estudio de la frontera en América se realizó con el fin de identificar impactos ambientales producidos por su formación, jugó un papel importante en las políticas que incentivaban su ocupación; aunque dicho estudio pudo realizarse partiendo del censo de familias colonizadoras, estadísticas y archivos históricos, su análisis debió tener como criterio fundamental la planificación del uso agrícola, es decir, su estudio debía integrarse a la expansión de la frontera agrícola.

De acuerdo con la revisión de artículos escritos en los años noventa cuando en América Latina sucedía la apertura económica se observó una proliferación de estudios de frontera alrededor de los países que comparten la cuenca amazónica entre ellos Colombia, así como en Centro América especialmente en México. Se denota que los estudios de frontera se concentraron en climas cálidos con temperaturas superiores a 24 °C y no se hizo distinción de las tierras que tienen o no algún grado de aptitud para la

agricultura; esto deja en evidencia un cambio en la forma como se definió la ocupación de las tierras. El otro elemento común en el estudio de estas fronteras fueron los estudios de oferta de agua superficial.

Aspecto importante para resaltar se encuentra en los diferentes enfoques que se dieron al estudio de fronteras; Renard (1992) consideró que el estudio de fronteras se debe particularmente al estudio de poblaciones divergentes que durante la apertura económica América Latina estuvo soportada por datos cuantitativos de la población y en pocos casos se aplicó dentro de un componente cultural o antropológico. Renard identificó cinco efectos derivados de la conformación de fronteras a) centralista o desde el gobierno con la participación de las fuerzas militares, b) las fronteras como resultado de disimetrías y disyunciones, c) las que actúan como filtro y selección, d) las que se realizan por acumulación de capitales, e) y aquellas que se forman por contactos interculturales.

Alan Nash (1996) consideró importante difundir las investigaciones relacionadas con la historia de la población y la geografía, mientras que en el sudeste asiático se destacaron los análisis de Charles Hirschman (1994) realizados sobre el crecimiento de la población y su relación con los cultivos de arroz en la periferia, en general en los continentes de Asia y África la frontera se estudió a través de la distribución de la población y la conformación de los Estados Nacionales, mientras que los procesos de urbanización en América latina generaron cambios sociales, culturales y ambientales que justificaron nuevas investigaciones en las zonas de frontera.

Los límites de la selva amazónica en el Ecuador fueron estudiados por Lawrence Brown, Rodrigo Sierra, Scott Digiacinto y Randy Smith en 1994, partiendo del avance del sistema urbano, la interacción social local y dentro de sus análisis encontraron que las políticas globales mostraron incidencia en las actividades extractivas tales como el caucho, el oro, la quina y el petróleo; estas intervenciones en la selva generaron conflictos fronterizos con Perú debido a la construcción de algunos sistemas viales.

En el estudio de esta frontera con la selva es necesario incluir en el marco conceptual a los ciclos económicos, las variaciones del mercado y la influencia de estructuras económicas en la conformación de estos sectores fronterizos.

En general en estos lugares hay migración de la población como lo establecen Brown y Sierra (1994) que se acercan a estos sitios debido a las oportunidades económicas y las nuevas formas de colonización en estos sitios. Usualmente la población se ha desplazado desde otras localidades.

Francisco Pichón (1997) consideró que en la frontera se produjo una ocupación contradictoria, que incluía a la economía de los colonos junto con las políticas creadas para el desplazamiento de la población hacia estos sectores marginales en los que aplicaba una economía compartida con un nivel de tecnología básica. Pichón considera que esta población tenía el gusto por actividades de vaquería, la fuerza de trabajo era su familia y aplicaban la sobre explotación de la tierra, sin evitar la degradación de las tierras; estos nuevos ocupantes se encuentran en lucha continua con la naturaleza.

En el caso colombiano los primeros colonos ocuparon las tierras de la sabana natural contigua a la selva amazónica en los años cincuenta, luego del proceso de paz firmado entre liberales y conservadores y desarrollaron actividades de vaquería en hatos con más de seis mil cabezas de ganado y luego fueron expulsados por los conflictos entre guerrilla y paramilitares durante el control de estas tierras para la producción de coca sucedidos en los años noventa (Centro de Memoria Histórica, 2018).

El direccionamiento institucional y político autorizó la deforestación de coberturas naturales cuando esta región cercana a la selva, fue autorizada para la extracción de recursos naturales que están allí con el propósito de potenciar las actividades económicas.

La transformación de tierras incultas en tierras productivas era un desafío para los nuevos colonos que experimentaron con la potencialidad y las limitaciones de esas tierras. Esto permitió el desarrollo de pequeños sistemas de producción y la implementación de cultivos modificados adaptados a la condición ambiental y a la deficiencia de nutrientes en los suelos con centros de investigación agropecuaria optaron por la generación de paquetes tecnológicos apropiados para la región (IGAC, 1999).

De allí que Pichón (1997) justifique que la proporción de tierra, es decir tanto el tamaño de la explotación, como la localización de la misma son variables determinantes en la utilización de nuevos territorios. Es así como el repoblamiento incrementó la disponibilidad de mano de obra y junto con la implementación de nuevas técnicas ofrecieron elementos importantes que fueron soporte jurídico para la apropiación de estas tierras, en acuerdo con el debate, por ejemplo, de los límites territoriales como fronteras disponibles en el límites de la tierra en la acción productiva (HISSA, 2002).

La renta de la tierra determina el bienestar de las familias cuando estas superan las necesidades primarias y permiten la formación de excedentes derivados de la

producción. La expansión de la frontera hacia las selvas es considerada por Hevilla (1998) como un impacto que será visible en las generaciones futuras.

Saint-Claire (2015) comenta la variedad de formas de urbanización de la selva amazónica, analizada desde la frontera urbana o como el la denomina “el bosque urbanizado” (BECKER, 1990; 1995) y contrasta con otras visiones derivadas de la urbanización de la selva (OLIVERA, 2000); bajo estas miradas se propone el concepto de modernización del territorio, basado en premisas de la rururbanización o revaloración de los paisajes denominando a esta atomización de ocupaciones como urbanización difusa sucedida en el interior de la misma selva brasilera.

La selva más diversa del planeta se localiza en la línea ecuatorial y comparte su frontera con Brasil, Perú, Ecuador, Bolivia, Venezuela y Colombia. Estos países a través de las políticas de reforma agraria aplicaron estrategias gubernamentales que dieron prioridad a la distribución de tierras a campesinos; o obstante, prevaleció el desequilibrio económico al interior de estas comunidades (HEVILLA, 1998).

Durante los años cincuenta muchas de estas nuevas tierras entregadas a los colonos generaron ingresos con la extracción de madera y la consecuente degradación ambiental, que produjo ganancias para el colono a partir del deterioro del ecosistema. Los programas de gobierno dirigidos a poblar las tierras de la frontera con la selva amazónica en los siguientes años causaron la acumulación de tierras en pocas manos y fue el origen de los latifundistas y las agroindustrias en América Latina.

A partir de los ochenta en la frontera de la selva ecuatoriana se produjeron asentamientos poblacionales que reclamaron las mejoras de predios y la titulación de estas tierras, promovidos por el desarrollo económico generado con la construcción de vías. La deforestación de la selva amazónica para introducir pasturas es una de las prácticas que permiten acaparar grandes predios, con el menor esfuerzo porque no requieren de la preparación de las tierras y la ganadería extensiva en tierras que eran selváticas aceleró su degradación, aunque la densidad de cabezas de ganado haya sido muy baja.

Las selvas amazónicas están amenazadas por la implementación de usos en ganadería extensiva en Ecuador, la proyección de vías, el crecimiento inicial de minifundios multiplica las acciones de degradación de estas tierras, el repoblamiento no menciona la desterritorialización de pueblos ancestrales, los informes de MUCHAGATA (1998) citados por HEVILLA (1999) menciona la afectación de colonos pobres y en ningún momento menciona el destierro de los pueblos indígenas en esa parte de la selva.

Los puntos teóricos tratados en el proceso de formación territorial en la frontera con las selvas de México y Colombia se configuran como una reconquista de tierras al interior de las Naciones y en favor de la globalización representada en la necesidad de revalorizar la naturaleza para contribuir a la proyección de flujos de capitales previstos desde las políticas públicas.

El proyecto territorial está precedido por la creación de agencias y de una nueva estructura institucional que apoya técnicamente los cambios de las formas como se planificaban los usos de estas tierras. En el caso colombiano los límites con la selva se trazan a partir de la definición de la frontera agrícola (MADR, UPRA, 2018) que ante la expectativa de ingreso a la región de las novedosas prácticas biotecnológicas y la mecanización intensiva produjo la deforestación de selvas en los departamentos de Vichada y Meta.

Para comprender el problema de la intervención de las selvas de Colombia y México desde el proceso territorial se analiza desde la perspectiva histórica basada en un contexto de tierras derivados de la conquista española en relación con las políticas recientes y sus aspectos de legislación que tiene por efecto a conformación del territorio en las fronteras interiores.

LA UNIFICACIÓN (PREPARANDO EL CAMINO)

La intención de unificar o al menos hacer comparables los territorios es un proyecto global que comenzó con la generación cartográfica realizada en la conquista americana o iberoamericana. Los topónimos de los nuevos sitios tenían la función de ocultar los nombres originales de los territorios, es así como hay similitudes entre España y sus colonias en América, tales como Cartagena de indias en Colombia y Cartagena en España. Durante el proceso de conquista de territorios hubo todo un proceso de resignificación de los territorios ancestrales en donde las tierras fueron apropiadas física y simbólicamente por los nuevos pobladores, la primera acción estuvo representada en la cartografía del nuevo reino de granada y de todas las tierras que decían ser de la corona española en el caso de México como en el de Colombia.

La necesidad de obtener la unificación fisiográfica en el contexto global surgió desde la clasificación climática como una nueva forma para nombrar las zonas climáticas mundiales dispuestas para identificar la potencialidad que tiene estos territorios. En una

segunda instancia estas zonas climáticas pasaron al análisis de las formaciones vegetales y de otro lado a la confrontación de unidades climas y paisajes de esta forma se establecieron biomas y paisajes que permitieron trazar unas fronteras o límites naturales que guardaban al inicio ciertas características climáticas y luego unas tierras con algunas potencialidades biofísicas.

Desde un punto de vista político en Colombia hubo cambios en la forma como se dispone de la tierra y se tiene que al comparar la constitución nacional colombiana de 1886 y la actual decretada en 1991 se advierte que anteriormente la Nación estaba bajo un “Estado de derecho”, donde se daba prioridad a los derechos colectivos y no al sujeto de derecho como tal, en contraste con la constitución de 1991 que se transforma en un “Estado social de derecho” en el cual se da prioridad a la libertad individual en relación con las colectivas; es decir, se protege con mayor plenitud a la propiedad privada.

En segunda instancia en la carta magna de 1991 se observan similitudes con México, en donde se dan a conocer los derechos fundamentales que pueden ser exigidos mediante la acción de tutela, algo que no se contemplaba en la constitución de 1886; una vez más puede observarse la tendencia que hay de alinear los países de América Latina hacia una política globalizada.

Otro paso más en ese sentido se incluye en la constitución colombiana de 1991 que en los artículos 91 y 93 ratifican el bloque de constitucionalidad que permite la inferencia de las normas internacionales en igual importancia y aplicación que la misma constitución. Con esta inclusión Colombia adquiere compromisos internacionales, pactos comerciales y su disposición para facilitar los procesos de internacionalización de la economía.

Durante la implementación de políticas en latinoamérica se empiezan a presentar cambios normativos que poco a poco van generando controversias legales. En el artículo primero de la Ley Alfonso Barberena No. 41 de 1948, ordena que los Ejidos de cualquier municipio de Colombia no están sujetos a prescripción y por tanto son bienes del municipio y son de uso público o común.

No obstante la ley tomó un nuevo giro con el decreto 1333 de 1986 cuando da la opción a que independientemente los municipios dicten normas a través de los concejos municipales y estos bienes se puedan destinar exclusivamente a la ejecución de planes de vivienda. Esto contradice la ley 32 de 1928 que en su artículo 2 y amparada por la

constitución colombiana artículo 36 dice que estas tierras solo tienen como destino a las clases pobres y menesterosas.

La constitución colombiana en su artículo 63 ordena que tanto las tierras de uso público como las destinadas a resguardos indígenas entre otras, son imprescriptibles, inalienables e inembargables. Todo lo anterior genera una serie de incongruencias legales que no son comunicadas a la opinión del común y se resuelven en despachos a puerta cerrada. Durante trabajos de campo realizados a comienzos de 2020 en Puerto Gaitán, Meta, Colombia se encontró que en el sector del resguardo Wacoyo se habían cedido tierras de estas comunidades indígenas a la multinacional Fazenda para los desarrollos productivos con maíz transgénico, con una destinación diferente a estas tierras y entrando en un proceso de territorialización de capitales transnacionales en tierras que no requieren su titulación o un documento de contrato.

Según el artículo 27 de la Constitución Política de los Estados Unidos Mexicanos; la nación es propietaria original de todas sus tierras y otorga la posibilidad de establecer el dominio a particulares con el fin de constituir un bien privado. Para mostrar el avance en esas tenencias establece tres categorías denominadas públicas, privadas y sociales. Establece además que los Estados, el Distrito Federal y todos los Municipios pueden adquirir los bienes que se requieran para utilidad de los servicios públicos; en ese caso pueden disponer de áreas privadas para utilidad de todos.

En la carta Magna Mexicana reconoce la personalidad jurídica de poblaciones ejidales y comunales y brinda protección y seguridad a las tierras, protege su propiedad privada y utilización de esas tierras para actividades productivas. La ley protege entonces las tierras de los grupos indígenas, el Estado regula el aprovechamiento de las tierras, los bosques y aguas. A su vez establece dos tipos de propiedad social las ejidales que son solicitadas por grupos de campesinos o indígenas y corresponde a un decreto de dotación de tierras que el presidente de la república da para beneficio de cualquiera de esos grupos. En segundo lugar las comunidades no se dotan sino se reconocen o restituyen; algunas de estas comunidades tienen títulos procedentes de la corona española y entregados en tiempos de colonia a esos pueblos indígenas. La constitución mexicana establece dos comunidades las que otorga la nación comunidades de hecho y las comunidades con títulos coloniales las comunidades de derecho.

Aunque en esta constitución como en la colombiana se habla de diversidad cultural (pluriculturalidad), el ingreso de megaproyectos y el compromiso de mantener la

integridad de los pueblos (convenio 169 de la OTI), en los últimos tiempos se puede percibir el menosprecio que hay sobre los pueblos y los indígenas, y el derecho agrario que antes era considerado un derecho social utilizado para minimizar las desigualdades, hoy en día se torna civil y mercantilista (CRUZ; HELIZONDO, 2016).

La constitución de 1992 elimina las normas que obligaban al Estado a ser quien ejecutaba y ordenaba las relaciones socio económicas y le asigna el papel de facilitador de normas y procedimientos para equilibrar las exigencias cuando haya controversias. Hay contradicciones entre el derecho agrario y el derecho social, pues establece la integralidad de las tierras de los grupos indígenas, pero facilita las normas que se requieren para que los procesos de políticas neoliberales que tiene la globalización, sin que sea responsable directo de las consecuencias; con esta reforma de 1992 la característica social del derecho agrario pasó a ser decisión privada que facilita la mercantilización de la tierra.

La pluriculturalidad como se nombra en Colombia al multiculturalismo muestra que la diversidad de género, las preferencias o la condición étnica es un reconocimiento también de que hay estados de riqueza y pobreza diferentes y eso es normal; esto muestra un aparente avance hacia el desarrollo, siendo también un cambio de discurso para normalizar los índices de pobreza y de explotación que pueden darse en las tierras América Latina y particularmente en Colombia y en México.

El caso de México más conocido de los ejidos que tienen títulos provenientes de la corona española y que hoy en día convirtieron en parte de la cabecera municipal de Tila en Chiapas, proceden de esta herencia imprescriptible y cuyos ejidatarios disputan la titulación de esas tierras con la Suprema Corte de Justicia de la Nación (SCJN) que les había reconocido dicha posesión; justifican este reclamo a través de narrativas históricas de las luchas que viene dando desde 1934 para que se le reconozca como propietarios, tras pasar por varios enfrentamientos y varios ajusticiamientos, se toman como ejemplo de luchas que se da en Chiapas y como referente están los ejidatarios de Tila, que invitan a la defensa de la tierra ancestral en un pequeño espacio representativo de su cultura ancestral (LA JORNADA, 2020).

Estas comunidades saben que estas tierras ejidales se compran a precios muy bajos y adquieren altos beneficios económicos en su tránsito al cambio de uso. En sus inicios los primeros ejidatarios pasaron las montañas de Chiapas para entregar el 3 de febrero de 1932 la documentación que hasta 1961 recibió la aprobación de sus límites trazados sobre planos. Desde ese entonces y hasta la fecha el ejido ha tenido un constante asedio y

despojo. Los representantes de la comunidad dicen que en julio de 1943 conversaron con las autoridades sobre un plano revisado por el departamento agrario y colonización adscrito a la reforma agraria, hasta el año de 1966 se declaraba que el ejido no era parte del poblado.

Con el decreto No. 72 del 29 de julio de 1980 el Estado Mexicano hizo efectiva la expropiación y ante el asedio y varios enfrentamientos armados, el más reciente realizado en septiembre de 2020 se realizó el despojo de estas tierras; la comunidad indígena presentó amparo 259/1982 para indicar que las tierras en disputa son de propiedad legítima de 836 capacitados y no se ha resuelto a favor de las comunidades indígenas. La comunidad muestra su autonomía para resolver el conflicto interno por las 130 hectáreas que estuvieron secuestradas por más de 70 años y que son de utilidad pública.

De acuerdo con la documentación habilitada para 836 personas hoy en día se encuentra representada por miles de indígenas quienes reclaman las tierras ejidales, se identifican como personas de escasos recursos económicos y dependientes de los productos de la tierra. Declaran que las vías de Mariscal y Carrizal en un tramo aproximado de 13 kilómetros son controladas por grupos paramilitares y personas al servicio de las fuerzas oscuras que les generan incomodidades y violencia.

El contexto político de esta investigación surge de la expansión continua de los usos agrícolas intensivos de carácter internacional tanto en Colombia como en México que permiten relacionar en primera instancia paisajes con un tema de interés como es la necesidad de establecer la última frontera agrícola. En Colombia las propuestas surgen con la firma de los acuerdos de paz que llevó a la creación de una nueva estructura política administrativa basada en el enfoque territorial en la que se desarrollan programas específicos dirigidos a las áreas rurales; en México los cambios de uso de las tierras buscan el desarrollo regional sostenible y en ambos casos se causan contradicciones teóricas que producen controversias debido a la forma en la que se entienden los paisajes y los usos en las regiones periféricas y que se dirigen a la destrucción de las selvas.

En comparación con lo que sucede en Colombia se tomó un sector perimetral de México que como Colombia ha tenido fuertes encuentros de resistencia como lo es Chiapas, para escoger un sector que muestra cercanía a la selva y proceder al análisis con base en datos y documentación referida al sector.

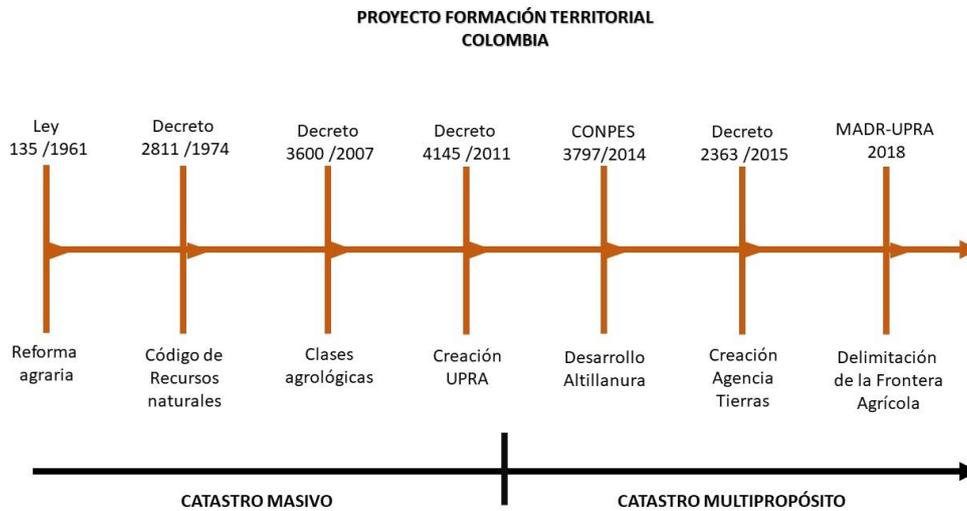
La ley 135 de 1961 estableció el criterio de Unidad agrícola Familiar – UAF a una extensión de tierra que se encuentra determinada por la condición agroecológica y tecnológica que le permite a una familia su manutención y genera a la vez un pequeño excedente de ahorro que le permite formar un patrimonio para su funcionamiento. En este tiempo se estimulaba la conformación de familias campesinas como unidad de producción agropecuaria autosostenible. Con la expedición de la constitución colombiana en 1991, esta unidad de tierra adquiere un rol importante en el ordenamiento territorial (UPRA, 2017) y en el papel de cumplir la función social de producir alimentos (IGAC, 2017).

Para el caso colombiano se realizó un análisis territorial de los últimos 60 años en un periodo entre procesos de paz fallidos 1950 a 2020 para desentramar las intenciones que hay en estas tierras que tienen poca aptitud para la agricultura y ahora se presentan como tierras que prometen un futuro para la agricultura colombiana. Una pregunta que motiva esta investigación se relaciona con la apropiación de estas tierras de selva y es ¿Cómo identificar si la formación territorial es dinamizada por capitales extranjeros y avanza hacia la selva tropical de Colombia y México?

SIMILITUDES Y DIFERENCIAS EN LOS PROCESOS DE TERRITORIALIZACIÓN EN SECTORES DE COLOMBIA Y MÉXICO

En términos de la frontera territorial hay en Colombia como en México un pasado de etnias y un proceso de colonización derivado de los primeros acuerdos de paz firmados en los años cincuenta en donde se establecían que estas tierras de la nación o Baldíos podían ser entregadas en una proporción a la calidad del suelo y las posibilidades de que puedan sostener a una familia. Fue la creación de las Unidades Agrícolas Familiares y la creación de resguardos indígenas que restringían la movilización de los antiguos pobladores del territorio (figura 4).

Figura 4 – Línea de tiempo de políticas de ocupación de tierras y catastro en Colombia.



En la figura 3 se muestra la apropiación política de los territorios localizados en la frontera agrícola en estudio en Colombia que son referentes de conflictos políticos que pretenden establecer áreas productivas derivadas de tierras Baldías que en los sesenta fueron colonizadas para ganadería extensiva y cultivos de pan coger y que a través de instrumentos de política que influyen en el uso de estas tierras para agricultura intensiva van acompañados de un programa de catastro multipropósito que pretende controlar las rentas de la tierra y a la vez generar incentivos a la producción y al manejo ambiental de los territorios.

En el caso colombiano y a partir de estudios realizados en 1963 por Doeko Goosen se delimitan algunas áreas de tierras derivadas de los biomas sabanas naturales, tierras denominadas originalmente Highplane o planoaltos denominadas en términos colombianos como altillanuras, delimitadas en una escala muy general, no obstante diferenciadas en altillanura, altillanura de mal drenaje, altillanura fuertemente disectada, altillanura con selva y altillanura con serranías, en las políticas colombianas se denomina altillanura, borrando esas diferencias tan marcadas en el paisaje (Figura 5).

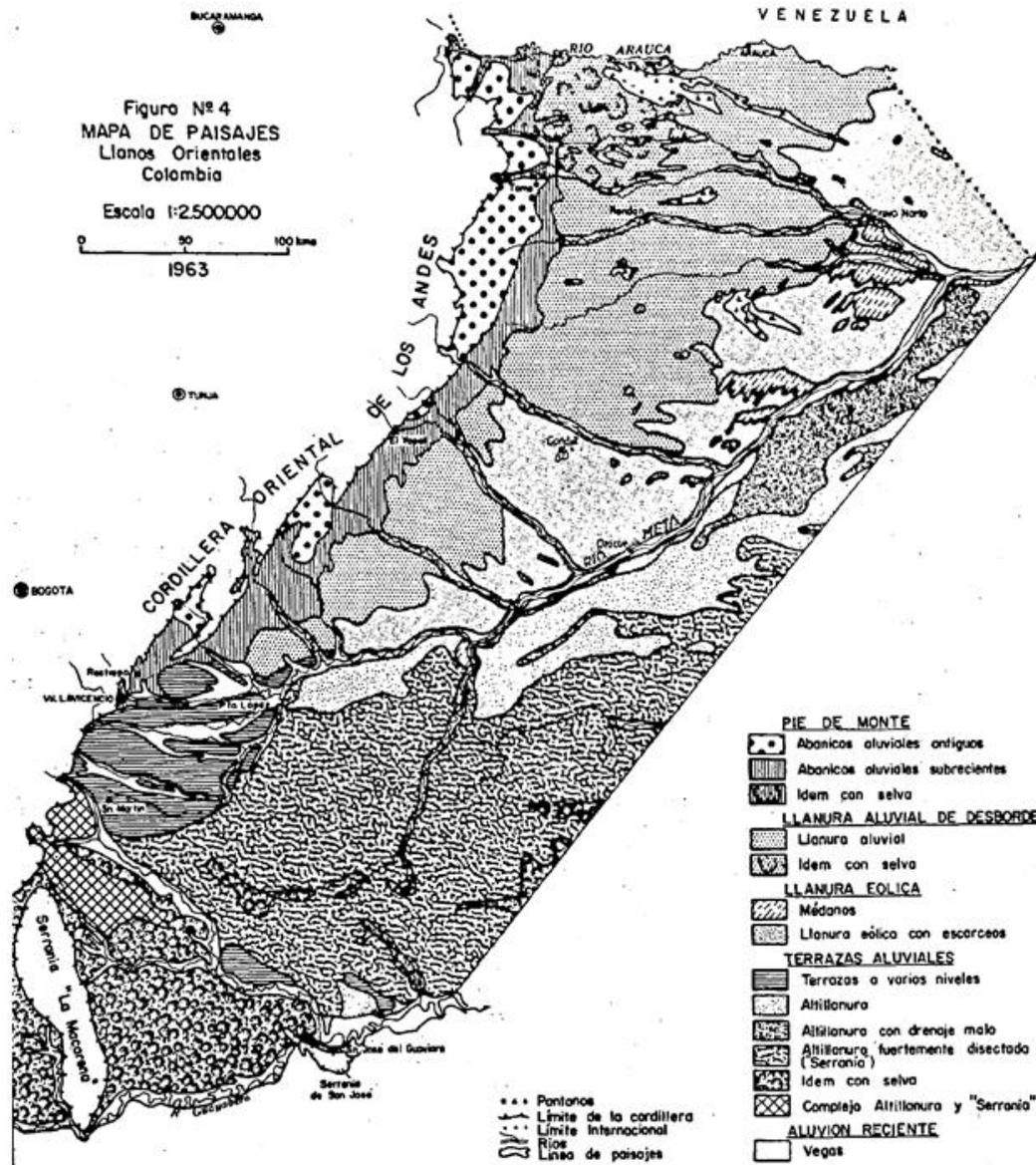
Martínez (2019) revisó la delimitación de la sabana estructural que corresponde a un bloque levantado tectónicamente en el sector identificado como plano alto por Doeko Goosen y determinó que desde esas características la zona cuenta con una extensión de 12,1 millones de hectáreas; este valor es menor al reportado inicialmente por la FAO que abarca parte de la cuenca sedimentaria del río Meta e incluye los bloques de petróleo de

Cusiana el mas grande de latinoamérica abierto en 1991, Pacific Rubiales en 2008 y otros vigentes en la actualidad.

En relación con la información correspondiente al levantamiento de suelos con fines agrícolas en los llanos orientales de Colombia la técnica aplicada en la identificación del potencial de los suelos para los usos fue la interpretación de fotografías aéreas. Dicho informe técnico fue que entregado por la FAO-ONU en 1964 y permitió la identificación de diferentes aptitudes de los suelos en una extensión de 16,8 millones de hectáreas.

De acuerdo con este estudio en el pie de los abanicos subrecientes los suelos tienen clase agrológica I en 106250 hectáreas, dato desvirtuado posteriormente debido a que para Colombia no se tienen identificados suelos de clase agrológica I (IGAC, 2016).

Figura 5 – Delimitación de las diferentes altillanuras desde el aspecto geológico estructural de Doeko Goosen (1963).



Fuente: FAO - ONU (1964).

La categoría de análisis para este trabajo fue la revalorización del espacio en el que se produce una segregación socio-espacial el que se promulga políticamente que estas tierras solo pueden ser aprovechadas adecuadamente si se invierte en biotecnología y se establecen vínculos internacionales para atender las necesidades mundiales de ciertos productos de la tierra que requieren de procesos industriales e inversiones muy costosas.

Al incluir los límites con la selva amazónica como la última frontera agraria de Colombia, se generan tensiones territoriales que pugnan por ampliar las posibilidades de uso de las tierras de la selva para incluirlas dentro de los procesos de formación productiva transnacional. Durante el establecimiento del límite departamental del Meta se deforestaron los bordes de la selva y ahora con la delimitación de la frontera agrícola se intensificaron los procesos de deforestación en los departamentos de Vichada y Casanare.

Se analizaron también algunas contradicciones entre instrumentos de política y de gestión que hacen que el pensamiento técnico que se tenía de la región entre en contradicción con los lineamientos que se aplican en la actualidad. De forma directa está el decreto 3600 de 2007 que establece la protección de los suelos con clases agrícolas 1, 2 y 3 y las siguientes categorías hasta la clase agrológica 8 se dejen para la defensa de los organismos ambientales; hasta donde se tiene establecido las tierras que superan el uso agrícola después de la clase 4 incrementan sucesivamente la fragilidad y por ende el riesgo al deterioro, eso sin contar los efectos relacionados con la pérdida de biodiversidad y las amenazas a la salud que ya son visibles en otros países como sucede en la Argentina.

Dado que Colombia recientemente inicio este propósito de intensificación de los procesos de globalización y que celebra el ingreso a la Organización para la Cooperación y el Desarrollo Económicos (OCDE) que fija unos compromisos de país que deben seguir la senda del desarrollo territorial, no obstante en un segundo bosquejo de hipótesis está que la delimitación de la frontera agrícola y la seguridad jurídica de los predios, trae la dinamización de capitales que completa la integración regional con la generación de necesidades de infraestructura vial que junto con la bioeconomía o la biotecnología favorece la reproducción de capitales de grandes compañías y proveedores que desde hace mucho tiempo están instalados en los países de América Latina. Dos amenazas identificadas son la agricultura intensiva caso de Colombia y la industria del turismo en el caso de México los dos guardan un objetivo hegemónico común, en la revalorización de los paisajes y la promoción de la cultura.

En ese sentido se identifican las sabanas naturales y las selvas tropicales como paisajes expuestos a la degradación debido a los procesos de ocupación actual y los cambios de uso que proponen las políticas y esto puede causar daños irreversibles a estos ecosistemas únicos y biodiversos.

El caso Mexicano

Las selvas mexicanas se agrupan en una extensión de 15.331 km² y corresponden a 0,78% del área continental, al sureste del país en Chiapas se encuentra la reserva la sepultura declarada como reserva biosfera en 1995; en el mismo Estado se encuentra también Montes azules con el 30% de las reservas de agua del país y 27% de los mamíferos identificados en México. En la península de Yucatán más del 75% de la superficie se constituye en una propiedad social (RAN; IICA, 2010).

Con la creación de Cancún como ciudad turística en 1970 se inicia la posibilidad de desarrollo económico a partir de la inversión de capital extranjero. El origen del topónimo Cancún es Maya *ka'an*, que para el nativo la primera sílaba significa víbora, y la segunda parte *kun* se refiere a olla, por lo que le atribuyen el significado de "nido de serpientes"; esta historia ha sido utilizada por los promotores del turismo que asocian leyendas de las pirámides con el mito de estos reptiles y su incidencia en la abundante formación de los cenotes; una explicación que atrae el turismo y es diferente a la real que muestra la creación de cenotes debido a abundantes depósitos de agua subterránea que disuelve la roca caliza que tuvo su origen en las profundidades del mar y fue expuesta a la superficie por procesos tectónicos.

En términos geomorfológicos el proceso se conoce como Kárstico y su manifestación física es la formación de cuevas y dolinas un atractivo turístico propio de esta región. Desde su formación geológica esta zona como la de Colombia tiene su origen en la profundidad del mar, en el caso colombiano con abundante precipitación de compuestos ferrosos, mientras que en México los sedimentos son organismos marinos que produjeron suelos con abundante cantidad de nutrientes a diferencia de la zona colombiana deficitaria en nutrientes.

México se promociona al mundo como un país misterioso multicultural que surge de una cultura avanzada; en las expresiones sobre la hegemonía del espacio y para el caso del desplazamiento de indígenas a los espacios urbanos, se reconoce la acción de los procesos históricos, acciones sociales y ante todo decisiones políticas (ESTÉVEZ, 2012); es decir, el espacio de la ciudad está cargado de ideologías que no admiten una visión diferente a lo que se tiene para ellas, esto hace que al interior del país el indígena sea visto como un problema social que hay que vigilar y controlar, aunque los procesos modernos lo hayan despojado de sus tierras, en la ciudad no hay para ellos un espacio diferente al

de la indigencia o la promoción de artesanías, que son controladas a su vez por las autoridades o los empresarios de la cultura.

La geopolítica de los bordes de selva en Chiapas se deriva de la reforma agraria por la que han pasado los países latinoamericanos, todos los efectos espaciales están relacionados con la división mundial del trabajo, los límites y fronteras territoriales (HEVILLA, 1998; HISSA, 2002; OSSA, 2017). Como referencia de estos procesos en el año 1915 se firmaba la reforma agraria en México, en 1983 se da la contra reforma agraria en el que se inicia el fin de los ejidos y de la propiedad colectiva, se realiza la firma del tratado de libre comercio con América del norte en el cual las actividades agrarias se tornan dependientes del mercado internacional que da paso a una actividad agroindustrial que atiende las necesidades internacionales y alejada de la seguridad alimentaria local.

Villafuerte Y Garcia (2013), identificaron las políticas de reconversión productiva concluida en 2012 como un abandono de las actividades rurales nativas y un olvido a la condición del campesino local. La política de reconversión sirvió para promocionar la exportación de productos agroindustriales tales como la palma africana; durante esta etapa se produjo un tránsito hacia la economía urbana incluso la expulsión de campesinos de sus tierras debido a las nuevas políticas aplicadas en la firma del tratado de libre comercio.

Entonces la Ley agraria y la organización de la mujer campesina, que obtiene el derecho a heredar las tierras del esposo muerto durante el conflicto territorial, asignándole a la mujer una nueva tarea de dar continuidad a la tradición cultural de las tierras agrícolas, incluso con la llegada del enfoque ambiental en el 2001, la mujer ratifica sus cualidades sociales para unirse a la conservación y recuperación de los suelos con la ayuda de la Organización de las Naciones Unidas para la Alimentación y la Agricultura – FAO y los programas de cubrimiento mundial en los estudios de cuencas hidrográficas.

En el 2007 la tierra adquiere mayor control del Estado con la ley del catastro que similar al caso de Colombia se presenta como atrasado y con necesidad de modernización; se gestionan préstamos al Banco Mundial para el cubrimiento total. Finalmente se ratifica el tratado de libre comercio y se extiende para Canadá; por estas providencias desde 1950 se refuerzan las políticas para las industrias ensambladoras de autos que se encuentran en México (Figura 5).

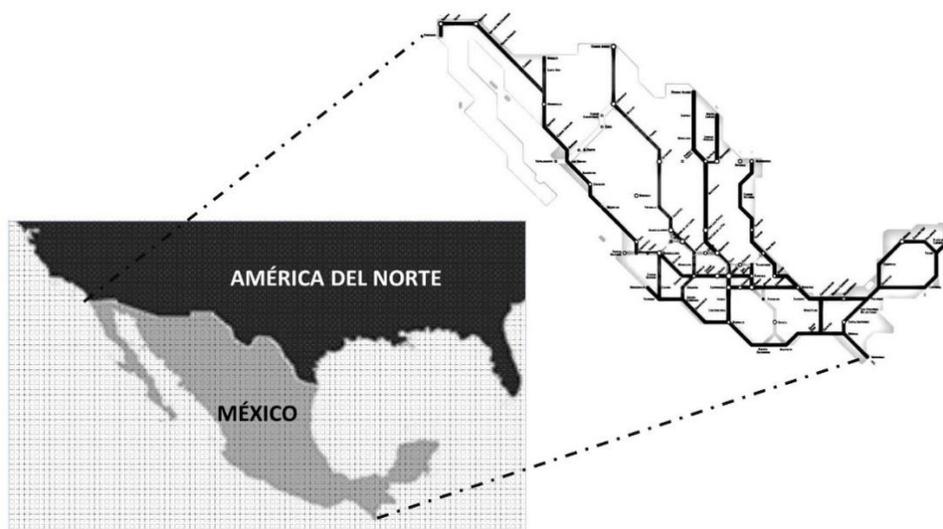
Figura 5 – Línea de tiempo de políticas de ocupación de tierras y catastro en México.



Fuente: Los autores (2021).

Para el año 2050 se tiene proyectado para México completar 12 líneas de trenes, incluido el tren Maya, para un total de 17.673 kilómetros de línea férrea (Figura 6). De acuerdo con la figura todas se conectan en el sentido al norte, el circuito que atraviesa la zona selvática corresponde al tren Maya y permitirá la conexión de la zona central con el sureste de México, tal como está proyectada tendría salida al mar Caribe, para lo cual también hay un proyecto turístico que prepara una conexión de la bahía de Chetumal, a través del canal de Zaragoza frente a la isla de San Pedro, en Quintana Roo; la conectividad de México por vía del tren aunque presenta problemas de poco uso se planeó para el transporte de pasajeros; no obstante, las líneas férreas también pueden utilizarse en el transporte de partes de automóviles ya que en este país se encuentran 8 grandes empresas ensambladoras de autos dispuestas allí para el mercado nacional y el de América Latina.

Figura 6 – Líneas de tren construidas y proyectadas a 2050 en México



Fuente: Los autores (2021).

Las nuevas líneas férreas del tren Maya hacen parte del continuo de vías que terminarían uniendo la frontera de Estados Unidos con el Mar Caribe, su objetivo actual es dar una utilidad a las selvas biodiversas mediante la implementación de un turismo denominado de aventura que está planeado para rodear la península de Yucatán con la anuencia de capital extranjero.

Los procesos de paz que se adelantan actualmente en los países latinoamericanos tienen implícitos planes de ordenamiento del territorio más allá de la creación de territorios, la mayoría confronta a las instituciones y les induce a la formación catastral y al saneamiento de la propiedad rural. Coincidentalmente en México (ley de catastro 2007; INEGI, 2015) y en Colombia con el cumplimiento del Artículo 104 de la Ley 1753 de 2015, Plan Nacional de Desarrollo 2014–2018, denominado “Todos por un nuevo país”, programa de gobierno que se encuentra respaldado por el documento CONPES 3859 de 2016 denominado Política para la Adopción e Implementación de un Catastro Multipropósito Rural – Urbano. Con esas referencias se observa un camino similar entre estas dos Naciones en cuanto a la conformación de territorios a partir de la inclusión de nuevas tierras a la economía, principalmente sabanas y selvas.

REFLEXIONES FINALES

El tema agrícola estuvo presente en los dos sectores límite con la selva tropical en Colombia con la definición de la frontera agrícola y en México los conflictos se agudizaron con promulgación de la ley agraria y con la liberación de tierras de usos agrícolas a otros usos alternativos como el turismo y la explotación de la belleza escénica; estos dos usos favorecen el ingreso de capitales extranjeros.

Los límites de la frontera agrícola propiciaron la afectación de las selvas tropicales y en el caso de Colombia incrementaron visiblemente los índices de deforestación en el borde de la selva; los límites entre las tierras productivas y aquellas que requieren la protección ambiental se delimitaron a partir de la escala 1:100.000 que da un margen de al menos un kilómetro en el límite entre las tierras productivas y las tierras de conservación de la selva.

En México la intervención del bosque se hace desde la creación de Cancún como sitio turístico por excelencia y esto incrementó la intervención de las selvas tropicales. El tren Maya y las subsiguientes estaciones dentro de la selva o los senderos que se inauguren durante ese recorrido, representa una revalorización de la naturaleza y una nueva forma de acumulación capitalista y comercio de los paisajes.

La identificación de la línea de tiempo de los efectos territoriales causados por los instrumentos de política permitió comprender el cambio en la destinación de algunas tierras, el grado de desposesión que se realiza en estos espacios naturales, las políticas que apoyan la inversión extranjera y las acciones que se siguen para lograr ese objetivo.

Se encontró que las políticas globales están orientadas hacia la utilización de nuevas tierras en México y Colombia con la presentación de estímulos para las nuevas inversiones de capital, en el caso colombiano con el incremento de áreas sembradas con cultivos agroindustriales y en otros casos con la oportunidad de introducir pasturas y ganado en sitios recién deforestados.

Hay dos elementos que se constituyen en un respaldo para que los capitales extranjeros entren a intervenir; las nuevas políticas están acompañadas de cambios en la estructura de la nación. La revalorización de la naturaleza, el abandono de técnicas y aceptación de otras alternativas de usos diferentes a los tradicionales, en México en los documentos de política se aplicó la reconversión productiva y en Colombia se generan incentivos para la siembra de palma africana y de caña de azúcar.

En Colombia las propuestas van acompañadas de la construcción de vías que hacen parte de dos ejes de la Integración de la Infraestructura Regional Suramericana - IIRSA: la primera red vial de la Amazonía que está dirigida a intervenir las selvas colombianas y la segunda red vial la denominada Andina que comunicará al mar Pacífico con el Caribe.

El caso de México está orientado a integrar las líneas de trenes que dirigen sus flujos hacia Norteamérica y permiten llevar a la práctica el Tratado de Libre Comercio de México con Estados Unidos y Canadá. La línea del tren Maya inicia en Chiapas que es considerada la última frontera agrícola y circula en la zona selvática de la península de Yucatán. La construcción de la vía y la instalación de hoteles tendría el apoyo representado en empréstitos multinacionales e inversión extranjera y es un proyecto de la globalización.

En suma lo elementos que estructuran la formación territorial en sectores de Colombia y México que están próximos a las selvas tropicales se pueden resumir así: acuerdos multilaterales y tratados de libre comercio, generación de políticas públicas, creación de normas y reglamentos relacionados con la agricultura, actualización del catastro e incentivos a la inversión extranjera.

REFERENCIAS

ASOCIACIÓN EMPRESARIAL PARA EL DESARROLLO DE LA ORINOQUIA – ASOORINOQUIA. *Delimitación de la Frontera Agrícola de Colombia*. <http://www.asorinoquia.org/noticias/92/Delimitaci%C3%B3n-de-la-Frontera-Agr%C3%ADcola-de-Colombia>.

BARROS, Claudia; ZUSMAN, Perla. La geografía en la búsqueda de conceptos híbridos. *Boletín de la Asociación de Geógrafos Españoles*. n. 27, p. 67-80, 1999.

BECKER, Bertha K. (1974) “A Amazônia na Estrutura Espacial do Brasil”. *Revista Brasileira de Geografia*, vol. 36, núm. 2, 3-33.

BECKER, Bertha K. “Uma hipótese sobre a origem do fenômeno urbano numa fronteira de recursos do Brasil”. *Revista Brasileira de Geografia*, IBGE, Rio de Janeiro, vol. 40, n. 1, 111-122, 1976.

BECKER, Bertha K. *Geopolítica da Amazônia: A Nova Fronteira de Recursos*. Rio de Janeiro: Zahar, 1982.

BECKER, Bertha K. *Amazonas*. São Paulo: Ática, 1990.

BECKER, Bertha K. Deshaciendo mitos: el Amazonas: un bosque urbanizado. En: CLÜSENER-GODT, M.; SACHS, I. (Orgs.). *Perspectivas brasileñas sobre desarrollo sostenible para la región amazónica*. París: UNESCO, v. 15. p. 53-89, 1995.

BROWN, L. A., SIERRA, R. Frontier migrations as a multistage phenomenon reflecting interplay of macroforce and local conditions: the Ecuador Amazon. *Papers in Regional Science*, v. 73, n. 3, p. 267-288, 1994.

BROWN, L. A., SIERRA, R. Urban system evolution in frontier settings. *Geographical Review*, v.84, n. 3, p. 249-265, 1994.

CENTRO DE MEMORIA HISTÓRICA. Violencia paramilitar en la altillanura: autodefensas campesinas de Meta y Vichada. *Serie: Informes sobre el origen y actuación de las agrupaciones paramilitares en las regiones Centro Nacional Informe*, n. 3. Bogotá. 564 p. 2018.

Constitución Política 1 de 1991 (Asamblea Nacional Constituyente). Recuperado de <<http://www.alcaldiabogota.gov.co/sisjur/normas/Norma1.jsp?i=4125>>.

CRUZ, Elisa y ELIZONDO, María del Pilar. Ejercicio de gobierno indígena desde los bienes comunales de Venustiano Carranza UNA. *Revista de Derecho*, v. 1: 2016.

ESTÉVEZ, Brais. La idea de espacio público en geografía humana. Hacia una conceptualización (crítica) contemporánea. Universitat Autònoma de Barcelona. Departament de Geografia. *Documents d'Anàlisi Geogràfica*, v. 58/1. p. 137-163, 2012.

FAO - ONU. (1964). Reconocimiento edafológico de los Llanos Orientales. *Tomo I, INFORME GENERAL*. Roma: Organización de las Naciones Unidas para la Agricultura y la Alimentación. <http://www.fao.org/3/27262s/27262s.pdf>

FLOREZ María de Lourdes. Los alcances en la producción agrícola chiapaneca. Una reflexión sobre la soberanía alimentaria en la región. *Región y sociedad*. año 31. México. p. 23. 2019. Consultado en: <https://doi.org/10.22198/rys2019/31/1177>

HARVEY, David. *The New Imperialism*. Oxford: Oxford University Press. 2003

HARVEY, David. *Spaces of Capital: Towards a Critical Geography*. En español: Espacios del capital: hacia una geografía crítica Madrid: Akal, 2007.

HIRSCHMAN, C. Population and Society in Twentieth Century Southeast Asia. *Journal of Southeast Asian Studies*, v.25, n. 2, p. 381-416, 1994. Referring to Clifford Geertz's *Agricultural Involution: the processes of agricultural change in Indonesia*. (Berkeley: University of California Press, 1963).

HISSA, Cássio. *A mobilidade das fronteiras: inserções da geografia na crise da modernidade*. Belo Horizonte: Editora UFMG, 2002.

IGAC. Instituto Geográfico Agustín Codazzi. Catastro multipropósito.

IGAC. Instituto Geográfico Agustín Codazzi. La Orinoquia colombiana. Visión Monográfica. Segunda edición Ampliada y Corregida. CORPES ORINOQUIA. 1999.

RAN & IICA. 2010. Atlas de la propiedad social y servicios ambientales en México. disponible en: https://www.ccmss.org.mx/descargas/Atlas_de_propiedad_social_y_servicios_ambientales_en_Mexico.pdf

MARTINS, Souza. *O Cativoiro Da Terra*. Quarta Edição. Editora Hucitec. São Paulo. 1990.

MARTÍNEZ, Néstor. *Consideraciones técnicas para la delimitación de la altillanura*. Informe técnico. Instituto Geográfico Agustín Codazzi, Subdirección de Agrología. Grupo de Investigación Suelos y Ecología. Bogotá. 2019.

MUCHAGATA, M. G. Bosque y personas. El rol de la producción del bosque en el sistema de frontera agrícola en la Amazonia Oriental. *Development Studies Occasional Paper-University of East Anglia*, v. 36, p. 7, 1997.

NASH, A. Population geography. *Progress in Human Geography*, v. 20, n. 2, p. 203-214, 1996.

PELTIER, Louis. The geographic cycle in periglacial regions, *Am. Assoc. Am. Geog.*, 40, 214-236. 1950.

SAINT-CLAIR Cordeiro da Trindade Júnior. Pensando a modernização do território e a urbanização difusa na Amazônia. *Mercator - Revista de Geografia da Universidade Federal do Ceará*. Fortaleza, Brasil UFC, v. 14, n. 4, dez., p. 93-106, 2015.

GOOSEN, Doeko. Geomorfología de los llanos orientales. *Revista colombiana de ciencias* v. XII. n. 46. 1964. *Editorial Voluntad*. Bogotá D. E. Colombia. p 129 -140, 1964.

HEVILLA, María Cristina. El estudio de la frontera en américa. una aproximación bibliográfica. *Scripta Nova - Revista Bibliográfica de Geografía y Ciencias Sociales*. Barcelona. v. 3, n. 125, p. s/n, 1998.

INSTITUTO GEOGRÁFICO AGUSTÍN CODAZZI - IGAC. Atlas básico de Colombia. mapas ilustrados. *Impreso por Instituto Geográfico Agustín Codazzi*, Bogotá. 446 p. 1978.

INSTITUTO GEOGRÁFICO AGUSTÍN CODAZZI - IGAC. *Suelos y tierras de Colombia*. Subdirección de Agrología. Bogotá, D.C. Tomo 1. 545 p. Tomo 2. 854 p. 2016.

INSTITUTO NACIONAL DE ESTADÍSTICA Y GEOGRAFÍA- INEGI. Primera red interamericana de Catastro y registro público de la propiedad. México. 2015.

KIRBY, A. M. Tiempo, espacio y acción colectiva: espacio político/geografía política. *Documents D-Análisis Geográfica*, n. 15, p. 67-88, 1989.

LA REPÚBLICA DIARIO DIGITAL. LA VÍA ENTRE EL PACÍFICO Y LA ORINOQUÍA GENERARÁ \$7 BILLONES EN BENEFICIOS INDIRECTOS. 16 de julio de 2020. Consultado en la página Web: <https://www.larepublica.co/economia/la-via-entre-el-pacifico-y-la-orinoquia-generara-7-billones-en-beneficios-indirectos-3032047>

LA JORNADA. Elio Henríquez, corresponsal. Diario digital. jueves, 24 septiembre de 2020 14:05. *Ejidatarios de Tila reiteran su rechazo a una negociación de sus tierras*. Consultado en la web: <https://www.jornada.com.mx/ultimas/estados/2020/09/24/ejidatarios-de-tila-reiteran-su-rechazo-a-una-negociacion-de-sus-tierras-7766.html>

LEFF, Enrique. *Saber ambiental sustentabilidad, racionalidad, complejidad, poder*. México: PNUMA, Siglo XXI editores, 1998.

LEY 135 de 1961, «sobre la reforma social agraria». *Diario Oficial* 30.691, del 20 de diciembre de 1961.

LEY 1753 de 2015, *Plan Nacional de Desarrollo 2014–2018*. Presidencia de la republica

LEY DE CATASTRO PARA EL ESTADO DE CHIAPAS. Última reforma publicada en el Periódico Oficial No. 208, de fecha 31 de diciembre de 2009

MINISTERIO DE AGRICULTURA Y DESARROLLO RURAL MADR Y UNIDAD DE PLANIFICACIÓN REGIONAL AGROPECUARIA UPRA. Identificación General de la Frontera Agrícola en Colombia. Escala 1:100.000. versión 1.0. Bogotá. 61 p. 2018.

OSSA, Margarita Serje de la. Fronteras y periferias en la historia del capitalismo: el caso de América Latina. *Revista de Geografía Norte Grande*, n. 66, p. 33-48, 2017.

RENARD, J-P. Population et frontières: problématiques et méthodes. *Espace Populations Societes*, v. 2, p. 167-184, 1992.

SUZUKI, Julio. Avanços teóricos e metodológicos na leitura da América Latina: contribuições de José de Souza Martins. *Cadernos Prolam/USP*, v.15, n.29, p.136-157, jul/dez. 2016

UNIDAD DE PLANIFICACIÓN RURAL AGROPECUARIA (UPRA). Unidad Agrícola Familiar en el ordenamiento Jurídico colombiano. Ministerio de agricultura. Bogotá. 90 p. 2017.

VILLAFUERTE, Daniel y GARCÍA, María del Carmen. La geografía de la polarización: economía, sociedad y pobreza en Chiapas. *Universidad de Ciencias y Artes de Chiapas. Anuario*, p. 244-273, 2013.

PACÍFICO COLOMBIANO: FORMAÇÃO TERRITORIAL

Dorival Bonfá Neto¹

Júlio César Suzuki²

Luis Carlos Jiménez Reyes³

O litoral Pacífico colombiano é um território da diferença, como coloca Arturo Escobar (2015), em que os elementos bióticos e abióticos conformaram uma região única, em relação à configuração populacional e a biodiversidade, que não podem ser dissociadas. Trata-se de um território ou um “território-região”, como chamado pelos movimentos sociais e ativistas que após anos de lutas conseguiram a titulação coletiva do território, em um movimento paralelo com a construção de uma identidade (ESCOBAR, 2015).

O conceito de “território-região” é concebido como uma construção política para a defesa dos territórios e da sustentabilidade, pois surge e se dissemina associado com os movimentos sociais nas décadas de 1980 e 1990, frente a um cenário de conflitos socioambientais e disputas territoriais.

Entendemos o território como uma construção social, histórica e cultural, que está sempre vinculado ao processo de dominação de espaços e de pessoas, e que faz a intermediação entre a sociedade, a natureza e o lugar, de acordo com a compreensão de Saquet (2015), que concebe o território como sendo um produto das relações da sociedade com a natureza, envolvendo relações políticas, culturais, econômicas, ambientais que são a condição para a reprodução social. Além disso, território é produzido pelo exercício do

¹ Doutorando no Programa de Pós Graduação em Integração da América Latina (PROLAM/USP), Geógrafo pela Universidade de São Paulo (2018) e professor da educação básica. E-mail: dorival.neto@usp.br.

² Graduado em Geografia (UFMT, 1992) e em Letras (UFPR, 2004), com mestrado (USP, 1997) e doutorado (USP, 2002) em Geografia Humana e estágio pós-doutoral na Université Panthéon-Sorbonne (2007-2008), Université Rennes 2 (2014-2015) e Université de Pau et des Pays de l'Adour (2014-2015). Atualmente, é professor do Departamento de Geografia/FFLCH/USP e orientador junto ao Programa de Pós-graduação em Integração da América Latina (PROLAM/USP). E-mail: jsuzuki@usp.br

³ Doctor en Geografía Humana, profesor de tiempo completo del programa de Geografía de la Universidad Nacional de Colombia (Sede Bogotá) y director de posgrados en Geografía de la misma universidad. Universidad Nacional de Colombia, Colombia E-mail: lcjimenezre@unal.edu.co

poder por alguma classe social ou grupo e pelas territorialidades produzidas no cotidiano (SAQUET, 2015).

Nessa concepção está presente o traço da territorialidade, que é a agregação indentitária, imaterial e simbólica à ideia mais tradicional de território e que possui menção à especificidade do lugar, com suas particularidades, que formam territorialidades (SAQUET, 2015).

Frente a essas delimitações, iremos aqui realizar um estudo de caso buscando analisar a construção do território afrocolombiano, por meio de uma perspectiva histórica contemplando os principais eventos ocorridos a partir do século XVI, quando a região do Pacífico colombiano começa a ser ocupada por africanos e europeus. O foco será nos eventos que ocorrerão ao longo, e principalmente no final, do século XX, com a ascensão do conceito de território-região e a implementação da Lei 70 de 1993. Para isso, realizou-se um levantamento bibliográfico.

A análise está dividida em quatro tópicos: o primeiro, “*O Pacífico colombiano*” faz uma caracterização da região; o segundo, “*Formação do território afrocolombiano: período colonial*” discutem-se os primeiros fluxos migratórios e ocupações territoriais durante os séculos XVI ao XIX; o terceiro “*O longo século XX: entre extrativismos e (re) existência dos afrocolombianos*” debatem-se os principais discursos que resultaram em intervenções na região e uma resposta dos grupos que ali estavam; o último tópico, “*A Lei 70 de 1993 e o conceito de território-região para a construção de um território da diferença*” discute como ocorreu a titulação coletiva do território afrocolombiano em conjunto com a emergência do conceito de “território-região”.

O PACÍFICO COLOMBIANO

A estrutura física do território colombiano desempenhou papéis importantes no povoamento e nas divisões e fronteiras territoriais, que em alguns momentos facilitam as interações de grupos populacionais e outras vezes incentivava as divisões. A geografia colombiana, composta por selvas, montanhas e planícies costeiras, favoreceu o estabelecimento de comunidades autossuficientes, algumas camponesas, e isoladas dos grandes centros econômicos, que não necessitavam trocar seus produtos básicos, além de terem uma facilidade para produzir, caçar, pescar, extrair, como também as dificuldades de transporte (UMAÑA, 2014).

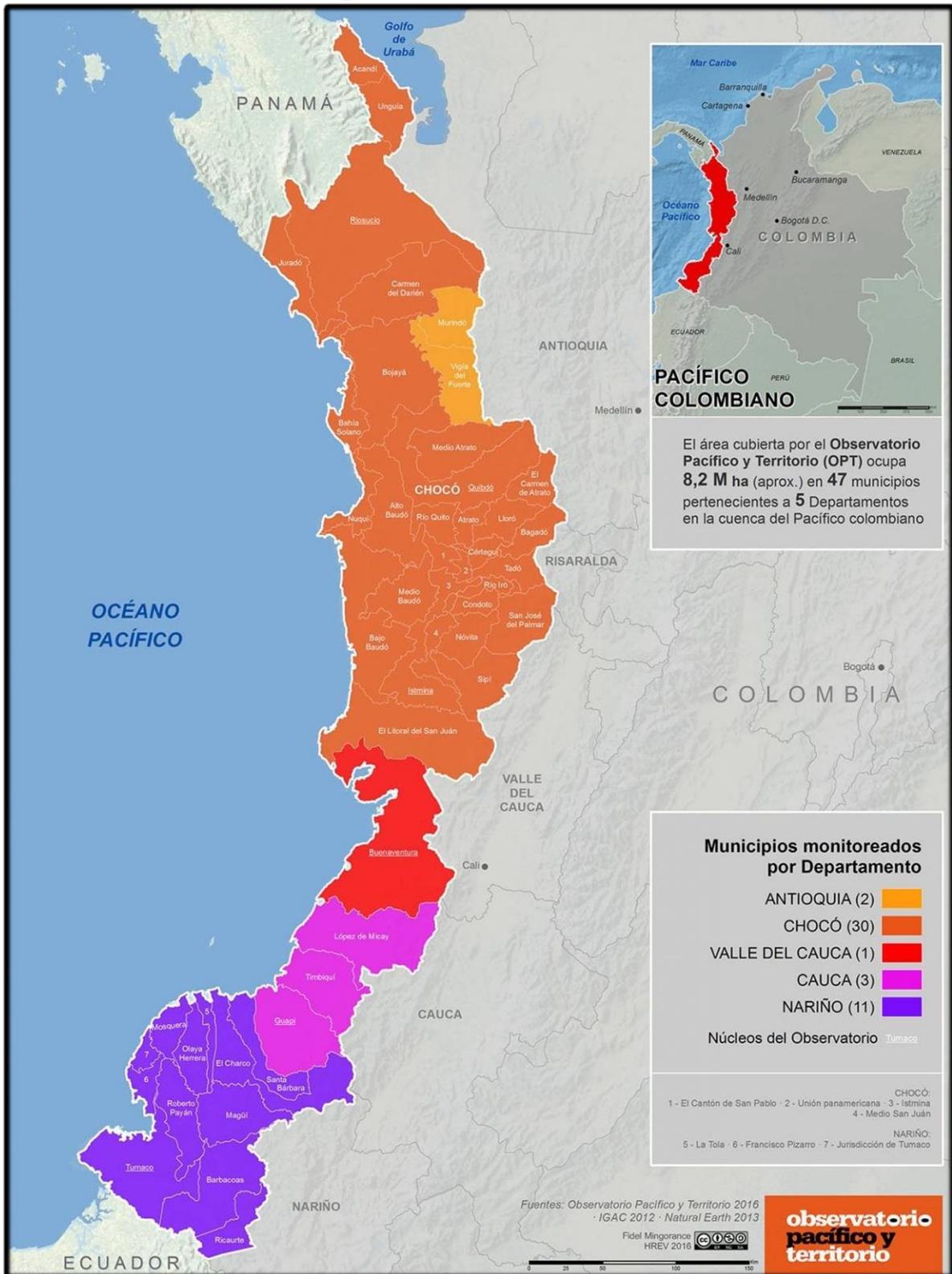
O Pacífico colombiano possui uma área de 116.000 km² e uma extensão de norte a sul de 1.495km (DÍAZ; GALEANO, 2016), contendo quatro departamentos (Chocó, Valle del Cauca, Cauca e Nariño) e 15 municípios, sendo Bahia Solano, Tumaco e Buenaventura os principais (DEFENSORIA DEL PUEBLO, 2016). Mais de 90%, do total aproximado de 650.000 habitantes da zona costeira (a maioria afrodescendentes), vivem nos cascos urbanos desses três municípios, onde estão também as principais atividades comerciais e de serviços da região (DÍAZ; GALEANO, 2016).

Para Julio Carrisoza Umaña (2014), a região do Pacífico colombiano trata-se de um Sistema Ambiental Territorial, conceito que se fundamenta em um pensamento complexo, que abrange elementos sociais, culturais e do ambiente, como o proposto por Edgar Morin (2012), e “[...] que reúne los elementos bióticos y abióticos no humanos con los humanos.” (UMAÑA, 2014, p.126). Para o Umaña, a Colômbia é um país formado por “conglomerados territoriais”, em que a região do Pacífico trata-se de um. Os conglomerados territoriais são “[...] generados en Colombia por las interrelaciones entre lo imaginario, la gente y la realidad de la estructura física y biótica.” (UMAÑA, 2014, p.125).

Arturo Escobar (2015) chama a região de Pacífico Biogeográfico, expressão que traz a ideia de uma região constituída por processos históricos que implicam as dimensões geológicas, biológicas, políticas e socioculturais. Para Escobar, até fatores como a geologia, a geomorfologia e o ecossistema, são também constituidores de processos históricos, em uma visão complexa pela qual “[...] la historia no solo es una propiedad de lo humano y los procesos biológicos (‘evolución’) sino también de lo físico y lo químico” (ESCOBAR, 2015, p.54).

Trata-se de uma das regiões mais remotas do país, principalmente na parte norte ou no departamento do Chocó, que está mais ao norte do Pacífico colombiano, fazendo fronteira ao sul com o Departamento Valle del Cauca e ao norte com o Panamá. O Departamento do Chocó possui 30 municípios, 457.412 habitantes e uma área de 46.530 km², com densidade demográfica aproximadamente de 9,8 habitantes por km², sendo considerado o departamento mais pobre do país (DANE, 2019).

Mapa 1 - Pacífico Colombiano



Fonte: Observatorio Pacífico y territorio (2016). Disponível em:
<https://pacificocolombia.org/pacifico-colombiano/>. Acesso em 03/11/2020.

A região é ocupada de maneira dispersa, por cidades de pequenos portes, praias e corregimentos (aglomerações urbanas menores que a sede municipal ou “*cabecera municipal*”) e seus habitantes se apoiam em costumes ancestrais, que lhes possibilitaram uma coexistência com algumas condições mais extremas do mar e da floresta, como a extrema umidade que pode chegar a 12.000 mm anuais (DÍAZ; GALEANO, 2016).

No Pacífico Biogeográfico, há pequenas comunidades e povoados de pescadores, em sua grande maioria formados por afrocolombianos, mas também por habitantes de diversas origens étnicas indígenas, das que resistiram e permaneceram após a invasão europeia, como os *embera-katío*, *wuanam* e *kuna*, além de outros oriundos dos diversos fluxos populacionais para a região⁴ (UMAÑA, 2014).

Toda essa diversidade cultural e socioambiental só se faz possível a partir da manutenção dos múltiplos territórios existentes como um elemento determinante para a reprodução material e imaterial do modo de vida das sociedades afrocolombianas e indígenas, baseados na pesca, na agricultura e no extrativismo. Sendo assim, o modo de vida se realiza como forma de apropriação e reprodução social em que se inserem os sujeitos, e em suas múltiplas relações tecidas com o ambiente, que serão elementos determinantes na produção de seus territórios e suas territorialidades (SAQUET, 2015; SUZUKI, 2013).

FORMAÇÃO DO TERRITÓRIO AFROCOLOMBIANO: PERÍODO COLONIAL

Si algún lugar en el virreinato que se acercó a encarnar esa delirante fantasía de los conquistadores condensada de El Dorado, no cabe duda que sería el Chocó. La paradójica situación de gran riqueza de un lugar e indecible miseria del grueso sus gentes no es de hoy, ni se refiere exclusivamente a esta novedosa veta de la biodiversidad. (RESTREPO, 2013, p. 186).

Antes da chegada dos espanhóis a região era habitada por diversas etnias indígenas, entre as quais estão os *Emberá*, *Wounnan*, *Guna* (ou *Kuna*) e os *Awá* (UMAÑA, 2014) e também os *Epera-Sapidara*, *Chamí* e os *Katío* (DÍAZ; CARO, 2016). Evidências arqueológicas sugerem que as primeiras presenças humanas na região do

⁴ Por exemplo, os escravizados foragidos das fazendas de mineração de ouro, chamados de *cimarrones*, e, durante o século XX, dos *paisas*, provenientes do Departamento de Antioquia, mas também de pessoas vindas de outros departamentos, como de Tolima e Boyacá (UMAÑA, 2014).

Pacífico colombiano datam entre 10.000 e 7.000 anos atrás, quando populações migraram das costas da América Central em busca de alimentos e novas terras, como sugerem as pontas de projéteis encontradas no Golfo de Urabá. Dessa forma, já ocorreu uma apropriação ancestral do espaço marinho, por meio da tradição extrativista de recursos pesqueiros por parte das comunidades que foram povoando o território, pois sua ocupação é fruto da conexão dos grupos originários do continente americano, e na região do atual Pacífico Colombiano, os pescados e mariscos eram componentes alimentares essenciais para esses grupos (DÍAZ; CARO, 2016, p.30).

De acuerdo con una reinterpretación del material arqueológico de esta región, los yacimientos costeros del este de Panamá y de Cupica corresponden a una población densa y vigorosamente interconectada durante los nueve siglos que precedieron a la conquista. Aunque el material arqueológico hallado hasta ahora no da mayores indicios, es probable que el pescado y los mariscos fueran un componente importante en la dieta de estos primeros pobladores. Al arribo de los conquistadores europeos, el territorio oriental de Panamá, tanto en el Caribe como en el Pacífico, así como las costas del golfo de Urabá y del norte del Pacífico colombiano, estaban ocupadas por la etnia que, en términos genéricos, se denomina Cueva o Chocó, de la cual se reconocen distintos grupos hoy conocidos como Emberá, Epera-Sapidara, Chamí, Katío y Wounana.

Após a invasão espanhola no que viria a ser chamado de América, o espanhol Rodrigo de Bastidas organizou a primeira expedição para a região, em 1501. Nove anos depois, o cartógrafo espanhol Martín Fernández de Enciso fundou o povoado Santa Maria de la Antingua del Darién, sendo este o primeiro assentamento espanhol na região, marcando também a primeira ocupação não indígena. Em 25 de setembro de 1513, chegou uma expedição com 67 homens, entre eles europeus, indígenas e africanos, que passaram a ocupar a região (VEGA; CORDOBA, 1984).

A região possui a presença de diversas minas de ouro, principalmente na Cordilheira Ocidental, próximo a Quibdó (capital do Departamento) e que após o intenso uso de mão de obra indígena nas minas, começaram a virem os escravizados africanos para substituir a mão de obra indígena, que havia sido dizimada na região do Chocó. Arturo Escobar (2015) afirma que a região se integra na economia mundial desde o momento em que os indígenas, posteriormente os africanos, passam a ser escravizados e a exploração mineira se institui.

Habitualmente descrita como una selva pobre y olvidada, caliente y húmeda, entrecruzada por innumerables ríos y habitada por grupos indígenas y negros – un ‘litoral recóndito’ como Sofonías Yacup, un poeta y político de origen local, lo había ya planteado en la década del treinta -, el Pacífico colombiano ha sido integrado a la economía mundial desde la colonia a través de la exploración, la esclavitud, la minería del oro, y el sometimiento o eliminación de los habitantes indígenas. Es así como hubo ciclos de auge y decadencia, que tuvieron lugar en los pasados dos siglos, atados a la extracción de materia prima (oro, platino, maderas finas, madera para la construcción, caucho y más recientemente biodiversidad), cada uno dejando una huella indeleble en la producción social, económica, ecológica y cultural del lugar. (ESCOBAR, 2015, p.21-22).

Entre 1540 e 1550, esgota-se o ouro acumulado pelos indígenas e então os espanhóis passaram a caçar minas valendo-se da escravização dos indígenas, que foram diminuindo drasticamente (pelas doenças e guerras), evocando a necessidade de trazer escravizados africanos, por meio de uma lei estabelecida por Carlos V, conforme demonstra Jorge Orlando Melo (2017, p.67): “Los esclavos tenían una ventaja: probablemente, además de su mejor adaptación al calor, tenían ya resistencia a algunas enfermedades comunes en el África y el Mediterráneo, como la malaria, que acababa con los indios de las zonas cálidas”.

Além disso, Julio Carrisoza Umaña (2014, p.97) afirma que:

El conjunto de odios, prejuicios y debilidades que llamamos racismo emergió en nuestro territorio cuando desembarcaron los primeros negros esclavizados y nacieron los hijos de indias y europeos, al iniciarse el siglo XVI. Al encontrarse indios, europeos y africanos en el calor de las playas y bosques tropicales, la confrontación estética alcanzó su clímax. Colores de piel y ojos, formas de narices y labios, simetrías, armonías y distorsiones corporales se celebraron, y sorprendieron.

A exploração de ouro das minas do Chocó se inicia em 1680, que gradativamente foram compensando a menor produção de Popayan (MELO, 2017).

Negros puros y mulatos encontraron en la costa Caribe parte del paisaje nativo; playas calurosas y soleadas, grandes lagunas y cuando los dueños de las minas de oro los llevaron encadenados al Chocó, allí hallaron la estética de la selva pluvial, la multitud de especies gigantescas, las enredaderas tan gruesas como troncos, la lluvia permanente, los ríos caudalosos. Esas estéticas y esos paisajes favorecieron la reconfiguración de sus comunidades y generaron

músicas y bailes que hoy son características colombianas y que alegran al mundo. (UMANA, 2014, p.98).

A tecnologia dessas minas era simples, se tratava de ouro de aluvião que os escravizados extraíam na beira dos rios, exceto em alguns lugares onde a extração era mais complexa, com a construção de canais, desvios de correntes e complexas escavações (MELO, 2017). Dessa forma, a mineração de ouro criou diversas redes de comércio pelo território colombiano, em especial em Popayan, Antioquia e posteriormente no Chocó, principalmente entre os séculos XVI a XVIII. Em fins do século XVII se estabeleceram os primeiros povoados na região do Rio Atrato (Chocó), fazendo com que no século XVIII a economia mineira toma impulso e se estabiliza ao longo desse século (MELO, 2017). A província de Nóvita tinha as principais minas de ouro, e por isso se converteu no principal centro de população escrava do Chocó.

La producción de oro, en Popayán y Antioquia, y después también en el Chocó, alentó el comercio interno y creó, para un número reducido de productos, un mercado amplio: las zonas de minería del Pacífico importaban carne y azúcar de las haciendas entre Popayán y Cartago, y artesanías (telas, sombreros, alpargatas) de las regiones de Vélez y el Socorro. Zonas agrícolas como Medellín y Rio Negro crecieron como proveedoras de las minas. (MELO, 2017, p.69).

O século XVII marca o início da ocupação negra, quando alguns escravizados fugiram das minas de ouro do Alto Atrato e do Alto Baudó. Nesse momento, alguns escravizados trazidos da África começam a ocupar região do Pacífico Norte, em locais que hoje são os municípios de Bahía Solano e Juradó (DÍAZ; CARO, 2016).

Aunque la llegada de los primeros esclavos negros al nuevo continente ocurrió mucho antes, su arribo a las costas septentrionales del Pacífico colombiano tuvo lugar probablemente al final del siglo XVIII, cuando algunos cimarrones que escaparon en 1780 de las minas del alto Atrato y alto Baudó se asentaron en los actuales poblados de Cupica y Juradó y en el Darién panameño. Luego de la abolición de la esclavitud, en 1851, se produjo la expansión territorial de los afrodescendientes por las tierras bajas, a lo largo de los ríos y las playas y en zonas de manglar, donde la oferta de recursos alimenticios o de tierras con potencial agrícola era mayor, a la vez que los indígenas se retiraban hacia las cabeceras y sus tributarios. El poblamiento subsiguiente de las comunidades del golfo de Tribugá y Bahía Solano por parte de familias afrodescendientes ha ocurrido en oleadas provenientes de Buenaventura, Tumaco, el valle del Atrato y Panamá. (DÍAZ; CARO, 2016, p.30).

Já em fins do século XVIII, o Reino de Nova Granada estava integrado por áreas submetidas à Real Audiência de Santafé e ao vice-rei. A distribuição da população indígena e a ocupação espanhola foram configurando regiões com funções econômicas próprias, a exemplo da mineração, concentrada no ocidente colombiano (UMAÑA, 2014). Bogotá era o centro mais povoado e ocupada por camponeses mestiços, pequenos proprietários de terra e grandes proprietários, bem como seus agregados, sendo assim o centro de uma cultura *criolla*. Em Popayan, os *criollos* donos de escravizados os utilizavam para explorar as suas minas no Pacífico, onde se formaram grandes comunidades com população de origem africana, enquanto os indígenas dessas regiões viviam nos seus resguardos, porém sob a influência de padres e dos grandes fazendeiros (MELO, 2017, p. 93): “Las tierras bajas del Pacífico (Chocó y Barbacoas) eran de minería esclavista, explotados por propietarios de Popayan. El valle del Cauca (Cali, Buga, Cartago) se había convertido en una zona de grandes haciendas que abastecían las minas de Antioquia y Chocó”.

A formação das comunidades afrocolombianas chocoanas se caracterizou por um processo simultâneo de adaptação e resistência à escravidão em relação com a formação de grupos mineiros e quadrilhas (“*cuadrillas*”) criadas pelos donos de escravizados como unidades de produção. Essas quadrilhas desenvolveram formas sociais e culturais de organização que “[...] generaron relaciones domésticas en las cuales las mujeres proporcionaron la cohesión al interior del grupo mientras los hombres asumieron las relaciones con la sociedad blanca.” (ESCOBAR, 2015, p. 66).

As quadrilhas foram ganhando autonomia e criaram condições para obter a liberdade dos escravizados. Assim, nos interstícios das grandes minas apareciam as comunidades de africanos livres dedicados à mineração tradicional. A partir de relações de parentesco, esses grupos usaram os seus próprios recursos e outros aprendidos com os indígenas para a sua adaptação cultural e ecológica, sob condições de grande autonomia, como nos demonstra Escobar (2015, p. 67):

Había una circulación de conocimiento entre los grupos negros e indígenas, alrededor de las técnicas mineras y agrícolas; [...] Los matrimonios interétnicos, sobre todo entre los hombres negros y las mujeres indígenas, eran comunes en ciertas áreas, y había alianzas ocasionales contra los esclavistas e invasores. De hecho, los grupos indígenas, organizados en las bien conocidas encomiendas, fueron la

menudo obligados a proveer la comida para las cuadrillas. Había una variedad de maneras por las cuales los esclavos obtuvieron su libertad, incluyendo la auto manumisión a través de la compra de su libertad con los beneficios del trabajo minero independiente en los domingos y días de fiesta. El cimarronismo también era importante como una fuente de libertad, llevando a la consolidación de asentamientos libres conocidos como palenques en los cuales tuvieron lugar los procesos de resistencia y de reconstitución cultural, demográfica y militar. En el período colonial tardío, y bien antes de la manumisión, había ya un número importante de negros libres que, sin separarse completamente de los reales de minas españoles, empezaron la exploración y colonización de otras áreas del Pacífico.

Desde antes do fim da escravidão, há mais de 165 anos, as comunidades negras que se assentaram pela costa pacífica, muitas delas que conformavam os *palenques* trouxeram consigo crenças e costumes herdados dos ancestrais africanos, que se hibridizaram com aqueles provenientes dos indígenas, estes que marcavam presença milenar na região. Após a abolição da escravidão na Colômbia, em 1851, o povoamento do litoral Pacífico pelos afrocolombianos aumenta e as zonas anteriormente desabitadas pelo colonizador começam a ser ocupadas por outros assentamentos humanos de populações afrocolombianas (MELO, 2017). Nesse momento, houve uma expansão do território ocupado por essas populações ao longo das praias e dos rios:

Luego de la abolición de la esclavitud, en 1851, se produjo la expansión territorial de los afrodescendientes por las tierras bajas, a lo largo de los ríos y las playas y en zonas de manglar, donde la oferta de recursos alimenticios o de tierras con potencial agrícola era mayor, a la vez que los indígenas se retiraban hacia las cabeceras y sus tributarios. El poblamiento subsiguiente de las comunidades del golfo de Tribugá y Bahía Solano por parte de familias afrodescendientes ha ocurrido en oleadas provenientes de Buenaventura, Tumaco, el valle del Atrato y Panamá. (DÍAZ; CARO, 2016, p.30).

Todas essas comunidades que se assentavam forjaram uma relação estreita com o mar e com seus recursos, o que criou uma dependência desses fatores principalmente para a segurança alimentar. A partir da formação de aglomerações populacionais mais povoadas, vão surgindo cidades chocoanas, como Quibdó, Bahia Solano e Nuquí. Durante o século XX, muitos colonizadores dirigem-se para a região para realizar extração madeireira, de *caucho* (látex), *chicle* e *balta*. Devido à situação jurídica de

“terras baldias”⁵, permitia-se todo tipo de excessos e usos por colombianos e por estrangeiros (VEGA; CORDOBA, 1984).

Eduardo Restrepo (2013) afirma que as primeiras expedições para o Chocó⁶ produziam imagens de uma região onde as selvas agrestes e a intensa umidade se impõem sobre qualquer resposta do ser humano, o condenando a habitar em uma situação de extrema dificuldade. Dessa forma,

Este tipo de narrativas e imágenes se articularon, para los años setenta y ochenta en un discurso ‘salvacionista’ del desarrollo, produciendo al Chocó en particular y a la región del Pacífico en general como una entidad desarrollable. (RESTREPO, 2013, p.177).

Portanto, o Pacífico colombiano é uma região ocupada ancestralmente pelos povos indígenas, após o século XV pelos europeus e africanos escravizados, estes que, sobretudo a partir do século XVII, começaram a formar comunidades e a desenvolver conhecimentos particulares sobre o ambiente, que basearam sistemas de manejo de caça, pesca e extrativismo, configurando um modo de vida tradicional (SUZUKI,2013). A formação dessas comunidades afrocolombianas se intensifica após a abolição da escravidão na Colômbia, em 1851. Posteriormente, esse território vai ser o palco de alguns conflitos e desencontros permeados por visões de que a região tratava-se de uma região vazia, desabitada, de selvagens, que necessitava desenvolver-se e civilizar-se (RESTREPO, 2013).

O LONGO SÉCULO XX: ENTRE EXTRATIVISMOS E (RE) EXISTÊNCIA DOS AFROCOLOMBIANOS

Em fins do século XIX e início do século XX, ocorre a separação do Panamá, que se torna um país e deixa de ser território colombiano, com isso, se reconfigurou a geopolítica e a territorialidade em ambos os países. Historicamente, o Chocó se caracterizou por uma relação mais próxima ao Panamá, devido também à sua proximidade espacial. Com certo receio de perder o Chocó ao Panamá, o governo colombiano cria a

⁵ Terras que ainda não possuíam título de propriedade.

⁶ Como as de 1819 pelo geógrafo Augustín Codazzi, de 1862 por Felipe Pérez, da Comissão Corográfica, do General e geógrafo militar Pedro Sicard em princípios do século XX, do sócio linguista Germán de Granda em 1973

Colônia Agrícola de Bahia Solano em 1935, com o objetivo de ocupar a região, para garantir assim o seu controle e domínio.

El espacio económico de Panamá tenía dominio casi absoluto sobre la costa Pacífica norte y el Páramo de Las Letras, los juradosseños, los de Cupica y Bahía Solano (Jella) entraban libremente a Panamá y los servicios usados eran panameños. Otro tanto ocurría con el marginamiento de la Costa Caribe del Chocó, que los gobiernos miraban con recelo. (VEGA; CORDOBA, 1984, p. 70).

As relações do Chocó com o Panamá sempre foram marcadas por uma proximidade, sobretudo pelo Panamá ser um local estratégico na rede de mercado mundial (também pelo canal do Panamá, que foi um dos fatores pelo qual os EUA apoiaram a independência do Panamá em relação à Colômbia). Muitos produtos extraídos do Chocó iam para o Panamá e de lá eram exportados.

Nesse sentido, a região do Pacífico colombiano tem sido integrada na economia mundial desde os tempos coloniais pela escravidão, mineração de ouro, dizimação da população indígenas etc., se configurando como uma área estratégica e de interesse geopolítico para a Colômbia. Cada uma dessas dinâmicas econômicas (ouro, prata, madeiras, látex e biodiversidade) possuiu seu auge e sua decadência, mas todas elas deixaram marcas na produção social, econômica, cultural e ecológica dos lugares.

São muitos os processos que marcam a apropriação do Pacífico pelo capital global, sendo que os mais recentes, a partir da segunda metade do século XX foram a extração madeireira (início na década de 1940), a pesca industrial (início na década de 1970), mineração de ouro e prata (desde a colônia), cultivo de palma africana⁷ (início na década de 1960), carcinocultura (início na década de 1980), o turismo, cultivos de coca e rotas comerciais de narcóticos (que se intensifica na década de 1990) (ESCOBAR, 2015).

Houve alguns percussores da modernização e do desenvolvimento no Pacífico, que construíram uma imagem da região como passível de ser colonizada⁸ e explorada, pois seus habitantes eram vistos como bárbaros e selvagens (RESTREPO, 2013). São exemplos dessas modernizações desenvolvimentistas ações como: **a)** concessões territoriais nas selvas e nas minas a investidores estrangeiros e nacionais, com

⁷ *Elaeis guineensis* ou popularmente chamado no Brasil de Dendezeiro, é a palma que dá origem ao óleo ou azeite de dendê

⁸ Pois se tratava de uma região de selvagens, aborígenes, gente indolente e diversas categorias que enquadravam todos os não brancos. (RESTREPO, 2013).

privatização de territórios comuns; **b)** as ações educacionais e alfabetizadoras das ordens católicas, sobretudo em meados do século XX, que prepararam o terreno para a modernização; **c)** plantações e planos de colonização, como portos fluviais e marítimos e aeroportos (ESCOBAR, 2015).

Em 1945, o departamento do Chocó foi criado como sendo o primeiro território afrocolombiano a se tornar uma região administrativa, o que deu aos moradores uma esperança da construção de uma identidade territorial e um poder decisório autônomo. Porém, muitas oligarquias dentro do governo tentaram acabar com o departamento, argumentando que os negros não eram capazes de se autogovernarem (URRUTIA, 2015), confirmando a imagem que o país tinha da região e de seus habitantes.

Até os anos 1950, a maioria das regiões do Pacífico tinha fronteiras abertas, com um modelo de apropriação territorial viável. Após esse período, com a crescente colonização, o desenvolvimentismo, as mudanças tecnológicas na mineração (uso de bombas de grande potência), na pesca (uso de trasmalho) e na extração de madeira (motosserras a gasolina), além de grandes concessões de terra para companhias estrangeiras, o modo de vida chocoano, as práticas culturais e a dinâmica ecológica passam a ter grandes transformações (ESCOBAR, 2015). Esse processo causou um êxodo do povo afrocolombiano para as grandes cidades do país, em busca de oportunidades econômicas e sociais, mesmo que marginalizados nos lugares onde chegavam (URRUTIA, 2015).

A partir da década de 1980, a região foi colocada sob o discurso do desenvolvimento, como anteriormente já havia se passado com outros lugares da Colômbia e de toda a América Latina, em que eram impostos padrões de civilização e desenvolvimento produzidos nos países desenvolvidos e exportados para os outros países para manter um status quo de dependência. Esse desenvolvimento significou tirar aqueles que são do lugar para poder decidir sobre seu destino, um desenvolvimento vindo de fora, por algum agente externo e civilizador, pois essas populações não eram capazes de sair do estado de natureza e/ou atraso (RESTREPO, 2013).

Sobretudo após os anos 1980, o Pacífico é colocado sob esse dilema de ressignificar e da necessidade de “gerir” as comunidades indígenas e afrocolombianas, em paralelo com a promoção do desenvolvimento atrelado à lógica do crescimento econômico, com a intensificação da extração dos recursos naturais e do extrativismo, da urbanização etc.

Desde entonces, una serie de estrategias de desarrollo siguieron, incluidas, además del PBP y el Plan Pacífico, el Plan de Acción Forestal para Colombia, el Plan de Acción para la población Afrocolombiana y Raizal, y el Proyecto de Zonificación Ecológica, entre otros (Ministerio del Medio Ambiente 2000). Ligado al desarrollo del Pacífico se daba un proceso de reorientación parcial del desarrollo en el país que había estado orientado hacia el Océano Atlántico (una ocupación espacial euroandina del territorio impulsado por el Atlántico europeo y ordenado a lo largo del eje norte-sur definido por los Andes y las cuencas de los ríos Magdalena y Cauca) hacia una “Era del Pacífico”; esta orientación fue definida como la integración con las economías de los países del Océano Pacífico, con la necesidad concomitante de proyectos de desarrollo macro que permitieran la integración transversal del país al Pacífico. [...] Para el Pacífico, las consecuencias principales de este giro espacial constituyeron una reingeniería del desarrollo del occidente colombiano que afectó significativamente el régimen biogeográfico y cultural mantenido por las prácticas ecológicas y culturales afro-indígenas. Es con este telón histórico de fondo que uno puede comprender realmente tanto las acciones del desarrollo como las de los actores del movimiento social en y alrededor de esta región. (ESCOBAR, 2015, p.189).

Para Restrepo (2013), o Proyecto de Desarrollo Integral Agrícola Rural (DIAR) foi a expressão mais articulada do discurso desenvolvimentista para o Chocó, pois as imagens do discurso encontradas nesse projeto “[...] pueden fácilmente traducirse en unas representaciones que refieren a un claro pesimismo histórico-político sobre el cual se legitima una presencia emancipante del Proyecto, constituyendo así toda una retórica salvacionista.” (RESTREPO, 2013, p. 178).

Esse movimento, de expansão dos discursos desenvolvimentistas e salvacionistas, se intensifica no Chocó durante os anos 1990, quando a região:

[...] se convirtió en el escenario de una intensa cultura política, que hizo confluír a expertos en desarrollo, activistas negros e indígenas, defensores de la conservación y la biodiversidad, capitalistas, buscadores de fortuna, funcionarios del gobierno y académicos, dentro de un tenso espacio de diálogo, negociación y confrontación que, aunque por un breve instante parecía no tener una resolución clara, los movimientos locales y sus aliados hacían un esfuerzo valiente y brillante por proveer una alternativa viable. Otros dos factores fueron cruciales para crear el contexto de este complejo encuentro: la decisión de abrir la economía nacional a los mercados del mundo después de 1990 bajo los preceptos neoliberales; y el cambio de la Constitución Nacional en 1991, la cual, entre otras cosas, dio origen a una ley que concedió derechos culturales, y territoriales a las comunidades negras (Ley 70 de 1993). (ESCOBAR, 2015, p.22).

Entre as ações que demonstram o objetivo desenvolvimentista para o Chocó estão o chamado PLADEICOP (*Plan de Desarrollo Integral de la Costa Pacífica* de 1983), marcando um momento em que o Presidente Belisario Betancur resolveu olhar para o Pacífico com intuítos desenvolvimentistas, e o *Plan Pacífico*, de 1993 (ESCOBAR, 2015; RESTREPO, 2013).

Para Escobar (2015, p. 196), “Con PLADEICOP, el Pacífico fue construido por primera vez como una ‘entidad desarrollable’”. O *Plan Pacífico* era uma estratégia para o desenvolvimento “sustentável” da costa pacífica colombiana e foi financiado com recursos do Banco Mundial e pelo Banco Interamericano de Desenvolvimento. O objetivo desse projeto eram os investimentos em infraestrutura de grande escala (eletricidade, serviços básicos de transporte, portos e telecomunicações) para criar um desenvolvimento capitalista regional. Devido a algumas críticas, em meados da década de 1990, o plano passa a incorporar uma dimensão ambiental, com proteção ambiental, porém sem deixar de lado o viés economicista. Dessa forma, tanto o PLADEICOP quanto o *Plan Pacífico* tiveram uma orientação economicista, desenvolvimentista e sem nenhum tipo de diálogo com a população, com o objetivo de implementar a modernidade euroandina dominante no Pacífico (RESTREPO, 2013).

Em paralelo com o *Plan Pacífico*, houve o *Proyecto Biopacífico*⁹ (PBP – *Proyecto de Conservación de la Biodiversidad para el Pacífico*), de 1992, e mais preocupado com as questões de identidade étnica, de conservação ambiental e com a construção de parcerias com agentes locais. Nesse sentido, o PBP agregou um papel crescente dos ativistas negros e indígenas nos níveis de tomada de decisão e de implementação, adotando uma conceitualização alternativa da biodiversidade (como sendo resultado do território mais voltado à cultura) e enfatizando os direitos étnico, culturais e territoriais.

El Proyecto Biopacífico jugó un importante papel en el giro a la biodiversidad como principio de inteligibilidad y legibilidad de la región. Hacia finales de 1992, el proyecto Biopacífico es anunciado públicamente por funcionarios del gobierno como una estrategia de conservación de la región del Pacífico, reconociendo que hacía parte de los compromisos derivados de la Cumbre de Río de Janeiro. [...] El

⁹ Com o Projeto Biopacífico fica evidente a importância da região em questões geopolíticas de abrangência ambiental, pois a biodiversidade da região e sua proteção passam a ser ressaltadas (RESTREPO, 2013).

Chocó se empieza a narrar, entonces, como un componente de una ‘bio-región’ en la cual también se incluye lo que se había concebido hasta entonces como Costa Pacífica, Litoral Pacífico, Vertiente del Pacífico o región del Pacífico. (RESTREPO, 2013, p. 184-185).

Diferentemente do PLADEICOP e do *Plan Pacífico*, o PBP colocou em pauta lógica de modernidades plurais, o projeto acaba em 1998, mas seus documentos dão origem a um documento chamado “Agenda Pacífico XXI” nos anos 2000. Este documento coloca a importância dos povos indígenas e afrocolombianos para com o planejamento regional e nas propostas políticas (ESCOBAR, 2015).

Restrepo (2013) afirma que o *Plan Pacífico* é um “giro à biodiversidade”, marcado por uma (re)valorização da biodiversidade e ascensão de alguns conceitos como o de Chocó Biogeográfico. Segundo o autor, foi nesse momento (década de 1990) que se introduz no Chocó, como também no país, o conceito de biodiversidade.

[...] el ‘Chocó biogeográfico’ es una entidad regional nueva. No es el departamento del Chocó, cuyos límites exceden con creces; pero tampoco se superpone a la también relativamente reciente región del Pacífico colombiano. El Chocó biogeográfico, la región biogeográfica del Chocó, el Pacífico biogeográfico o el Biopacífico incluye desde zonas de páramo hasta las tierras bajas en la línea costera, desde la frontera con Panamá al norte y con Ecuador al sur (algunos incluso lo extienden más allá incluyendo ecosistemas de estos países). Ante todo es una eco-región, una que es posible imaginar como una entidad biodiversa, desde ciertos conocimientos expertos e indicadores. Se reúnen por vez primera lugares disímiles que en la geografía imaginaria colonial y republicana no habían sido imaginados como una entidad. También se puede afirmar algo parecido sobre la biodiversidad: esta no existe por fuera de los discursos y tecnologías que la constituyen, lo cual no significa que la materialidad del mundo a la que refieren sea reducible a estos discursos y tecnologías. [...] es con el Proyecto Biopacífico (hijo de la Convención sobre la Biodiversidad de Río de Janeiro en 1991 y el posicionamiento de la diversidad biológica como hecho social global) que se introduce en el Chocó y en el país en general el vocabulario de la biodiversidad, así como sus disímiles esperanzas y ansiedades. (RESTREPO, 2013, p.190).

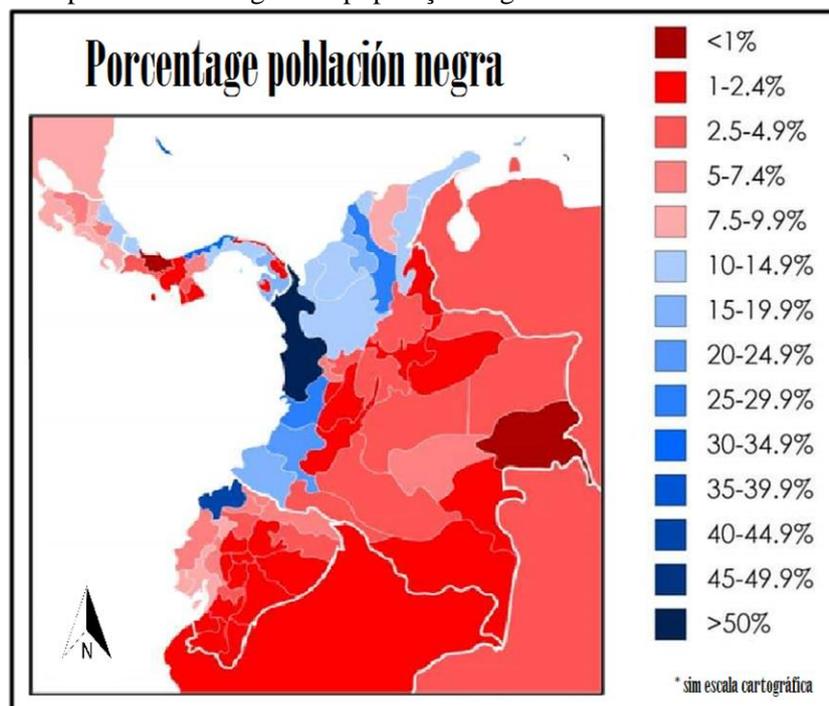
Esse movimento foi importante para a conformação de uma mudança na compreensão acerca do conceito de biodiversidade, permeada por acadêmicos e ativistas sociais da região (ESCOBAR, 2015; RESTREPO, 2013) em que a biodiversidade também não era somente um fato biológico, mas sim resultante de certas lógicas sociais e práticas culturais dos grupos étnicos.

Nesse sentido, passou-se para uma compreensão, mais vinda da base, dos ativistas, em que a biodiversidade é resultado da cultura mais o território, por isso, para a conservação da biodiversidade fazia-se necessária a permanência dos grupos étnicos ali. Visão esta que permeou a criação de instrumentos, como a Lei 70 de 1993, que visassem garantir a permanência dos grupos étnicos no território.

A LEI 70 DE 1993 E O CONCEITO DE TERRITÓRIO-REGIÃO PARA A CONSTRUÇÃO DE UM TERRITÓRIO DA DIFERENÇA

A Colômbia é o segundo país com a maior presença de afrodescendentes da América do Sul, apenas atrás do Brasil. Boa parte dessa população se concentra na região do Pacífico, e são chamados de afrocolombianos, que tiveram os seus direitos reconhecidos apenas na década de 1990 (em especial, com a Lei 70 de 1993), principalmente a partir da constituição de 1991. No mapa abaixo, é possível visualizar como o Pacífico Colombiano, mais especificamente o departamento do Chocó, possui a maioria de sua população de origem negra.

Mapa 2 – Porcentagem de população negra na Colômbia e Panamá.



Fonte: MapPorn (2019). Disponível em: https://www.reddit.com/r/MapPorn/comments/bq4lje/black_in_the_americas/. Acesso em: 02/11/2020. Adaptado pelo autor (2020).

A organização territorial da região foi reconfigurada com a Constituição de 1991, pois esta reconheceu a diversidade étnica e cultural da Colômbia e a obrigação do Estado de defender esses aspectos, sendo resultado de diversas lutas e mobilizações sociais¹⁰ que reivindicavam que os grupos sociais minoritários tivessem controle sobre seus territórios e seus recursos. O artigo sétimo da Constituição de 1991 afirma que a Colômbia é um país multicultural, o que marca uma mudança no ponto de vista em relação às minorias étnicas e à cultura popular, em que a diversidade cultural passa a ser reconhecida oficialmente pelo Estado (MELO, 2017).

Essa diversidade, ao longo de toda a história da Colômbia, foi “ignorada” ou até excluída, em uma tentativa de homogeneização do país e criação de uma identidade nacional, como demonstra Melo (2017) ao afirmar que a Colômbia nunca foi uma nação no sentido que o termo tinha em fins do século XIX, uma comunidade que compartilha língua, costumes, crenças, valores etc., pois o país é “[...] un mosaico en el que las diferencias culturales locales o regionales, sociales y étnicas se afirman y defienden.” (MELO, 2017, p.320).

Com a chegada dos anos 1990, houve uma realocação do negro em um novo imaginário cultural e político da nação que culminou em uma nova política de representação, sobretudo dos grupos negros e indígenas¹¹ (RESTREPO, 2013). Dessa maneira, a identidade aparece como um produto histórico, como uma construção social e histórica que no caso dos grupos afrocolombianos do Pacífico foram fatores fundamentais para suas lutas e reivindicações. Isso demonstra como as identidades são recursos de conhecimento para uma mudança social, sobretudo por grupos oprimidos. As políticas de identidade, segundo a feminista estadunidense Bell Hooks (2017, p.120), “[...] nasce da luta de grupos oprimidos ou explorados para assumir uma posição que dê objetivo e significado à luta.”

¹⁰ Os movimentos negros e das Comunidades Eclesiais de Base, por meio da teoria da teologia da libertação, uniam os princípios cristãos e católicos à práxis revolucionária marxista, visando a liberação e uma autonomia das sociedades rurais e camponesas. Nesse momento, padres, lideranças, camponeses, afrocolombianos e outros foram perseguidos por paramilitares.

¹¹ Isso fica evidente também no surgimento de diversos movimentos para capitalizar o espaço criado para os direitos dos povos negros, são exemplos: O PCN (*Proceso de las Comunidades Negras*), a *Mesa de Trabajo de las Organizaciones del Chocó*, o *Movimiento Social Afroamericano*, o *Movimiento Nacional Cimarrón*, a *Alianza Social Afrocolombiana*, o *Afro-Sur*, *Afro-Antioquia*, *Malcom*, o *Concejo de Comunidad Negra de Cali*, *Vanguardia 21 de mayo*, *Raizales* e a *Federación de Organizaciones de la Costa del Cauca*.

A identidade é uma condição moderna que surge com a identificação do indivíduo e que possui os seguintes pressupostos, segundo Escobar (2015): **a)** são uma articulação da diferença, produtos dos discursos e práticas que são históricas e se encontram dentro de um regime de poder; **b)** são construídas por muitos níveis de práticas diárias e possuem um caráter dinâmico; **c)** são dialógicas e relacionais, surgindo da articulação da diferença por meio de encontros com *outros*; e **d)** em situações políticas as identidades implicam em compromissos éticos por parte dos ativistas.

O ritmo das atividades políticas e acadêmicas sobre o Pacífico colombiano se intensifica nos anos 1980, quando os capitalistas, planejadores, corporações de desenvolvimento, intelectuais, entre outros grupos, começam a olhar para a região como uma “terra prometida”. Em muitos lugares também havia mobilizações para atividades culturais e organizativas, fomentadas, sobretudo, pela igreja católica progressista, pelas associações camponesas e por ativistas culturais. Com o intenso processo organizativo para a formulação do Artigo Transitório número 55 da constituição de 1991 e da subsequente lei 70 de 1993 é que se iniciou a destacar a emergência de uma identidade negra afrocolombiana do Pacífico, marcando a emergência de uma nova identidade política, a das “comunidades negras”, entendidas no Artigo dois, Parágrafo quinto da *Ley 70/1993* como:

[...] el conjunto de familias de ascendencia afrocolombiana que poseen una cultura propia, comparten una historia y tienen sus propias tradiciones y costumbres dentro de la relación campo-poblado, que revelan y conservan conciencia de identidad que las distinguen de otros grupos étnicos.

Essa emergência é marcada pelo que Escobar (2015) chama de “construção da diferença” por meio de práticas que envolvem o ambiente, a memória coletiva, a cultura e os direitos, como notado na definição de comunidades negras pela Lei 70. Nesse sentido, podemos aqui entender a identidade como um conjunto de relações sociais e simbólicas que estruturam a forma como os indivíduos se percebem e são percebidos dentro da coletividade, é um conjunto de relações que dá um significado de si para o mundo, é a forma como o indivíduo ou um grupo social se apresenta para o mundo. Essas formas e significações são aportes para a construção do que Leff ¹² (2015) chama de “políticas de

¹² Suas construções teóricas se aproximam muito do pensamento complexo de Morin (2012).

diferença” que dão ênfase aos significados alternativos atribuídos à natureza e que configuram identidades, ideais, desejos e formas de existência que impulsionam a transformação da cultura e natureza.

[...] the politics of cultural difference stresses the rights of existence of different values and meanings assigned to nature that configure diverse identities and life-worlds. Thus, politics of difference leads sociological imagination to construct power strategies capable of building a cosmopolitan world based on cultural diversity and political plurality as the conviviality of different cultural rationalities. This is the quest of “other possible worlds” claimed by the World Social Forum: a world that embraces many worlds (Sub-comandante Marcos); a New World constructed by the encounter of different rationalities and dialogue of knowledge. (LEFF, 2015, p.50).

A construção política da identidade surge então como uma afirmação da identidade cultural que foi construída a partir do modo de vida que determina uma identidade coletiva (cultural e posteriormente política) que é estabelecida por meio de um sentimento de pertencimento para com o território (SAQUET, 2015). Dessa maneira, a construção de territorialidade representa uma ressignificação desses grupos sociais como estratégia para o seu reconhecimento jurídico (LEFF, 2015), que se constitui a partir da “construção da diferença” (ESCOBAR, 2015). Essa diferença se fundamenta em aspectos ecológicos, culturais, étnicos e de gênero, que subsidia a construção de novas identidades.

No Chocó, já havia uma construção de uma identidade étnica desde a década de 1980 como resultado das ações da ACIA (*Asociación Campesina Integral del Atrato*), mas no Pacífico Sul o mais importante processo catalizador dessa identidade de comunidades negras foi o Artigo Transitório 55 (AT-55) da Constituição de 1991, que inaugurou uma série de práticas institucionais e políticas que resultaram na construção de um discurso de identidade étnica das comunidades negras e criou as condições para o surgimento do movimento chamado PCN (*Procesos de las Comunidades Negras*) em 1991, que atuou mais no Pacífico Sul¹³ (divisa com o Equador até Buenaventura), mas que forneceu os aportes para a criação da Lei 70 em 1993 (ESCOBAR, 2015).

¹³ O PCN também fez grandes contribuições para a criação de organizações e conselhos comunitários (sobretudo no Pacífico Sul), no processo de titulação coletiva das terras baldias e no financiamento de alguns projetos específicos (ESCOBAR, 2015).

No es difícil apreciar la magnitud de la transformación cultural y política que sucedió por todas partes en el Pacífico en los años noventa, si uno lo ve en términos de identidad. Un régimen enteramente nuevo de la identidad surgió y se perfiló entre 1990 y 1998. Este régimen fue formulado en términos de la etnicidad, y en gran parte articulado alrededor del concepto de comunidades negras. La etnización de la identidad negra puede entonces ser comprendida etnográficamente al centrarse en las prácticas discursivas e institucionales asociadas con la emergencia y la dispersión de la construcción de las ‘comunidades negras’. (ESCOBAR, 2015, p.248-249).

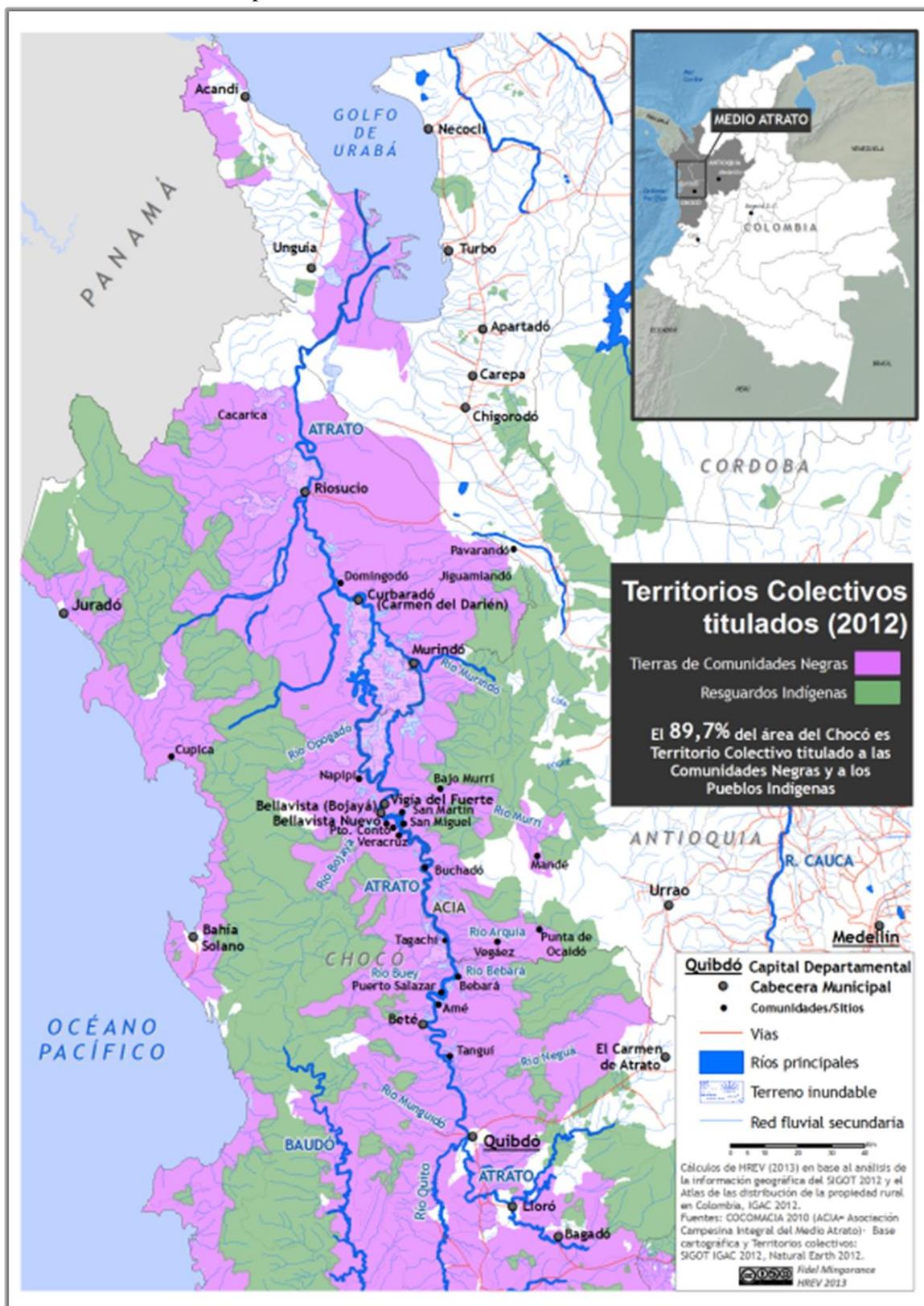
Portanto, com a promulgação da Constituição de 1991, as lutas e reivindicações dos afrocolombianos ganham impulso, sobretudo a partir do AT-55 que teve como desdobramento a elaboração da *Ley 70 de 1993*, que garantiu que diversos territórios fossem definidos por títulos coletivos, por meio de titulações de terras, tidas como baldias, às comunidades afrocolombianas e da criação de Conselhos Comunitários para gerir os territórios. Nesse sentido, o Chocó é marcado por uma grande presença destas terras de títulos coletivos, que foram garantidos pela *Ley 70 de 1993* (PNUD, 2012):

Esta norma fue también el resultado del proceso histórico de movilización de amplios sectores de la población afrocolombiana urbana y rural, en la década de 1970, por medio del movimiento cimarrón que luchaba en contra del racismo, con un ideario cercano al movimiento de derechos civiles de la sociedad norteamericana de los años 1960. De este contexto también surge la organización campesina negra chocoana del medio y bajo Atrato, que con el decisivo apoyo de la Iglesia Católica se constituye en comunidades eclesiales de base, y desarrolla un ideario étnico-territorial y una propuesta de propiedad colectiva, como defensa frente a los intereses de grandes empresas madereras y otros grupos económicos. (PNUD, 2012, p.31)

A Lei 70 de 1993 garantiu não só o direito do povo afrocolombiano de permanecer em seu território e de viver conforme suas culturas e seus costumes, mas também criou condições para conservação do ambiente, que está intimamente ligado com as práticas culturais e tradicionais dos afrocolombianos, ou seja, com as experiências e com os conhecimentos tradicionais (DÍAZ; CARO, 2016).

Arturo Escobar (2015) demonstra alguns êxitos deste processo de titulação coletiva do território: aumento dos resguardos indígenas em 324.288 hectares, para as comunidades negras 2.359.204 hectares foram titulados e mais de 22.000 famílias organizadas em 58 Conselhos Comunitários.

Mapa 3 – Territórios coletivos titulados no Chocó



Fonte: Bojaya Una Decada (sem ano). Disponível em:
<<https://bojayaunadecada.wordpress.com/mapas/>>. Acesso em: 31/10/2020.

Dessa forma, no ano de 2003, os territórios afrocolombianos do Pacífico correspondiam a aproximadamente 4,8 milhões de hectares, sendo que a área titulada correspondia a 52% da região. Boa parte da base identitária das comunidades afrocolombianas que estão na costa do Pacífico é baseada nas relações entre subsistência e sustentabilidade familiar, que são ditadas pela dinâmica do mar, pela pesca e pelas outras atribuições de significados ao espaço vivido. Ou seja, a identidade está ancorada nas práticas e nos conhecimentos tradicionais, sendo um projeto de constante (re)construção cultural e política (ESCOBAR, 2015). Muitos desses conhecimentos tradicionais os quais a identidade ancora-se estão nos territórios coletivos, como o mar e seus recursos, símbolos e representações

No obstante, pese a que el espacio marítimo adyacente a los territorios colectivos no hace parte de la titulación y que dicho espacio se sobreentiende como público, el permanente contacto con el mar y la dependencia de sus recursos han propiciado la inextricable apropiación por parte de las comunidades. En el sentido de la identidad, las significaciones del mar están arraigadas a la experiencia de sus signos, formas y contingencias. En otras palabras, están íntimamente conectadas con los conocimientos locales que se han generado a través de una profunda interacción entre el mar y el pescador, la cual consolida el fin cotidiano de su vida [...]. (DÍAZ; CARO, 2016, p.33).

A Lei 70/1993 tem um significado essencial para a autonomia e a autodeterminação dos povos chocoanos, pois a defesa do território proposta pela lei implica também na defesa de padrões de relações sociais e construções culturais que são baseadas, sobretudo, nos lugares e na criação de um novo sentido de pertencimento unido a uma construção política de projetos de vida, territórios coletivos e reconstrução de identidades. Para Leff (2015), esse processo está baseado em uma reconstrução do sentido de natureza em que as identidades estão sendo reinventadas e reafirmadas dentro do contexto de lutas atual com o intuito de defender, revalorizar e construir direitos coletivos e atribuir novos significados à natureza baseados em estratégias produtivas para a conservação e o uso sustentável de seus patrimônios naturais e culturais.

Identities are being configured through struggles for the affirmation of cultural beings that confront the domination/appropriation strategies promoted and imposed by economic globalization. These political actions are more than processes of resistance: they are movements for *re-existence* of peoples and nature. (LEFF, 2015, p.48).

Escobar (2015) afirma que as lutas sociais no Pacífico podem ser vistas como lutas sobre as condições de produção e sua reestruturação sobre os modelos desiguais de distribuição ecológica, mas também são lutas por paradigmas culturalmente e produtivamente alternativos. As lutas por território são lutas que tem um posicionamento sobre a conservação do lugar, do território e da cultura, portanto, a sustentabilidade precisa ser arraigada nas identidades culturais e nas condições ecológicas.

Lo que está un juego con la Ley 70, como vimos, no es solo tierra sino el mismo concepto de territorialidad como un elemento central en la construcción política del lugar basado en las experiencias culturales de negros e indígenas. La lucha por el territorio es así una lucha cultural por la autonomía y autodeterminación. Esto explica por qué para muchas personas negras del Pacífico la pérdida de territorio significará un retorno a la esclavitud o a convertirse en ‘ciudadanos comunes’. (ESCOBAR, 2015, p.92).

O processo de estabelecimento da “*Ley de negritudes*” (Lei 70 de 1993) foi de fundamental importância para todas as cidades afrocolombianas da costa do Pacífico e para o estabelecimento das gestões comunitárias dos territórios afrocolombianos, por meio dos Conselhos Comunitários.

Para compreender o território afrocolombiano é necessário esclarecer a diferença entre dois conceitos utilizados, são eles território e território-região. “[...] el territorio incorpora el proyecto de vida de una comunidad. Al contrario, el territorio-región se concibe como una ‘construcción política’ para la defensa de los territorios y su sustentabilidad” (ESCOBAR, 2015, p.182). Nesse sentido, território trata-se de uma apropriação efetiva do ecossistema, são os espaços utilizados para satisfazer as necessidades e para o desenvolvimento social e cultural.

Brevemente, el territorio se considera como un espacio fundamental y multidimensional para la creación y recreación de las prácticas ecológicas, económicas y culturales de las comunidades, él une pasado y presente. En el pasado, las comunidades mantuvieron la autonomía relativa así como las formas de conocimiento y estilos de vida conducentes a ciertos usos de los recursos naturales; en el presente, existe la necesidad de su defensa. (ESCOBAR, 2015, p.181).

Já a ideia de território-região aparece como construção política para a defesa dos territórios, que surgem nos anos 1980 associada aos movimentos sociais (ESCOBAR, 2015).

Puede decirse así que el territorio-región articula el ‘proyecto de vida’ de las comunidades con el ‘proyecto político’ del movimiento social. En suma, la estrategia política del territorio-región es esencial para fortalecer territorios específicos en sus dimensiones culturales, económicas y ecológicas. Incluso podría decirse que el territorio-región es una categoría de manejo de los grupos étnicos, pero es más que eso. Es una categoría de relaciones interétnicas que apunta hacia la construcción de modelos de vida alternativa y de sociedad; implica un esfuerzo por explicar la diversidad biológica desde la perspectiva endógena de la lógica eco cultural del Pacífico. La demarcación de los territorios colectivos encaja en este marco. Las disposiciones gubernamentales violan este marco dividiendo la región del Pacífico en territorios colectivos, parques naturales, áreas de utilización y áreas de sacrificio donde los megaproyectos de desarrollo serán construidos. (ESCOBAR, 2015, p.182).

Os conceitos de território e território-região emergem no Pacífico em fins da década de 1980 e início de 1990, como uma consequência da luta, sobretudo dos afrocolombianos, para demarcação de seus territórios tradicionais, que viria a ser respaldados pela lei 70 de 1993.

Enrique Leff (2015) afirma que essa ressignificação do conceito de território é baseado em uma reinvenção dos territórios e reapropriação da natureza, com práticas culturais e ecológicas tradicionais e na ressignificação de suas identidades, na “expressão da diferença” (ESCOBAR, 2015): “[...] the concepts of territory-region function as places-support for the reconstruction of identities rooted in cultural and productive practices, as those proposed by the black communities of the Colombian Pacific.” (LEFF, 2015, p.42).

É nesse ponto, e a partir dessas citações que se soma a ideia de territorialidade, ou seja, a inserção dos elementos simbólicos, culturais, identitários e cotidianos na complexificação das singularidades territoriais (SAQUET, 2015), expressas, nesse caso, pelos recortes regionais de tais expressões.

Dessa maneira, o território tem uma função fundamental na manutenção do modo de vida e das práticas culturais e econômicas dos chocoanos. A partir da Lei 70, o conceito se tornou fundamental para repensar o desenvolvimento, a sustentabilidade e a

conservação do Pacífico chocono, pois a região passou a ser vista como um “território-região” dos grupos étnicos. Escobar (2015) demonstra alguns outros fatores relacionados com as perdas dos territórios, fatores como: a) perda de valores tradicionais e identidade; b) perda das práticas tradicionais de produção e manejo dos recursos naturais; c) exploração excessiva do ambiente; d) políticas de desenvolvimento predatórias do Estado; e e) conflitos internos nas comunidades. Esses fatores que se manifestam localmente seriam expressões de forças maiores como o impacto cultural dos meios de comunicação e a abertura neoliberal às demandas da economia global.

Esses fatores demonstram como espaço e território andam juntos, pois este começa a ter um sentido e ser um conceito utilizado para uma luta social em busca de ações estatais que legitimavam o território ancestral e palco das práticas tradicionais dos grupos negros do Pacífico. Por exemplo, o Estado cria vários espaços por meio da soberania e das Relações internacionais (SAQUET, 2015). Isso faz com que os territórios afrocolombianos só passem a ser reconhecidos a partir do momento em que o Estado (soberano) cria leis que legitimam o uso e a posse do território pelos grupos negros (também pelas etnias indígenas), sendo a principal delas a Lei 70/1993.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

O território afrocolombiano é o instrumento pelo qual essa sociedade se apropria do mundo, transformando e o protegendo, como elemento necessário para sua sobrevivência. O território, como conceito, passou a ser utilizado na região pelos ativistas e pelos movimentos sociais locais a partir da década de 1980, quando a região do Pacífico Biogeográfico passou a ser ameaçada por megaprojetos de desenvolvimento (portos, atividade mineradora e extrativismo vegetal etc.), gerando a iminência de desestruturação das territorialidades das comunidades afrocolombianas.

Dessa maneira, em meados do século XX, mas principalmente após a década de 1980, a região se viu afetada pelo discurso desenvolvimentista para a sua ocupação e também pela violência, promovida principalmente pelo controle de áreas associadas ao narcotráfico, pela expansão de atividades capitalistas e de monocultura, pelo deslocamento massivo, pela mercantilização da biodiversidade, entre outros fatores que afetaram diretamente as comunidades indígenas e afrocolombianas.

Entende-se, portanto, que o território não se constitui apenas pelas fronteiras e pelo controle ou poder, mas também pela relação cultural e social que os grupos estabelecem com o lugar a partir de seus modos de vida (SUZUKI, 2013), suas práticas cotidianas e suas identidades (SAQUET, 2015). A existência e a resistência do território afrocolombiano ocorre em relação à construção de uma identidade por parte dos grupos negros do Pacífico, que culmina na promulgação da Lei 70 de 1993, que garante a titulação coletiva das terras baldias para os afrocolombianos (ESCOBAR, 2015).

Esse processo foi resultado de lutas e reivindicações que possuem um grande significado para a libertação de uma longa história de colonização, exploração, subjugação cultural, espoliação dos meios de vida, desterritorialização e destruição dos patrimônios naturais/culturais. Essa emancipação envolve a politização dos territórios ancestrais e tradicionais por meio de processos que incorporam os direitos de reapropriação dos patrimônios culturais e naturais e na reconstrução dos territórios em uma perspectiva da sustentabilidade. Esse processo de emancipação passa pela descolonização do conhecimento que deve implicar o reconhecimento e a revalorização dos conhecimentos tradicionais (LEFF, 2015).

A união de diversos tempos, ou temporalidades, confirma que os territórios, as territorialidades e as temporalidades são capazes de demonstrar relações, contradições, diversidades, conflitualidades e unidades que nos ajudam a orientar as pesquisas, os projetos e os planos a partir das necessidades e desejos dos sujeitos, grupos e classes sociais, o que faz do território multidimensional, tal qual afirma Saquet (2015).

Os grupos afrocolombianos, então, possuem territorialidades próprias constituídas por três níveis, dos quais trata Saquet (2015): da vida social, vida não humana (animal e vegetal) e do domínio espiritual. Tal compreensão está em consonância com a concepção de território utilizada por ativistas da região, movimentos sociais e alguns autores, como Escobar (2015) e Restrepo (2013), em que a biodiversidade é mediação da conformação territorial e da cultura.

Para os ativistas que atuam junto aos grupos afrocolombianos do Chocó, a biodiversidade é resultado do território mais a cultura (ESCOBAR, 2015), ou seja, não há conservação da natureza sem controle territorial, bem como a conservação não pode existir de maneira alheia às práticas tradicionais das populações locais. Essas práticas foram e são as responsáveis, bem como o elemento que garante a legitimidade da

ocupação do território por esses grupos, que se trata de uma ocupação ancestral e legítima, como buscamos demonstrar aqui por meio das discussões.

REFERÊNCIAS

COLOMBIA. Lei 70 de 27 agosto de 1993. *Por la cual se desarrolla el artículo transitorio 55 de la Constitución Política*. Disponível em: <<https://www.mininterior.gov.co/la-institucion/normatividad/ley-70-de-1993-agosto-27-por-la-cual-se-desarrolla-el-articulo-transitorio-55-de-la-constitucion-politica>>. Acesso em 03/11/2020.

DANE - Departamento Administrativo Nacional de Estadística. *Resultados Censo Nacional de Población y Vivienda 2018: Riosucio, Quibdó, Chocó*. 6 de agosto de 2019. Disponível em: <<https://www.dane.gov.co/files/censo2018/informacion-tecnica/presentaciones-territorio/190806-CNPV-presentacion-Choco.pdf>>. Acesso em: 19/10/2020.

DEFENSORIA DEL PUEBLO. *Problemática humanitaria en la Región Pacífica colombiana*. Bogotá: Defensoria delegada para la prevención de riegos de violaciones a los derechos humanos y DIH, 2016. Disponível em: <<https://www.acnur.org/fileadmin/Documentos/Publicaciones/2017/11053.pdf>>. Acesso em: 28/10/2020.

DÍAZ, Juan Manuel; CARO, Natalia. El mar como territorio y la pesca como actividad tradicional en el Pacífico Chocoano. P. 29-43. In: DÍAZ, Juan Manuel; GUILLOT, Lía; VELANDIA, Manuel Camilo (orgs.). *La pesca artesanal en el norte del Pacífico Colombiano: un horizonte ambivalente*. Bogotá: Fundación Mar Viva, 2016.

DÍAZ, Juan Manuel; GALEANO, Juliana. El entorno biogeofísico. P.15-27. In: DÍAZ, Juan Manuel; GUILLOT, Lía; VELANDIA, Manuel Camilo (orgs.). *La pesca artesanal en el norte del Pacífico Colombiano: un horizonte ambivalente*. Bogotá: Fundación Mar Viva, 2016.

ESCOBAR, Arturo. *Territorios de la diferencia: Lugar, movimientos, vida, redes*. 2ed. Popayan: Universidad del Cauca. Sello Editorial, 2015.

HOOKS, Bell. *Ensinando a transgredir: a educação como prática da liberdade*. 2 ed. São Paulo: WMF Martins Fontes, 2017.

LEFF, Enrique. Political Ecology: a Latin American Perspective. *Desenvolvimento e Meio Ambiente*, v. 35, p. 29-64, dez. 2015. Disponível em: <<https://revistas.ufpr.br/made/article/view/44381>>. Acesso em: 05/10/2020.

MELO, Jorge Orlando. *Historia Mínima de Colombia*. Madrid: Turner Publicaciones, 2017.

MORIN, Edgar. *A cabeça bem feita: repensar a reforma, reformar o pensamento*. 20 ed. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2012.

PNUD (Programa de las Naciones Unidas para el Desarrollo). *Afrocolombianos: sus territorios y condiciones de vida*. Bogotá: Colección Cuadernos INDH 2011 / Cuadernos del informe de Desarrollo Humano, 2012. Disponível em: <<https://www.undp.org/content/dam/colombia/docs/DesarrolloHumano/undp-co-cuadernofro-2012.pdf>>. Acesso em: 08/11/2020.

RESTREPO, Eduardo. El giro a la biodiversidad en la imaginación del Pacífico Colombiano. *Revista Estudios del Pacífico Colombiano*, Quibdó, Chocó, n.1, p. 171-199, 2013. Disponível em: <http://www.saebogota.unal.edu.co/DIRACAD/catedras/2018_I/gaitan/documentos/sesi on2/lectura3.pdf>. Acesso em: 04/11/2020.

SAQUET, Marcos Aurélio. *Por uma geografia das territorialidades e das temporalidades: uma concepção multidimensional voltada para cooperação e para o desenvolvimento territorial*. 2ed. Rio de Janeiro: Consequência, 2015.

SUZUKI, Júlio César. Território, modo de vida e patrimônio cultural em sociedades tradicionais brasileiras. *Espaço & Geografia*, v.16, n.2, p.627-640, 2013.

UMAÑA, Julio Carrizosa. *Colombia compleja*. Bogotá: Jardín Botánico José Celestino Mutis / Instituto de Investigación de Recursos Biológicos Alexander Von Humboldt, 2014.

URRUTIA, Luis Gilberto Murillo. El Choco: the African Heart in Colombia. *The Journal of Pan African Studies*, v.8, n.2, p.256-260, 2015. Disponível em: <<https://pdfs.semanticscholar.org/0ea7/7f55a74e28aceba0b8f36d1cc951093a44f3.pdf?ga=2.17788281.196892474.1588954862-273834701.1588954862>>. Acesso em: 08/10/2020.

VEGA, Eduardo Garcia. CORDOBA, Jaime Echavarria. *Mutis e Bahia Solano – 50 anos*. Monografia de la colônia agrícola Jose Celestino Mutis, Municipio de Bahia Solano – Departamento del Choco em Colombia. 236p. Universidade tecnológica del Choco “Diego Luis Cordoba”, departamento de investigaciones, Quibdó, Marzo de 1984.

AS ORIGENS DE DESIGUALDADE NA FORMAÇÃO TERRITORIAL DA AMÉRICA LATINA: UM CASO DE DESTERRITORIALIZAÇÃO NO NORTE DO BRASIL

Graziela Tavares de Souza Reis¹

Vivian Grace Fernandez-Dávila Urquidi²

INTRODUÇÃO

Os processos de formação histórica e geográfica de qualquer território devem ser mais conhecidos e analisados, compreendendo a utilidade da “cultura do espaço” e pensando a identidade da formação territorial com os seus elementos simbólicos e representativos.

Esse artigo passa pela compreensão do cotidiano das pessoas que ocupam um espaço rural, que veio sendo modificado a partir da atividade “sojeira”, e busca indicar como as pessoas chegam ou como são forçosamente retiradas desses lugares por meio de justificativas jurídicas ou políticas e/ou por meios violentos, de motivação econômica, muitas vezes velada.

A proposta de desenvolvimento agrário em descompasso aos direitos dos povos tradicionais ocupantes de tais áreas é flagrante nesse caso aqui analisado.

Preocupando-se com as consequências desses processos e entendendo que merecem ser avaliadas, esse trabalho evidencia fatos, pesquisas e decisão judicial que repercutiram no afastamento de muitas pessoas de seu espaço habitual, em nome de um desenvolvimento propiciado pelo cultivo e exportação de grãos de soja.

É sabido que a privatização e mercantilização da terra provoca a expulsão forçada das populações camponesas e o bem que muitas vezes é comum, de muitas famílias ou

¹ Doutoranda em Integração da América Latina pela Universidade de São Paulo – PROLAM/USP, mestra em Direito Internacional pela Universidade Católica de Brasília – UCB e bacharela em Direito pela Universidade Estadual de Londrina – UEL. Professora adjunta no curso de Direito da Universidade Federal do Tocantins – UFT. E-mail: grazielareis@usp.br

² Doutora em Sociologia pela Universidade de São Paulo – PPGS/USP e pós-doutora pelo Centro de Estudos Sociais da Universidade de Coimbra – CES/UC. Professora adjunta no Programa de Pós-Graduação em Integração da América Latina – PROLAM/USP e no Programa de Pós-Graduação em Estudos Culturais – PEC/USP. E-mail: vurquidi@usp.br

de uma comunidade, passa a ser o direito de propriedade exclusivo de poucos grupos econômicos.

Com esse estudo, busca-se evitar estereótipos e incompreensões das causas de desigualdades, razões para o desenvolvimento mais lento ou acelerado de algumas regiões e ainda compreender o quanto o desenvolvimento econômico pode estar dissociado do desenvolvimento social. Nessa análise também cabe uma visão crítica sobre a propriedade privada das áreas rurais que desprestigiam posses anteriores, não reconhecendo a função social da posse de povos tradicionais, muitas vezes fomentada pelo próprio governo.

Dentre outros aspectos de definição das realidades socioeconômicas de um lugar, provoca a reflexão de como isso tudo pode refletir também sobre as relações de gênero. Avalia-se, ainda, o não desenvolvimento no pretense crescimento econômico.

Em sua primeira seção, este artigo trata de apresentar o projeto de Campos Lindos – TO como uma possível nova fronteira agrícola, envolvendo o que se chama região do MATOPIBA (áreas dos estados do Maranhão, Tocantins, Piauí e Bahia). Segue na segunda seção avaliando o processo de territorialização no estado do Tocantins, quando ainda parte do estado de Goiás, cujo processo se inicia no período colonial. Não à toa, o estado do Tocantins, apesar de ter apenas 30 anos, possui cidades históricas, centenárias, tombadas, inclusive, pelo patrimônio histórico. Na terceira seção, evidencia-se quais têm sido as áreas ambicionadas pelo agronegócio, destacando que áreas que margeiam rodovias e outras, com potencial minerador, também têm impactos para o processo de territorialização do Norte, pesando em ônus e fomento de desigualdades sobre os povos tradicionais. Destaca-se o quanto o caso de Campos Lindos, mesmo sendo um caso da realidade agrária brasileira contemporânea, reproduz posturas coloniais, refletindo políticas e interesses que confirmam o colonialismo interno.

O presente artigo finaliza avaliando o afastamento da interface dos direitos humanos nesse processo de reterritorialização, o que se confirma a partir das decisões judiciais que não compreendem a tradicionalidade de povos, colacionando para tanto, trechos de processo judicial e acompanhamento do Ministério Público Federal referentes a um dos casos de conflito agrário na Comunidade Serra do Centro, município de Campos Lindos – TO. O relatório antropológico Santos e Sousa (2015) lavrado por antropólogos do Ministério Público Federal sobre a situação e realidade das comunidades camponesas da Serra do Centro foi totalmente negligenciado pela decisão judicial.

DO PROJETO DE CAMPOS LINDOS – TO

O presente artigo considera um caso específico de discussão agrária judicial, representado pelos Autos nº 5000008-77.2005.827.2729 que se tratou de um Interdito proibitório, que tramitou perante a justiça tocantinense, sobre disputas agrárias da realidade de Campos Lindos, do nordeste do Tocantins³, em que mais de quarenta famílias de povos tradicionais da Comunidade Serra do Centro tiveram ordem judicial para desocuparem suas terras, alguns ocupando-as por mais de quatro décadas e outros sucedendo seus ascendentes, cuja soma de posses ultrapassaria nove décadas.

Registra-se que o processo é público e já com trânsito em julgado, sendo inalteráveis as decisões judiciais, singular e colegiadas nele existentes.

Essas famílias sofreram a usurpação de suas posses diante das transformações socioterritoriais trazidas por um processo, cultuado pela mídia de massa, que se afirma moderno e desenvolvimentista, cuja proposta principal é a atividade agrícola de monocultura, representada pela lavoura de soja.

Sabendo que a cultura da soja carrega uma complexidade de novas tecnologias e novas realidades no campo, provocando o fenômeno das transformações das relações tradicionais e acarretando uma nova inserção da região na lógica do capital internacional, tem-se como fundamental a análise do caso destacado, sobretudo por se pretender interpretar o direito agrário cujo eixo principal sejam os direitos humanos. Faz-se necessário compreender o que houve em Campos Lindos (TO):

Em Campos Lindos (TO), em 1997, o governo do Estado, num processo imerso na ilegalidade, expropriou todos os estabelecimentos, moradias e benfeitorias, numa extensa área de mais de cento e cinco mil hectares das melhores terras do Cerrado, e as entregou à então presidente da FAET [...] para que fizesse a distribuição entre seus escolhidos. Os posseiros não receberam nenhuma indenização, nem foram realocados para outras áreas. Nessas terras foi implantado um enclave de produção de soja transgênica para exportação, com o uso intensivo de venenos e de tecnologia. Campos Lindos é o maior produtor de grãos do Tocantins

³ “Em 2016, o salário médio mensal era de 1.8 salários mínimos. A proporção de pessoas ocupadas em relação à população total era de 5.8%. Na comparação com os outros municípios do estado, ocupava as posições 27 de 139 e 102 de 139, respectivamente. Já na comparação com cidades do país todo, ficava na posição 2836 de 5570 e 4689 de 5570, respectivamente. Considerando domicílios com rendimentos mensais de até meio salário mínimo por pessoa, tinha 50.1% da população nessas condições, o que o colocava na posição 18 de 139 dentre as cidades do estado e na posição 1376 de 5570 dentre as cidades do Brasil”, Disponível em: <https://cidades.ibge.gov.br/brasil/to/campos-lindos/panorama> Acesso em: 30 ago. 2020.

e, segundo o Mapa da Pobreza e a fome do IBGE 2003, era o município mais pobre do Brasil. O problema principal desta tese esteve plasmado em duas questões: Quais foram as mudanças precipitadas na estrutura agrária e nas condições de vida da população espoliada de Campos Lindos, decorrentes da irrupção do agronegócio? E, qual foi a intensidade dessas mudanças? (CIFUENTES, 2013, p. 5).

Compreender as novas relações produzidas pela indústria sojeira nesse espaço, cujas nefastas consequências já trouxeram até casos de trabalho escravo na região⁴, refletindo sobre os porquês do detrimento do processo de investimentos em políticas públicas e a insensibilidade judicial para compreender que capitais privados de interesses estrangeiros, inclusive, estão transformando as “feições territoriais” urbanas e agrárias na região, torna-se fundamental para se tentar proteger esses povos dos falaciosos discursos de progresso, desenvolvimento e riqueza, sobretudo, porque a cidade com maior produção de soja no Tocantins é Campos Lindos, conseqüentemente, cidade com um dos menores índices de desenvolvimento humano do estado.

Em 2016, o salário médio mensal era de 1.8 salários mínimos. A proporção de pessoas ocupadas em relação à população total era de 5.8%. Na comparação com os outros municípios do estado, ocupava as posições 27 de 139 e 102 de 139, respectivamente. Já na comparação com cidades do país todo, ficava na posição 2836 de 5570 e 4689 de 5570, respectivamente. Considerando domicílios com rendimentos mensais de até meio salário mínimo por pessoa, tinha 50.1% da população nessas condições, o que o colocava na posição 18 de 139 dentre as cidades do estado e na posição 1376 de 5570 dentre as cidades do Brasil. (IBGE, [2020]).

Essa “modernização de fronteiras agrícolas no Tocantins” parece olvidar o elemento humano e a retirá-lo de cena ou de território, por se tornar um estorvo a esses projetos.

Em matéria da Repórter Brasil (2014) à época, definiu-se que o Projeto Agrícola Campos Lindos foi criado em maio de 1997 por José Wilson Siqueira Campos, então

⁴ Comissão Pastoral da Terra – CPT. Justiça determina despejo de famílias camponesas de Campos Lindos. “Foi em uma fazenda do projeto que se deu o primeiro resgate de trabalho escravo do estado do Tocantins. Entre 2003 e 2013, foram identificados oito casos em Campos Lindos, seis deles em atividades ligadas à soja. Apenas três foram fiscalizados, com o resgate de 29 trabalhadores. A cidade de Campos Lindos tem uma população de 9,6 mil pessoas e é dona de um dos piores Índices de Desenvolvimento Humano de todo o Brasil, com 0,544, segundo dados de 2010 do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE). A situação vivenciada pelas famílias impactadas pela soja torna seus filhos extremamente vulneráveis ao trabalho escravo”. Disponível em: <https://cptnacional.org.br/publicacoes/12-noticias/conflictos/3475-justica-determina-despejo-de-familias-camponesas-de-campos-lindos-to> Acesso em: 20 jun. 2020.

governador do Tocantins, por meio do decreto 436/97. Afirma-se que “era uma reforma agrária às avessas” que consumou uma grilagem pública de terras. O estado desapropriou por improdutividade a antiga fazenda Santa Catarina – já titulada de forma controversa –, e distribuiu os mais de 90 mil hectares a fazendeiros, empresários e políticos, muitos deles bem conhecidos.

A implantação do projeto desconsiderou a existência de mais de cem famílias camponesas e povos tradicionais do Tocantins que, de forma comunitária, ocupavam a área há quase um século, com produção diversificada, criando o gado solto e aproveitando o que o cerrado oferecia. Suas áreas acabaram convertidas em reserva legal do projeto. Atualmente, convivem com a contaminação provocada pelo uso intensivo de agrotóxicos nas lavouras de soja.

Além dos conflitos relacionados à posse da terra, o projeto apresenta diversos problemas ambientais.

Dos autos do processo se extrai que o projeto começou a funcionar sem apresentar o devido estudo de impacto ambiental (EIA/RIMA) e sem licença prévia do NATURATINS, órgão estadual de licenciamento ambiental.

Em 2000, o Instituto Brasileiro do Meio Ambiente e dos Recursos Naturais Renováveis (IBAMA) constatou diversas irregularidades, como desmatamento de grandes áreas sem autorização, inclusive de áreas de preservação permanente (APPs) na beira dos cursos d’água. Esses documentos vêm citados no processo judicial destacado, em defesa feita pela advocacia da Comissão Pastoral da Terra⁵ e pela Defensoria Pública do Estado do Tocantins, por meio de seu núcleo agrário.

O Ministério Público Federal ingressou com Ação Civil Pública contra o projeto, e o NATURATINS, órgão ambiental do estado do Tocantins, assim como o IBAMA, autarquia federal que fiscaliza a aplicação das normativas federais protetivas do meio ambiente, impuseram condicionantes para o seu funcionamento.

Em 2009, o NATURATINS fez nova inspeção e confirmou a sobreposição de áreas de reserva legal com áreas de preservação permanente. Ainda assim, o projeto nunca teve suas atividades embargadas, enquanto os camponeses e camponesas tradicionais viveram em uma pequena porção de terra, tendo em vista o avanço do desmatamento e

⁵ Agradecemos aqui a valiosa contribuição da Comissão Pastoral da Terra – Araguaína e da advogada Lorraine Lourenço Neves.

toda a degradação ambiental, até que sofressem a ordem judicial de desocupação, pois, a interpretação da justiça é que eram eles os agressores ambientais.

Destaque de trecho de recurso de apelação judicial contra a sentença que decidiu a desocupação da área pelos povos tradicionais, contudo, tendo sido improcedente:

Ainda, impugna o teor na sentença que aduz que os “Promovidos não juntaram nenhum documento que comprovassem que a área por eles ocupadas não se situava na reserva legal fixada por documento público”. Trata-se de uma área povoada por dezenas de famílias que vivem ao longo de anos, uns com mais de 10 (dez) anos e outros com mais de 20 (vinte) anos, conforme documentos oportunamente juntados (ANEXOS: 07, 08, 09 e 10). Além do que, a Associação Planalto até hoje não legalizou a reserva legal em condomínio, funcionando a beira da ilegalidade há mais de 10 anos, em que descumpriu todas as exigências conforme consta nos anexos dos Eventos 14 e 23 (Relatório Audiência Pública pelo MPF; Pareceres do NATURATINS e IBAMA de 2004 e 2007). Não deve também prosperar o argumento de que não se pode desconsiderar a recomendação do IBAMA para que fossem paralisadas todas as atividades por eles identificadas em vistoria técnica no local havida no dia 05.01.2009, “sob pena de descaracterização comprometimento ambiental irreversível da área da Reserva Legal, averbada e destinada à averbação, em Condomínio do Projeto Agrícola Campos Lindos”. Vale ressaltar que o referido órgão ambiental IBAMA, se declara não ser competente para licenciar o empreendimento, ou seja, não pode haver dois pesos e duas medidas, quando do interesse do projeto agrícola de Campos Lindos, pode funcionar a mais de 10 anos sem licença ambiental; enquanto que os posseiros, ora requeridos/apelantes não podem fazer uma pequena abertura para plantar e cultivar a terra, da qual, tiram o seu sustento e de suas famílias, vivendo da agricultura familiar de subsistência para garantir a dignidade humana (sic). (Trecho do recurso de Apelação dos autos nº 5000008-77.2005.827.2729. Interdito proibitório).

A justiça exigia que essas pessoas, oriundas de povos tradicionais e ocupantes da área há décadas, provassem que estavam ocupando área não reservada à proteção ambiental. Contudo, na medida que o projeto sojeiro foi tomando espaço, as pessoas dessa comunidade tradicional foram “empurradas” para a área que restava de vegetação. Para ao final, ser exatamente esse o argumento estatal para determinar que deixassem a área, sendo expulsos do seu próprio território.

Nesse sentido, cabe bem como Martins (1998a) denominou aliança entre o capital e a propriedade privada de terra no Brasil de “aliança do atraso”. O mesmo autor justifica a conjuntura emergente e a necessidade da propriedade privada da terra e do contrato social entre patrão e empregado. No caso, essas pessoas não eram empregadas, eram

possuidores de uma área, e um projeto estatal de expansão do agronegócio, que distribuiu e permitiu a constituição de uma nova propriedade privada, desterritorializou essas pessoas que foram interpretadas como ilegítimos possuidores, sendo obrigadas a deixar o seu espaço, o seu habitat, a sua cultura, sem ter outro destino ou outra forma de subsistência. Todo esse processo, para além de tantas outras desigualdades, evidencia também violência de gênero às mulheres camponesas que ali viviam e que do cerrado extraíam a sua subsistência, estabelecendo ali, com suas famílias, o seu modo de viver em absoluto respeito à terra.

É muito comum que os discursos desenvolvimentistas apontem que as pessoas de origem no sul do país são as que levam progresso para o norte que, em tese, estaria ocupado por pessoas menos letradas e menos ambiciosas em relação aos projetos capitalistas e desenvolvimentistas.

Contudo, essas crenças deixam de enfrentar o quanto pessoas que já ocupavam espaços no norte são afastadas dos seus territórios e têm negligenciados os seus direitos em processos violentos de reterritorialização, que provocam profundos sentimentos de injustiça para as pessoas por eles impactadas e acabam por privilegiar terceiros que migram, vindas do sul ou sudeste, que têm o poder de compra de terras ou constituem grupos econômicos fortes e possuem aliança com o capital, onde são negociadas áreas, que apesar do próprio governo local afirmar serem livres, não são ou não eram!

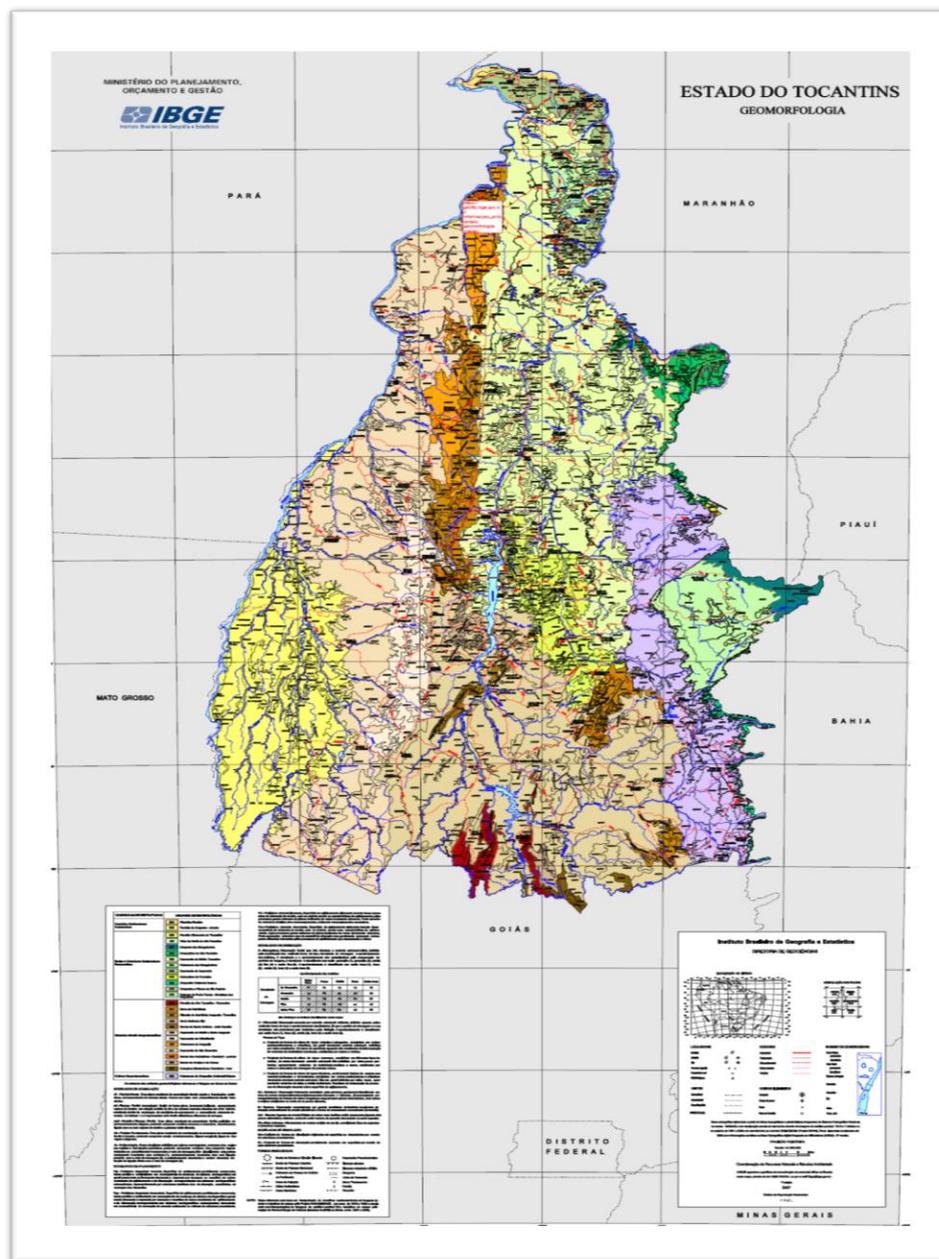
Relato importante trazido pela pesquisadora Ramos (2013) dá voz a uma moradora de Xambioá – TO, evidenciando um pouco dessa realidade sobre a busca pela propriedade privada agrária e sobre o seu (não) alcance para as populações camponesas, migrantes:

Eu cheguei aqui em 79, vinte e nove de outubro de mil novecentos e setenta e nove (29/10/1979). Eu sou filha de piauiense e viemos no lombo de jumento, naquela época nos demoramos mais de mês para chegar aqui. Era pra irmos pra Porto, mas meu pai soube que essas terras aqui eram boas e ainda não tinha dono. Coitado, meu pai morreu sem terra. Minha mãe também e eu não queria morrer assim, sem dá amparo aos meus filhos. Você vê um gaúcho desses chega ai outro dia já tem um mundão de terra, eu estou aqui a mais de trinta anos e não tenho nada. Mas isso não é porque eu não luto não, eu não fico parada, frequento um grupo da CPT, estou no sindicato (Trecho dos relatos de uma moradora de Xambioá, coletados dia 24/07/2011). (RAMOS, 2013, p. 126).

A propriedade privada nunca foi reconhecida juridicamente nessa região, pois os povos tradicionais gozam de posse que se sucede por muitas gerações, informais, acabam sendo surpreendidos com a definição e registro de propriedade para pessoas físicas ou jurídicas de origem em outras regiões, em verdadeira reprodução de um colonialismo interno.

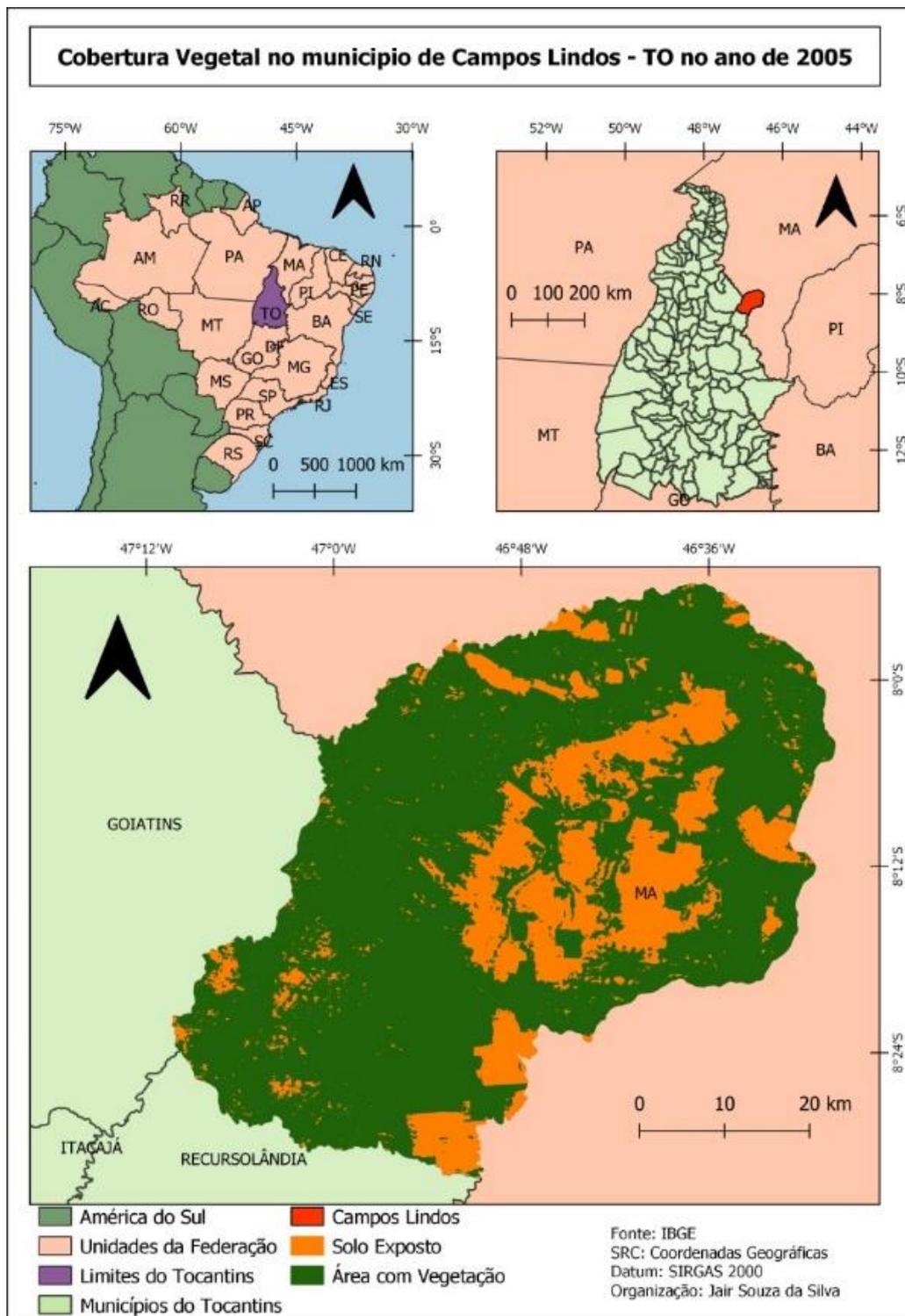
Em destaque, o mapa do Estado do Tocantins (SILVA, 2020) indica sua grande extensão geográfica e seus rios, caminhos e cidades. Em seu território há mais de oito etnias indígenas reconhecidas e territorializadas, além de povos tradicionais, remanescentes de quilombos.

Figura 1 – Mapa do Tocantins



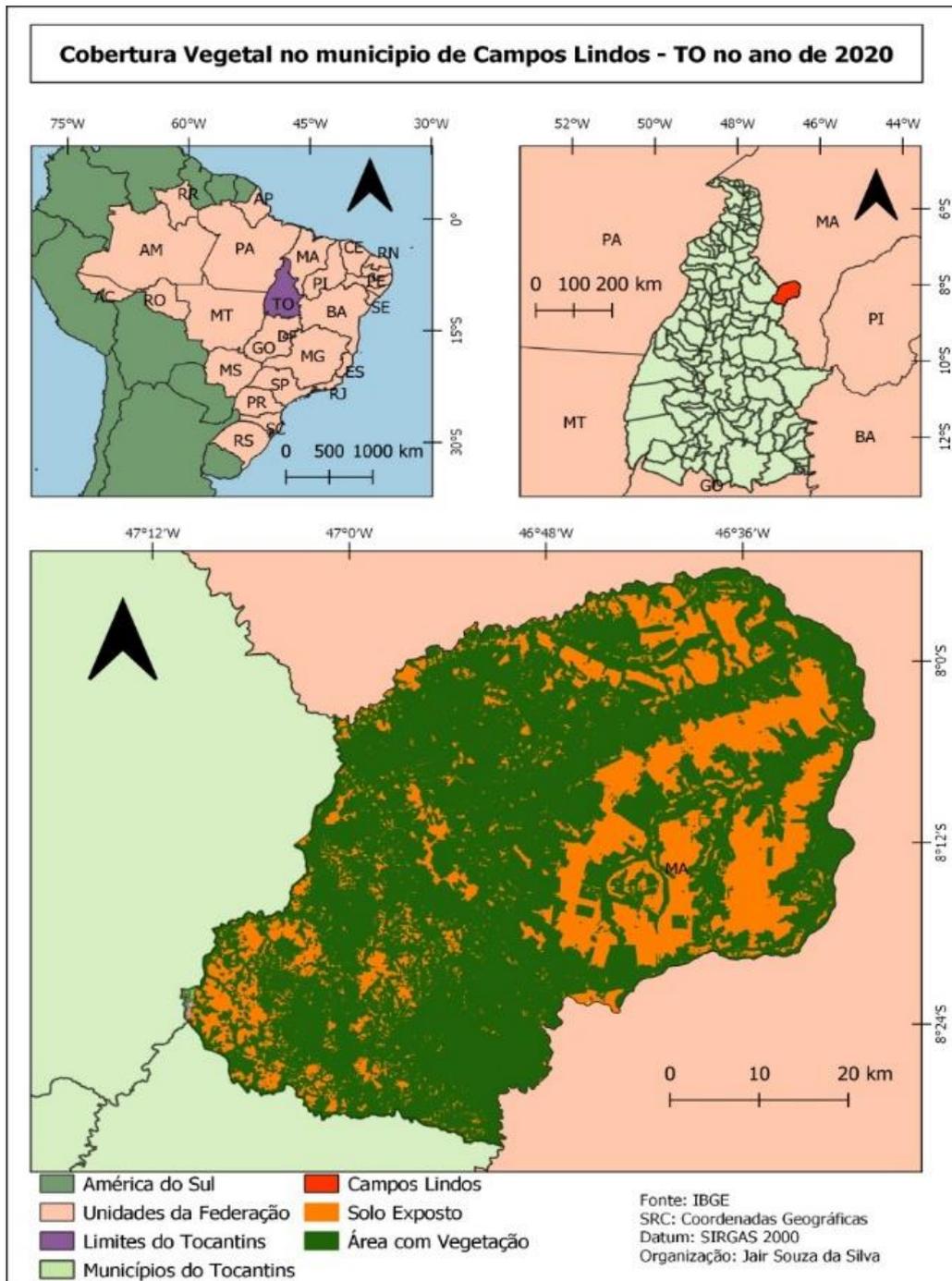
Fonte: (SILVA, 2020).

Figura 2 – Cobertura Vegetal no município de Campos Lindos – TO no ano de 2005



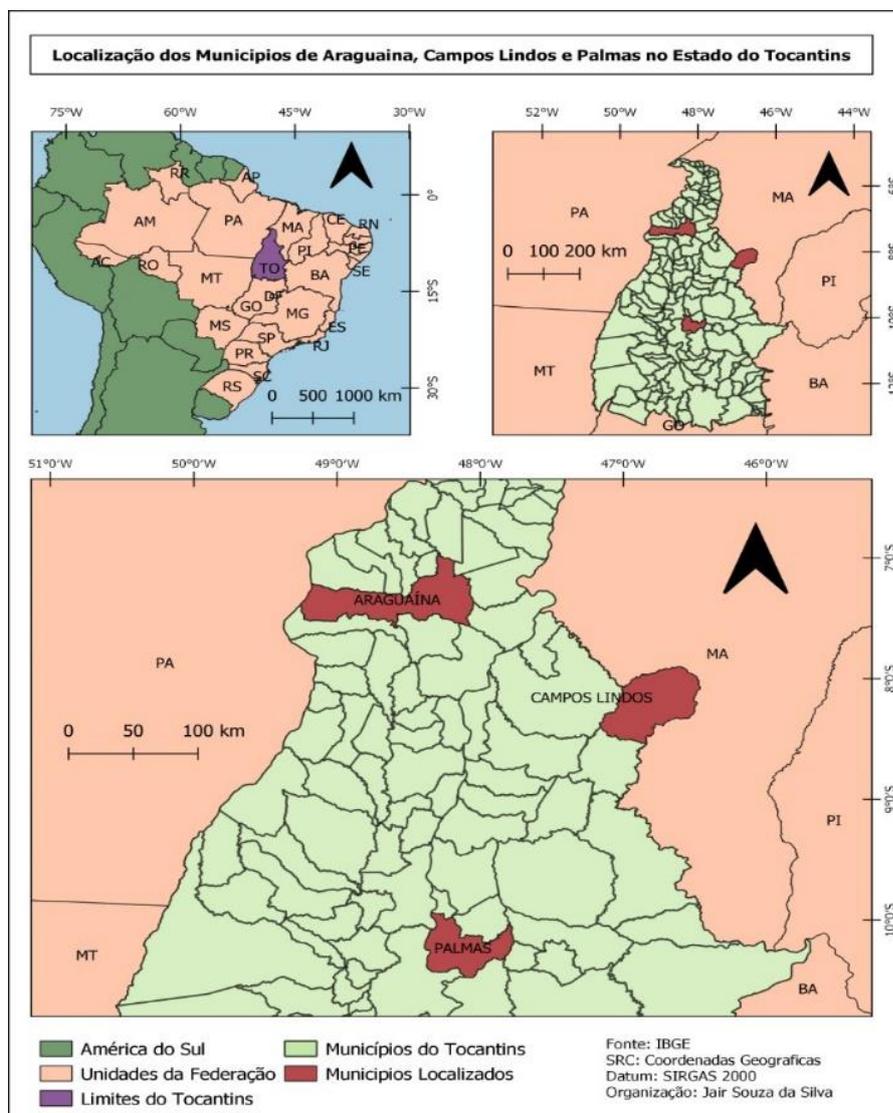
Fonte: (SILVA, 2020).

Figura 3 – Cobertura Vegetal no município de Campos Lindos – TO no ano de 2020



Fonte: (SILVA, 2020).

Figura 4 – Localização do município de Campos Lindos –TO e as cidades de Palmas e Araguaína



Fonte: Fonte: (SILVA, 2020).

Territorialização, desterritorialização e reterritorialização em Campos Lindos – TO

Com a promulgação da Constituição Federal do Brasil em 05 de outubro de 1988, foi criada a mais nova unidade federativa do Brasil: o Estado do Tocantins. Era parte do território do Estado de Goiás, ou o Norte Velho de Goiás.

Essa luta ou busca por emancipação do norte de Goiás, hoje Tocantins, remete a período mais antigo, no século XIX, quando disputas entre a Coroa Portuguesa favorável à recolonização do Brasil e políticos liberais favoráveis à emancipação do país tiveram reflexo na província de Goiás.

Antes da transição, esse processo de territorialização já foi violento e desigual:

O processo de povoamento e urbanização do território goiano de modo geral – e, obviamente, do Norte Goiano, em particular – é marcado por movimentos dos mais diversos, uns espontâneos, outros mais ou menos dirigidos, ou comandados, por centros poderosos ou por políticas de envergadura nacional. Sabemos que, no seu desenrolar, houve vencidos sem salvaguardas – as sociedades indígenas – e vencedores com retaguardas poderosas – os colonizadores. (TEIXEIRA NETO, 2018, p. 38).

Em artigo sobre esse processo de transição, destaques históricos relevantes:

A efetiva ocupação goiana ocorre, de fato, no século XVIII, quando os bandeirantes chegaram à região do Rio Vermelho, em 1725, onde se fixaram, em decorrência da descoberta das primeiras minas de ouro, logo denominadas de “Minas de Goyazes”. Quase ao mesmo tempo, descobriram ouro no Alto Tocantins, a que chamaram “Minas do Tocantins”. (OLIVEIRA, 2018, p. 54).

Esse processo de transição é também chamado de reterritorização que, em Haesbaert *apud* Oliveira (2018, p. 55), ocorre por ser uma “nova interdependência” que se conecta à “economia e a cultura das regiões mais longínquas”. E ainda acrescenta:

[...] assim, está-se estruturando uma nova organização territorial, uma espécie de território-mundo globalmente articulado. É como se no espaço cotidiano, devido à sobrevivência, se impusesse outras formas de ordenação da vida social e do território. Nesse sentido, o território é identificado entre o embate do “velho” (a organização socioespacial preexistente) e o “novo” (novos elementos econômicos e culturais), que acaba levando ao desfazer da velha região e ao refazer de outra nova, mas que contém traços da antiga. (OLIVEIRA, 2018, p. 55).

Haesbaert (2003, p. 13) posiciona-se sobre o que chama de “polissemia do que se entende por território, cuja concepção muitas vezes aparece implícita” e questiona, “afinal de que território estamos falando quando dizemos “desterritorialização”?”.

Responde, sob sua perspectiva, no que chama de “retrospectiva das várias noções de território” (HAESBAERT, 1997; HAESBAERT; LIMONAD, 1999 *apud* HAESBAERT, 2003), agrupando as concepções de território em três vertentes básicas: jurídico-política, em que o território é visto como um espaço delimitado e controlado, por meio do qual se exerce determinado poder; culturalista, em que prioriza a dimensão simbólico-cultural mais subjetiva (apropriação/valorização simbólica de um grupo sobre

o seu espaço) e; econômica, que evidencia disputas de classes sociais e a relação capital-trabalho.

Considerando tais destaques, Campos Lindos retrata uma reterritorialização política – a área que era Goiana, passa a ser Tocantinense; e também, passa a ser definida por meio de Decreto 436/1997, que torna a área o “Projeto Agrícola Campos Lindos” desprestigiando os direitos dos povos tradicionais que ali viviam; a dimensão econômica é a grande propulsora desse projeto, que acabou consolidando a propriedade privada nas mãos de grupos econômicos fortes e muitos estrangeiros. As empresas Bunge e a Cargill estão hoje estabelecidas nessa área. E a dimensão simbólico-cultural é muito forte, na medida em que famílias (centenas delas) são espoliadas da sua relação com a terra, de simbiose com a natureza, de onde extraíam alimento e cura.

Saquet (2009) cita Dematteis, que elabora uma concepção processual e relacional da geografia e do território destacando a relação espaço-tempo. E orienta a:

[...] refletir sobre o processo de territorialização, desterritorialização e reterritorialização considerando as dimensões sociais (economia, política e cultura) e a natureza exterior ao homem num movimento histórico e transescalar sem separar espaço e território. Na formação histórica de cada território há redes locais de sujeitos, condições ambientais, relações dos sujeitos com o *milieu* e com o ecossistema, e relações externas entre diferentes níveis escalares (DEMATTEIS, 2001 *apud* SAQUET, 2009, p. 80).

O PROCESSO DE TERRITORIALIZAÇÃO E O TOCANTINS COMO PARTE DO ESTADO DE GOIÁS

Sobre o imenso território Goiano e todo o impacto colonial em sua ocupação e a forma como se delineou, havia um sentimento de isolamento dessa parte da região norte do país, como destacado aqui:

Se ressentindo do isolamento do resto do estado e, conseqüentemente, do resto país, a que foi submetida por muito tempo – no que resultou em diferentes etapas de povoamento e urbanização –, a região, hoje, funciona como o mais importante elo entre os extremos sul e norte do Brasil. Ocupada, portanto, em diferentes épocas, e tendo por motivação diferentes fatores sociais e econômicos (a mineração no século XVIII, as atividades agro-pastorís tradicionais no século XIX e a abertura da grande via de integração nacional – a BR-153 de hoje – no século XX), a região se organizou no tempo e no espaço (do Leste para o Oeste) tendo por pano de fundo a compartimentação topográfico-

geomorfológica do relevo, no que resultou em sub-regiões com diferentes níveis e estágios de organização do espaço, mas, cada qual com sua geografia e contando sua própria história. (TEIXEIRA NETO, 2018, p. 08).

Teixeira Neto (2018) ainda destaca que desde o século XVIII que a vocação natural dessa região era a criação de gado, em que as autoridades coloniais e provinciais a chamaram de “Sertão do Amaro Leite” (devido à presença do arraial colonial que aí se levantou, em torno do qual vicejavam as imensas pastagens naturais).

Explica que a passagem da “Belém-Brasília”, que atraiu para a região levadas importantes de camponeses e camponesas que não conseguiram terras na Colônia Agrícola Nacional de Ceres (CANG), foi o mais importante fator de povoamento e urbanização da região a partir de meados do século XX, inserindo-a realmente na economia de mercado. Destaca:

Interligando, então, à economia de mercado uma das regiões que por muito tempo permaneceu isolada entre o norte e o sul do antigo território goiano, esse imenso corredor rodoviário – que, na realidade, se estende desde a fronteira com o Uruguai (ao sul) à cidade de Belém (ao norte) –, é sem dúvida uma das mais importantes vias de articulação espacial de todo o território brasileiro. (TEIXEIRA NETO, 2018, p. 14).

Suzuki (2006), ao discorrer sobre a “Questão agrária na América Latina: renda capitalizada como instrumento de leitura da dinâmica sócio-espacial”, traz questionamentos que importam para se pensar no quanto o caso de Campos Lindos tem similaridades com outras situações na América Latina:

Será que apenas o subdesenvolvimento é a marca de construção da unidade? Será que apenas características mais contemporâneas são as que definem a unidade? Será que apenas a situação de colônias de exploração constitui sua marca genética? As histórias são diversas, mas encontram unidade no sentido em que se estabelece não só a colonização, mas, também, a repartição da riqueza desde o período colonial. A diferença entre os que produziam a riqueza e a diminuta parcela dos que se apropriavam estabelecia-se tendo como referência o domínio relativo da terra, em que o cessionário poderia reaver a terra cedida; diferente do momento posterior, em que a terra, inserida como mercadoria no movimento de reprodução das relações sociais, passa a se constituir como domínio integral. (SUZUKI, 2006, p. 213-214).

Em “Avanços teóricos e metodológicos na leitura da América Latina: contribuições de José de Souza Martins”, Suzuki (2016) pondera o quanto o pensamento de Martins é importante para compreender “a relação entre o atraso e a modernidade que, imbricados, marcam a sociedade brasileira”. Em destaque:

A acumulação primitiva põe-se, então, como momento fundamental da expansão da sociedade nacional, sobretudo porque, como identificou José de Souza Martins, fundado em observação de Alistair Hennessy, o Brasil, como parte das sociedades latino-americanas, “[...] ainda se encontra naquele estágio de sua história em que as relações sociais e políticas estão, de certo modo, marcadas pelo movimento de expansão demográfica sobre terras ‘não ocupadas’ ou ‘insuficientemente’ ocupadas [...]” (MARTINS, 1997b, p. 147 *apud* SUZUKI, 2016, p. 150).

Um importante trabalho da Comissão Pastoral da Terra – CPT/Araguaína e de pesquisadores da Universidade Federal do Tocantins (SANTOS; VENÂNCIO JUNIOR; BENINI, 2019) destaca a resistência das mulheres do campo frente a expansão do agronegócio nos municípios de Campos Lindos, Goiatins e Barra do Ouro, região nordeste do Estado do Tocantins.

Nesse trabalho, partem da Teoria do Ecofeminismo⁶ e destacam o que as mulheres entrevistadas na pesquisa denunciam em relação ao agronegócio da soja e como têm sido ocupados os espaços de denúncias por elas.

Percebe-se, portanto, que a luta camponesa e a necessidade da reforma agrária é plano de fundo para todas essas discussões.

No caso de Campos Lindos, a conclusão da pesquisa que entrevistou mulheres da comunidade impactada conclui que essas mulheres queriam “viver na terra” e que “negam o MATOPIBA como uma política de desenvolvimento que proporciona melhores condições de vida para as populações locais”. (SANTOS; VENÂNCIO JUNIOR; BENINI, 2019, p. 1).

O trabalho “Agronegócio e acumulação por espoliação: o enclave da soja”, destaca que:

⁶ “Agroecologia, soberania alimentar, economia solidária e feminismo são ao mesmo tempo enfoques analíticos e movimentos sociais alinhados ao objetivo de construir outras formas de ser e de estar no mundo a partir das reconfigurações das relações de poder na sociedade”. Disponível em: <https://outraspalavras.net/alemdamercadoria/agroecologia-e-feminismo-vislumbre-de-um-futuro-possivel/> Acesso em: 01 fev. 2021.

O modelo do agronegócio imposto em Campos Lindos foi ancorado na expulsão das populações locais de seus territórios, espoliadas de seus meios de vida; na destruição da biodiversidade e no pacote tecnológico: monoculturas, sementes transgênicas, uso crescente de venenos químicos, trabalho mecânico intensivo. (CIFUENTE, 2013, p. 5).

Em “Mulheres e conflitos socioambientais: saberes e olhares das camponesas sobre os impactos da soja na serra do Centro, Campos Lindos – TO”, Santos (2019, p. 113) evidencia o quanto “as mulheres camponesas têm uma profunda relação com a ancestralidade e com o meio ambiente em que vivem”. Poeticamente, a autora destaca que “elas se colocam como parte da natureza, e sabem que, se conservarem a mesma, podem desfrutar do potencial econômico, medicinal e alimentício da biodiversidade do cerrado”. (SANTOS, 2019, p. 113).

Mais à frente, a pesquisadora destaca o quanto o conflito socioambiental que chegou em 1997 por meio do Projeto Agrícola Campos Lindos, que levou os sojicultores a essas áreas, categorizando que essa realidade opressora levou também “desassossego” a essas comunidades locais, expressão exata cunhada por Santos (2019) para demonstrar o conflito agroambiental que se estabeleceu nessa região do Cerrado brasileiro e que impactou e impacta tantas pessoas e tantas mulheres.

Áreas ambicionadas pelo agronegócio: os impactos na territorialização do Norte sobre os povos tradicionais

O direito agrário, após a Constituição Federal de 1988, passa a dar importância fundamental ao meio ambiente, com *status* normativo na própria carta, passa a ser definido como um direito agroambiental, sendo que o próprio conceito da função social da propriedade, só passa a ser compreendido a partir da teórica proteção dos recursos naturais.

Em verdade, o **Decreto nº 59.566, de 14 de novembro de 1966**, que regulamenta o Estatuto da Terra, já trazia como cláusulas obrigatórias ou cláusulas legais, ajustes contratuais agrários que deixassem expressas as obrigações de proteção e preservação do meio ambiente sendo que o dever de reserva florestal já existia desde 1934, com o primeiro [Código Florestal](#).

Foi atualizado em 1965, na [Lei Federal nº 4.771](#) que dividia as áreas a serem protegidas de acordo com as regiões, e não pelo tipo de vegetação como é no atual Código.

Fixava um mínimo de 20% a ser mantido nas “florestas de domínio privado” na maior parte do país, ressalvando uma proibição de corte de 50% nas propriedades “na região Norte e na parte Norte da região Centro-Oeste”. O Código de 1965, com a Lei 4771/65, antigo Código Florestal, foi revogado pela vigente [Lei nº 12.651, de 2012](#).

O conceito de reserva legal florestal e o comprometimento dos poderes do Estado para sua concretização são fundamentais.

Nesse cenário, o direito agrário em sua concepção original é insistente que, nos termos do art. 225 da Constituição Federal, o meio ambiente deve ser preservado para as gerações futuras, e nesse diapasão, a legislação posta, o dever da magistratura com o equânime e justo sem fugir dessa hermenêutica (temerário) e o dever do Estado, enquanto gestor, de permitir políticas públicas nesse sentido (negligente).

A definição de “crimes ambientais”, porém, só passa a ocorrer a partir da Lei 9605/1998, razão pela qual, só então, têm-se sanções penais e administrativas derivadas de condutas e atividades lesivas ao meio ambiente. Define os crimes contra a fauna, contra a flora e ainda, contra a administração ambiental, além das previsões sobre poluição e outros crimes ambientais. Todavia, o estatuto da terra, Lei nº 4504 de 1964, já denotava severa preocupação com o meio ambiente, o que se extrai do seu art. 2º, já indicando a necessidade de conservação dos recursos naturais.

Mas, ao serem aplicadas tais regras, mais parece que um sertanejo que deseje caçar um tatu, animal na lista dos que estão em extinção, pode estar na mira da fiscalização e do próprio judiciário, enquanto, poderosos traficantes de animais silvestres ou mesmo grileiros de grandes extensões de áreas, que as desmatam inveteradamente, seguem incólumes à aplicação desse direito protetivo da fauna ou flora.

Sendo assim, o direito agrário ocupa-se das relações humanas com a terra, sobretudo, orientando que deve haver a preservação dos recursos naturais, como fonte de vida e como necessária herança para o futuro, informando um novo direito agroambiental que deveria ser considerado no momento em que o Estado tem os fatos para os quais deve aplicar o direito.

Seguir a orientação constitucional agrária vigente significa compreender o direito agrário em três dimensões fundamentais, que acabam por lhe atribuir um inafastável caráter de direito agroambiental, conceito bem mais abrangente do que a reduzida preocupação exclusivamente agrária. É atribuído pelo Direito posto um regime jurídico especial à propriedade agrária, considerando que a terra é um bem de produção,

indispensável à vida, destacando o art. 186º da Constituição Federal que a função social da propriedade agrária é constituída por um elemento econômico que se traduz no aproveitamento racional e adequado da terra; em um elemento ambiental, que reclama a utilização adequada dos recursos naturais e preservação do meio ambiente e um elemento social, que vem definido na obrigação de observância das normas que regulam as relações de trabalho e exploração que favoreça o bem-estar dos trabalhadores rurais.

O caráter humano não pode ser retirado desses conceitos e definições do direito, e o próprio caráter humano exige uma sintonia e respeito às questões ambientais. Em síntese: a terra deve ser utilizada para produzir alimento, todavia, sem que se perca o cuidado e a máxima preservação possível dos recursos naturais, mas, ainda e também por ele, o primordial nessa análise deve ser o humano, o interesse humano e social. Nesse sentido:

É altamente prático lembrar que todos os ramos jurídicos clamam por justiça, e o sentido social está implícito em todos eles. Todavia, quando se fala em Direito Agrário, relembram-se a questão alimentar, a preocupação com a produção e a melhoria da qualidade dos produtos. Em seguida, associa-se a questão ambiental que impera na atividade rural, e passa-se a analisar os fatos diante da realidade mundial. Milhares de pessoas passam fome. Outros tantos morrem de desnutrição. Há crianças que não atingem um ano de vida por falta de alimentos. Há doenças crônicas causadas pela má alimentação. Grande parte da população está abaixo da linha da pobreza e alimenta-se uma única vez por dia. Há esgotos a céu aberto, água contaminada, problemas no ar que se respira, e a destruição de florestas, matas e fauna agrava-se dia a dia. Os últimos relatórios mundiais acerca do meio ambiente são assustadores. Diante de um cenário dramático, pergunta-se, de pronto, qual é a finalidade do Direito Agrário diante destes conflitos e qual é a sua contribuição em face dos problemas derivados do meio rural. (MANIGLIA, 2009, p. 23).

Nessa lógica, um conceito de direito agroambiental parece ter maior alcance sobre essas dimensões destacadas nos princípios agrários constitucionais, bem como, luta-se por um direito agrário como meio de efetivação de direitos humanos.

A crescente corrente do direito do agronegócio e o afastamento da interface dos direitos humanos

O direito agrário só se justifica como um direito a garantir direitos fundamentais, orientado pelos princípios constitucionais agrários. Não há como defender uma corrente,

nominada direito do agronegócio e lhe reconhecer autonomia acadêmica, se esse mesmo “direito” entende que o desenvolvimento está no desmatamento, na produção sem critérios de preservação de solo, no desprestígio e usurpação de direitos de povos tradicionais e na justificativa que função social é a megaprodução, envenenada por agrotóxicos sem limites e com lucros cujos *royalties* não contemplam os próprios povos tradicionais, como tem feito a “indústria sojeira” no estado do Tocantins.

Muitas são as matérias jornalísticas que enaltecem o agronegócio brasileiro e que veem nele a salvação para o fim da miséria brasileira. As recentes notícias sobre transgênicos chegam a apontar que a introdução desse processo no Brasil seria um dos mecanismos para o fim da fome, uma vez que a produção atingiria recordes de safras suficientes para alimentar toda a população, considerando que as safras de soja e milho fossem repletas de sucesso. Fica a grande interrogação: o brasileiro pobre ou miserável para ter acesso a esses produtos teria de comprar e compraria com o quê, se o problema maior é renda? Ainda que o produto ficasse altamente barato (o que é uma ilusão), não existe o hábito de se comer soja no Brasil. Poderia se chegar ao desprante de não saber devidamente aproveitar o grão. Com o milho seria a mesma coisa. Onde buscar renda para comprá-lo? Poderia o brasileiro se alimentar exclusivamente de milho e seus derivados? Isso revelaria uma segurança alimentar? (MANIGLIA, 2009, p. 152).

Como não invocar o poeta da terra, Pedro Tierra, que em seu lirismo traz o cerne da preocupação que circundam o desprestígio à orientação constitucional agrária: miséria e fome para inúmeras famílias, justificada pela ganância e alta lucratividade de um grupo econômico forte, em muitos casos, de capital e interesse estrangeiros.

É verdade que depois de derrubadas as cercas do latifúndio, outras se levantarão, as cercas do Judiciário, as cercas da polícia (ou das milícias privadas), as cercas dos meios de comunicação de massa. [...] Mas, é verdade também, que cada vez mais caem cercas e a sociedade é obrigada a olhar e a discutir o tamanho das desigualdades, o tamanho da opulência e da miséria, o tamanho da fartura e da fome. (TIERRA, 1994).

Tradicionalidade de povos, processos judiciais e acompanhamento do Ministério Público Federal referente ao conflito agrário na Comunidade Serra do Centro, município de Campos Lindos - TO

O cerne da discussão no caso específico que se traz para esse estudo foi a retirada de mais de 40 famílias de povos tradicionais de suas posses e realidades socioculturais, afirmando o órgão ambiental do Estado, NATURATINS, que se tratava de área de preservação ambiental.

Contudo, o questionável é que o implemento do projeto agrícola na área e a devastação da área para o plantio da soja obrigou que os seus originários ocupantes e reais possuidores fossem se afastando e marginalizando-se nas matas.

Por ironia, a própria associação ou grupo “sojeiro” vai à juízo afirmar que se tratavam de invasores que estavam degradando o meio ambiente e esses são obrigados a se retirarem, desvencilhando-se de uma realidade de agricultura de subsistência, mas que lhes mantinha o sustento e a dignidade, para se reconhecerem em situação de absoluta penúria, sem destino, sem trabalho, ausente a educação formal que inexistiu para essas famílias e usurpados das suas terras, dos seus costumes e das suas boas práticas preservacionistas.

O processo em si é a negação da própria justiça. A inversão de quem é o invasor; o poluidor, o violador de regras, pois, por ironia, o próprio projeto seguiu contrariando uma infinidade de normativas ambientais.

Contudo, foi evidente o prestígio judicial do pleito do grupo “sojeiro”, revelando a insensibilidade do Poder Judiciário e talvez até, a própria ignorância, sobre a realidade social dos povos tradicionais que ocupavam essas terras, como se a proposta “moderna” e desenvolvimentista do agronegócio nessa “última fronteira agrícola do país” importasse mais do que as vidas e sentimentos humanos afetados.

À propósito, de forma articulada, valendo-se das decisões do Poder Judiciário, conseguiram a retirada dos posseiros que não detinham a titulação, mesmo comprovada a ocupação das terras de forma mansa e pacífica há décadas, sem qualquer indenização e ainda enfraquecendo outros posseiros que já detinham seus títulos, mas reféns do poder desses grupos, que contam com influência econômica e política para sustentar seus interesses, mesmo que em desprestígio de regras claras do direito constitucional agrário, que privilegia, normativamente, o camponês e a camponesa, e não o interesse comercial;

porém, sucumbe às decisões judiciais pragmáticas, reducionistas das circunstâncias que envolvem as discussões e por consequência, não humanistas.

O conhecimento sobre “povos tradicionais” e a proteção jurídica que requer, nesse caso específico, foi olvidada, negligenciando o próprio e fundamental estudo antropológico, cuja importância é dispensável comentar.

No caso em estudo, após a realização de Estudo Antropológico desenvolvido pelo Ministério Público Federal e Procuradoria da República no Tocantins certificou-se a tradicionalidade dos camponeses (SANTOS, 2014, p. 4): “a presença das populações camponesas na Serra do Centro, região do município de Campos Lindos - TO, remonta a mais de um século”.

De modo que ficou comprovado a existência destes camponeses, mas no entanto não foram considerados, uma vez que durante os entraves judiciais tiveram diversas ordens de reintegrações de posses com o cumprimento efetivo em 18/10/2016.

O Estudo Antropológico ainda apontou que: “as evidências encontradas mostram que a Serra do Centro é um território tradicionalmente ocupado por camponeses, nos termos da Política Nacional de Desenvolvimento Sustentável dos Povos e Comunidades Tradicionais”. (SANTOS, 2014, p.).

Ao final do estudo realizados na área a conclusão foi:

Nos parece evidente que as comunidades de Campos Lindos podem ser consideradas “populações que, embora sem uma ideologia explicitamente conservacionista, seguem regras culturais para o uso dos recursos naturais que, dada a densidade populacional e o território em que se aplicam, são sustentáveis. [...] Os camponeses da região da Serra do Centro, em Campos Lindos, possuem uma relação permeada de simbolismos com os territórios que ocupam e/ou já ocuparam. Fica claro que, apesar de sua peculiar inserção no mercado, não se trata de pessoas que concebem as terras onde vivem e de onde tiram seu sustento como bens com valor redutível à lógica da sociedade capitalista envolvente. Extremamente significativas, neste sentido, são as incontáveis falas daqueles que afirmam não se imaginar vivendo em qualquer outro lugar e as impactantes histórias dos que foram forçados a ir embora e, sem motivações nem perspectivas, entraram em depressão, adoeceram e acabaram falecendo. [...] É inegável que, ao menos nesta primeira mirada antropológica, podemos afirmar que estamos tratando de grupos sociais que podem, tranquilamente, ser definidos como comunidades tradicionais. (SANTOS, 2014, p. 21-22).

Mesmo com provas robustas de reconhecimento do território dos camponeses e camponesas como povos tradicionais ocorreu a negação da tutela jurisdicional em favor destes e mais uma vez o capital se sobrepôs ao interesse social e humano.

Atualmente, essas famílias vivem em situação de insegurança jurídica a mercê da própria sorte e parece irônico que o motivo de suas retiradas das referidas áreas tenha sido “uma preocupação de preservação ambiental”.

Não lhes assiste qualquer política pública, sendo gritante a negligência estatal, tendo se iniciado justamente pelo poder judiciário, esse que deveria ter sido o garantidor dos direitos dessas pessoas.

O conflito agrário instalado nessa região é medido pelo Ministério Público Federal que após a produção do Estudo Antropológico propôs um TAC (Termo de Ajuste de Conduta) entre as famílias e o grupo “sojeiro” envolvido e requerente do interdito proibitório. O TAC estabeleceu a elaboração de um plano de manejo. Plano este que foi submetido a 6ª Câmara do MPF em Brasília para que fosse analisada a viabilidade ambiental do referido acordo. (CPT, [201-]).

Em consequência da implantação desse “megaprojeto agrícola” com a anuência do Estado, as famílias tradicionais foram ignoradas e vivem hoje em uma grande insegurança jurídica.

O que se espera como justo e legítimo para a realidade agrária brasileira é que o eixo da discussão sejam as pessoas humanas, para as quais, deva ser permitida uma atividade agroambiental, que preserve os recursos naturais, que não agrida a saúde das pessoas no campo e no entorno e que, sobretudo, reconheça as especificidades e vulnerabilidades de povos tradicionais que acabam sendo usurpados de seus direitos por propósitos econômicos que não estão conseguindo devolver para as regiões onde estão estabelecidos desenvolvimento humano e social.

O baixo índice de desenvolvimento humano em Campos Lindos, mesmo com a alta produção de soja, aliado, ao desmatamento e à concretude de projetos que desrespeitam as condições ambientais impostas indicam quão triste é ver soluções judiciais tão distantes do senso de justiça. E mais uma vez os camponeses e camponesas, pobres, não letrados, são desconsiderados pelo próprio Estado e juntamente com seus familiares, serão marginalizados nas periferias mais próximas de suas realidades.

Enquanto isso, a venda de um projeto de expansão agrícola continua sendo veiculado na grande mídia como um importante caminho para o desenvolvimento regional e nacional. Como avançar sem o humano?

Sobre as mulheres camponesas no Estado do Tocantins: as líderes camponesas como protagonistas na luta agrária

Na defesa da tese “Mulheres em movimento...: os limites do espaço e do gênero em face do movimento de mulheres trabalhadoras rurais no Tocantins”, Gleys Ially Ramos (2013) parte da perspectiva da Geografia Feminista, buscando identificar e enfatizar a importância das mulheres no fazer ciência, sobretudo, a geográfica, além de incluir nos segmentos de estudos geográficos as temáticas de gênero. Esclarece que sua proposta é geográfica, com a intenção de enfatizar o quanto as mulheres são preponderantes na agenda agrária, na luta camponesa. Destaca que:

Através da Via Campesina, MST e MAB, as mulheres no interior dos seus movimentos iniciaram uma agenda de ações contra o latifúndio, a miséria e o descaso social, as invasões do poder público e dos consórcios de energia e a favor da reforma agrária. A particularidade expressa, não está somente na agenda unificada, mas nos sujeitos que estão tornando essas ações e lutas possíveis – as mulheres camponesas e trabalhadoras rurais dos diversos segmentos sociais (movimentos sociais, sindicatos, ONGs, Igreja, etc.). (RAMOS, 2013, p. 11).

Destaca em seu trabalho inúmeras lideranças femininas na realidade agrária tocantinense e reflete sobre quem são os sujeitos no campo brasileiro. Destaca que:

[...] travam lutas diárias por melhorias no campo, pela reforma agrária e pelo reconhecimento de suas existências enquanto camponesas e camponeses, agricultoras e agricultores rurais, assentadas e assentados, acampadas e acampados, sindicalistas e integrantes dos diversos movimentos sociais do campo. Essa luta é dobrada quando os sujeitos são mulheres. Pois essas encontram barreiras estruturais dentro da questão agrária brasileira que exclui do direito à propriedade de terras todas/os aquelas/es que não cabem no perfil socioeconômico e sociocultural (hegemônico) brasileiro, isto é, pobres, negros, migrantes e mulheres. A levar em conta esse perfil, entendemos que a luta não é somente dobrada, como se desdobra para manter o campo, como um espaço/lugar de homens, sobretudo, ricos, brancos e urbanos, detentores de terras como herança, excluindo as possibilidades de milhares de mulheres e homens de viverem dignamente. (RAMOS, 2013, p. 117).

Em sua tese, Ramos (2013) descreve a biografia e luta dessas líderes comunitárias, nominando-as como sujeitos sociais, buscando evidenciar a espacialização do movimento de mulheres no Campo no Tocantins, o que fez por meio de “entrevistas, coletados depoimentos, resultados e considerações de reuniões, mobilizações e as perspectivas das mulheres atuantes nos movimentos sociais, nas articulações e na Marcha das Margaridas”. Conclui que a partir dessa pesquisa pode dimensionar “como as mulheres camponesas no Estado do Tocantins estão a se movimentar” e que:

São mulheres negras (em sua maioria), pobres, migrantes e camponesas, que conseguiram dar visibilidade tanto as suas lutas, quanto ao lócus que escolherem viver – o campo. Infelizmente, esses sujeitos estão em posições vulneráveis, sendo duplamente ameaçadas por violências e pelo extermínio. A primeira diz respeito à ameaça que essas mulheres oferecem as estruturas fundantes da expropriação socioespacial no campo brasileiro, que o torna em um campo de batalha e o divide em dois grandes lados, de um os latifundiários, fazendeiros e grandes empresários rurais, de outro, camponesas/es, agricultoras/es, assentadas/os e sem terras buscando resistir, enquanto sujeitos sociais. (RAMOS, 2013, p. 117).

O impactante e importante trabalho de pesquisa sobre o depoimento de mulheres que habitavam a Cerra do Centro em Campos Lindos, esfoliadas pela atividade sojeira

No trabalho da pesquisadora e pesquisadores da Universidade Federal do Tocantins, “Nós ainda existimos”: testemunhos (d)e resistências de mulheres camponesas e indígenas do Cerrado” é evidenciada a importância da luta e resistência dessas mulheres, oriundas de povos tradicionais:

Apesar das mulheres não assumirem bandeiras formais de movimentos feministas, nem dos movimentos ecológicos e mesmo não assumindo cargos formalizados de lideranças das comunidades, elas se destacam nos poucos espaços que ocupam como referências no enfrentamento à destruição do Cerrado e às violações de seus direitos e das suas comunidades. A resistência, assim, se vincula à politização de suas vozes e dos seus corpos, do cotidiano, da relação sagrada com o ambiente e com o território comunitário. As mulheres indígenas e camponesas, dentro das suas especificidades étnicas e culturais, têm se posicionado contra o agronegócio pois esse constitui uma ameaça à existência tal qual elas concebem a partir do enraizamento que possuem

com o lugar. (SANTOS; VENÂNCIO JÚNIOR; BENINI, 2019, p. 6-7).

Os depoimentos das mulheres coletados, na definição dos pesquisadores Santos, Venâncio Júnior e Benini (2019, p. 1), “expressam um profundo sofrimento, resultado do ‘desassossego’ da vida no campo causado pela expansão da soja, que provocou inúmeros casos de violência na disputa fundiária, o uso intensivo de agrotóxicos e o desmatamento do Cerrado”. E seguem, afirmando que “a conclusão que se faz é que nos poucos espaços que as mulheres têm para denunciar, elas reforçam a importância do ‘viver na terra’ e negam o Matopiba como uma política de desenvolvimento que proporciona melhores condições de vida para as populações locais”. (SANTOS; VENÂNCIO JÚNIOR; BENINI, 2019, p. 1).

A própria dissertação de mestrado de Santos (2019) evidencia também o patriarcado e revela o quanto está imbricado ao capitalismo, que justifica esses processos de desterritorialização. Citando Segato, demonstra que o patriarcado é muito mais intenso sobre as mulheres camponesas de origem “indígenas e afro-americanas”:

Todavia, Segato (2012, p. 115) salienta que o patriarcado das comunidades camponesas de origem “indígenas e afro-americanas” não pode ser igualado ao patriarcado da sociedade moderna global, visto que nessas comunidades locais existem um “patriarcado de baixa intensidade”. No entanto, é importante ressaltar, que apesar da baixa intensidade, as relações de poder patriarcais nas comunidades tradicionais têm sido responsáveis pela sujeição das mulheres camponesas, e o campesinato da Serra do Centro não está isento desse tipo de relações. (SANTOS, 2019, p. 43).

Ou seja, esse processo de territorialização colonial e desterritorialização, no estado do Tocantins, considerando algumas de suas realidades agrárias, com reflexos urbanos, têm impactado severamente as condições sociais das mulheres que aí residem.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Por derradeiro, torna-se evidente que o processo de territorialização na Serra do Centro em Campos Lindos – TO, para os ingressantes no Projeto Campos Lindos/97, envolve a desterritorialização de toda uma comunidade tradicional que os antecedia. Evidencia mais uma situação de doloroso processo de espoliação de povos tradicionais,

no interesse do capital e violando a ancestralidade e o genuíno direito de manterem o seu modo de viver com a terra a seu modo.

As pesquisas destacadas e os documentos jurídicos de uma das ações agrárias que envolveram o litígio entre as pessoas da comunidade local e o próprio Estado, indicam o quanto o direito pode ser instrumento legitimador dessas violações de direitos e o quanto as mulheres dessas comunidades sentem o impacto do patriarcado imbrincado com a força do capital.

Surgem no contexto lideranças femininas que sentem em três dimensões a violência do “moderno” projeto desenvolvimentista: gênero, raça e classe. Tentam resistir, mas o fato é que são abruptamente retiradas do seu habitat, da sua cultura, onde os frutos do cerrado lhes serviam de alimentos e remédio. Para onde vão essas mulheres, essas pessoas, toda essa comunidade, merece ainda ser pesquisado. O fato é que para onde seguirem levarão o sentimento de injustiça, de desolação e perda de toda a sua cultura. Campos Lindos passa a ser dominada por grandes grupos econômicos, até mesmo estrangeiros, ao mesmo tempo em que não vivencia desenvolvimento social, tampouco, a falsa promessa de crescimento econômico. A monocultura toma espaço, com a exploração da soja; o meio ambiente é devastado e, ao final, o Estado compreendeu que os poluidores eram as pessoas e famílias de povos tradicionais que, margeados, tentavam sobreviver no que se definiu ser a reserva ambiental. Esse processo todo reproduz internamente o colonialismo de outrora.

REFERÊNCIAS

BRASIL. [Constituição (1988)]. *Constituição da República Federativa do Brasil de 1988*. Brasília, DF: Presidência da República, 2020. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/ Acesso em: 10 nov. 2020.

BRASIL. Lei nº 4.504, de 30 de novembro de 1964. Dispõe sobre o Estatuto da Terra, e dá outras providências. *Diário Oficial*: República Federativa do Brasil, seção 1, Brasília, DF, p. 49, 30 nov. 1964. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/14504.htm Acesso em: 10 nov. 2020.

BRASIL. [Lei nº 4.771, de 15 de setembro de 1965](#). Institui o novo Código Florestal. *Diário Oficial*: República Federativa do Brasil, seção 1, Brasília, DF, p. 9659, 16 set. 1965. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/14771.htm Acesso em: 16 dez. 2020.

BRASIL. *Decreto nº 59.566, de 14 de novembro de 1966*. Regulamenta as Seções I, II e III do Capítulo IV do Título III da Lei n. 4504, de 30 de novembro de 1964, Estatuto da Terra, o Capítulo III da Lei n. 4947, de 6 de abril de 1966, e dá outras providências. Diário Oficial: República Federativa do Brasil, seção 1, Brasília, DF, p. 13279, 17 nov. 1966. Disponível em: <https://www2.camara.leg.br/legin/fed/decret/1960-1969/decreto-59566-14-novembro-1966-400292-norma-pe.html> Acesso em 10 nov. 2020.

BRASIL. *Lei nº 12.651, de 25 de maio de 2012*. Dispõe sobre a proteção da vegetação nativa; altera as leis nºs 6.938, de 31 de agosto de 1981, 9.393, de 19 de dezembro de 1996, e 11.428, de 22 de dezembro de 2006; revoga as leis nºs 4.771, de 15 de setembro de 1965, e 7.754, de 14 de abril de 1989, e a medida provisória nº 2.166-67, de 24 de agosto de 2001; e dá outras providências. Diário Oficial: República Federativa do Brasil, seção 1, Brasília, DF, ano 149, n. 102, p. 1, 28 maio 2012. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2011-2014/2012/lei/112651.htm Acesso em: 03 dez. 2020.

CIFUENTE, J. E. M. *Agronegócio e Acumulação por Espoliação: o enclave da soja em Campos Lindos – Tocantins*. 2013. 283 f. Tese (Doutorado em Sociologia) – Instituto de Ciências Sociais, Universidade de Brasília, Brasília, DF, 2013.

CPT - Comissão Pastoral da Terra. Organização da Comissão Pastoral da Terra (CPT). *CPT*, Goiânia, [201-]. Disponível em: <https://www.cptnacional.org.br/index.php/sobre-nos/organizacao-e-coordenacao> Acesso em: 10 nov. 2020.

HAESBAERT, R. Da desterritorialização à multiterritorialidade. *Boletim Gaúcho de Geografia*, Porto Alegre, v. 29, n. 1, p. 11–24, jan./jun. 2003. Disponível em: <http://seer.ufrgs.br/bgg/article/view/38739/26249> Acesso em: 03 dez. 2020.

IBGE – Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística. Cidades. **IBGE**, Rio de Janeiro, [2020]. Disponível em: <https://cidades.ibge.gov.br/brasil/to/campos-lindos/panorama> Acesso em: 03 fev. 2021.

MANIGLIA, E. *As interfaces do direito agrário e dos direitos humanos e a segurança alimentar*. São Paulo: Cultura Acadêmica, 2009.

MARTINS, J. S. *A Aliança do atraso*. São Paulo: Companhia das Letras, 1998a.

OLIVEIRA, N. M. Transição do Norte de Goiás ao território do estado do Tocantins. *Revista Tocantinense de Geografia*, Araguaína, TO, ano 7, n. 12, p. 53-82, abr./jul. 2018.

RAMOS, G. I. *Mulheres em Movimento...: os limites do espaço e do gênero em face do movimento de mulheres trabalhadoras rurais no Tocantins*. 2013. 231f. Tese (Doutorado em Geografia) – Instituto de Estudo Socioambientais, Universidade Federal de Goiás, Goiânia, 2013.

REPORTER BRASIL. Projeto irregular de soja ameaça despejar famílias em Campos Lindos, TO. *Repórter Brasil*, [S. l.], 03 fev. 2014. Disponível em: <http://reporterbrasil.org.br/2014/02/projeto-irregular-de-soja-ameaca-despejar-familias-em-campos-lindos-to> Acesso em: 10 nov. 2020.

SANTOS, M. M. *Relatório antropológico: Situação das comunidades de camponeses da Serra do Centro (Campos Lindos-TO)*. Palmas: Procuradoria da República do Tocantins, 2014.

SANTOS, M. M.; SOUSA, A. F. *Estudo antropológico complementar acerca dos potenciais elos de tradicionalidade dos camponeses ocupantes da Reserva Legal do Projeto Agrícola Campos Lindos Serra do Centro, Campos Lindos -TO*. Palmas: Procuradoria da República do Tocantins, 2015.

SANTOS, V. P. *Mulheres e conflitos socioambientais: saberes e olhares das camponesas sobre os impactos da soja na Serra do Centro, Campos Lindos/TO*. 2019. 129f. Dissertação (Mestrado em Demandas Populares e Dinâmicas Regionais) – Universidade Federal do Tocantins, Araguaína, TO, 2019.

SANTOS, V.; VENÂNCIO JUNIOR, D.; BENINI, E. “Nós ainda existimos”: testemunhos (d)e resistências de mulheres camponesas e indígenas do Cerrado. *Élisée - Revista de Geografia da UEG*, v. 9, n. 2, p. 1-19, jul./dez. 2020 Disponível em: <https://www.revista.ueg.br/index.php/elisee/article/view/10882>. Acesso em: 10 dez. 2020.

SAQUET, M. A. Por uma abordagem territorial. In: SAQUET, M. A.; SPOSITO, E. S. (org.). *Territórios e territorialidades: teorias, processos e conflitos*. São Paulo: Expressão Popular, 2008. p. 73-94.

SILVA, J. S (org.). *Mapas com solos e vegetação*. Brasília, DF: IBGE, 2020.

SUZUKI, J. C. Questão agrária na América Latina: renda capitalizada como instrumento de leitura da dinâmica sócio-espacial. In: LEMOS, A. I. G.; ARROYO, M.; SILVEIRA, M. L. (org.). *América Latina: cidade, campo e turismo*. São paulo: CLACSO, 2006.

SUZUKI, J. C. Avanços teóricos e metodológicos na Leitura da América Latina: contribuições de José de Souza Martins. *Brazilian Journal of Latin American Studies*, São Paulo, v. 15, n. 29, p. 136-157, jul/dez. 2016.

TEIXEIRA NETO, A. Norte goiano: meio natural, povoamento e urbanização. *Élisée – Revista de Geografia da UEG*, v. 7, n. 1, p. 8-40, jan./jun. 2018.

TIERRA, Pedro. Os filhos da paixão, 1994 Disponível em: <https://www.cartamaior.com.br/?/Editoria/Midia/Pedro-Tierra-Os-Filhos-da-Paixao/12/16176>. Acesso em 10.nov.2020.

TOCANTINS. *Decreto nº 436, de 8 de maio de 1997*. Diário Oficial do Estado do Tocantins. Palmas, TO. 1997.

TOCANTINS. *Esclarecimentos sobre a Desapropriação de Terras para a Implantação do “Polo de Fronteira de Campos Lindos”*. Secretaria de Comunicação. Palmas, TO. 1998.

TOCANTINS. *Tribunal de Justiça. Sistema eproc-to. Autos nº 5000008-77.2005.827.2729. Interdito proibitório.* Acesso em: 10 nov. 2020.

SABERES E FAZERES EM COMUNIDADES TRADICIONAIS NA AMÉRICA LATINA

Adalgisa Dorotéa Sales¹

Julio César Suzuki²

Gilvan Charles Cerqueira de Araújo³

INTRODUÇÃO

Dimensões culturais e sociais das comunidades tradicionais do Brasil revelam a relevância dos saberes médicos ancestrais. Assim, com foco em comunidades tradicionais do Brasil e da Bolívia nos propomos a discutir saberes e fazeres tradicionais que permitem a produção e reprodução destas comunidades.

Para tratar de povos e comunidades tradicionais, sejam indígenas, ribeirinhas, rezadeiras, parteiras, pescadores entre outros, é necessário levar em conta suas lutas e incertezas no cumprimento das leis em relação às suas conquistas.

A metodologia aplicada na análise foi uma abordagem qualitativa com revisão bibliográfica de autores que abordam a temática sobre território, nas diversas dimensões entre as quais destacam-se as perspectivas cultural, social e jurídica.

No presente debate, serão abordados alguns saberes tradicionais que são passados oralmente para as pessoas, que, apesar da modernidade, são importantes que não sejam esquecidos ou desvalorizados, para que possam reacender a esperança de que todos têm direitos e estes direitos devam ser respeitados, sendo relevante que os conhecimentos empíricos possam se entrelaçar com os conhecimentos científicos para o bem de uma

¹ Universidade de São Paulo - USP, aluna de doutorado em Integração da América Latina. E-mail: gisaterapias@gmail.com

² Graduado em Geografia (UFMT, 1992) e em Letras (UFPR, 2004), com mestrado (USP, 1997) e doutorado (USP, 2002) em Geografia Humana e estágio pós-doutoral na Université Panthéon-Sorbonne (2007-2008), Université Rennes 2 (2014-2015) e Université de Pau et des Pays de l'Adour (2014-2015). Atualmente, é professor do Departamento de Geografia/FFLCH/USP e orientador junto ao Programa de Pós-graduação em Integração da América Latina (PROLAM/USP). E-mail: jcsuzuki@usp.br

³ Graduado em Geografia pela UNESP – Campus Rio Claro/SP (2009), Mestre em Geografia pela Universidade de Brasília (2013), Doutor em Geografia pela UNESP – Campus Rio Claro/SP (2016). Atualmente é professor de Geografia na Secretaria de Estado de Educação do Distrito Federal e do Programa de Pós-graduação em Integração da América Latina, Prolam-USP. E-mail: gcc99@gmail.com

sociedade mais justa e mais digna, pois, em diversos momentos, percebe-se a incerteza entre os direitos adquiridos e a anulação destes mesmos direitos.

POVOS E COMUNIDADES TRADICIONAIS, ASPECTOS CULTURAIS, SOCIAIS E JURÍDICOS NO BRASIL E BOLÍVIA

No ano de 2004, no Brasil, por ação do Ministério do Meio Ambiente, foi criada legalmente a primeira versão do conceito de comunidades tradicionais. O conceito utilizado nasceu de vários diálogos entre a sociedade civil, comunidade acadêmica e governo federal. Com a promulgação da Convenção 169 da Organização Internacional do Trabalho, em que se

reforçou o que já estava escrito na Constituição de 1988, na medida que defende o respeito e a valorização da diversidade étnica e cultural dos povos e comunidades como norteadores das políticas públicas voltadas a esse seguimento. Sob essa perspectiva, o texto afirma, entre outros direitos, que os Estados Nacionais deverão promover a plena realização dos direitos sociais e culturais; reconhecer as terras tradicionalmente ocupadas por esses povos; garantir serviços de saúde adequados, em cooperação com os interessados e baseados nas comunidades; e implementar programas e serviços educacionais diferenciados e interculturais, de acordo com suas especificidades e seus projetos de futuro (CNDH, 2018, p. 17).

No decorrer do I Encontro Nacional das Comunidades Tradicionais em 2005, puderam ser ouvidas as entidades de vários seguimentos, como benzedeira(o)s, raizeira(o)s e também as parteiras, povos de terreiros e ciganos, sendo ampliado e incluídos também as identidades étnicas, tendo sido determinado que passariam a ser chamados de **Povos e Comunidades Tradicionais**.

É importante observar que a definição jurídica está alicerçada sobre um (i) conceito subjetivo: autorreconhecimento de pertencimento à uma cultura diferente; e (ii) outros objetivos, tais como formas próprias de organização social, ocupação tradicional de territórios e utilização de recursos naturais como condição para reprodução cultural, social, religiosa, ancestral e econômica, utilizando conhecimentos, inovações e práticas gerados e transmitidos pela tradição. Ambos os fundamentos são essenciais para a caracterização cultural de tais populações, sob pena de extensão indevida da tutela conferida, subvertendo os conceitos ao banalizá-los (ANTUNES, 2019, p. 78).

No ano de 2007, foi criada a Política Nacional de Desenvolvimento Sustentável dos Povos e Comunidades Tradicionais de acordo com o Decreto nº 6040, art. 3º, inciso 1º, em que se afirma:

Grupos culturalmente diferenciados e que se reconhecem como tais, que possuem formas próprias de organização social, que ocupam e usam territórios e recursos naturais como condição para sua reprodução cultural, social, religiosa, ancestral e econômica, utilizando conhecimentos, inovações e práticas gerados e transmitidos pela tradição (BRASIL, 2007, p. 17).

Segundo este documento ficou determinado que os seguimentos têm distinções entre eles e que precisam ser preservadas as suas identidades, além de terem a distinção da sociedade em geral.

Figura 1 – Povos e comunidades tradicionais



Fonte: [tps://thumbs.jusbr.com/uploads.jusbr.com/publications/noticias/images/1401550052.jpg](https://thumbs.jusbr.com/uploads.jusbr.com/publications/noticias/images/1401550052.jpg). Acesso em: 04 jan. 2021.

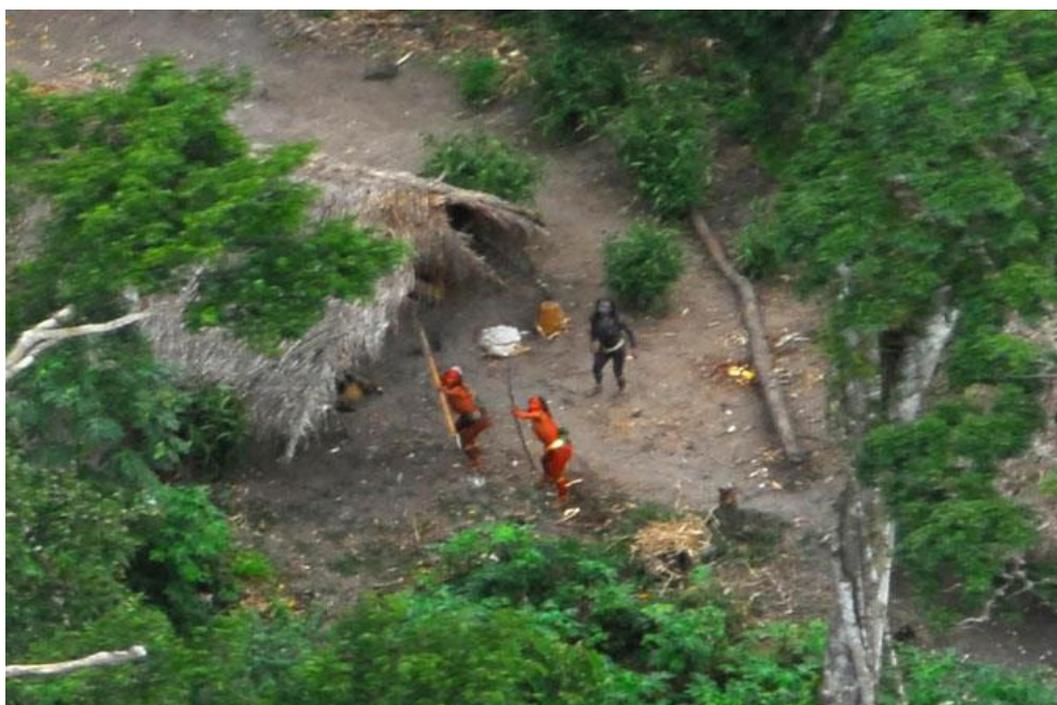
Estes grupos, em cerca diversidade identificada na Figura 1, estabelecem uma relação com a terra que são tradicionalmente ocupadas de forma respeitosa que vai além

dos bens econômicos ou capitalistas. No documento Povos Livres, Territórios em Luta - Relatório Sobre Os Direitos dos Povos e Comunidades Tradicionais lançado pelo Conselho Nacional dos Direitos Humanos, afirma-se que:

Povos e comunidades tradicionais têm sistemas próprios de conhecimento sobre a realidade, que refletem suas experiências históricas e territoriais e contribuem para o manejo da vida em todas as suas dimensões materiais e simbólicas, que incluem o sagrado. Os sistemas de conhecimentos tradicionais indicam outras formas de estar no mundo, com potencial para renovar o pensamento e ampliar os repertórios de saberes e fazeres na construção de soluções para os novos desafios da contemporaneidade, sejam os desafios socioambientais ou aqueles relativos à convivência com respeito à diferença e valorização da diversidade (BRASIL, 2018, p. 21).

Na prática, percebe-se que estes povos e comunidades não são respeitados em seus conhecimentos e muitas vezes são banidos de suas terras tradicionalmente ocupadas, fonte de vida, como se vê na Figura 2, e são usados de muitos artifícios que são considerados politicamente corretos, como por exemplo a privatização de parques ambientais, em que áreas florestais são transformadas em foco de extrema proteção, inclusive desalojando àqueles que as conservaram, as populações tradicionais.

Figura 2 – Tribo isolada da Amazônia



Fonte: <https://clicrbs.com.br/rbs/image/4377212.jpg>. Acesso em: 04 jan. 2021.

Alguns cientistas que trabalham com as ciências sociais, assim como os das ciências naturais, já afirmam que muitas áreas florestais tinham sido conservadas devido à ação destas comunidades tradicionais. Segundo Diegues (2004, p. 12), os saberes tradicionais têm “forte dependência dos recursos naturais, a estrutura simbólica dessas comunidades, seus sistemas de manejo desenvolvidos ao longo do tempo e muitas vezes seu isolamento, fazem com que possam ser parceiras necessárias aos esforços de conservação”.

Sendo que várias áreas que seriam de conservação de seus habitats estão sendo vergonhosamente exploradas por mineradores, extrativistas e devastação do ambiente.

No contexto global, chama a atenção a forma como os diversos países vêm tratando essas questões, que têm oscilado entre o reconhecimento e a negação de direitos. Ora se ocupam em reconhecer e ampliar os direitos aos grupos sociais portadores de identidade étnica e coletiva, ora acham medidas de caráter nitidamente discriminatório, afastando qualquer possibilidade de reconhecimento (SHIRAISSHI NETO, 2007, p. 26).

A perda crescente destas florestas significa que estão sendo dizimadas a fauna e a flora que eram um poder de subsistências de muitos povos tradicionais.

Na cultura indígena, as plantas sempre foram muito importantes, pois, além de abastecerem como alimentos e também para seus utensílios, as suas folhas e raízes também os ajudavam em cuidar da saúde. E os povos indígenas do Brasil, apesar da colonização e

[...] apesar das proibições e dos severos controles exercidos pelos colonizadores, [...] continuaram a exercer suas práticas religiosas voltadas a curas, empregando as plantas nativas, suas conhecidas. Sem perderem totalmente a originalidade quanto aos seus poderes mágicos calcados na mitologia indígena, as plantas nativas passaram a ocupar espaços nos sistemas de crenças afro-brasileiros que, aos poucos, foram se organizando no país (CAMARGO, 2014, p. 27).

Infelizmente, o que assistimos são crises incansáveis destes povos que sempre lutaram para ter o direito digno de ocupar as terras tradicionais de seus ancestrais e terem uma melhor qualidade de vida, mantendo seus modos de vida. Segundo Suzuki (2013, p. 633), “poderíamos redefinir modo de vida pela forma que os moradores percebem, vivem e concebem o espaço, mediados pelo conjunto de suas práticas cotidianas e por sua

história”. Esta que deveria ser perpetuada com o respeito à sua historicidade tradicional, garantindo conviver em sua territorialidade.

Territórios e territorialidades produzidos, em constante luta, pelos sujeitos das sociedades tradicionais, já que é no confronto que se mantêm nos espaços consuetudinários, conquistando-os e reconquistando-os todos os dias, sobretudo porque é onde as gerações de ancestrais forjaram a cultura que os define, tecendo marcas fundamentais de seu modo de vida, com saberes próprios e vínculos sociais particulares (SUZUKI, 2013, p. 635).

Territórios que estão sempre ameaçados com uma visão capitalista, mascarada com a “integração” destes povos em uma sociedade geral, banindo os seus saberes e costumes e ainda desconsiderando sua trajetória. “A Convenção 169 ofereceu, assim, um novo paradigma para o reconhecimento à diferença por meio da auto identificação e de direitos territoriais e à consulta prévia em processos que ameacem a continuidade dos modos de vida dos povos tradicionais” (BRASIL, 2018, p.18). Observa-se que ao longo da história, sempre foi uma luta constante dos povos e comunidades tradicionais em fazer valer os seus direitos.

Na visão de Suzuki (2013, p. 636), “os saberes que permeiam o modo de vida das sociedades tradicionais, fundamentando territorialidades oriundas da apropriação, em processo de territorialização e produção de território, constituem-se em patrimônio cultural e imaterial”. Ou seja, os saberes são dimensão do modo de vida das comunidades tradicionais, sejam em sua forma de vestuários, cultivo e processamento dos alimentos, bem como nos cantos onde se realizam seus ritos e suas crenças, o que é reforçado por Diegues:

[...] a permanência das populações tradicionais em áreas naturais protegidas não se justifica somente pela proteção e pelo reconhecimento da grande bagagem de etnoconhecimento transmitido de geração em geração, a respeito das condições naturais, pela necessidade de garantir seus direitos históricos a seu território, mas também como exemplos a serem considerados pela civilização urbano-industrial na redefinição necessária de suas relações atuais com a natureza (DIEGUES, 2004, p.74-75).

Conforme a designação de Diegues (2004), o conhecimento tradicional pode ser definido como o saber e o saber-fazer. Para muitas comunidades tradicionais, os saberes

são passados de forma oral, muitos aprendem com os avós, com os anciãos das comunidades. E continuando o seu raciocínio:

Para muitas dessas sociedades, sobretudo as indígenas, existe uma interligação orgânica entre o mundo natural, o sobrenatural e a organização social. Neste sentido, para estas últimas, não existe uma classificação dualista, uma linha divisória rígida entre o “natural” e o “social”, mas sim um continuum entre ambos” (DIEGUES, 2004, p. 14).

As pessoas que nascem em cidades do interior têm uma maior convivência com a natureza, principalmente quem mora em zona rural ou em suas proximidades, em relação às de cidades grandes, sobretudo as metrópoles. “O homem age no espaço (natural e social) de seu habitar, produzir, viver, objetiva e subjetivamente. O território é um espaço natural, social, historicamente organizado e produzido; a paisagem é nível visível e percebido deste processo” (SAQUET, 2009, p. 81). Muitos conhecem as plantas e as distinguem por suas qualidades terapêuticas que eram aprendidas de forma oral e utilizados pelos antepassados e que eram passados de geração para geração. As plantas eram utilizadas como tratamento para a saúde, visto que em muitas localidades havia dificuldades para tratamento médico.

Algumas pessoas do campo, que moravam em locais mais distantes, as chamadas roças, sabiam utilizar da qualidade das plantas em cicatrizar uma ferida, estancar o sangue quando acidentalmente era cortado com o facão, quando derrubavam a mata, o que se chama “roçado”, para arar a terra. Eram locais distantes, então buscavam alguma erva que pudesse estancar o sangue. Poderia até mesmo ser a seiva da Bananeira (*Musa romántica L*) encontrada em várias partes ou a uma outra erva da região.

Diante da necessidade de conservação dos saberes e fazeres tradicionais, foi elaborada pela Comissão de Saúde do Parlamento Latino-Americano, uma Lei Modelo sobre Medicina Tradicional onde seguiriam as diretrizes sobre a medicina tradicional.

[...]a medicina tradicional está intimamente vinculada ao cuidado do meio ambiente, ao equilíbrio e preservação no cuidado com a água e a terra que dela provêm, à saúde compreendida na relação biológica, psicológica, social e cultural dos seres humanos e dos seres vivos com os quais interatuam sendo esses, juntamente com todos os elementos do entorno natural, minerais e vegetais, e não somente as plantas medicinais, os recursos com os quais se preserva a vida e a saúde das pessoas (PANAMÁ, 2009, p.3).

Nesta legislação do Parlamento Latino-Americano, estão incluídos os direitos dos povos tradicionais da América Latina para o direito à saúde e podendo exercer as suas atividades tradicionais sobre a cura, o que fica evidenciado no Artigo 1, inciso I:

Medicina Tradicional: São os sistemas de cuidado com a saúde que têm suas raízes em conhecimentos profundos sobre a saúde e a doença que os diferentes povos indígenas e rurais acumularam através de sua história, fundamentados centralmente em uma cosmovisão, que para os países latino-americanos tem origem pré-colombiana, e que enriqueceu a dinâmica das interações culturais, com elementos da antiga medicina espanhola e portuguesa, a influência de medicinas africanas e a medicina científica, além de incorporar elementos terapêuticos de outras práticas que lhes são afins e que são suscetíveis de ser compreendidos e utilizados desde sua própria cosmovisão e âmbito conceitual (IBIDEM, 2009, p.4).

Estes são alguns saberes que os povos e comunidades tradicionais ainda utilizam em determinadas regiões, estes povos tradicionais que são os camponeses, comunidades de fundo de pasto, faxinalenses, quilombolas, ciganos, povos de matriz africana, seringueiros, castanheiros, quebradeiras de coco-de-babaçu, parteiras, rezadeiras, raizeiras, pescadores artesanais, marisqueiras, ribeirinhos, varjeiros, caiçaras, praieiros, sertanejos, jangadeiros, ciganos, açorianos, campeiros, varzanteiros, pantaneiros, catingueiros, os quais merecem todo respeito e os seus direitos devem ser preservados.

Pode-se tomar como exemplo alguns saberes e fazeres brasileiros, especialmente no interior da Bahia: as parteiras tinham um papel fundamental na vida das famílias. Normalmente eram pessoas que já moravam nas imediações e eram tradicionalmente convidadas a fazer o parto, mas acompanhavam a parturiente durante o período de gestação, orientando como deveriam se alimentar para ter uma boa qualidade do leite materno. Estes conhecimentos eram passados de forma oral, que foram recebidos de seus ancestrais.

Um dos conhecimentos passados pelos anciões quando as mulheres estavam grávidas, recomendava-se chá de Erva doce (*Pimpinella anisum L.*) para aliviar os gases, ou um chá de Hortelã (*Mentha piperita L.*) para melhorar a azia. E quando a criança nascia era recomendado que a mamãe continuasse usando chá de Erva doce (*Pimpinella anisum L.*), pois assim evitaria o bebê ter cólicas, pois estaria sorvendo o chá por meio do leite materno.

Ainda no interior da Bahia existia a tradição de uma bebida que era preparada e ficava de infusão durante o período dos nove meses da gestação. Esta bebida era servida para as pessoas que iam visitar a senhora e a criança, era a famosa “temperada”⁴ ou “meladinha”. Uma bebida feita com cachaça destilada, mel e uma mistura de várias ervas e só era servida após o nascimento do bebê.

Figura 3 – “Temperada ou Meladinha de Parida”



Fonte: <https://i.ytimg.com/vi/gEQenuD4x1A/hqdefault.jpg>. Acesso em: 04 jan. 2021.

Para os povos e comunidades tradicionais, a compreensão destes conhecimentos e saberes ocorrem de maneira bastante simples por meio de seu entendimento ancestral. Porém, às vezes, dificultam a compreensão de alguns pesquisadores, que buscam patentear estes conhecimentos de forma equivocada, e às vezes até mesmo distorcendo os seus ensinamentos.

Como nos casos de medicina “popular”, “tribal”, “indígena”, a qual se baseia em crenças, normas e práticas tradicionais, acumuladas durante experiências antigas de provas e erros, acertos e fracassos no âmbito caseiro. Os CTs [conhecimentos tradicionais] podem ser ostentados por

⁴ Estes conhecimentos foram adquiridos pela autora Adalgisa Sales, através de seus pais e avós, onde moravam em zona rural nas cidades de Ipiaú e Itabuna no interior da Bahia.

indivíduos, por alguns membros dos grupos ou estar disponíveis a todos os membros do grupo (conhecimento comunitário), como o conhecimento de remédios derivados de ervas caseiras que possuem milhões de mulheres e anciãos. [...] Segundo as leis de propriedade intelectual, os CTs são considerados como informação de domínio público, o qual todos poderiam ter acesso livre para uso. Em alguns casos, as diversas formas de CTs têm sido apropriadas por pesquisadores e empresas comerciais sob os direitos de propriedade intelectual, sem nenhuma recompensa aos criadores ou possuidores desses conhecimentos (COMEGNA, 2006, p. 85/87).

É importante que também os pesquisadores que usufruem dos conhecimentos e saberes destes povos possam dar a verdadeira retribuição de seus ensinamentos. E aqui vale ressaltar um excelente conselho do sociólogo José de Souza Martins em seu livro *Fronteira*: “Optei por pesquisar ensinando o que sei e aprendendo o que não sei, de modo que meu relacionamento com as pessoas e grupos com os quais convivi fosse um relacionamento de duas mãos, de troca, e não, como é norma, um relacionamento de mão única” (MARTINS, 2019, p.16). Pode-se ter como exemplo, no caso da Bolívia, em que muitos dos conhecimentos tradicionais são distorcidos por alguns pesquisadores e não são devidamente compilados, mas também pelas próprias transformações sociais e culturais das comunidades.

Embora os processos de transformação das dimensões da vida social que se relacionam com os conhecimentos e práticas tradicionais, sejam constantes na história da Bolívia, vários fatores vêm ocasionando a perda dos conhecimentos e práticas tradicionais para o conjunto da sociedade, em especial entre os membros das comunidades locais, nascidos a partir da segunda metade do século XX até os dias de hoje. Dentre os fatores que têm tido um maior impacto em relação ao tema, podemos destacar:

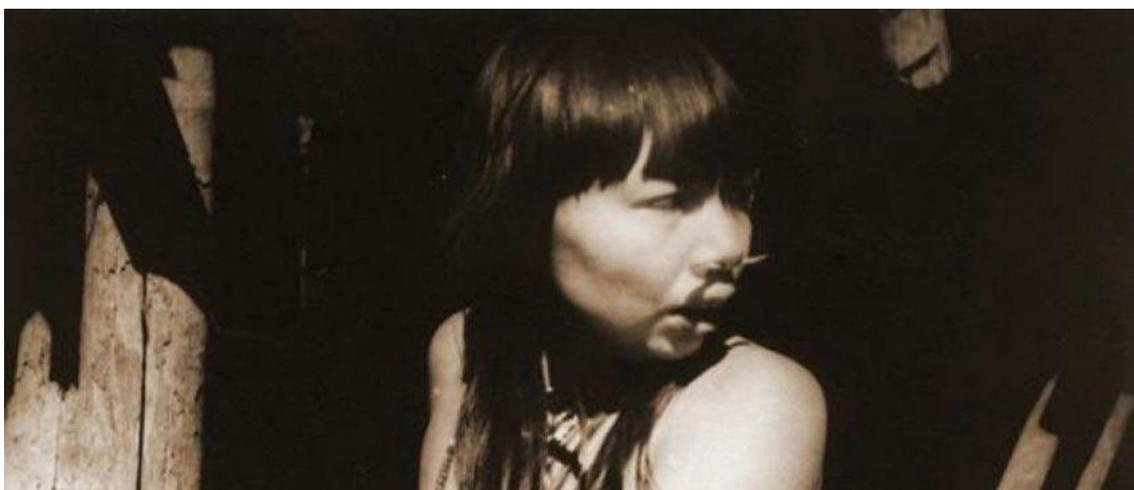
- O crescimento demográfico que vem aumentando a exploração dos recursos naturais existentes;
- A expansão da economia de mercado;
- A expansão dos serviços e a presença do Estado no interior do seu respectivo território nacional;
- O aumento do interesse internacional nos conhecimentos tradicionais, como parte do interesse nos recursos da diversidade biológica, em especial os recursos genéticos do planeta (COMEGNA, 2006, p. 76).

Faz-se necessário que este patrimônio seja preservado pelas políticas públicas, e também pela atuação cuidadosa dos pesquisadores.

Na Bolívia, muitos povos são de origem indígena que apesar de ser a maioria da população, somente há pouco tempo que foram integrados nas políticas públicas, porém ainda de forma muito precária.

O crescimento demográfico boliviano, somado a práticas de manejo pouco sustentáveis dos recursos disponíveis, tem levado a uma crescente divisão das terras das áreas andinas rurais e das áreas tradicionalmente ocupadas, levando a uma intensificação do aproveitamento dos recursos naturais disponíveis nessas regiões. A consequência é a deterioração do potencial produtivo das terras, do meio ambiente e a destruição da vida silvestre. (MATHEUS, p. 94, 2019).

Figura 4 - A etnia indígena Pacahuara, da Amazônia boliviana, está à beira da extinção



Fonte: <https://amazonia.org.br/2017/01/etnia-boliviana-dos-pacahuara-esta-a-beira-da-extincao/>. Acesso em: 04 jan. 2021.

Segundo Ana Carolina Couto Matheus, os recursos tradicionais que eram utilizados pelos indígenas foram sendo destruídos, de forma que vários povos foram completamente retirados de seu local de habitação (Figura 3), sendo que alguns até mesmo foram dizimados.

As empresas bolivianas e a ciência ocidental têm demonstrado interesse nos conhecimentos tradicionais (CTs), uma fonte valiosa de conhecimento. Descumprem as obrigações inerentes ao uso e ao consentimento. Contribuem na sua perda, por meio da destruição do ambiente e dos valores culturais dos povos tradicionais. Na Bolívia os conhecimentos são considerados informações de domínio público, às quais todos podem utilizar de forma livre, conforme determinam as leis referentes à produção intelectual (PI). Porém, os CTs têm sido apropriados por pesquisadores e empresas comerciais sobre os direitos

de PI, sem nenhuma recompensa ou benefício aos seus criadores ou possuidores (IBIDEM, p. 96).

Com esta concepção faz-se perceber que incansavelmente estes povos continuam sendo ludibriados em suas tradições. Aqui é possível compreender a posição de Canclini (2019, p. 205) quando diz que “o popular nessa história é o excluído: aqueles que não têm patrimônio ou não conseguem que ele seja reconhecido e conservado”.

O autor demonstra que se os povos tradicionais se modernizam, ou seja, acompanha a modernidade, eles fazem parte dela, mas não deveriam perder a sua tradição.

Se a cultura popular se moderniza, como de fato ocorre, isto é para os grupos hegemônicos uma confirmação de que seu tradicionalismo não tem saída; para os defensores das causas populares torna-se outra evidenciada forma como a dominação os impede de ser eles mesmos (CANCLINI, 2019, p. 206).

Neste caso, fica claro que é considerado moderno a parte culta e hegemônica, enquanto o tradicional, que é popular, é considerado subalterno. Ele ainda afirma que

A modernização diminui o papel do culto e do popular tradicionais no conjunto do mercado simbólico, mas não os suprime. Redimensiona a arte e o folclore, o saber acadêmico e a cultura industrializada, sob condições relativamente semelhantes. O trabalho do artista e o do artesão se aproximam quando cada um vivencia que a ordem simbólica específica em que se nutria é redefinida pela lógica do mercado (CANCLINI, 2019, p. 22).

Na América Latina, a fragilidade do enraizamento da própria historicidade, em que muitas pessoas ainda têm dificuldades com a alfabetização, a partir das hibridações culturais em que “a incerteza e o valor da modernidade derivam não apenas do que se separam nações, etnias e classes, mas também dos cruzamentos socioculturais em que o tradicional e o moderno se misturam” (CANCLINI, 2019, p. 18).

Talvez seja preciso repensar sobre a forma que a “modernidade” nos impõe.

De um lado, o herói deste enredo é o homem comum, fragmentado, divorciado de si mesmo e de sua obra, mas obstinado no seu propósito de mudar a vida, de fazer História, ainda que pelos tortuosos caminhos de sua alienação e de seus desencontros, os difíceis caminhos cotidianos da vida. De outro lado, a complexidade do problema está no modo anômalo e inacabado como a modernidade se propõe num país como o Brasil e na realidade descompassada desta nossa América Latina. Nosso enigma é hoje o enigma da captura desse homem comum pelos mecanismos de estranhamento de uma cotidianidade que exacerba a

mutação de nosso relacionamento com nossas possibilidades históricas e mutila a compreensão dos limites que cada momento histórico nos propõe (MARTINS, 2020, p. 10)

É possível pensar que os saberes tradicionais poderão ser adicionados aos saberes modernos, acompanhando o progresso, mas garantindo o respeito aos saberes tradicionais.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Nos tempos mais longínquos, as pessoas enfermas costumavam ir passar um período em algum sítio de amigos ou de parentes, sentavam embaixo de alguma árvore e voltavam mais fortalecidos. Mesmo na contemporaneidade, ainda encontramos pessoas que se refazem energeticamente buscando um convívio de alguns dias em lugares de mata, rios e cachoeiras em que as plantas são muito boas companhias.

Quanta sabedoria existe com os povos tradicionais, até mesmo para colher as folhas há necessidade de um certo cuidado com a planta, pois o respeito com a mãe natureza é fundamental.

Os detentores dos saberes dos ciclos naturais percebem que está prevista uma chuva, observando o comportamento dos animais, e muitas vezes ainda sem nenhuma nuvem formada no céu, além de saberem quando é o momento de preparar a terra para plantar. Todos estes ensinamentos são passados pelos mais velhos.

E de que forma poderemos incentivar as pessoas a manterem o respeito com a natureza e com os povos e comunidade tradicionais? Pelo respeito aos seus direitos, em seus aspectos sociais, políticos, econômicos e principalmente uma consciência humanitária, em que a proteção ambiental deve ser um sentido também a ser seguido.

É possível dar um exemplo dos povos indígenas, que afirmam que todos os seres da natureza são nossos parentes. No caso das plantas eles chamam de “Povo em Pé”. Eles nos explicam que as árvores são parecidas com os humanos, o tronco é o corpo, as folhas são os nossos cabelos, os galhos são os nossos membros. Por isto ao nos sentirmos desconectados, ou muito preocupados, podemos mentalizar que somos uma árvore, permitindo que os pés estejam firmes no chão enraizando com a energia da mãe terra e a nossa cabeça elevada como o pensamento no Alto.

Trazendo isto para nossa cultura, em que somos consideramos “pessoas civilizadas”, deveríamos ter a consciência do quanto são importantes as nossas mudanças para com a natureza.

REFERÊNCIAS

- ANTUNES, Paulo de Bessa. *A Convenção 169 da Organização Internacional do Trabalho na América do Sul*. Rio de Janeiro: Lumen Juris, 2019. 188 p.
- BRASIL. Ministério da saúde. Política Nacional de Plantas Medicinais e Fitoterápicos. Brasília, DF, 2006. 60p. Disponível em: http://bvsmms.saude.gov.br/bvs/publicacoes/politica_nacional_fitoterapicos.pdf. Acesso em: 15 jun. 2017.
- BRASIL, Conselho Nacional dos Direitos Humanos. *Povos livres, territórios em luta: relatório sobre os direitos dos povos e comunidades tradicionais*. Brasília: 2018. Disponível em: <http://www.mdh.gov.br/informacao-ao-cidadao/participacao-social/conselho-nacional-de-direitos-humanos-cndh>. Acesso em: 15 jun. 2017.
- BRASIL, Casa Civil. *Política Nacional de Desenvolvimento Sustentável dos Povos e Comunidades Tradicionais*. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2007-2010/2007/decreto/d6040.htm. Acesso em: 13 dez. 2020.
- BRASIL, Ministério da Saúde. Resolução RDC Nº 267/2005. *"Regulamento Técnico de Espécies Vegetais para o Preparo de Chás"*. Disponível em http://bvsmms.saude.gov.br/bvs/saudelegis/anvisa/2005/res0267_22_09_2005.html#:~:text=Erva%2Ddoce%20ou%20anis%20ou%20anis%20doce%20%2F%20Pimpinella%20anisum%20L. Acesso em: 25 jan. 2020.
- CAMARGO, Maria Thereza Lemos de Arruda. *As plantas medicinais e o sagrado: a etnofarmacobotânica em uma revisão historiográfica da medicina popular no Brasil*. São Paulo: Ícone, 2014.
- CANCLINI, Néstor García. *Culturas Híbridas - estratégias para entrar e sair da modernidade*. Tradução de Ana Regina Lessa e Heloísa Pezza Cintrão. São Paulo: EDUSP, 2019, 416 p.
- COMEGNA, Maria Angela. A convenção sobre biodiversidade e as comunidades locais na Bolívia. 2006. Dissertação (Mestrado em Geografia Humana) - Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas, Universidade de São Paulo, São Paulo, 2006. doi:10.11606/D.8.2006.tde-03072006-122302. Acesso em: 20 out. 2020.
- DIEGUES, Antonio Carlos; VIANA, Virgílio M. (organizadores). *Comunidades Tradicionais e Manejo dos Recursos Naturais da Mata Atlântica*. 2ª edição - São Paulo:

Hucitec: NUPAUB-USP: CEC, 2004. Disponível em: <http://nupaub.fflch.usp.br/textos>. Acesso em: 23 nov. 2020.

DIEGUES, Antonio. *O mito moderno da natureza intocada*. 5. ed. São Paulo: Hucitec; NUPAUB, 2004. Disponível em: <http://nupaub.fflch.usp.br/sites/nupaub.fflch.usp.br/files/O%20mito%20moderno.compressed.pdf>. Acesso em: 16 dez. 2020.

LEI MODELO DE MEDICINA TRADICIONAL PARA A AMÉRICA LATINA E CARIBE. Comissão de Saúde do Panamá, 2009. Parlamento Latino Americano e Caribenho Disponível em: http://parlatino.org/pdf/leyes_marcos/leyes/ley-materia-medicina-tradicional-portugues-pma-3-dic-2010.pdf Acesso em: 30 jul. 2020.

MATHEUS, Ana Carolina Couto. *A transnacionalidade e a proteção jurídica dos conhecimentos tradicionais na Bolívia, Colômbia, Equador, Guianas, Peru, Suriname e Venezuela*. Disponível em: <https://dialnet.unirioja.es/servlet/articulo?codigo=7402518>. Acesso em: 02 jul. 2020.

MARTINS, José de Souza. *Fronteira: a degradação do Outro nos confins do humano*. 2. ed./ 4ª reimpressão. São Paulo: Contexto, 2019.

MARTINS, José de Souza. *A sociabilidade do homem simples: cotidiano e história da modernidade anômala*. 3. ed., 4. reimpressão. São Paulo: Contexto, 2019.

SAQUET, Marcos Aurelio; Eliseu Savério Sposito. (organizadores) *Territórios e territorialidades: teorias, processos e conflitos*. São Paulo: Expressão. 368 p, 2008. Disponível em: <http://www2.fct.unesp.br/docentes/geo/bernardo/BIBLIOGRAFIA%20DISCIPLINAS%20GRADUACAO/PENSAMENTO%20GEOGR%20C1FICO%202017/2-LIVRO%20SAQUET%20E%20SPOSITO.pdf>. Acesso em: 7 de nov. 2020.

SHIRAIISHI NETO, J. A particularização do universal: povos e comunidades tradicionais face à declarações e convenções internacionais. In: _____ (org.). *Direito dos povos e das comunidades tradicionais do Brasil: declarações, convenções internacionais e dispositivos jurídicos definidores de uma política nacional*. Manaus: UEA, 2007. p. 25-52.

SUZUKI, Júlio César. Território, Modo de Vida e patrimônio Cultural em Sociedades Tradicionais Brasileiras. *Revista Espaço & Geografia*. v. 16, n. 2. 2013. Disponível em <http://www.lsie.unb.br/espacoegeografia/index.php/espacoegeografia/article/view/2>. Acesso em: 02 jul. 2020.

IDENTIDADE AFRODESCENDENTE NO BRASIL E A LUTA POR IGUALDADE

Jamila Prata Aguiar¹

Júlio César Suzuki²

INTRODUÇÃO

O Brasil é um dos países da América Latina, território de vasta extensão, inicialmente ocupada por diferentes povos que circulavam entre diferentes paisagens; constituíram reinos, cidades e povoamentos milenares, com tipos de desenvolvimento e tecnologias complexas, e com formações sociais e culturais próprias, dotadas de valores e princípios. Para os povos originários, toda a espécie humana faz parte desse organismo, a terra, tudo é natureza, o cosmos é natureza, essa é a compreensão de existência (KRENAK, 2019).

Na compreensão de aspectos históricos, abordaremos o processo de colonização, não que a história da América Latina tenha início com o período colonialista, mas devido ao quanto esse período resultou em mudanças profundas na realidade e na continuidade desses lugares, desses povos, e trouxe um elemento novo e importante para esse processo, os povos africanos. Toda a América Latina vive hoje as consequências da colonização, e teve durante esse período, a entrada de africanos trazidos para sustentar o regime escravagista, junto ou posterior a escravização indígena. No Brasil, foram trazidos cerca de 6 milhões de africanos escravizados, esse número de pessoas se amplia se levarmos em conta os seus descendentes nascidos nas Américas (LUZ, 1995), o que faz do Brasil hoje o país com o maior número de pessoas pretas fora da África. Diferente processo ocorrera com os povos nativos, chamados comumente de indígenas, eram cerca de quatro milhões de pessoas no território nacional quando houve a invasão europeia, sendo hoje

¹ Universidade de São Paulo (USP), Programa de Integração da América Latina, Mestranda em Ciências, aguiar.jamila@gmail.com

² Graduado em Geografia (UFMT, 1992) e em Letras (UFPR, 2004), com mestrado (USP, 1997) e doutorado (USP, 2002) em Geografia Humana e estágio pós-doutoral na Université Panthéon-Sorbonne (2007-2008), Université Rennes 2 (2014-2015) e Université de Pau et des Pays de l'Adour (2014-2015). Atualmente, é professor do Departamento de Geografia/FFLCH/USP e orientador junto ao Programa de Pós-graduação em Integração da América Latina (PROLAM/USP). E-mail: jcsuzuki@usp.br

apenas 800 mil pessoas, o que corresponde a 1,1% da população nacional, enquanto os afrodescendentes somam hoje 56,2% da população no Brasil (IBGE, 2018).

É visível que a África e os afrodescendentes são importantes para a formação do Brasil e da população nacional, no entanto pouco se fala, se aborda ou é ensinado sobre os povos originários de África e América Latina. Mais raro ainda é encontrar escritos acadêmicos que abordem a América pré-colonial e a África pré-colonial, anterior a invasão europeia; neste momento histórico havia produção e difusão de importantes conhecimentos antigos desses povos, que não estão registrados no universo eurocentrado, científico, devido ao fato de os povos originários possuírem sua maneira específica de deixar suas heranças, seu legado, sua continuidade, diferente da escrita ocidental, considerada a única fonte reconhecida de conhecimento por muito tempo. Os africanos possuem culturas ligadas a tradição, e quando se fala de tradição em relação à história africana, referimo-nos à tradição oral, e nenhuma tentativa de penetrar a história e o espírito dos povos africanos terá validade a menos que se apoie nessa herança de conhecimentos amplo e diversos sobre o mundo, pacientemente transmitidos de boca para ouvido, de mestre a discípulo, ao longo dos séculos (HAMPATÉ BÂ, 2010).

A cultura afro-ameríndia é viva, presente e resistente na realidade de muitos de seus descendentes, todo o modo de vida tradicional, de diversas tradições, que hoje existe, é fruto de processos de luta contra um regime opressor de valores coloniais escravagistas, que se instaurou de forma soberana, violenta e devastadora. O colonialismo foi responsável pelo maior genocídio ocorrido com os povos africanos (e ameríndios), exterminando-se vidas, e na constante busca em construir o extermínio cultural. Todo esse processo foi sustentado pela distinção e hierarquização de raças, produzindo identidades sociais historicamente novas: *índios*, *negros* e *mestiços*, e redefinindo outras; assim, termos como o *espanhol* e *português*, e mais tarde europeu, que até então indicavam apenas procedência geográfica ou país de origem, adquiriram também, em relação às novas identidades, uma conotação racial. E na medida em que as relações sociais que se estavam configurando eram relações de dominação, tais identidades foram associadas às hierarquias, lugares e papéis sociais correspondentes, com constitutivas delas, e, conseqüentemente, ao padrão de dominação que se impunha. Em outras palavras, raça e identidade racial foram estabelecidas como instrumentos de classificação social básica da população (QUIJANO, 2005).

Buscamos compreender a importância da construção positiva da identidade racial, afrodescendente, a identidade preta, como forma de disputa e resistência no Brasil. Entendemos por disputa e resistência a luta constante em manter vivo o modo de vida africano, suas culturas, todo esse modo de perceber, sentir e acreditar a existência humana na Terra, a interação entre si e todos os seres vivos, envolvendo modos de vida, valores, construção estética, filosófica, e sobre tudo, espiritual, manifestadas na musicalidade, dança, culinária, e tantos elementos afrodescendentes que hoje vivem no Brasil como resultado de um contínuo processo de resistência. Assim como a luta constante por humanidade, em meio a uma sociedade constituída em valores ocidentais, com base escravagista, em que não houve políticas de reparação a todo esse genocídio, lutar por humanidade consiste em equidade, ou seja, para além da necessidade em construir oportunidades, regras e tratamentos igualitários, é necessário políticas de reparação, a luta por políticas públicas que elimine abismo social entre pretos e brancos, esse é o campo da disputa, por viver na sociedade brasileira com valores e modo de vida afrocentrado, com igualdade e na legalidade. O campo de luta afrodescendente sempre incluí a busca por igualdade também aos ameríndios, que hoje sobrevivem ao mesmo processo de violenta opressão, apoiando também todos os movimentos de luta por igualdade de tratamento e de oportunidades a todos os seres humanos.

DA ÁFRICA AO BRASIL

O conhecimento e a realidade afrodescendente têm conquistado um recente espaço de respeito no conhecimento científico, o que é uma das consequências do nosso passado histórico, no momento em que iniciara as publicações que fundamentaram teoricamente o campo das ciências naturais, século XVII, e o campo das ciências humanas, século XIX, os povos africanos viviam as violências do regime escravista. A população europeia não tratava africanos de forma humana, não pensaram cientificamente a África e os africanos com humanidade.

Abordar de forma positiva o passado histórico dos afro-latino-americanos, no caminho em descrever o percurso até a realidade atual, trata-se em contemplar os anseios de uma grande parcela dessa população, que está intimamente ligada ao surgimento e a consolidação desses territórios, população que busca desconstruir o racismo e reconstruir a realidade afrodescendente positiva, diante de violentos processos de exclusão.

A África é o berço de toda a humanidade, nesse continente surgiram as civilizações mais antigas do mundo, a começar pelo surgimento da própria espécie humana - homo erectus e homo sapiens - ter sua origem na África. “*Os primeiros homens, tal como somos hoje, surgiram por volta de 150.000 anos a.C. e eram negros*” (LUZ, 1995, p.23). Essa e demais realidades referentes a teoria de evolução da espécie humana e seus processos históricos veem superando falsidades forjadas pelo colonialismo. O colonialismo foi sustentado pelo racismo científico, a este coube o papel de elaborar formulações científicas publicadas, atestando e legitimando uma ‘inferioridade africana’, assim seriam povos inferiores, dotado de culturas inferiores (QUIJANO, 2005).

Esses primeiros humanos, pretos, se deslocaram em correntes migratórias, desde o centro-sul da África, em direção ao norte e ao mar Mediterrâneo, assim povoando a Europa, Ásia e todo o restante do planeta. Temos a mesma origem enquanto humanos, e as diferenças físicas que apresentam a nossa espécie distribuída pelo globo, ocorrem devido as distintas condições climáticas e a adaptação a essas condições, bem como a mestiçagem desses diversos povos que surgiam, tudo em processos de milhares de anos. Comprovadamente, a humanidade tem origem preta africana. (LUZ, 1995; NASCIMENTO, 2019; DIOP, 1991, NASCIMENTO, 2008; NOBLES, 2006).

Cabe destacar a importância do conhecimento *afrocentrado* para a ciência, que consiste em pesquisar a cultura africana e afro diaspórica de forma positiva, livre de preconceito, em uma perspectiva desde dentro. Tendo como importante contribuição o trabalho do cientista senegalês Cheik Anta Diop (1979-1981), um dos percussores no estudo da África antiga, formulou um importante trabalho intelectual no caminho de confrontar, as falsidades, distorções e negações que há tanto tempo existem com o propósito de velar e apagar a memória do conhecimento científico e filosófico contido na cultura dos povos africanos, confirmando e acrescentando seus estudos seguem cientistas, pesquisadores, filósofos, escritores da África e da diáspora africana.

Os povos africanos são muito antigos, e sempre mantiveram constantes trocas culturais com a população dos demais continentes. A começar pelo Egito, lugar em que há 18 mil anos, no vale do Rio Nilo, foram iniciadas as primeiras práticas de agricultura, uma importante evolução da espécie humana que pode deixar de se deslocar a procura de alimento e então se fixar com essa prática. Grande importância teve ainda os conhecimentos matemáticos, de engenharia e álgebra que possuíam os egípcios, conhecimentos esses evidenciados nas enormes pirâmides construídas há 5 mil anos atrás,

e que estudá-las foi fundamental para a elaboração dessas ciências exatas do mundo ocidental. Como afirma Cheik Anta Diop:

O fruto moral da sua civilização está para ser contado entre os bens do mundo negro. Em vez de se apresentar à história como um devedor insolvente, este mundo negro é o próprio iniciador da civilização “ocidental” ostentada hoje diante dos nossos olhos. Matemática pitagórica, a teoria dos quatro elementos de Thales de Mileto, materialismo epicuriano, idealismo platônico, judaísmo, islamismo, e a ciência moderna estão enraizados na cosmogonia e na ciência egípcias. Só temos que meditar sobre Osíris, o deus-redentor, que se sacrifica, morre e é ressuscitado, uma figura essencialmente identificável a Cristo (NASCIMENTO, 2019, p. 275).

Ainda sobre o Egito, cabe destacar que esta sociedade possuía grande conhecimento da medicina há cerca de 3 mil anos a.C, com a mumificação como parte de sua cultura, esta prática permitia amplo conhecimento sobre o corpo humano, os órgãos, então muito antes da existência da medicina ocidental, já se faziam cirurgias enquanto processo de cura, incluindo a cirurgia de catarata que já era realizada no Egito há 4.600 anos atrás. Coube aos cientistas africanos e aos cientistas na diáspora provar à toda a humanidade que a população do Egito e da África do Norte é uma população negra, desmistificando todo um imaginário forjado na construção da falsa ideia de África Branca, falsidade inventada para encobrir a realidade de que os povos negros africanos são dotados de enorme quantidade e importantes conhecimentos que contribuíram para a formulação do conhecimento ocidental. (NASCIMENTO, 2008; LUZ, 1995; NASCIMENTO, 2019; NOBLES, 2006).

Não vamos aqui repetir o que já foi bastante divulgado acerca da influência marcante da cultura egípcia na cultura grega. Para qualquer cientista não comprometido com o contexto colonialista-imperialista é evidente a influência dos sacerdotes e sábios nas obras plagiadas de Hesíodo, Tales, Anaxímenes, Anaximandro, Heráclito, Arquimedes, Pitágoras, Demócrito, Hipócrates, Platão, Aristóteles etc. (LUZ, 1995, p.24)

A ciência hoje comprova também que importantes conhecimentos eram produzidos e transmitidos pelo restante da África. Além da agropecuária, os primeiros a descobrir e lidar com a mineração e a metalurgia foram os africanos. No atual Quênia, havia pecuária há 15 mil anos, o povo Banyoro da atual Uganda possuía técnicas de vacinação, farmacologia e realizavam cirurgia cesariana antes da existência da medicina

ocidental. Em 1973 foi descoberto no Quênia um laboratório astronômico datado de 1 mil anos a.C., assim como os Yorubá já possuíam um sistema matemático próprio que influenciou povos da Ásia e Índia. Entre tantas informações que vêm sendo recentemente acrescentadas ao conhecimento científico conforme o conhecimento afrocentrado avança na desconstrução do racismo científico (NASCIMENTO, 2008; LUZ, 1995; NASCIMENTO, 2019; NOBLES, 2006).

O continente africano é, portanto, dotado de quantidade e diversidade de riqueza natural e cultural. Seus povos já praticavam e possuíam rotas de comércio entre si e com demais povos da Ásia e das Américas. Muito antes de Cristóvão Colombo e Pedro Álvares Cabral, os africanos já possuíam técnicas de construção naval e navegação que estabeleciam o contato entre África e América. Portugueses e espanhóis, junto a igreja católica, buscaram a todo custo apagar o legado africano, depois de sugado, criando a falsa noção de descobrimento da América. Essa e demais noções de falsidades foram produzidas/forjadas para que se efetivasse o processo de colonização europeia (NASCIMENTO, 2008; LUZ, 1995; NASCIMENTO, 2019; NOBLES, 2006).

O racismo científico é parte da tentativa das elites colonizadoras, durante e após o processo de colonização e escravização, manter seu status e privilégios, utilizando para isso o amplo esforço para que os pretos brasileiros (e no mundo) não assumissem suas raízes étnicas, históricas e culturais, acreditando assim, na inferioridade africana. A construção da inferioridade africana é um projeto de Estado, dos Estados constituídos a partir do regime colonialista, mantido mesmo após o fim do regime escravista e colonialista, que provocaram grandes transições ocorridas nas relações econômicas, políticas e sociais, e ainda assim mantiveram enraizadas as bases do colonialismo.

O colonialismo

Já mencionamos que o colonialismo europeu recebe este espaço de debate por ter exercido uma evidente marca na história da humanidade, impulsionado pelo regime capitalista de produção, direcionou os rumos e acontecimentos históricos, políticos e econômicos da atualidade. Quando falamos de colonização, estamos nos referindo ao processo de invasão e apropriação dos europeus a territórios, continentes, levando seu padrão de existência como superior, como única forma de humanidade, e com isso rompendo a continuidade dos processos civilizatórios de todos os outros povos a que

tiveram contato pelo mundo. Assim foram implementadas relações genocidas, em busca de manter a ordem hegemônica da civilização europeia sobre todas as outras, e que produziu como marca profunda da colonização o regime escravagista, que acredito ter sido a maior crueldade de toda a humanidade, sustentado pelos Estados europeus, pela Igreja Cristã e pela Ciência (LUZ, 1995, p. 113).

A ideia de que os brancos europeus podiam sair colonizando o resto do mundo estava sustentada na premissa de que havia uma humanidade esclarecida que precisava ir ao encontro da humanidade obscurecida, trazendo-a para essa luz incrível. Esse chamado para o seio da civilização sempre foi justificado pela noção de que existe um jeito de estar aqui na Terra, uma certa verdade, ou uma concepção de verdade, que guiou muitas das escolhas feitas em diferentes períodos da história (KRENAK, 2019, p. 8).

A busca por ampliar as rotas comerciais europeias e por tanto, invadir territórios e usurpar dos recursos naturais, dos valores, das tecnologias, para além da África do Norte e Ásia, junto ao objetivo de buscar novos caminhos para as índias, resultaram na chegada e ocupação da América e demais lugares na África (LUZ, 1995, p. 113).

Quando chegaram às Américas, os europeus encontravam vastas populações vivendo em terras férteis, em reinos bastante organizados e estruturados, cidades bem maiores que Madrid, impérios que possuíam uma extensão de terra três a quatro vezes maior que toda a Europa. Os impérios Asteca, Maia e Inca reluziam na paz, na harmonia e na prosperidade (LUZ, 1995, pg. 114).

O contato de europeus com os demais habitantes da América foi marcado pelo etnocídio, roubos, torturas, estupro e escravidão. Tudo coube para que houvesse sucesso no processo de dominação de riquezas e então, de territórios. Nesse período já se praticava atrocidades em troca de dinheiro, este, como único valor almejado, sua busca passou a anular todos os demais valores, seja da tradição tribal europeia, seja dos valores de outras sociedades de outros continentes. Na colonização europeia a acumulação de riquezas passou a ser o valor principal. E para o sucesso da acumulação de riqueza, além do trabalho por servidão e escravização aos povos originário da América, foi amplamente utilizado o trabalho escravo africano (LUZ, 1995; GALEANO, 2010).

O colonialismo marcou e configurou a ocupação e as relações construídas no atual território brasileiro, de 521 anos após a invasão portuguesa no Brasil, foram quase 390

anos de regime escravista, isso é um inegável marco histórico e contemporâneo em nossa sociedade. No Brasil o racismo em sua forma mais desumana, que é a escravização, foi componente fundamental para a inserção do país na economia global, as desigualdades raciais de todo esse período são a base estruturante nas relações sociais estabelecidas na formação do Estado nacional. Viver a afrodescendência no Brasil é nascer em um campo de luta por igualdade e melhores condições de vida, para seguir essa luta a principal arma é ter construído a identidade racial positiva, para seguir no campo da disputa e da resistência.

DISPUTA POLÍTICA COMO RESISTÊNCIA PRETA

É importante ressaltar o que muitos pensadores afrocentrados vêm comprovando: os africanos nunca foram passíveis ao regime escravagista, sempre houve resistência. Existe resistência cultural desde o primeiro passo dado no Brasil, na continuidade em ser e compreender o universo nos modos e valores africanos, como também na resistência política. Em todo o período houvera revoltas, rebeliões, suicídios e muitas formas de organizações como o movimento abolicionista, as irmandades religiosas, as comunidades culturais, e tantas formas de organização em pró a liberdade e humanidade. Diante de toda a resistência o povo preto conquistou inúmeras vitórias, mas não impediu o avanço e aperfeiçoamento do sistema político e econômico capitalista no território. Assim configurou-se o Brasil pós colônia, pós escravidão: país neoliberal/capitalista de relações racialmente e economicamente desiguais (NASCIMENTO, 2019; GONZALEZ, 2020; LUZ, 1995; NASCIMENTO, 2008; MUNANGA, 2002).

Sem priorizar um projeto de reconhecimento e construção de unidade e identidade nacional, as elites brasileiras mantiveram os ideais e valores eurocentrados, optaram pela modernização e industrialização como direcionamento econômico junto ao acúmulo de capital e intensificação das desigualdades. O Brasil, como toda a América latina, manteve como principal atividade econômica a exportação de bens primários, ainda que buscando entrar de maneira tardia no processo de industrialização e urbanização, sua inserção foi sobre dependência econômica e tecnológica dos países desenvolvidos da Europa e Estados Unidos da América.

Na América Latina, a realidade vem destruindo o antigo esquema da divisão internacional do trabalho que, depois de adquirir grande vigor no século XIX, continuou prevalecendo, em termos doutrinários, até data muito recente. Nesse esquema, cabia à América Latina, como parte da periferia do sistema econômico mundial, o papel específico de produzir alimentos e matérias primas para os grandes centros industriais. Nele não havia espaço para a industrialização dos países novos (PREBISCH, 2000, p.71).

A modernização das economias latino-americanas foi feita com investimento estrangeiro e iniciando o processo de dívida externa, relação que é mantida até a atualidade mediante a constantes movimentações financeiras. Enquanto os países desenvolvidos ocupam o lugar de centralidade na economia mundial com altos investimentos em industrialização e tecnologia, situação diferente acontece nos países colocados à margem do sistema econômico mundial, na periferia; endividados, os países subdesenvolvidos, como na América Latina, convivem em uma realidade desigual em escala local e global.

(...)o conceito de subdesenvolvimento, tal como é usualmente empregado, refere-se mais à estrutura de um tipo de sistema econômico, com predomínio do setor primário, forte concentração da renda, pouca diferenciação do sistema produtivo e, sobretudo, predomínio do mercado externo sobre o interno (...) Há que analisar, com efeito, como as economias subdesenvolvidas vinculam-se historicamente ao mercado mundial e a forma em que se constituíram os grupos sociais internos que conseguiram definir as relações orientadas para o exterior que o subdesenvolvimento supõe. Tal enfoque implica reconhecer que no plano político-social existe algum tipo de dependência nas situações de subdesenvolvimento e que essa dependência teve início historicamente com a expansão das economias dos países capitalistas originários (CARDOSO, 2000, p. 507).

O subdesenvolvimento é, portanto, uma das consequências da economia capitalista/ neoliberal. Na formação do Brasil como Estado-nação houve o predomínio de uma elite europeia detentora de terras, meios de produção e constituintes dos cargos políticos-legislativo. A realidade social e econômica brasileira seguiu reproduzindo os caminhos do neoliberalismo, de forma que a acumulação capitalista no Brasil contribuiu para a formação de uma elite e uma imensa camada da população marginalizada. Como consequência do passado histórico brasileiro de mais de 390 anos de escravização, essa população marginalizada possui raça e/ou cor.

O privilégio racial é uma característica marcante da sociedade brasileira, uma vez que o grupo branco é o grande beneficiário da exploração, especialmente da população negra. E não estamos nos referindo apenas ao capitalismo branco, mas também aos brancos sem propriedade dos meios de produção que recebem seus dividendos do racismo. Quando se trata de competir no preenchimento de posições que implicam recompensas materiais ou simbólicas, mesmo que os negros possuam a mesma capacitação, os resultados são sempre favoráveis aos competidores brancos. E isso ocorre em todos os níveis dos diferentes segmentos sociais. O que existe no Brasil, efetivamente, é uma divisão racial do trabalho. Por conseguinte, não é por coincidência que a maioria quase absoluta da população negra brasileira faz parte da massa marginal crescente: desemprego aberto, ocupações “refúgio” em serviços puros, trabalho ocasional, ocupação intermitente, trabalho por temporada, etc. Ora, tudo isso implica baixíssimas condições de vida em termos de habitação, saúde, educação, etc (GONZALEZ, 2020, p. 46).

A desigualdade racial brasileira está visível ao observarmos os dados oficiais como do Instituto Brasileiro de Geografia Estatística (IBGE), que traz informações sobre as condições de vida da população pelo enfoque de cor ou raça, abordadas por meio de resultados de pesquisas domiciliares, em que o quesito cor ou raça, no sentido sociológico do termo, é considerado por autodeclaração. O estudo realizado em 2018 concluiu que no Brasil existe maiores níveis de vulnerabilidade econômica e social nas populações de cor ou raça preta, parda e indígena. Com uma análise focada nas desigualdades sociais, os dados são compostos por temas relacionados às condições de vida da população brasileira como mercado de trabalho, distribuição de renda, condições de moradia e educação, índices de violência e de representação política. Foram observados os dados de desigualdade entre pessoas de cor ou raça brancas e as pretas ou pardas juntas, esses grupos correspondem a 99% da população brasileira em 2018: sendo 43,1% brancos; 9,3% pretos; 46,5% pardos; e indígenas e amarelos somam 1% da população brasileira (IBGE, 2018).

O estudo aponta que entre a população brasileira, pessoas pretas (de cor ou raça preta ou parda) correspondem a maior parte da força de trabalho no país, sendo 57,7 milhões de pessoas em 2018, 25,2% a mais do que a população branca (de cor ou raça branca) que totalizava 46,1 milhões. No entanto, a população desocupada e/ou marginalizada é composta majoritariamente por pessoas pretas; pretos somam 2/3 dos desocupados e dos marginalizados no mercado de trabalho. Esse dado se mantém mesmo quando agrupados os dados em níveis de instrução, a diferença só dá uma reduzida

quando comparada a população de nível superior completo. A marginalização no mercado de trabalho está associada, muitas vezes, à precarização do trabalho, à falta de acesso a proteção social como a remuneração a partir do salário mínimo e a aposentadoria. Em 2018, 34,6% das pessoas brancas ocupadas estavam em ocupações informais, enquanto as pessoas pretas eram 47,3%. Os índices de informalidade entre pessoas pretas são maiores nas Regiões Norte e Nordeste do Brasil, sendo 60% das pessoas pretas trabalhadores na informalidade (IBGE, 2018).

Os dados apontam ainda que brancos possuem vantagem quanto aos rendimentos do trabalho, em 2018 o rendimento mensal das pessoas brancas foi de R\$2.796, 73,9% superior ao das pessoas pretas, que corresponde a R\$1.608. O que (...) *corresponde a um padrão que se repete, ano a ano, na série histórica disponível* (IBGE, 2018, p. 3). O estudo revela ainda que tanto na ocupação formal, quanto na informal, as pessoas pretas recebem menos do que as brancas, e indica que o diferencial por cor ou raça, é maior do que o diferencial por sexo:

Enquanto as mulheres receberam 78,7% do valor dos rendimentos dos homens, em 2018, as pessoas de cor ou raça preta ou parda receberam apenas 57,5% dos rendimentos daquelas de cor ou raça branca. O diferencial por cor ou raça é explicado por fatores como segregação ocupacional, menores oportunidades educacionais e recebimento de remunerações inferiores em ocupações semelhantes. (...) Destaca-se a vantagem dos homens brancos sobre os demais grupos populacionais, sendo que a maior distância de rendimentos ocorre quando comparados às mulheres pretas ou pardas, que recebem menos da metade do que os homens brancos auferem (44,4%). O segundo grupo de maior vantagem é o da mulher branca, que possui rendimentos superiores não só aos das mulheres pretas ou pardas, como também aos dos homens dessa cor ou raça (razões de 58,6% e 74,1%, respectivamente). Os homens pretos ou pardos, por sua vez, possuem rendimentos superiores somente aos das mulheres dessa mesma cor ou raça (razão de 79,1%, a maior entre as combinações) (IBGE, 2018, p. 3).

Em todos os níveis de instrução as pessoas pretas recebem salários inferiores aos das pessoas brancas, as pessoas brancas ganham cerca de 45% a mais do que as pretas. Ainda que a população ocupada seja majoritariamente preta, 68,6% dos cargos de gerência são ocupados por pessoas brancas, enquanto 29,9% são ocupadas por pessoas pretas. O estudo aponta ainda que quanto mais alto o rendimento, menor a ocupação de cargos por pessoas pretas (IBGE, 2018).

As desigualdades raciais também está presente nas condições de moradia, na distribuição espacial dos domicílios, no acesso a serviços e nas características individuais dos domicílios. A população preta é maioria em domicílios sem coleta de lixo (12,5%, contra 6,0% da população branca), sem abastecimento de água (17,9%, contra 11,5% da população branca), sem rede de esgoto (42,8%, contra 26,5% da população branca), demonstrando condição de maior vulnerabilidade e maior exposição a possíveis doenças. (IBGE, 2018).

Na educação, embora tenha diminuído a taxa de analfabetismo no Brasil, a taxa de frequência escolar demonstra desigualdade racial. Quanto maior os anos de estudo, menos há a presença preta, de forma que em 2018, entre os pretos de 18 a 24 anos, 55,6% frequentam o ensino superior, na mesma faixa etária, 78% dos brancos têm acesso a esse ensino. Lembrando que esse dado reflete no acesso ao mercado de trabalho e a posição salarial.

É importante destacar que, embora as mulheres apresentem melhores indicadores educacionais que os homens de mesma cor ou raça, a taxa de conclusão do ensino médio dos homens brancos (72,0%) era maior que a das mulheres pretas ou pardas (67,6%) (IBGE, 2018, p. 8).

Sobre aspectos da violência no Brasil, em 2017 a taxa de homicídios foi de 16,0 entre brancos e 43,4 entre pessoas pretas a cada 100 mil habitantes, ou seja, as pessoas pretas tinham 2,7 mais vezes chance de ser vítima de homicídio intencional do que pessoas brancas. Em todas as idades a taxa de homicídios entre a população preta superou a da população branca, na faixa etária de 15 a 29 anos em 2017, a taxa chegou a 98,5 entre pretos, contra 34,0 entre os brancos a cada 100 mil habitantes; e se considerado os jovens pretos do sexo masculino encontram-se os maiores índices, de 15 a 29 anos de idade, a taxa chegou a 185,0 (IBGE, 2018).

Altas taxas de homicídios trazem não só sofrimento físico e psicológico, como também impactos sociais e econômicos. Elas resultam em falta de confiança nas instituições, requerem a administração de um extenso sistema de justiça criminal, ampliam os gastos com saúde e implicam em perda de produtividade econômica, em especial quando essas taxas atingem com mais intensidade a população jovem. A violência não letal na adolescência e juventude também produz efeitos de longo prazo. Adolescentes e jovens vítimas de violência estão mais propensos a desenvolverem doenças como depressão, ao vício de substâncias químicas, a problemas de aprendizado e até ao suicídio. Estão

igualmente mais sujeitos a estarem envolvidos em situações de violência no futuro (...) (IBGE, 2018, p.10).

Abordando dados de representação política, no Brasil pretos são sub-representados politicamente na Câmara dos Deputados, nas Assembleias Legislativas Estaduais e nas Câmaras de Vereadores. Mesmo sendo 55,8% da população, pretos representam 24,4% dos deputados federais e 28,9% dos deputados estaduais eleitos em 2018, e 44% dos vereadores eleitos em 2020 no país. Ressaltando que há uma proporção de candidaturas maior do que de políticos pretos eleitos: 41,8% dos candidatos a deputado federal, 49,6% dos candidatos a deputado estadual e 48,7% dos candidatos a vereadores. Sendo assim, não cabe atribuir a sub-representatividade preta, à ausência de candidaturas (IBGE, 2018).

Os dados observados revelam faces das desigualdades raciais, essa desigualdade possui percurso e continuidade histórica que resultam nas desvantagens entre a população preta e branca quanto ao mercado de trabalho, distribuição de renda, condições de moradia, educação, violência e representatividade política. Com o fim do regime escravagista, africanos e seus descendentes foram postos às margens da sociedade, a começar pela distribuição de Terras, os pretos passaram a compor uma massa marginalizada sem empregos e sem terra para viver.

Assim, não era a terra que se definia como fazenda, mas a riqueza produzida pelo trabalho, bem como o trabalho personificado no escravo. No entanto, no decurso da segunda metade do século XIX, fazenda vai incorporando cada vez mais seu sentido territorial.

A transição do escravo para a terra, como referencial de riqueza, revela uma significativa alteração na reprodução das relações sociais, cuja determinação principal encontrava-se na transição do trabalho escravo ao trabalho livre, moldando a terra como fundamento de riqueza e a sua mercantilização como legítima com a promulgação da Lei N° 601, de 18 de setembro de 1850, conhecida como a Lei de Terras (SUZUKI, 2006, p. 214).

A primeira Lei de Terras no Brasil foi criada no declínio do regime escravagista, com ela passou a ser permitido a compra de terras brasileiras por homens que pudessem pagar, no entanto o território passava por um regime de trabalho escravo e recém alforria respectivamente, os afrodescendentes lutavam por humanidade, pelo direito a vida e liberdade, ficando fora do primeiro processo formal de aquisição de terras. Houve a ausência de uma política de Terras, bem como qualquer política de inserção do povo preto

na sociedade brasileira. As políticas realizadas serviram somente à inserção dos imigrantes europeus e à política de embranquecimento.

A Democracia Racial mentirosa

A democracia racial é uma crença construída, ou uma mentira criada, desde a Lei Áurea em 1888; embora os afrodescendentes escravizados já estivessem há décadas em um contínuo processo de libertação formal ou ilegal, contando com a força do movimento abolicionista e das demais organizações de pretos por todo o território; foi criado um mito que divulga a falsa ideia de que o Brasil é um Estado racialmente igualitário, que com o fim da escravidão pretos e brancos passaram a disputar postos de trabalho sob o mesmo patamar, não havendo assim uma questão racial, e sim, questões existentes devido a desigualdade de classe. Utilizam o discurso da igualdade humana, sustentando esse pensamento com argumentos como o Artigo 5º da Constituição Nacional que diz que *todos são iguais perante a lei*, a partir de então, por não existirem leis e regras de segregação, pessoas afirmam existir igualdade de oportunidades no Brasil para pretos e brancos, levando muitas vezes a questão racial para o esvaziamento e diminuição de sua importância.

A raça humana é biologicamente igual, todos temos a mesma capacidade intelectual e cognitiva, no entanto, as relações humanas foram construídas a partir de contextos históricos, e o passado histórico escravista preto africano do Brasil - e do mundo -, marcou e delimita muito as atuais relações raciais existentes. Para além de toda a violência do regime escravista, com o fim da escravatura a população preta foi inserida a sociedade brasileira como libertos de forma desigual quanto a possibilidades de trabalho e ascensão social.

Desde o final do século XIX, quando o regime escravagista africano entrara em declínio por todo o continente, o Brasil começou a receber levas de trabalhadores brancos vindos da Europa, apoiados por seus governos de origem, e com a ajuda financeira e outras facilidades oferecidas pelos governos do Brasil. Ao mesmo tempo, com o avanço do processo abolicionista, uma enorme força de trabalho preta era rejeitada nesse período, assim como hoje em dia, pela elite econômica. O sistema passou a integrar os imigrantes à economia e a excluir os pretos de oportunidades significativas de trabalho.

Todos os velhos barões latifundiários da cana-de-açúcar, do algodão ou do café ou da borracha, os grandes comerciantes, os proprietários de terras improdutivas, os industriais e os banqueiros – toda a aristocracia rural e empresariado urbano -, todos foram e são de origem europeia, quer sejam da cepa colonial portuguesa, quer provenham da cepa mais recente de imigração. E enquanto os negros permanecem na base da escalada social, durante quatro séculos, os imigrantes brancos que chegaram ao país em algumas décadas, ou, por assim dizer, há alguns dias, ascendem rapidamente a escala social e de todos os poderes, seja o econômico, o político ou o cultural. Essa vertiginosa mobilidade da sociedade brasileira não toca nem a pele negra da população majoritária (NASCIMENTO, 2019, p. 44).

A forjada democracia racial foi criada para esconder o racismo branco no Brasil, que muitas vezes é disfarçado, discreto, camuflado, evasivo, porém tão implacável e persistente que está liquidando mulheres e homens pretos que conseguiram sobreviver ao massacre praticado no Brasil. Essa constante destruição coletiva, constantemente camuflada, têm conseguido, em parte, confundir o povo afro-brasileiro, dopando-o, entorpecendo-o interiormente, de forma que alguns pretos e pretas acabam por assimilar o discurso colonialista de inferioridade afrodescendente, justificando assim a maioria preta na base da estrutura social, argumentando que as barreiras enfrentadas pelos pretos no Brasil são somente de caráter socioeconômico e não racial (NASCIMENTO, 2019; GONZALEZ, 2020).

Esse é o processo de *embranquecimento*, que teve o objetivo fracassado de tornar a população brasileira uma população cada vez mais branca, fomentando a imigração, o que resultou nossa população mestiça. Outra etapa do embranquecimento é política, cultural e ideológica, que instituiu a marginalização do povo preto desde a abolição, instaurando e sustentando o supremacismo branco, com suas várias ferramentas de controle social do povo preto.

(...) as ferramentas e os meios utilizados pelas classes dominantes – pequena elite de origem europeia – contra os africanos e seus descendentes, a maioria do país, estão à vista de quem quiser ver: o *branco* elevado como valor absoluto do bem e do belo; o *negro* relegado como o símbolo e a encarnação do feio e do mal. Dessa premissa da superioridade da raça branca (caucásica, europeia) e da inferioridade da raça negra (africana), resultou a ideologia do branqueamento da população brasileira, a qual teoriza e dinamiza a prática da miscigenação compulsória, bem como efetiva a alienação mental dos negros através da imposição assimilacionista aos intelectuais afro-

brasileiros dos padrões culturais da raça “eleita” dos brancos europeus (NASCIMENTO, 2019, p. 240, grifo do autor).

Assimila e reproduz a ideologia de democracia racial aqueles que se beneficiam do racismo brasileiro, os não pretos. Reproduz essa ideologia os pretos impossibilitados de enxergar a origem das violências a que vivencia, conformados com o lugar de subalternidade, convencidos a não lutar.

Desmentir o mito da democracia racial, comprovando com dados, fatos históricos e atuais, e barrar o embranquecimento, é lutar por libertação dessa opressão que resiste a quatro séculos, pela sobrevivência e pela preservação dos valores culturais do povo africano, valores que resgatam a força e autoestima do povo preto, construindo sua identidade, lutando por igualdade e não aceitando a subalternidade. Somente assim foi possível estruturar o campo de luta política do povo preto no Brasil, construindo a liberdade dentro de si como base na luta pela igualdade na sociedade brasileira enquanto sujeito individual e coletivo afrodescendente.

IDENTIDADE RACIAL, DISPUTA E RESISTÊNCIA PRETA

É fundamental que o povo preto construa sua identidade racial positiva, e que essa construção seja constante em cada indivíduo e em cada geração, isso porque o racismo está inserido no Brasil, na África e na diáspora enquanto poder institucional, nas relações estruturantes da sociedade. Para a construção da identidade racial positiva é fundamental o conhecimento dos muitos aspectos positivos da África e das culturas africanas, tendo como base o conhecimento afrocentrado, elaborado por africanos e seus descendentes que vivenciam essa realidade, que tratam da sua vivência e experiência desde dentro.

Não há mais como esconder na história brasileira que os africanos trazidos para o Brasil nunca foram passivos, as diversas formas de resistência existiram desde os primeiros passos dados nesse território, dentre elas houve a formação de guerras ou de guerrilhas como nos infinitos quilombos no Brasil e também na América; por vezes as resistências assumiram esforços diplomáticos e estabelecimento de alianças para alcançar objetivos em comuns como fizeram os abolicionistas; houve muita rebeldia em frente ao embarque dos navios tumbeiros e revoltas nesses navios; suicídios, abortos, assassinato de senhores e feitores; por vezes era mínima possível a colaboração no trabalho forçado

escravista; havia resgate de bens e alimentos para manter ao máximo sua existência de luta; acumulação de recursos para compra de cartas de alforria; houveram insurreições como a de 1835 em Salvador; e implantação de instituições que mantêm a continuidade de seus valores civilizatórios, que promovem a coesão grupal e mantêm a integridade de identidade e de afirmação existencial (LUZ, 1995).

Os espaços de continuidade dos valores civilizatórios africanos no Brasil existiram e existem por todo território, os elementos da cultura africana no Brasil sobreviveram com muita luta e resistência à clandestinidade e demonização. A visão de mundo, a cosmovisão, a espiritualidade, a manutenção da organização social, a alimentação, a musicalidade, a dança, a língua falada, a estética preta, são alguns dos elementos das culturas africanas inseridas no Brasil, e que aqui introduzidas modificaram e se adaptaram mantendo suas raízes, pois identidade, assim como o racismo, não são fenômenos estáticos (MUNANGA, 2002).

A identidade afro-brasileira, que é a identidade preta no Brasil, é construída a partir de um povo que se reconhece pelo fenótipo, que possui as mesmas raízes históricas e ancestrais, mas que devido ao fenótipo, principalmente a cor da pele, e também demais traços africanos, vivenciam as mesmas dificuldades em uma sociedade de opressões e violências racistas. Em meio a essa identificação, partilhar dos espaços e comunidades de cultura afrodescendente é a forma mais potente em manter a força e a autoestima de nossa origem, é a primeira forma de libertação, a liberdade em sermos e existimos nas tradições de origem africana, é nos apropriarmos de nosso legado, faz parte da luta pela continuidade do processo civilizatório dos povos africanos, diante de todas as mudanças e desafios da diáspora (MUNANGA, 2002).

Nos espaços de cultura preta é possível a conexão com a ancestralidade africana, com as histórias, os valores e as memórias da cultura antiga em África, como também das tradições e costumes familiares do povo preto, transmitidos pelos mais velhos em casa, os avós e bisavós..., assim é possível melhorar e fortalecer as dinâmicas familiares de continuidade afrodescendente, pretende-se conhecer e manter os rituais ancestrais dos antepassados, e diante dessa forma de ser e estar no mundo, educar as próximas gerações. São nesses espaços que se valoriza a estética africana e a beleza preta, em um processo contínuo de dentro de si, para todo o exterior; é também ali que o povo preto se mune de força e coragem para sobreviver a uma sociedade de outros valores, normas e condutas, da hegemônica sociedade nacional eurocentrada. São esses espaços os terreiros de

candomblé, os grupos de capoeira, as comunidades de jongo, as congadas, os batuques de umbigada, blocos de maracatu, os blocos de afoxé, os clubes sociais pretos e escolas de samba de antigamente, as comunidades remanescentes de quilombo, dentre tantos outros elementos culturais de origem africana, que constituem as raízes da construção identitária preta no Brasil.

Pensadores afrocentrados defendem a importância da construção da identidade afrodescendente do ponto de vista político, para além do cultural. A identidade cultural é a base, fortalecimento e formação do ser, para a tomada de consciência de sua condição de um segmento étnico-racial excluído da participação na sociedade, que contribuiu economicamente gratuitamente, e que agora merecem e reivindicam um processo de reparação, reivindicando o merecido lugar de distribuição política e socioeconômica. Nesse sentido surgiu no Brasil o Movimento Negro Unificado (MNU) no final da década de 70, como a união de organizações de vários Estados em luta política e cultural, reivindicando o direito de ser afro-brasileiros livres. Trata-se do esforço dos descendentes de africanos, o povo preto, por sua total libertação e resgate de sua dignidade humana. O que fortalece essa luta é a consciência da extensão e da profundidade da desigualdade racial, compreendendo que a única saída está na reivindicação de direitos civis, no âmbito da dominante sociedade capitalista-burguesa e sua classe média branca, para acabar com as desigualdades raciais (GONZALEZ, 2020; NASCIMENTO, 2019; CARNEIRO, 2011; GOMES, 2017).

O Movimento Negro compreende que esta luta possui diferentes frentes de ação, no campo do conhecimento científico e da educação, nas comunidades culturais, na luta por terras, moradia, na saúde pública, na mídia, nas artes... e tem como um “eixo transversal” o caminho legislativo. Alguns avanços foram conquistados, no caminho da equidade, reparação. Todas as conquistas foram obtidas diante de um povo que se fortaleceu em sua cultura, em suas raízes ancestrais, para se colocar no campo de luta e de reivindicação, de disputa e de resistência, foi *batendo de frente* que o povo preto resistiu ao processo genocida e resiste ainda ao avanço do projeto de apagamento epistêmico e cultural de nossa sociedade racista, foi e é necessário também muito diálogo e embasamento, a ocupação de cargos hegemônicos, que possibilita caminhar para a transformação social.

O Movimento Negro conquistou um lugar de existência afirmativa no Brasil. Ao trazer o debate sobre o racismo para a cena pública e indagar as políticas públicas e seu compromisso com a superação das desigualdades raciais, esse movimento social ressignifica e politiza a raça, dando-lhe um trato emancipatório e não inferiorizante.

No caso do Brasil, o Movimento Negro ressignifica e politiza afirmativamente a ideia de raça, entendendo-a como potência de emancipação, e não como uma regulação conservadora; explicita como ela opera na construção de identidades étnico-raciais (GOMES, 2017, p. 21).

Houvera avanços no campo legislativo, que possibilitam a implementação de políticas públicas que fomentem a equidade racial. Importante conquista foi a implementação da Lei nº 10.639 de 9 de janeiro de 2003, que estabelece as diretrizes e bases da educação nacional, para incluir no currículo oficial da Rede de Ensino a obrigatoriedade da temática “História e Cultura Afro-Brasileira”, que foi alterada para Lei nº 11.645 de 10 de março de 2008, que estabelece as diretrizes e bases da educação nacional, para incluir no currículo oficial da rede de ensino a obrigatoriedade da temática “História e Cultura Afro-Brasileira e Indígena”. A referida lei foi um passo fundamental para mudanças educacionais necessárias, reconhecendo legalmente a importância da construção científica e educacional afrocentrada (BRASIL, 2003; BRASIL, 2008).

Outra importante conquista no campo legislativo foi a instituição do Estatuto da Igualdade Racial, pela Lei nº 12.288 de 20 de julho de 2010, destinado a garantir à população preta a efetiva igualdade de oportunidades, a defesa dos direitos étnicos individuais, coletivos e difusos e o combate à discriminação e às demais formas de intolerância étnica; o Estatuto altera leis anteriores que abordam a questão racial como a Lei nº 7.716 de 5 de janeiro de 1989 que pune os crimes resultantes de discriminação ou preconceito de raça, cor, etnia, religião ou procedência nacional. O referido Estatuto aborda questões relacionadas à saúde, educação, cultura, esporte, lazer; à liberdade de consciência e de crença, ao livre exercício dos cultos religiosos; ao acesso a terra e moradia adequada; ao mercado de trabalho; aos meios de comunicação; instituindo o Sistema Nacional de Promoção da Igualdade Racial como forma de organização e de articulação voltadas à implementação de políticas e serviços destinados a superar as desigualdades étnicas existentes no país (BRASIL, 2010; BRASIL, 1989).

A aprovação de legislações que promovam a igualdade étnica e o combate às desigualdades sociais resultantes do racismo mediante a adoção de ações afirmativas é

um importante avanço e resultado das lutas e reivindicações das organizações do Movimento Negro, no entanto é longo o caminho para que as referidas Leis sejam de fato implementadas como políticas públicas devido às barreiras do racismo estruturante de nossa sociedade, mediante ao sistema legislativo que por vezes não age para implementação e fiscalização das mesmas, ou ainda o judiciário que por vezes não considera ou não encaminha as denúncias apresentadas, dificultando a luta e as possibilidades de transformação (CARNEIRO, 2011).

CONSIDERAÇÕES FINAIS

A construção da identidade afrodescendente positiva é a base da luta por igualdade. Se inicia com o aprendizado e a compreensão da riqueza e da potência do continente africano, dos povos africanos e de sua cultura como parte constituinte da herança africana no Brasil. A luta do povo preto desde a chegada no Brasil foi pela liberdade de seus corpos e de sua comunidade, luta essa que com o fim do regime escravista, se torna a luta pela liberdade na sociedade brasileira, na igualdade racial, justiça, e respeito a todos os seres humanos. Construindo uma sociedade que rompa com a exploração econômica e com o racismo, formando uma real democracia, que represente a maior parte da população, que é povo marginalizado, excluído.

Faz parte da construção identitária compreender o violento processo colonialista, apoiado no regime escravista, e como esse processo resultou no racismo e nas formas de opressão estruturadas em todas as camadas de nossa sociedade, que de forma sutil ou escancarada, age provocando constantes dores e sofrimentos; infelizmente o convívio com a humilhação é parte do conviver com o racismo. Compreendendo a origem dessa realidade, é possível olhar criticamente para os fatos e acontecimentos atuais e históricos, e acreditar ser possível seguir por um caminho de pertencimento a identidade preta com autoestima, sem ceder às violências do opressor, e muito menos, reproduzi-las.

Quando o povo preto constrói a identidade racial preta positiva, percebe a força e a potência dos elementos culturais africanos, de sua comunidade, de seu legado, como fonte de força e inspiração para lidar com as injustiças cotidianas da discriminação racial. Faz parte dos valores e do modo de vida africano acreditar em si e no seu processo de evolução, sendo assim, a liberdade do povo preto se inicia na mente, a identidade preta nos liberta das correntes ideológicas, e nos faz compreender fazer parte de um povo de

grande potencial, o que nos coloca em pé de igualdade a todos os demais povos, com esse entendimento pretendemos buscar equilíbrio e harmonia social, lutando contra toda e qualquer forma de desigualdade. É na sua herança ancestral africana que o povo preto se mune de força e coragem para vencer os desafios do cotidiano e os desafios estruturais de sua comunidade preta, seja no seu dia a dia, ou na educação de seus filhos e das crianças da comunidade, tendo como importante elemento as diferentes frentes do Movimento Negro que atuam no conhecimento científico, na educação, na saúde, na mídia, na religiosidade, na capoeira, no teatro, na música, na dança e diversas outras formas de arte, e na política, em um contínuo processo de disputa e resistência.

REFERÊNCIAS

BRASIL. *Código Civil brasileiro e legislação correlata*. – 17. ed. – Brasília: Senado Federal, Subsecretaria de Edições Técnicas, 2020.

CARDOSO, Fernando Henrique; FALETTO, Enzo. Dependência e desenvolvimento na América latina. In: BIELCHIOVSKY, Ricardo. *Cinquenta anos de pensamento na Cepal*. Rio de Janeiro: Editora Record, 2000.

CARNEIRO, Sueli. *Racismo, sexismo e desigualdade no Brasil*. São Paulo: Selo Negro, 2011.

DIOP, C. A. *Civilization or barbarism: an authentic anthropology*. Tradução: L. H. Books. Nova York: Lawrence Hill Books, 1991.

GALEANO, Eduardo. *Veias abertas da América Latina*. Porto Alegre: L&PM, 2010

GOMES, Nilma Lino. *O movimento negro educador: saberes construídos nas lutas por emancipação*. Petrópolis, RJ: Vozes, 2017.

GONZALEZ, Lélia. *Por um feminismo afro-latino-americano: ensaios, intervenções e diálogos*. Rio de Janeiro: Zahar, 2020.

HAMPATÉ BÂ, Amadou. A tradição Viva. In: *História Geral da África I*. Brasília: UNESCO, 2010.

INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA ESTATÍSTICA (IBGE). Desigualdades Sociais por Cor ou Raça no Brasil. IN: *Estudos e Pesquisas • Informação Demográfica e Socioeconômica* • n.41. <
https://biblioteca.ibge.gov.br/visualizacao/livros/liv101681_informativo.pdf > Acesso em 01.03.2021.

KRENAK, Ailton. *Ideias para adiar o fim do mundo*. São Paulo: Companhia das Letras, 2019.

LUZ, Marco Aurélio. *Agadá: dinâmica da civilização africano-brasileira*. Salvador: UFBA, 1995.

NASCIMENTO, Abdías. *O Quilombismo: documentos de uma militância pan-africanista*. São Paulo: Editora Perspectiva; Rio de Janeiro: Ipeafro, 2019.

MUNANGA, Kabengele. *Construção da identidade negra no contexto da globalização*. Cadernos PENESB. Relações raciais e educação. Niterói: Editora da UFF, p. 61-83, 2002.

NASCIMENTO, Elisa Larkin. Introdução às antigas civilizações africanas. IN: *A Matriz Africana no Mundo*, São Paulo: Selo Negro, 2008, p. 73-108.

NOBLES, W. *Seeking the Sakhu: foundational writhings for na African psychology*. Chicago: Third World Press, 2006.

PREBISCH, Raul. O desenvolvimento econômico da América Latina e alguns dos seus problemas principais. In: BIELCHIOWSKY, Ricardo. *Cinquenta anos de pensamento na Cepal*. Rio de Janeiro/São Paulo: editora Record, 2000.

QUIJANO, Aníbal. Colonialidade do Poder, Eurocentrismo e América Latina. In: LANDER, Edgardo. (org.) *A colonialidade do saber: eurocentrismo e ciências sociais. Perspectivas Latino Americanas*. Buenos Aires: CLACSO, 2005. p. 227-278.

SUZUKI, Júlio César. Questão agrária na América Latina: renda capitalizada como instrumento de leitura da dinâmica sócio-espacial. In: LEMOS, Amalia Inés Geraiges de; ARROYO, Mónica; SILVEIRA, María Laura. *América Latina: cidade, campo e turismo*. CLACSO, Consejo Latinoamericano de Ciencias Sociales, San Pablo. Diciembre: 2006.

**TERRITORIALIDADES AFRO-COLOMBIANAS:
UMA ANÁLISE DA CIDADE DE BOGOTÁ A PARTIR DAS REMOÇÕES NA
REGIÃO DO PACÍFICO**

Mayã Martins Correia¹

Vivian Grace Fernández-Dávila Urquidi²

INTRODUÇÃO

Estudos contemporâneos com enfoque na América Latina consideram que há uma relação estreita entre precariedade habitacional e questões específicas enfrentadas pela parcela populacional afrodescendente latino-americana (LIMA, 2018; ANDREWS, FUENTE, 2018). O tema da segregação urbana por raça tem sido enfrentado com maior relevo pelos estudos urbanos mais recentes, estabelecendo a movimentação necessária, tal como já outrora destacada por Guimarães (2004), entre as teorias de classe e de raça.

Ainda que diversos autores considerem a segregação urbana como multifacetada (SANTOS, 2012; CAMPOS, 2012), observa-se a predominância da abordagem fundamentada exclusivamente nas questões de renda. Alega-se, em geral, que a segregação por raça somente existe porque há mais pretos entre os pobres, bem como que sua percepção seria dificultada pela mestiçagem (FRANÇA, 2017). Tal argumentação reverbera o “mito da democracia racial”, presente, de modo geral, nos países da América Latina (LIMA, 2018; ARIAS, RESTREPO, 2010), a qual é considerada, nessa visão, como “racialmente inocente” (HERNÁNDEZ, 2012), reforçando a percepção de que a raça tem sido subestimada pelos latino-americanistas (GROSFOGUEL, 2011).

No contexto colombiano, a ideia da mescla racial foi acionada pela ideologia da construção da identidade nacional desde o século XIX, como parte de um processo de suposta integração das populações e territórios mais afastados das grandes cidades do país (GONZÁLEZ ZAMBRANO, 2012). Wade destaca que o racismo tendia a ser negado como um problema mesmo por parcela da população afro-colombiana, com o apontamento de que a pobreza seria a questão principal, o que é explicado pelo autor

¹ Programa de Pós-Graduação Interunidades em Integração da América Latina, Universidade de São Paulo (PROLAM/USP); doutoranda; e-mail de contato: maya@usp.br.

² Universidade de São Paulo (USP); professora adjunta; e-mail de contato: vurquidi@usp.br.

como uma forma de evitar que a negritude pudesse estigmatizá-los (WADE, 1993, 2012). O quadro, todavia alterou-se de tal modo que, de acordo com Restrepo (2018), nos dias atuais há mais colombianos que consideram que existe racismo no país do que o oposto. Atualmente existe, ademais, uma ampla e minuciosa documentação das práticas de racialização e discriminação racial na Colômbia (RESTREPO, 2018). Trata-se de uma movimentação recente nos meios acadêmicos colombianos, ainda que o movimento negro existisse no país de modo consolidado desde a segunda metade do século XX, destacando que alguns autores apontam os anos 1960 (GONZÁLEZ ZAMBRANO, 2012), enquanto outros situam o marco inicial do movimento nos anos 1970 (WADE, 1993). Particularmente na antropologia colombiana, até parte dos anos 1990 havia uma indefinição na conceituação da palavra raça, o que se devia ao estabelecimento de uma associação necessária entre raça e racismo, de modo que se argumentava em prol da substituição do termo por outros que assumiriam o papel de instrumento analítico, como etnia, grupo étnico ou cultura (ARIAS, RESTREPO, 2010).

Em movimento oposto, as reflexões das epistemologias críticas e decoloniais, as quais alicerçam este texto, enfatizam a relevância de pensar a questão racial. Tais epistemologias apontam vínculos basilares entre a produção da classificação racial e o eurocentrismo, nos quais a América Latina possui papel primordial. O eurocentrismo é entendido enquanto uma perspectiva de conhecimento sistematizada na Europa Ocidental por volta do século XVII, ainda que suas raízes sejam mais antigas, tornando-se mundialmente hegemônica ao percorrer a rota do domínio europeu (QUIJANO, 2005). Conversor das diferenças em valores (MIGNOLO, 2000), o eurocentrismo age particularmente na codificação das diferenças com base na ideia de raça (QUIJANO, 2005), sendo a marca diferencial mais significativa a cor de pele (GUIMARÃES, 2011). Refuta-se a ideia de um racismo universal, pois o termo, enquanto ideologia, remonta ao contexto da civilização ocidental no século XVIII (MUNANGA, 1990). Apenas após a colonização europeia na América é que a cor passa a ser um classificador nas relações de poder através das distinções estabelecidas em oposição aos que eram tratados como colonizados (QUIJANO, 2009; MIGNOLO, 2000).

Frente a tal perspectiva epistemológica, o presente artigo volta-se para dimensões do contexto racial da Colômbia. Para a compreensão da negritude colombiana, Restrepo (2010) realiza uma análise por meio da construção de genealogias, compondo uma historização das representações nacionais que constituem o presente, estas lidam como

mediações e formas de invenção e visibilidade de tal negritude. A seleção da Colômbia como lócus da investigação deve-se aos importantes contingentes de população afrodescendente, bem como ao significativo, em termos comparativos mundiais, deslocamento interno dessa população, o qual será enfatizado no segundo item deste texto.

Os afro-colombianos constituem, no mínimo, mais de 10% da população do país, um percentual contestado por algumas organizações, as quais consideram que ao menos 25% da população é composta por afro-colombianos (RESTREPO, 2018). Tal dado é corroborado por Hernández (2012) ao afirmar que os afro-colombianos correspondem a cerca de 26% do contingente populacional, de modo que a Colômbia é o país que possui o segundo maior quantitativo de população afrodescendente da América Latina (WADE, 2012), atrás do Brasil, que tem o percentual de aproximadamente 45% da população (HERNÁNDEZ, 2012)³.

A mensuração do quantitativo de afro-colombianos tem sido uma questão árdua (WADE, 2012), o que não é exclusividade do país, mas uma questão que atravessa a América Latina (WADE, 2012; ANDREWS, 2018). Até o início do século XXI eram os entrevistadores que decidiam qual parcela da população era considerada afro-colombiana, apesar de não existir consensos em relação a como realizar tal caracterização (WADE, 2012). Em Bogotá os números possuem ampla variação, o que determina tanto o escopo quanto os impactos de políticas públicas formuladas especificamente para tal parcela da população (BANQUERO, 2015). Todavia, considera-se inegável que no passado recente houve uma elevação substancial de afro-colombianos estabelecidos dentro e ao redor de Bogotá, com destaque para o município vizinho Soacha, que enfrenta grandes problemas socioeconômicos (BANQUERO, 2015).

As formas de classificação adotadas pelos censos solidificam categorias e revelam sobre seus contextos, evidenciando conflitos acerca do reconhecimento identitário. Como exemplo recente, em novembro de 2020 diversas organizações afro-colombianas⁴

3 Brasil e Colômbia possuem, respectivamente, os dois maiores quantitativos dos grandes países latino-americanos, em termos de números populacionais, tendo por referência os países com mais de 12 milhões de habitantes que quantificam raça – com grandeza habitacional superior, apenas México e Guatemala não têm esse percentual definido, de acordo com dados de Hernández (2012). Em quadro mais geral, Restrepo (2018) aponta que a Colômbia tem a terceira maior população afrodescendente das Américas.

4 Asociación Nacional de Afrocolombianos Desplazados (AFRODES); Ilex Acción Jurídica; Asociación Colombiana de Economistas Negras: Mano Cambiada; Conferencia Nacional de Organizaciones Afrocolombianas (CNOA); Asociación de Consejos Comunitarios del Norte del Cauca (ACONC); Proceso

entraram como uma representação contra o *Departamento Administrativo Nacional de Estadística* (DANE), órgão oficial vinculado ao Poder Executivo que desempenha os censos demográficos, em função de deficiências no processo censitário realizada naquele ano, no qual o número de afro-colombianos se reduziu de forma substancial em comparação com o censo de 2005. Houve uma diminuição de mais de 30%, de 4.311.757 para 2.982.224, não existindo, contudo, qualquer registro de fatores externos que seriam causadores de tal redução. Como o censo desempenha um papel fundamental na formulação de políticas públicas, as organizações signatárias consideram que o sub-registro viola múltiplos direitos e impede a definição de políticas específicas para o setor, bem como o princípio de proteção da diversidade étnica e cultural. Ressalta-se, no caso específico de Bogotá, que há um problema constante de sub-representação estatística, o qual se deve à recusa, em função do racismo, da identificação como afro-colombiano (BANQUERO, 2015).

Em algumas regiões da Colômbia há um percentual predominante da população composta por afro-colombianos, particularmente na região do Pacífico. De acordo com Restrepo (2010), a tradicionalização e a comunalização das populações da região do Pacífico colombiano tornaram-se dispersas no imaginário social de diversos setores da população nacional após a Constituição de 1991 e, principalmente, com a Lei 70, promulgada em 1993. A Constituição de 1991 possui acentuada relevância para a mobilização afro-colombiana em razão de impulsioná-la por meio da promulgação do Artigo Transitório 55, o qual colaborou para o surgimento da Lei 70, também conhecida como Lei de Comunidades Negras, na qual constam instrumentos para a titulação coletivas de terras de uso comum (GONZÁLEZ ZAMBRANO, 2012).

A Lei 70 consiste no resultado de interações complexas entre acadêmicos, organizações afro-colombianas, o Estado, a Igreja e organizações indígenas (WADE, 2012). Com base na Lei 70, as ações coletivas das organizações afro-colombianas direcionaram-se para o reconhecimento dos direitos estabelecidos constitucionalmente, com o desenvolvimento de novos espaços de participação e de representação política (GONZÁLEZ ZAMBRANO, 2012; BANQUERO, 2015). Apesar de considerar que a Lei 70 estimulou uma organização exponencial dos afro-colombianos de fora da região do

de Comunidades Negras (PCN – Corporación Agencia Afrocolombiana Hileros). Disponível em: www.afrodescolombia.org/tutela-contra-dane-4190-2/. Acesso em: 02/12/2020.

Pacífico, Wade (2012) destaca, contudo, que alguns autores argumentam que a Lei 70 possui afinidade com projetos neoliberalizantes do Estado. Nesse viés, a Lei 70 teria tanto auxiliado na abertura do desenvolvimento exploratório da região do Pacífico quanto tornado a questão do racismo mais silenciosa (WADE, 2012). González Zambrano (2012), por sua vez, ressalta que, apesar das limitações, a Lei 70 alargou o associativismo urbano afro-colombiano, forneceu novas oportunidades políticas e permitiu, igualmente, o surgimento de novas conformações identitárias.

Quanto aos dados da população afro-colombiana no Pacífico, esses são apresentados por Restrepo com variação crescente ao longo dos anos de suas publicações: 82,7% (RESTREPO, 2010), de 92 a 96% (RESTREPO, 2016), entre de 90 a 95% (RESTREPO, 2018). Os habitantes do Pacífico colombiano sofrem com deslocamentos intensos, em virtude de ações violentas, desde o final do século XX, agravando a questão habitacional já precária (RINCÓN PATIÑO, 2007), com imensa parte dos removidos permanecendo à margem do cumprimento do direito à moradia (SÁNCHEZ MAZO, 2017). Essa parcela de novos habitantes elevou o quantitativo negro nas cidades de destino (CARDONA, 2017). Nosso enfoque no presente texto recai sobre Bogotá, capital, maior cidade do país e segunda maior cidade colombiana quanto a chegada de deslocados internos devido aos conflitos (BANQUERO, 2015).

VIOLÊNCIAS DA DESTERRITORIALIZAÇÃO NO PACÍFICO

Inicialmente, antes de adentrar de fato no tópico essencial deste item, cabe um apontamento acerca da especificidade do arcabouço conceitual nos estudos sobre o Pacífico colombiano. Trata-se do conceito de território-região, um termo originário dos movimentos e comunidades locais a partir da década de 1990, expressando uma matriz complexa de processos que unem de forma relacional a população e os ecossistemas de onde habita, com uma proposta reflexiva com base na tríade desenvolvimento, conservação e sustentabilidade (ESCOBAR, 2008). A noção do Pacífico como um território-região consiste em uma construção política para a defesa de territórios. Enquanto o território absorve o projeto de vida da comunidade, o território-região conecta o projeto de vida da comunidade com o projeto político articulado pelos movimentos sociais (ESCOBAR, 2008). Escobar (2008) caracteriza tal conceito como uma inovação conceitual e política que pode ser nomeada como uma estratégia de localização

subalterna, a qual ecoa com concepções acadêmicas que abordam a interconexão entre cultura e natureza, em uma sobreposição de humanos e outros seres. No plano dos movimentos sociais, o território-região atua como suporte para iniciativas auto-organizadas e para a criação de relações de solidariedade (ESCOBAR, 2008).

O marco temporal da formulação do conceito de território-região coincide com o início dos constantes ataques ao Pacífico colombiano. Desde o final dos anos 1990 atores armados avançam seus domínios, modificando abruptamente a política e a produção territorial, cuja unidade passa a ser ameaçada, assim como é intimada a integridade social e cultural de grupos não apenas compostos por afro-colombianos, como também por indígenas (ESCOBAR, 2008). Para alguns autores, segundo Viana (2009), a violência propagada pelo conflito armado – este compreendido como o confronto entre governo nacional e guerrilhas e entre guerrilhas e paramilitares – fornece razões apenas para uma parcela da desterritorialização. Estão igualmente vinculadas à desterritorialização as motivações sociais e as disputas por territórios de importância geoestratégica (VIANA, 2009).

Os paramilitares, sobretudo, vêm aumentando a presença no Pacífico colombiano desde os anos 1990, com o objetivo de suplantar o controle dos territórios, ricos em recursos naturais, especialmente a madeira, o ouro e a palma (ESCOBAR, 2008; SILVA, 2012). O processo de desterritorialização é acompanhado por ameaças persistentes contra ativistas e o controle de recursos naturais com negligência tanto dos direitos da população local quanto da regulamentação ambiental, como, por exemplo, o estabelecimento da monocultura de coca e do dendê, cuja extensão de fronteira de plantação do último foi endossada de modo notório pelo governo. (ESCOBAR, 2008). O governo também afeta as comunidades locais com a prática de fumigação de áreas utilizadas para plantio do narcotráfico, o que prejudica os cultivos das comunidades e causa danos à saúde de pessoas e de animais (SILVA, 2012).

Segundo Escobar (2008), os ativistas apontam que o objetivo de tal processo é provocar o desaparecimento de grupos do Pacífico que possuem culturas diversificadas. Os atores armados implementam estratégias de desterritorialização que levaram quase três milhões de pessoas a serem deslocadas internamente apenas em 2002, com uma porcentagem desproporcional de grupos indígenas e de afro-colombianos (ESCOBAR, 2008). Devido ao agravamento do conflito, em 2002 o deslocamento chegou a afetar 411.779 pessoas, 20% a mais do que no ano anterior (VIANA, 2009). Segundo dados do

Alto Comissariado das Nações Unidas para Refugiados (ACNUR)⁵, a Colômbia é hoje o país com o maior número de deslocados internos, chegando a ter um contingente de 7,4 milhões de deslocados internos registrados.

De acordo com dados da *Internal Displacement Monitoring Centre* (IDMC)⁶, organização que desde 1998 monitora deslocamentos internos e é integrante do *Norwegian Refugee Council* (NRC), em 2019 havia na Colômbia 5.576.000 pessoas que continuam, em relação ao ano anterior, em situação de deslocamento interno devido a conflito, além de 139.000 novos deslocados internos em decorrência de conflito (o quantitativo de deslocados internos por desastres é de 35.000 acumulados e 1.600 novos deslocados). Como estratégias de terror aplicadas na desterritorialização, há, entre outros, os assassinatos de líderes comunitários e ativistas, a proibição de conselhos comunitários, que foram constituídos com base na já citada Lei 70, e a captura, por meio de ONGs de fachada, de fundos estatais (ESCOBAR, 2008).

O cenário de desterritorialização provocou, dentre outras consequências, a desmobilização de movimentos, a fragilização de estruturas institucionais e a instalação de uma economia criminosa com base na produção de coca (ESCOBAR, 2008). Escobar (2008) enfatiza que a prática do deslocamento é um elemento integrante da modernidade e do desenvolvimento eurocêntrico, os quais requerem a constante conquista de territórios e populações. Com base em entrevistas realizadas com membros de comunidades e ativistas, Silva (2012) argumenta que é desmistificado o tratamento oficial da causa do deslocamento situado no conflito armado pelo controle territorial. O motivo mais factual apresentado por tais sujeitos nas entrevistas conduzidas por Silva é o interesse em explorar os territórios com a finalidade de implementar megaprojetos de infraestrutura e de avançar com o agronegócio, em ambas situações o Estado possui afinidade com tais interesses e faz alianças para a exploração dos territórios ricos em biodiversidade (SILVA, 2012).

Os alvos dos paramilitares nas remoções no Pacífico têm sido, de acordo com Escobar (2008): a integridade territorial, social e cultural de grupos étnicos, isto é, afro-colombianos e indígenas; o processo de organização, incluindo ameaças sistemáticas contra ativistas; o controle dos recursos naturais. O Estado colombiano reconheceu pela

5 Disponível em: www.acnur.org/portugues/quem-ajudamos/deslocados-internos. Acesso em: 10/11/2020.

6 Disponível em: www.internal-displacement.org/. Acesso em: 08/11/2020.

primeira vez o deslocamento como um fenômeno relevante, que produz essas graves consequências sociais, no ano de 1995, momento em que cerca de 600 mil pessoas estavam em condições de vulnerabilidade e migravam para os centros urbanos do país (SILVA, 2012). Desde o início da década de 1990, contudo, a situação colombiana fomentava preocupações no cenário internacional, o que envolveu a instalação, a pedido do governo colombiano, de escritório de representação do ACNUR em Bogotá, com atuação na capacitação de agências governamentais e no trabalho com as vítimas (VIANA, 2009), as quais encontram-se em situação similar à de refúgio, porém dentro da fronteira nacional.

Um conceito relevante que passa a ser acionado na reivindicação de direitos e na formulação de políticas públicas é o de deslocado interno. O documento 2804 elaborado pelo *Consejo Nacional de Política Económica* (CONPES), aprovado em 1995, buscou definir o conceito com o qual o Estado passaria a trabalhar, bem como apresenta formas de acesso aos programas do governo e ações de prevenção, proteção e atenção humanitária em situação de emergência (VIANA, 2009). Dois anos depois, em 1997, aprova-se o CONPES 2924, o qual, por sua vez, define uma nova estrutura institucional que abrange as organizações públicas e privadas responsáveis pelo atendimento à população deslocada pela violência, propondo a criação do Programa Nacional de Atenção Integral à População Deslocada pela Violência (SILVA, 2012; VIANA, 2009).

Tal programa propunha a garantia de três elementos: retorno voluntário ou reassentamento dos deslocados; fornecimento de condições mínimas de sustentabilidade para a reintrodução econômica e social; desenvolvimento dos locais de egresso de modo integral e vinculado à recepção de contingentes populacionais que foram deslocados (SILVA, 2012). De início, o programa possuía uma atenção especial somente à questão de gênero e geracional, visto que as mulheres jovens compunham 58,2% da população deslocada. A prioridade aos grupos racializados, afro-colombianos e indígenas, passa a vigorar a partir de 2004, ano em que a Corte Constitucional, instância máxima do poder judiciário no que concerne às questões constitucionais, considera o programa excludente em função de não abarcar o tópico étnico-racial, demandando o cumprimento do que “denominou como ‘direito especial ao território’: proteção aos territórios ancestrais, às formas coletivas de propriedade, às práticas de produção e organização interna” (SILVA, 2012: 243-244).

Embora seja considerado falho, o supracitado plano tornou-se o instrumento primordial para pleitear proteção e garantias do Estado (SILVA, 2012). No mesmo ano de advento do plano, em 1997, é aprovada a Lei 387, um instrumento normativo impulsionado por pressão internacional após massacre provocado pela operação Gênesis no início daquele ano, com 5 mil desalojados como consequência de ação supostamente de combate a avanço de guerrilheiros (SILVA, 2012). A Lei 387 torna-se uma referência para a abordagem do deslocamento interno colombiano, inserindo a questão no marco normativo do país, definindo juridicamente tal deslocamento como a situação de migração forçada dentro do território nacional, gerada, dentre outros fatores possíveis, por conflito armado interno (VIANA, 2009).

Considera-se ainda relevante conectar o deslocamento interno ao colonialismo interno, cuja definição está relacionada às populações que, dentre outras características do conceito elencadas por González Casanova (2007), se encontram “em situação de desigualdade frente as elites das etnias dominantes e das classes que as integram”, pertencendo a uma “‘raça’ distinta da que domina o governo nacional e que é considerada ‘inferior’ (GONZÁLEZ CASANOVA, 2007: 432). Tais aspectos destacados pelo autor permitem qualificar o deslocamento interno de afro-colombianos como uma situação de colonialismo interno, visto que são basilares nessa conjuntura os aspectos da opressão racial e da construção e reforço de desigualdades.

A qualificação do colonialismo interno por Rivera Cusicanqui (2010), que articula o conceito para compreender a estratificação interna da sociedade boliviana, pode ser estendida, outrossim, para a reflexão sobre os afro-colombianos em situação de deslocamento interno. Segundo a autora, compreende-se o colonialismo interno como um conjunto de “contradições diacrônicas” (RIVERA CUSICANQUI, 2010: 35) que atravessa os modos de produção e impõe a homogeneidade cultural por meio de mecanismos de exclusão característicos da estrutura política e estatal do país. Conforme já mencionado, além da questão geoestratégica dos territórios do Pacífico, a desterritorialização de afro-colombianos envolve uma tentativa de apagamento cultural. Tal investida acompanha o processo de reterritorialização daqueles que passam a se estabelecer em Bogotá.

DILEMAS DA RETERRITORIZAÇÃO EM BOGOTÁ

A virada para a segunda metade do século XX é um marco da conformação territorial de Bogotá. De acordo com Restrepo Ruiz (2019), o urbanismo colombiano contemporâneo instalou-se a partir da segunda metade dos anos 1940, tratando-se de um urbanismo técnico e planejado a partir de instrumentos e planos urbanísticos ancorados nos pressupostos da arquitetura moderna. A influência é, sobretudo, dos urbanismos europeu, americano e japonês, os quais mantêm-se como referências para o planejamento urbano de Bogotá até os dias atuais (RESTREPO RUIZ, 2019).

Desde os anos 1940, ocorre um adensamento demográfico (IUSRY-ABULATIF, 2017), mas nos anos 1950 a cidade é marcada por um processo de crescimento mais acelerado devido à intensificação dos processos migratórios do campo para a cidade (LÓPES-BORBÓN, 2018). Além da saída de certas áreas rurais em função de demandarem difícil manejo, bem como pelas expectativas de elevar a renda e acessar uma variedade de serviços na cidade, uma parcela dos migrantes decorria, já naquela época, de conflitos armados internos (LÓPES-BORBÓN, 2018). Os deslocamentos resultantes de conflitos podem ser localizados ainda no século XIX, no período das guerras de independência, das disputas entre o par de partidos colombianos tradicionais e, por fim, de movimentos destinados a colonizar novas terras (VIANA, 2009).

A intensificação do crescimento populacional de Bogotá é acompanhada por transformações urbanísticas vinculadas a uma projeção de urbanismo instrumental que idealiza a cidade a partir da prancha do arquiteto. Tais mudanças são ancoradas pela criação da Seção de Reconstrução de Bogotá, pelo decreto-lei 1620 de 1948, e pelo acordo 88 de 1948, o qual criou o Escritório do Plano Regulador de Bogotá e permitiu contratar o conhecido arquiteto e urbanista franco-suíço Le Corbusier, cujo estudo da cidade resultou em um plano piloto com vigência expedida pelo decreto 185 de 1951 (OSPINA, 2012). De acordo com Ospina (2012), Le Corbusier apontou à época que foi em Bogotá que primeiro se colocou em prática a metodologia de desenvolvimento sintético que condensa os elementos essenciais de uma política urbana. O Plano Regulador, todavia, não foi bem recebido e, no desenrolar dos anos, a tentativa de seu desenvolvimento foi considerada fracassada (OSPINA, 2012).

Nas décadas de 1960 e 1970 ocorre uma elevação da quantidade de bairros de Bogotá de origem considerada informal, enquanto o maior crescimento informal geral da

cidade ocorre no final do século XX (LÓPEZ-BORBÓN, 2018). Dificuldades de regulação foram adensadas durante os anos 1970 e 1980, em um processo de desinstitucionalização administrativa que ocasionou um cenário de práticas clientelistas e de ampla corrupção administrativa (IUSRY-ABULATIF, 2017). A década de 1980, particularmente, é marcada pelo enfraquecimento dos planos urbanos, pela ampla participação de agentes privados e pela cessão pelo Estado de poderes de intervenção e regulação (RESTREPO RUIZ, 2019).

Nos anos 1990 adota-se o planejamento comunicacional⁷ em Bogotá, com inspiração no Modelo de Barcelona. Montoya (2014) considera que há uma ligação estreita com o período de implementação do Modelo de Barcelona, conhecido como o “milagre de Bogotá”, com a governança neoliberal. Houve ênfase na competitividade territorial e urbana, na qual se destaca o marketing da cidade, e com endossamento da colaboração público-privada, incluindo transferência de responsabilidades do Estado para o setor privado (MONTROYA, 2014). Apesar de surgirem normas que incentivam a participação da sociedade civil em perspectiva de planejamento mais democrático, como é o caso da orientação dos processos territoriais a partir da Lei 388 de 1997 (RESTREPO RUIZ, 2019), o plano ideológico do planejamento procura amenizar os potenciais conflitos com a construção de um consenso cívico em torno de um patriotismo urbano fundamentado em um projeto das elites que se encontra mascarado como um projeto comum (MONTROYA, 2014).

A época do “milagre de Bogotá” coincide com a já mencionada intensificação dos deslocamentos internos. Bogotá é a segunda maior cidade quanto à chegada dos deslocados, com 9,3% do contingente populacional oriundo dos deslocamentos composto por afro-colombianos (BANQUERO, 2015)⁸. Ressalta-se a existência, em um plano mais geral do país, de distinções substanciais nos indicadores de qualidade de vida entre os municípios de onde saem os deslocados e os municípios receptores, em um quadro em que 97% dos primeiros apresentam um nível de presença institucional inferior ou próximo

7 Três documentos básicos trouxeram os componentes fundamentais do planejamento comunicacional que passa a ser executado em Bogotá, com inspiração no Modelo de Barcelona: Acordo 6 de 1990, Plano Estratégico de Bogotá 2000 e o Plano de Planejamento Territorial, também de 2000 (MONTROYA, 2014).

8 De acordo com Arocha (2002), as localidades de Bogotá com maior percentual de população negra, indício de que potencialmente receberam mais afro-colombianos deslocados, são, progressivamente: Bosa, San Cristobal, Tunjuelito, Ciudad Bolivar, Mártires, Santa Fe, Kennedy, Antonio Nariño, Puente Aranda, Rafael Uribe. Tal apresenta-se visualmente em mapa no item 4, a seguir.

da média nacional, já os 20 municípios que recebem 66% dos deslocados possuem um nível de presença institucional significativamente superior à média nacional (VIANA, 2009). Visualiza-se, assim, um contexto de diferenças intermunicipais e uma relação direta entre os municípios de egresso dos deslocados internos e a fragilidade da presença do Estado. O deslocamento forçado corrobora essa debilidade e gera a perda de relações de cooperação entre aqueles que eram membros das comunidades locais, rompendo o tecido social (VIANA, 2009). Com o deslocamento há, portanto, não apenas uma perda do território, mas, igualmente, uma ruptura com laços fundamentais da vida comunitária, mesmo que os sentimentos não se desintegram de modo repentino (SILVA, 2012).

Em pesquisa empírica sobre deslocamento interno no contexto colombiano, Carpeta et al. (2017) utilizam os conceitos de desterritorialização e reterritorialização. A partir de quatro estudos de caso, um deles com grupo de afro-colombianos reassentados em Bogotá, os autores consideram que a desterritorialização é marcada por uma ruptura da identidade tanto individual quanto coletiva. Tais identidades buscam ser reconstruídos no processo de reterritorialização como reconstrução do território e do próprio lugar (CARPETA et al, 2017). Como características que atravessam os estudos de caso, há a discriminação, a precariedade dos empregos e o sonho com lugares semelhantes aos de origem, mas com boas condições de segurança e de trabalho (CARPETA et al, 2017). Os autores consideram que a relação com o território parece ser basilar para que sejam vislumbradas possibilidades de superação da espiral de vulnerabilidades, em associação direta com as noções de territorialidade e de identidade (CARPETA et al, 2017).

A abordagem geográfica do território empenhada por Fernandes (2005), autor brasileiro que se dedica às reflexões sobre movimentos sócioterritoriais, considera como fundamental a dimensão da identidade. De acordo com o Fernandes (2005), o território assemelha-se ao espaço por ambos se constituírem de relações sociais contraditórias, solidárias e conflitivas, porém o território distingue-se do espaço por ser *a posteriori* e intermitente, enquanto o espaço é *a priori* e perene. Interessa ao autor o movimento do espaço e a sua transformação em território. A identidade do território é o elemento que expressa a sua territorialidade, operando como aspecto basilar dos processos de territorialização e desterritorialização, processos nos quais os movimentos sócioterritoriais (distintos dos movimentos sócioespaciais, a exemplo de ONGs) constroem espaços e espacializam-se para a conquista do território, em uma territorialização da luta pela terra (FERNANDES, 2005).

No contexto dos deslocamentos internos de afro-colombianos, González Zambrano (2012) aponta para o conceito de identidade coletiva, que se constitui de modo relacional, histórico e dinâmico. Tal conceito encontra-se relacionado às ideias de ação coletiva e de protesto, e, sob o prisma da autora, é essencial para a compreender a construção dos movimentos afro-colombianos (GONZÁLEZ ZAMBRANO, 2012)⁹. As identidades coletivas de tal contexto são criadas, segundo González Zambrano (2012), com base na caracterização étnico-social de ser afro-colombiano, de modo que a mobilização ancorada em tal identidade possibilita novas formas de ações de âmbito coletivo, sendo utilizada, inclusive, como instrumento de confronto político, desde ações contenciosas em mobilizações dispersas à transformação em movimentos sociais. Destaca-se que a construção da identidade “não é mecânica, nem automática, mas é um desafio fundamental para o movimento social” (GONZÁLEZ ZAMBRANO, 2012: 63).

A manutenção da identidade em contexto de desterritorialização é marcada pela conformação urbana da cidade de ingresso. No caso dos afro-colombianos deslocados e atualmente residentes em Bogotá, o cenário local de fragmentação espacial adensa as tensões na territorialização na cidade (BANQUERO, 2015). Esse esfacelamento é acompanhado pela lógica econômica que busca a homogeneização por meio da ideia de cidadão consumidor, sobrepondo-o à organização social e aos direitos coletivos (BANQUERO, 2015). Adiciona-se, igualmente, o fato de que a sociedade colombiana urbana é marcada pelo racismo de tal forma que pressiona os afro-colombianos deslocados moradores de Bogotá a marchar para um mimetismo cultural gradativo, forçando a alienação de suas identidades para a conformação enquanto apenas sujeitos urbanos (BANQUERO, 2015).

Frente o constrangimento para a camuflagem no contexto de deslocamento, os afro-colombianos organizaram-se, estabelecendo em 2000 o marco do Primeiro Encontro Nacional de Afro-colombianos Deslocados. Sediado em Bogotá, o encontro apontou como política geral o princípio de retorno o Pacífico, o que se deve às relações particulares com o território e as práticas culturais, de modo que o reassentamento precisa ser feito como uma medida temporária de caráter excepcional (BANQUERO, 2015). Foram estabelecidas também estratégias a serem adotadas pelo Estado tanto para a

9 Dos quais González Zambrano (2012) destaca: Movimento Cimarrón, Ormuafro, já citada AFRODES (que reúne 160 organizações), Ecotambor e Proceso de Comunidades Negras en Colombia (PCN).

prevenção do deslocamento quanto para possibilitar o retorno, as quais devem estar baseadas em uma compreensão da identidade, do território e da autonomia (BANQUERO, 2015). Em relato fornecido a Banquero (2015), um membro fundador e diretor do Movimento Nacional Cimarron, Juan de Dios Mosquera, considera que as organizações afro-colombianas estabelecidas em Bogotá pressionam a administração pública para a implementação de políticas de discriminação positiva, as ações afirmativas, que dêem suporte à integração da crescente população de afro-colombianos deslocados na cidade. Ademais, há uma demanda por maior proteção da população afro-colombiana que vive em Bogotá, bem como o incentivo ao tema da etno-educação afro-colombiana (GONZÁLEZ ZAMBRANO, 2012).

A pressão das organizações afro-colombianas¹⁰ resulta, especialmente, em uma política pública da Prefeitura de Bogotá normatizada como Convênio 175, o qual estabelece diretrizes para as ações destinadas a essa parcela da população, regulamentando um órgão – já agora extinto – que fora constituído como espaço de organização política e de gestão de demandas para o Estado (BANQUERO, 2015). Todavia, segundo Banquero (2015), as dinâmicas neoliberais do Estado não impulsionam as práticas de organização coletiva em Bogotá, pelo contrário, estimulam o individualismo e modos de assistência que definham a estrutura organizacional de caráter comunitário.

Apresenta-se um dissenso em relação à avaliação se tais mobilizações resultariam ou não na consolidação de uma comunidade afro-colombiana em Bogotá. Na reflexão de Banquero (2015), não seria possível falar da existência de tal comunidade – afro-bogotana, em suas palavras – em função da ausência de características que construam e articulem identidades e reconhecimentos solidificadores de um grupo orgânico que, em seu turno, represente a população afro-colombiana de Bogotá tanto na base das

10 Em informe apresentado em 2009 ao *Comité para la Eliminación de la Discriminación Racial* (CERD), a AFRODES aponta como agenda a prevenção do deslocamento, o fundamento das políticas na concepção e relação particular com os territórios e a cultura, tratar a proteção como um processo abrangente, abordar os problemas específicos dos subgrupos (em relação aos marcadores de gênero, idade e deficiência), bem como atentar para outras situações de vulnerabilidade específica. Intitulado *Los Derechos Humanos en los Afrocolombianos en Situación de Desplazamiento Forzado*, o informe da AFRODES delinea tal abordagem segundo diversos direitos: direitos territoriais, direito à moradia, direito à saúde, direito à educação, direito ao trabalho, direitos sexuais e reprodutivos, direito à identidade cultural, direito à participação e representação política e direitos à verdade, à justiça e à reparação. Informe disponível em: https://tbinternet.ohchr.org/Treaties/CERD/Shared%20Documents/COL/INT_CERD_NGO_COL_75_8432_E.pdf. Acesso em 13/12/2020.

mobilizações quanto em um corpo representativo. Para González Zambrano (2012), por sua vez, há, para além da constituição de uma identidade afro-colombiana compartilhada, a formação de uma “nova força política em movimento” (GONZÁLEZ ZAMBRANO, 2012: 140). A autora concebe que existe, portanto, a “constituição de um movimento afro-colombiano de características urbanas” (GONZÁLEZ ZAMBRANO, 2012: 141).

De uma forma ou outra, interessa-nos pensar, a partir de uma geografia do possível, no âmbito do “reconhecimento e operacionalização das utopias espaciais” (COSTA, SUZUKI, 2012: 124). Tais práticas sociais, caracterizadas como “lugares de vida ativa” (COSTA, SUZUKI, 2012: 134), despontam, no presente texto, no contexto de reterritorialização dos afro-colombianos em Bogotá. Carpeta et al. (2017) salientam que a permanência da comunidade negra colombiana ao longo do tempo, onde quer que esteja situada geograficamente, deve-se à manutenção do sentimento de pertencimento nas novas gerações das famílias deslocadas, perpetuado mesmo por nascidos e socializados fora do território de egresso. No próximo item analisaremos, como etapa propositiva do texto, a construção de *kilombos* enquanto espaços de resistência que, ao impulsionar sentidos de comunidade, expressam rupturas nas dimensões hegemônicas que se impõem contra os deslocados internos.

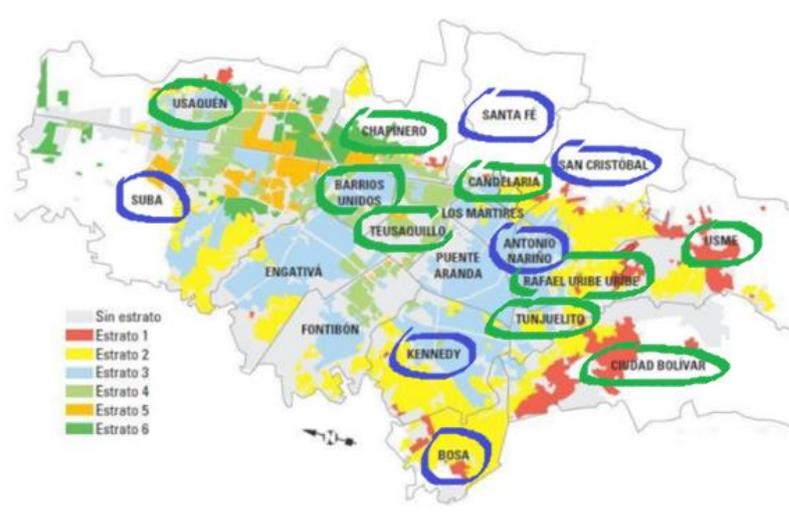
KILOBOS: SOCIALIZAÇÃO POLÍTICA E CUIDADOS

Os *kilombos* de Bogotá consistem, de acordo com cartilha da *Secretaría de Educación del Distrito* (2020), em espaços de saúde integral intercultural, focados não apenas na população afro-colombiana, mas, igualmente, na parcela populacional indígena. Os cuidados são disponibilizados de forma ampla, ofertados para a população em geral. São as localidades dos seis primeiros *kilombos*, bem como seus respectivos nomes, estes oriundos de ancestrais africanos: Bosa: Niara Sharay; Santafé: Razana Candelaria; Antonio Nariño: Yumma; Suba: Sirema, San Cristóbal: Los Griots; Kennedy. Dez dos *kilombos* são institucionais, em articulação com o Ministério da Saúde. Tais *kilombos* institucionais estão localizados nas seguintes localidades: Bosa, Usme, Ciudad Bolívar, Teusaquillo, Candelaria, Usaquén, Chapinero, Barrios Unidos, Rafael Uribe e Tunjuelito.

A primeira figura abaixo, à esquerda, traz um cruzamento dos seis *kilombos* iniciais com os dez *kilombos* institucionalizados, constituída a partir de mapa com

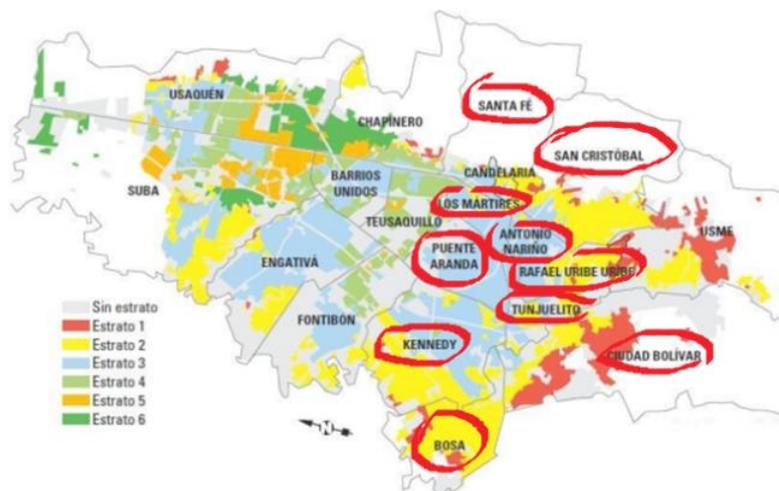
informações sobre estratos socioeconômicos, de 1, menor estrato, a 6, maior estrato. O segundo mapa apresenta os dados, citados na sexta nota de rodapé (AROCHA, 2002), de presença de afro-colombianos em Bogotá. Observa-se como tal presença encontra-se de modo majoritário nas localidades com os menores estratos, situadas ao leste.

Figura 1 – Presença dos *kilombos* em Bogotá marcada em mapa de estratos econômicos elaborado pelo *Departamento de Planeación Distrital* (DPD). Em azul estão as seis localidades que receberam *kilombos* inicialmente, em verde estão as demais.



Fonte: Arocha (2002).

Figura 2 – Localidades com maior quantitativo de afro-colombianos, de acordo com Arocha (2002), sinalizadas no mesmo mapa do DPD utilizado para compor a Figura 1.



Fonte: Arocha (2002).

Nos *kilombos* institucionais, ademais do apoio da prefeitura de Bogotá, os funcionários são contratados e recebem salário da Secretaria de Saúde. Além de apenas esses *kilombos* terem suporte institucional contínuo, destaca-se que nem todos possuem sequer um espaço físico fixo a ser mantido pelos frequentadores. Alguns *kilombos* são itinerantes, existindo em percursos pelas casas que são oferecidas para que o *kilombo* seja materializado durante determinado período.

Em reportagem sobre o *kilombo* localizado em Rafael Uribe, a jornalista Laura Daicz, em publicação na revista *070*¹¹, traz relatos sobre o cotidiano ali vivenciado. A vulnerabilidade específica das mulheres é destacada pela entrevista cedida por Luz Marina Becerra, que liderou um processo, elaborado em nível nacional, para que mulheres deslocadas fossem cadastradas na Unidade de Vítimas visando o recebimento de uma reparação coletiva destinada às mulheres afro-colombianas. Entre os entrevistados, alguns aguardam as garantias de segurança para o retorno ao território de egresso, enquanto outros construíram um novo plano de vida em Bogotá e não possuem a intenção de retornar. A permanência, contudo, é uma questão para as lideranças sociais, que frequentemente recebem ameaças e não raramente são obrigadas a novamente se deslocarem. As lideranças ameaçadas transitam de uma localidade para outra de Bogotá, tratando-se do chamado deslocamento intraurbano, que é agravado por circunstâncias como os custos dos aluguéis nas localidades.

Ainda na reportagem de Daicz, o leitor é apresentado à Julissa Mosquera, que ocupa a posição de *matrona*, uma espécie de coordenadora do *kilombo* em Rafael Uribe. Mosquera aponta, em entrevista à reportagem, que o *kilombo* é um lugar no qual a comunidade negra converge, ainda que não esteja em seu território. A *matrona* considera o *kilombo* como um fractal desse território, contendo elementos que remetem a ele, ao que cita o exemplo de como é positiva a presença de plantas costumeiras das localidades de onde vieram os deslocados, tal como a hortelã pimenta.

De acordo com Alvarado Suescún (2020), as hortas urbanas mantidas pelos *kilombos* incentivam em Bogotá as tradições afro-colombianas, assim como as tradições camponesas, trazendo maior visibilidade na cidade aos deslocados. A partir do *kilombo*

11 “La resistencia afro en Bogotá”. Revista 070, UNIANDE. Por Laura Daicz. 15/08/2019. Disponível em: <https://cerosetenta.uniandes.edu.co/la-resistencia-afro-en-bogota/>. Acesso em: 10/12/2020.

Razana, situado na localidade de Candelaria, Alvarado Suescún (2020) considera que tais hortas também envolvem os deslocados nas próprias transformações da cidade, incentivando a participação local e fomentando a autogestão econômica e social.

Ademais, no *kilombo* de Rafael Uribe alternam-se, de acordo com a supracitada reportagem de Daicz, as atividades para prevenção e tratamentos de doenças, atendimento de obstetrícia, serviços de rezadeiras e atividades vinculadas à esfera da cultura, a qual inclui músicas e contações de histórias. Organizam-se ainda ações específicas para treinamento político. Visualiza-se, portanto, a importância tanto do mútuo cuidado quanto da formação política entre os frequentadores dos *kilombos*. A esfera do cuidado, pode ser considerada, nos termos de Batthyány (2017), com um campo da proteção social que deve estar incluído na agenda pública. Outro conceito relevante para o destaque da relevância dos *kilombos* é o de socialização política, que, de acordo com Fernandes (1999), é assim definido por ser simultaneamente um espaço comunicativo, um espaço interativo e um espaço de luta e resistência.

Aciona-se cuidado e socialização política enquanto conceitos que podem contribuir para um esforço analítico que esteja empenhado não apenas na descrição e análise do que são os *kilombos*, mas que, com base nas propostas das epistemologias do sul e decoloniais, esteja comprometido em acionar reflexões conceituais que possam vir a contribuir enquanto uma ferramenta política que direciona o foco aos corpos colonizados, às histórias subalternizadas e à ecologia de saberes, esta entendida como possibilidade de existência de uma justiça cognitiva global, sem a qual não se alcança uma justiça social global (SANTOS, 2010).

Outra reportagem, publicada na revista *Colombia Informa*¹², apresenta, ao sistematizar entrevistas com *matronas*, o entendimento de que os *kilombos* são possibilidades de exercer tanto um papel simbólico quanto um trabalho real, os quais permitem formar comunidade mesmo no contexto de deslocamento. São igualmente ressaltados os conhecimentos tradicionais, transmitidos no exercício da prática, a educação popular, a transmissão da memória coletiva e as reivindicações por direitos. Essas reivindicações demandam, para além do reconhecimento legal, que as maneiras subjetivas afro-colombianas de ver e entender o mundo sejam reconhecidas a partir dos

12 “Una tarde de Kilombo, medicina ancestral afro”. *Colombia Informa*. Por Editora Bogotá. 26/08/16. Disponível em: www.colombiainforma.info/reportaje-una-tarde-de-kilombo-medicina-ancestral-afro/. Acesso em: 10/12/2020.

territórios de origem, como forma de respeito a tais territórios. Destaca-se ainda o papel da autonomia na consolidação das comunidades afro-colombianas nesse contexto, com uma busca emancipatória para a formação dos vínculos comunitários dentro da situação de reterritorialização.

Compreende-se que os *kilombos* podem ser considerados como espaços de resistência comunitária que rompem com as lógicas neoliberais e individualizantes da gestão territorial de Bogotá. Em um segundo esforço conceitual para abordar teoricamente os *kilombos*, aponta-se que podem ser enquadrados como um espaço de insurgência, nos termos de Miraftab (2009). Trata-se de um conceito oriundo do planejamento urbano radical e conflitual, localizado na construção de práticas que sejam simultaneamente contra-hegemônicas, transgressivas e imaginativas, as quais produzem espaços inventados nas cidades, em oposição aos espaços convidados (no original há um jogo de palavras: *invented spaces* x *invited spaces*) (MIRAFTAB, 2009). Os *kilombos* também podem ser considerados, a partir dos termos de WALSH (2016), como uma “rachadura” (*grietas*, no original) que evidencia a diversidade em um “muro” homogeneizador e voltado para os anseios do capital. O conceito de rachadura, formulado no bojo das epistemologias decoloniais, revela irrupção, o início, o surgimento e a possibilidade (WASH, 2016). Bem definem os *kilombos* por serem uma forma de vivenciar a reterritorialização sem a perda dos laços comunitários.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Considera-se que a formação territorial de Bogotá é marcada pelo processo que provoca o regresso na cidade de grupos da região do Pacífico colombiano que possuem culturas diversificadas. Enfocou-se neste texto o deslocamento interno de afro-colombianos. Tal deslocamento pode ser articulado ao conceito de colonialismo interno por deter como aspectos basilares a questão racial e o fomento de desigualdades. As estratégias de desterritorialização provocam, dentre outras consequências, a desmobilização de movimentos com fragilização das relações de cooperação entre aqueles que eram membros das comunidades locais.

O deslocamento interno colombiano intensifica-se a partir dos anos 1990, com Bogotá ocupando a posição de segunda maior cidade quanto à chegada dos deslocados. O planejamento urbano da cidade insere-se em lógica de competitividade territorial e

urbana que incentiva a colaboração público-privada, além de sustentar, no plano ideológico, a amenização dos potenciais conflitos com a formação de um consenso cívico dissimulado como um projeto comum. Esse contexto de repulsa da diversidade pressiona os afro-colombianos deslocados e estabelecidos em Bogotá a um mimetismo cultural progressivo que desconsidera suas identidades na reterritorialização.

As dinâmicas neoliberais do Estado repelem as práticas de organização coletiva em Bogotá, antagonizando com mobilizações de caráter comunitário. Nesse sentido, os *kilombos*, espaços de saúde integral intercultural, surgem como possibilidades de formar comunidade mesmo no contexto de deslocamento. Aborda-se o *kilombo* a partir dos conceitos de cuidado, socialização política, espaço de insurgência e rachadura. Ao incentivar a participação local e a autogestão, considera-se que o *kilombo* possui um papel transformador na formação da territorialidade bogotana, considerando que a reterritorialização dos afro-colombianos em Bogotá impacta as políticas públicas geridas na cidade. Apesar do contexto adverso e de violência gerado pelo deslocamento, a presença e as práticas dos deslocados afro-colombianos resultam em contribuições para que seja consolidada uma cidade mais acolhedora em relação à diversidade racial e cultural, bem como incentivadora das mobilizações comunitárias.

REFERÊNCIAS

ALVARADO SUESCÚN, Lina María. *Kilombo Razana en el marco de Identidad de ii la Mujer Afrocolombiana en Bogotá D.C “Estrategia mutual de despliegue étnica-comunitaria”*. Dissertação (Doutorado em Psicologia comunitária). Universidad Nacional Abierta y a Distancia UNAD, Escuela de Ciencias Sociales, Artes y Humanidade, Bogotá, 2020, 128 p.

ANDREWS, George Reid. Desigualdade: raça, classe e gênero. In: ANDREWS, George Reid; FUENTE, Alejandro de la (orgs.). *Estudios afro-latino-americanos: Una introducción*. Buenos Aires: CLACSO, 2018, p. 75-118.

ANDREWS, George Reid; FUENTE, Alejandro de la. A criação de um campo: estudos afro-latino-americanos. ANDREWS, George Reid; FUENTE, Alejandro de la (orgs.). *Estudios afro-latino-americanos: Una introducción*. Buenos Aires: CLACSO, 2018, p. 19-44.

ARIAS, Julio; RESTREPO, Eduardo. Historizando raza: propuestas conceptuales y metodológicas. *Crítica y Emancipación*, Buenos Aires, n. 3, 1º sem., 2010.

AROCHA, Jaime. *Mi gente en Bogotá: estudio socioeconómico y cultural de los afrodescendientes que residen en Bogotá*. Alcaldía Mayor de Bogotá. Universidad Nacional de Colombia, Bogotá, 2002.

BANQUERO, Patrick Durand. Organización política de los afrocolombianos residentes en Bogotá. *Hallazgos*, Bogotá, v. 12, n. 23, 2015, s/p.

BATTHYÁNY, Karina. Articulación entre vida laboral y vida familiar. Las prácticas de cuidado infantil de trabajadoras asalariadas de Montevideo. In: GUTIÉRREZ, María Alicia (org.). *Género, familias y trabajo*. Buenos Aires: CLACSO, 2007.

CAMPOS, Andreino de Oliveira. As questões étnico-raciais no contexto da segregação socioespacial na produção do espaço urbano brasileiro: Algumas considerações teórico-metodológicas In: SANTOS, Renato Emerson dos (org.). *Questões urbanas e racismo*. Petrópolis: DP; Brasília: ABPN, 2012, p. 68-103.

CARDONA, César Alejandro. Proceso organizativo de las comunidades negras rurales de Antioquia. Ancestralidad, etnicidad y política pública afroantioqueña. *Estudios Políticos*, Medellín, n. 50, 2017, p. 180-202.

CARPETA, Mabel Martínez; CORREA, Philippe Chenut; LÓPEZ, Mayerlín Ferguson; PRADO, Myriam Ocampo. Territorialidades en transición: pobladores desplazados por la violencia del conflicto armado colombiano y la resignificación de su territorio. *Psicología USP*, São Paulo, vol. 28, n. 2, 2017, p. 165-178.

COSTA, Everaldo Batista da; SUZUKI, Júlio César. Materialismo histórico e existência – discurso geográfico e utopias. *Espaço & Geografia*, v. 15, n. 1, 2012, p. 115-147.

ESCOBAR, Arturo. *Territorios de diferencia: Lugar, movimientos, vida, redes*. Popayán (Colômbia): Samava Impresiones, [2008] 2010.

FERNANDES, Bernardo Mançano. Movimentos socioterritoriais e movimentos socioespaciais: Contribuição teórica para uma leitura geográfica dos movimentos sociais. *OSAL*, ano VI, n. 16, 2005. p. 273-283.

FERNANDES, Bernardo Mançano. *Contribuição ao estudo do campesinato brasileiro: formação e territorialização do Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra – MST – 1979-1999*. Tese (Doutorado em Geografia). Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas, Universidade de São Paulo, São Paulo, 1999, 316 p.

FRANÇA, Danilo Sales do Nascimento. *Segregação Racial em São Paulo: Residências, redes pessoais e trajetórias urbanas de negros no século XXI*. Tese (Doutorado em Sociologia). Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas, Universidade de São Paulo, São Paulo, 2017, 192 p.

GONZÁLEZ CASANOVA, Pablo. Colonialismo interno (uma redefinição). In: AMADEO, Javier; BORÓN, Atilio; GONZÁLEZ, Sabrina (orgs.). *A teoria marxista hoje. Problemas e perspectivas*. Buenos Aires: CLACSO, 2007, p. 431-458.

GONZÁLEZ ZAMBRANO, Catalina. *De Negros a Afrocolombianos. Oportunidades políticas e dinâmicas de ação coletiva dos grupos negros na Colômbia*. Dissertação (Mestrado em Sociologia). Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas, Universidade de São Paulo, São Paulo, 2012, 158 p.

GROSGOUEL, Ramón. Decolonizing post-colonial studies and paradigms of political-economy: Transmodernity, Decolonial Thinking, and Global Coloniality. *Transmodernity*, Merced (EUA), n. 1, 2011, 38 p.

GUIMARÃES, Antônio Sérgio Alfredo. Raça, cor, cor de pele e etnia. *Revista Cadernos de Campo*, São Paulo, n. 20, 2011, p. 265-271.

GUIMARÃES, Antônio Sérgio Alfredo. Preconceito de cor e racismo no Brasil. *Revista de Antropologia*, São Paulo, n. 47, 2004, p. 9-43.

HERNÁNDEZ, Tanya Katerí. *Subordinação racial no Brasil e na América Latina: o papel do Estado, o Direito Costumeiro e a nova resposta dos Direitos Civis*. Salvador: EDUFBA, [2012] 2017, 231 p.

IUSRY-ABULATIF, Lisandro. A transformação urbana de Bogotá: análise de processos de planejamento e gestão urbana. *Bitácora Urbano Territorial*, Bogotá, v. 27, n. 1, Bogotá, 2017, p. 17-26

LIMA, Márcia. Apresentação. In: ANDREWS, George Reid; FUENTE, Alejandro de la (orgs.). *Estudios afro-latino-americanos: Uma introdução*. Buenos Aires: CLACSO, 2018, p. 11-17.

LÓPEZ-BORBÓN, Walter. Diversidad informal urbana, intervenciones particulares para asentamientos específicos. Programas de mejoramiento barrial en Bogotá. *Bitácora Urbano Territorial*, Bogotá, v. 28, n. 2, Bogotá, 2018, p. 135-142.

SÁNCHEZ MAZO, Liliana Maria. *Medellín: uma cidade construída a “várias mãos”?* Participação e política urbana na transformação da cidade popular contemporânea. Tese (Doutorado em Arquitetura e Urbanismo). Faculdade de Arquitetura e Urbanismo, Universidade de São Paulo, São Paulo, 2017, 360 p.

SANTOS, Boaventura de Sousa. Para além do pensamento abissal: das linhas globais a uma ecologia de saberes. In: SANTOS, Boaventura de Sousa; MENESES, Maria Paula (orgs.). *Epistemologias do sul*. São Paulo: Cortez, 2010, p. 31-83.

MIGNOLO, Walter. *Local Histories/Global Designs. Coloniality, Subaltern Knowledges and Border Thinking*. Princeton: Princeton University Press, 2000, 416 p.

MIRAFETAB, Faranak. Insurgent planning: situating radical planning in the Global South. *Planning Theory*, v. 8, 2009, p. 32-50.

MONTOYA, Jhon Williams. Bogotá, urbanismo posmoderno y la transformación de la ciudad contemporânea. *Norte Grande*, n. 57 Santiago, mai, 2014, p. 9-32.

MUNANGA, Kabengele. Negritude Afro-Brasileira: perspectivas e dificuldades. *Revista de Antropologia*, São Paulo, n. 33, 1990, p. 109-117.

OSPINA, Adriana Marcela Sánchez. *Política e planejamento. Bogotá, trinta anos de práticas urbanísticas 1926-1958*. Dissertação (Mestrado em Arquitetura e Urbanismo). Instituto de Arquitetura e Urbanismo, Universidade de São Paulo, São Carlos, 2012, 183 p.

QUIJANO, Anibal. Colonialidade do poder e classificação social. In: MENESES, Maria Paula; SANTOS, Boaventura de Souza (orgs.). *Epistemologias do Sul*. Coimbra: Edições Almedina, 2009, p. 73-117.

QUIJANO, Anibal. Colonialidade do poder, eurocentrismo e América Latina. In: LANDER, Edgardo (org.). *A colonialidade do saber: eurocentrismo e ciências sociais*. Buenos Aires: CLACSO, 2005, p. 227-278.

RESTREPO, Eduardo. Talks and disputes of racism in Colombia after multiculturalism. *Cultural Studies*, vol. 32, n. 3, 2018, p. 460-476.

RESTREPO, Eduardo. Espacialidades afrodescendentes en el Pacífico colombiano. In: GOMES, Flávio dos Santos et al. (orgs.). *Território de gente negra: processos transformações, adaptações. ensaios sobre Colômbia e Brasil*. Cruz das Almas (Brasil): Ed. UFRB, 2016, p. 190-213.

RESTREPO, Eduardo. Etnización de la negridad: contribución a las genealogías de la colombianidad. In: RESTREPO, Eduardo; CASTRO-GÓMEZ, Santiago (orgs.). *Genealogías de la colombianidad. Formaciones discursivas y tecnologías de gobierno en los siglos XIX y XX*. Bogotá: Universidad Javeriana, 2010, p. 96-132.

RESTREPO RUIZ, Alfredo. Aproximación a la planeación urbana en Colombia. Apuntes para su comprensión histórica. *Estudios demográficos y urbanos*, México, vol. 34, n.3 2019, p. 665-690.

RINCÓN PATIÑO, Análida de La Cruz. *Da norma praticada às práticas normativas - experiências urbanas na apropriação territorial e usos do solo em Medellín-Colômbia*. Tese (Doutorado em Planejamento Urbano e Regional). Instituto de Pesquisa e Planejamento Urbano e Regional, Universidade Federal do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, 2007, 277 p.

RIVERA CUSICANQUI, Silvia. *Violencias (re) encubiertas en Bolivia*. La Paz: Editorial Piedra Rota, 2010, 79 p.

SANTOS, Renato Emerson dos. Sobre espacialidades das relações raciais: raça, racialidade e racismo no espaço urbano. In: SANTOS, Renato Emerson dos (org.). *Questões urbanas e racismo*. Petrópolis: DP; Brasília: ABPN, 2012, p. 37-67.

SECRETARÍA de Educación del Distrito de Bogotá. *Las comunidades negras, afrocolombianas, raizales y palenqueras: símbolos de resistencia y liderazgo en la construcción de ciudad*. Alcaldía Mayor de Bogotá D.C., 2020, 33 p.

SILVA, Vera Regina Rodrigues da. *Entre quilombos e palenques: um estudo antropológico sobre políticas públicas de reconhecimento no Brasil e na Colômbia*. Tese (Doutorado em Antropologia). Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas, Universidade de São Paulo, São Paulo, 2012, 292 p.

VIANA, Manuela Trindade. Cooperação internacional e deslocamento interno na Colômbia: desafios à maior crise humanitária na América do Sul. *Sur Revista Internacional de Direitos Humanos*, ano 6, n. 10, São Paulo, jun., 2009, p. 138-161.

WADE, Peter. Afro-Colombian Social Movements. In: BURDICK, John; DIXON, Kwame (orgs.). *Comparative Perspectives on Afro-Latin America*. Gainesville (EUA): University Press of Florida, 2012, p. 135-155.

WADE, Peter. El movimiento negro en Colombia. *América Negra*, Bogotá, n. 5, 1993, p. 173-191.

WALSH, Catherine. ¿Interculturalidad y (de)colonialidad? Gritos, grietas y siembras desde Abya Yala. *Congresso Brasileiro de Hispanistas*, ago., 2016, 29 p.

DA CIDADE MODERNA À EPÍTOME DE SEGREGAÇÃO: ANÁLISE DA FORMAÇÃO TERRITORIAL DE BUENOS AIRES

Helena Sabino Rodrigues Cunha¹

Vivian Grace Fernández-Dávila Urquidí²

INTRODUÇÃO

As cidades latino-americanas são permeadas por uma diversidade de imaginários sociais e políticos. Para o crítico do modernismo latino-americano, Ángel Rama (1998), a palavra-chave para descrever as cidades latino-americanas é a palavra “ordem” (RAMA, 1998, p. 19), a qual foi inscrita no processo colonial por meio de três estruturas institucionalizadas: “Igreja, Exército e administração” (RAMA, 1998, p. 19). Nesse sentido, diferentemente da cidade orgânica medieval, para a qual era suficiente organizar as pessoas dentro de uma paisagem urbana, na América Latina o projeto colonial demanda um futuro sonhado de maneira planejada para a cidade, em obediência às exigências do Sistema Moderno/ Colonial de poder (QUIJANO, 2005), que postulam a exploração da região colonizada para usufruto exclusivo da metrópole.

A constituição das cidades latino-americanas se dá, portanto, nos marcos da Modernidade eurocêntrica, segundo a qual a Europa seria "a culminação de uma trajetória civilizatória desde um estado de natureza", sendo considerada "como o novo e ao mesmo tempo mais avançado da espécie" (QUIJANO, 2005, p. 122). Deste modo, à medida que a construção destas cidades tem como parâmetro o modelo europeu, procurando ainda aprimorá-lo de todas as suas possíveis imperfeições, o processo de urbanização latino-americano se dá com base na busca de um distanciamento cada vez maior das estruturas de organização social originárias, consideradas "inferiores" e "atrasadas". Este processo está inserido na lógica da colonialidade do poder (QUIJANO, 2005), a qual também implica uma sistemática divisão racial do trabalho, na qual os povos não brancos e colonizados são considerados inferiores.

¹ Universidade de São Paulo, mestranda pelo Programa de Pós-Graduação em Integração da América Latina (PROLAM/ USP), helena.cunha@usp.br.

² Universidade de São Paulo, docente da Escola de Artes, Ciências e Humanidades (EACH/ USP) e do Programa de Pós-Graduação Integração da América Latina (PROLAM/ USP), vurquidi@usp.br.

Para o arquiteto e historiador Adrián Gorelik, as condições que propiciaram a construção da categoria “cidade latino-americana” na Modernidade foram produzidas entre as décadas de 1950 e 1970, no marco da “explosão urbana” (GORELIK, 2005, p. 117) no continente. Segundo o autor, mais do que uma invenção teórica, as cidades latino-americanas foram produzidas enquanto *construções culturais* (GORELIK, 2005), impondo consequências concretas sobre a realidade. Deste modo, no auge de seu crescimento demográfico, “a cidade começa a ser vista como motor da modernização social, em íntima relação com as forças produtivas e com a consolidação dos poderes políticos centralizados” (GORELIK, 2005, p. 117). Brasília, nesse sentido, figura como arquétipo deste modelo de cidade latino-americana, que, ao fugir do formalismo lógico arquitetônico de herança europeia, se consolida como “expressão material e simbólica do poder para o controle e a articulação do território nacional” (COSTA, 2014, p. 2-3).

É nas cidades latino-americanas, portanto, onde se busca corrigir as problemáticas encontradas nos países desenvolvidos, nos quais a urbanização se deu de forma não planejada. As cidades do nosso continente tornam-se, então, laboratórios da planificação urbana e uma série de instituições, como a Unesco, a Cepal e a Fundação Ford impulsionam a formulação de políticas públicas para o desenvolvimento regional (GORELIK, 2005). Todavia, o modelo de cidade seguido nos projetos de urbanização latino-americanos ainda é o dos países desenvolvidos, os quais, apesar de suas possíveis falhas de planejamento, ainda são considerados “superiores”, imprimindo as marcas da colonialidade do poder (QUIJANO, 2005) na formação das cidades da América Latina.

Nesse contexto, Buenos Aires desponta como exemplo de “cidade moderna periférica” (GALVÃO, 2014, p. 330), com seus traçados regulares que manifestam uma planificação realizada de cima para baixo, ou seja, a partir da vontade do Estado de guiar sua expansão política e racionalizar a organização do território de modo a suprir as necessidades do capital (GORELIK, 1996).

Se na América Latina o crescimento das cidades relaciona-se principalmente com o grau de industrialização de cada país, Buenos Aires irrompe como um dos principais pólos de industrialização da região sul do continente. Todavia, ao passo que a cidade cresceu, a população mais pobre foi expulsa da região central devido ao processo de especulação imobiliária. Trata-se de fenômeno característico de diversas cidades latino-americanas, das quais um dos casos mais emblemáticos é o de Brasília, marcada por uma

rápida expansão demográfica, acompanhada do aumento da segregação sócio-espacial e do processo de favelização (PAVIANI, 2007).

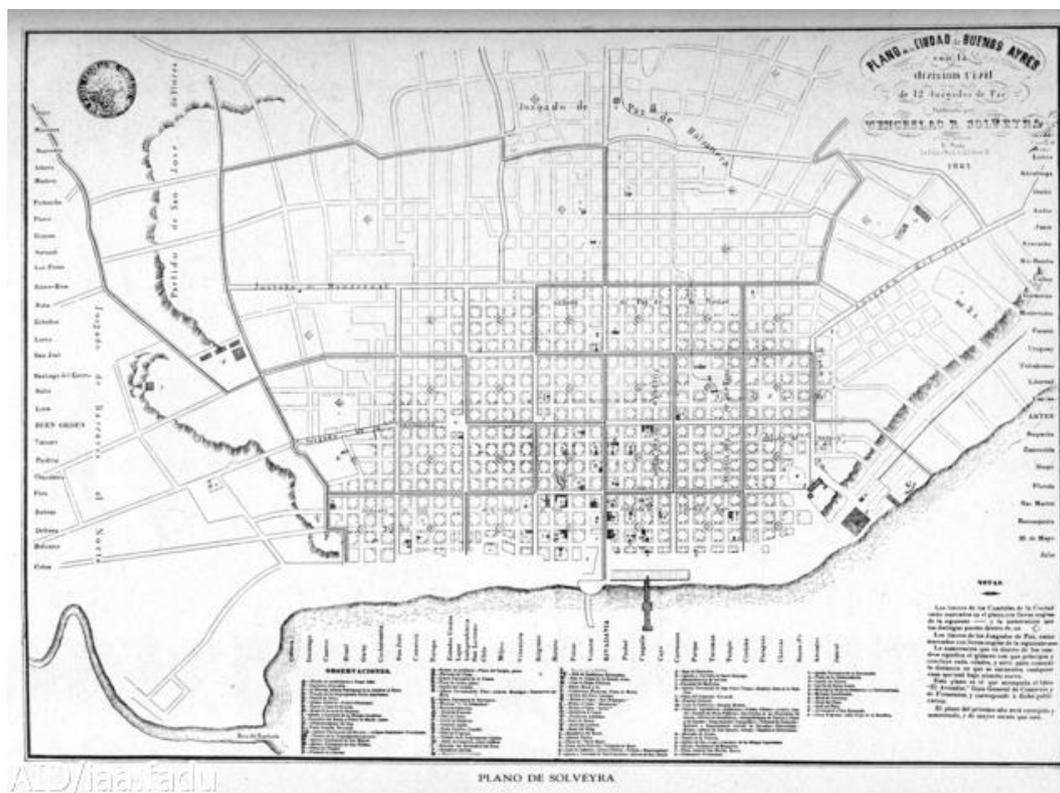
Deste modo, a visão da cidade moderna oculta a segregação e a marginalização presentes na capital portenha, decorrentes do próprio processo de modernização. Assim como em Brasília, a narrativa moderna está presente apenas na história oficial, não sendo possível sua penetração nas periferias e favelas. Analisar as contradições entre a modernização e a desigualdade é objetivo central deste texto.

BUENOS AIRES: CIDADE MODERNA PERIFÉRICA

Na América Latina, Buenos Aires é considerada exemplo de motor da modernização social. Nesse sentido, se a cidade americana “é um produto criado como uma máquina para inventar a modernidade, estendê-la e reproduzi-la” (GORELIK, 1996, p.1), Buenos Aires se destaca como exemplo bem sucedido de instrumento criado para atingir um modelo de sociedade, materializando assim um futuro sonhado na periferia do capitalismo. Ao longo do tempo, vários foram os modelos idealizados para a capital portenha. Na Colônia, a cidade foi concebida como peça primordial a partir da qual seria produzido “o território de modo moderno” (GORELIK, 1996, p.1); na República independente, Buenos Aires, assim como diversas cidades da América Hispânica, teria sido um cenário privilegiado para a constituição do Estado-nação moderno; e desde então, a cidade é vista como polo para expansão da modernidade, vocalizando as demandas de um Estado moderno centralizado.

Em 1880, quando Buenos Aires se tornou a capital federal da República Argentina, a cidade ainda mantinha seu desenho urbano do período colonial, traçado como um “tabuleiro de damas” (Figura 1). Segundo Pedro Demenech (2015), esse traçado, bastante comum nas colônias hispânicas, “permitia maior controle sobre o território” (p. 253). Embora também tenham sido comuns na América portuguesa, nas colônias hispânicas o traçado altamente planejado e a política urbanizadora de modo geral foram aplicados com maior intensidade, uma vez que as dimensões destas cidades excediam, em muitos casos, o tamanho das cidades espanholas (BUENO, 1996).

Figura 1 – Plano de la Ciudad de Buenos Aires con la división civil (1872). Universidad de Buenos Aires.



Fonte: Disponível em: http://www.aidfadu.com/ver_imagen.php?id_imagen=13749&volver=. Acesso: 24 nov. 2020.

Todavía, assim como muitas cidades da região, Buenos Aires passou por um processo de crescimento acelerado entre os séculos XIX e XX. Fatores como imigração, ampliação do porto e empréstimos internacionais possibilitaram este crescimento, sobretudo na segunda metade do século XIX. Este crescimento esteve sempre aliado a uma tentativa de manter o planejamento e o controle do espaço urbano.

Segundo uma ideia de cidade fechada e a controlar se discutiam diferentes propostas: o alinhamento e uma série de projetos estruturantes tratavam de organizar o espaço público, uma margem costeira continuada pelo traçado da Avenida Periférica daria o marco da “grande capital da América”; uma rede de avenidas e diagonais articulariam a cidade “velha” e abraçariam seu raio ampliado com uma rede de novos edifícios públicos antigamente nucleados na Praça de Maio. Simultaneamente, as escolas, hospitais, praças e parques iam organizando os “bairros suburbanos”, que assim como a sociedade que os ocupava – também em vias de constituição – requeriam ser integrados ao conjunto (NOVICK, 2008, p. 5-6, tradução nossa).

Embora a imigração tenha sido fruto de política executada pelo Estado argentino no século XIX, acabou por trazer desafios à elite governante portenha, na medida em que dificultava a concretização do projeto homogeneizador do Estado moderno. Desse modo, ao passo que a cidade crescia, era necessário “afastar do ambiente urbano os abatedouros, os indigentes e as insalubridades que poderiam atingir a qualidade de vida” (DEMENECH, 2015, p. 253), a fim de manter os ares de grandeza da cidade moderna. Os esforços destinados à organização da cidade foram direcionados, portanto, ao centro, local eleito pela elite para viver, enquanto os bairros foram ganhando vida própria e se organizando de forma autônoma (DEMENECH, 2015).

A SEGREGAÇÃO SOCIOESPACIAL PORTENHA

A modernidade, enquanto “parte de uma política deliberada para conduzir à modernização” (GORELIK, 1996, p.1) tem como face oculta o contínuo processo de exclusão e marginalização de populações consideradas inferiores. Deste modo, as cidades latino-americanas são forjadas sob uma estrutura desigual, atravessadas pela colonialidade do poder (QUIJANO, 2005), tornando-se o espaço de reprodução de uma ordem excludente para povos não brancos e colonizados.

Para Ferreira (2011), “a estrutura político-ideológica da sociedade estabelece a produção social do espaço, legitimando através das formas espaciais, as ações, o nível de complexidade das funções e das relações praticadas no grupo” (p. 3). Esta concepção se baseia no conceito marxista de *modo de produção*³, o qual é histórica e espacialmente determinado. Nesse sentido, os pesquisadores do planejamento urbano Nabil Bonduki e Raquel Rolnik afirmam que no capitalismo, a cidade é caracterizada pela segregação, a qual é provocada, essencialmente, “pela manutenção da propriedade privada dessa mercadoria peculiar que é o terreno urbano, como a forma dominante de ocupação do espaço” (BONDUKI; ROLNIK, 1982, p. 146). Em outras palavras, a transformação de parcelas do solo urbano em algo rentável é o que propicia o surgimento da segregação socioespacial na sociedade capitalista, pois as diferentes classes sociais se apropriam de formas distintas do terreno urbano, a depender, entre outros fatores, do nível de renda a que têm acesso.

³ Sobre o conceito de modo de produção, consultar: GORENDER, 1980.

O processo desigual de apropriação do solo urbano, característico do desenvolvimento capitalista moderno na América Latina, dá origem às periferias, definidas por Bonduki & Rolnik (1982) como “as parcelas do território da cidade que têm baixa renda diferencial” (p. 147). Considerando a colonialidade do poder vigente na região, as periferias possuem ainda um componente racial, uma vez que concentram a maior parte da população não branca que vive nas cidades e que trabalha em posições de subalternidade. Deste modo, a distância em relação ao centro urbano não pode ser o único elemento definidor da periferia, mas sim um fator em meio a uma série de outras características conjugadas, como, por exemplo, a deficiência de políticas públicas e de infraestrutura urbana. É nas periferias onde se desenvolvem as condições mais vulneráveis de reprodução da força de trabalho.

Considerando a pobreza em seu aspecto multidimensional, ou seja, enquanto conceito que se refere não apenas à renda, mas também à desigualdade de acesso a políticas públicas e sociais, é possível realizar uma análise multifacetada da segregação socioespacial de Buenos Aires, da concentração de pobreza na cidade e da formação de periferias. Rodríguez (2008) analisa a segregação residencial socioeconômica portenha a partir do nível máximo de instrução dos chefes de família. Segundo o pesquisador, os lares cujos chefes de família possuem nível máximo de instrução ainda muito baixo concentraram-se, entre 1991 e 2001, principalmente no corredor Sul da cidade (RODRÍGUEZ, 2017). Trata-se de uma região caracterizada, de um modo geral, por uma baixa renda diferencial, onde vive grande parte das populações imigrantes oriundas, principalmente, do Paraguai, Bolívia e Peru. Este fenômeno revela o componente racial da segregação portenha, já que parte significativa destes imigrantes são indígenas ou de descendência indígena (LUÍS, 2007).

A segregação socioespacial em Buenos Aires também pode ser analisada sob a perspectiva do nível de precariedade habitacional e do acesso desigual ao solo na cidade, o que caracteriza a formação das periferias. Deste modo, se na década de 1860, quando a pressão demográfica em Buenos Aires oriunda do processo de imigração, proporciona a proliferação de prédios de apartamentos para aluguel no centro da cidade (DI VIRGILIO; MEJICA; GUEVARA, 2012), nos quais moravam as camadas populares que não tinham acesso à casa própria, na década de 1930 surgem as primeiras *villas miséria*, definidas como

bairros de traçado irregular, com moradias precárias, às vezes construídas com material de descarte e com carências de serviços de infraestrutura e equipamento, localizadas espontaneamente em terrenos vazios de domínio público ou privado (DI VIRGILIO; MEJICA; GUEVARA, 2012, p. 30, tradução nossa).

As primeiras *villas* surgiram no centro e em locais da Zona Sul de Buenos Aires e logo se expandiram para a região metropolitana da cidade. Ainda na primeira metade do século XX, Buenos Aires se consolida como principal centro urbano e industrial do país, devido ao processo que ficou conhecido como *industrialização por substituição de importações*⁴, fenômeno que propiciou a migração interna de amplos setores da população argentina do campo para as cidades. Logo foi desenvolvida uma nova forma de moradia popular como resposta às amplas camadas da população que se encontravam desassistidas em relação ao acesso à moradia digna: os *lotes econômicos*. Localizados na Região Metropolitana de Buenos Aires, “os *lotes econômicos* permitiram o acesso à propriedade legal em terras suburbanas à população de baixa renda através do pagamento em parcelas em uma ou duas décadas” (DI VIRGILIO; MEJICA; GUEVARA, 2012, p. 30-31, tradução nossa, grifo dos autores).

Durante a ditadura militar argentina (1976-1983), houve um retrocesso nas políticas habitacionais, dificultando o acesso ao solo urbano para os setores populares. Dentre as ações articuladas pelo governo de Buenos Aires em relação à política habitacional, destaca-se:

- descongelamento dos aluguéis;
- erradicação das *villas* de emergência da cidade;
- proibição legal, através da Lei 8.912, dos lotes sem serviços (GUEVARA, 2015).

Todavia, com o fim da política de loteamento econômico e os altos índices de desemprego, que muitas vezes impediam o ingresso nos programas oficiais de habitação social do governo que ainda resistiram (KOPPMAN, 2007), os setores populares de Buenos Aires encontram, durante o período final da ditadura militar, três estratégias de

⁴ Como ficou conhecido o breve período de industrialização pelo qual passaram países como Brasil e Argentina entre as décadas de 1930 e 1970, resultado de uma crise externa provocada pela deterioração dos termos de troca. Para uma análise comparativa sobre a industrialização por substituição de importações no Brasil e na Argentina, consultar: MATTEI; JÚNIOR, 2009.

acesso à moradia: primeiramente, se generalizam as ocupações de imóveis abandonados, em geral localizados no centro da cidade; em segundo lugar, houve o repovoamento das *villas* de emergencia (GUEVARA, 2015); por fim, na Região Metropolitana de Buenos Aires surgem inúmeros assentamentos, caracterizados por “seu caráter coletivo e organizado, e seu respeito às regulamentações vigentes em relação ao tamanho mínimo dos lotes, o traçado das ruas etc, para favorecer sua posterior regularização” (DI VIRGILIO; MEJICA; GUEVARA, 2012, p. 31, tradução nossa).

Para Bonduki & Rolnik (1982), os loteamentos periféricos estão profundamente relacionados com a necessidade de acumulação do capital e reprodução da força de trabalho. Nesse sentido, a proliferação de assentamentos auto-organizados no entorno da cidade de Buenos Aires permite "altas taxas de acumulação realizadas com salários deprimidos" (p. 118), uma vez que os custos da reprodução da força de trabalho são direcionados principalmente para os(as) trabalhadores (as), cujos salários se mantêm baixos.

No momento em que as políticas de loteamento estatal foram cortadas e os assentamentos urbanos precários na Região Metropolitana de Buenos Aires testemunhavam um crescimento populacional, um fenômeno oposto, iniciado duas décadas antes, se acentua e passa a reorganizar espacialmente o entorno de Buenos Aires: trata-se da proliferação de condomínios fechados de alto padrão nas áreas adjacentes à cidade de Buenos Aires. Segundo Guevara (2015), tradicionalmente os setores da elite portenha concentravam-se no corredor norte da cidade e a infraestrutura urbana de transporte contemplava os setores populares, que se deslocam diariamente para a região central e seu entorno imediato. Tal estrutura não contemplava, portanto, os setores de renda média e alta que utilizam o transporte privado individual. A formação de condomínios fechados atraiu justamente estes setores que não dependem da rede urbana de transporte coletivo e que passaram a procurar terrenos mais amplos, áreas verdes e maior segurança no entorno de Buenos Aires. Este processo possibilitou a formação de novos tipos de segregação urbana:

Esta confluência de processos tão diferentes em territórios demarcados propiciou a emergência de uma microssegregação, pela coexistência no mesmo espaço de empreendimentos imobiliários de setores de alta renda e bairros pobres (GUEVARA, 2015, p. 109, tradução nossa).

Ao passo que os condomínios fechados contam com todo tipo de infraestrutura urbana, na maior parte dos municípios da Região Metropolitana de Buenos Aires há uma carência de equipamentos públicos e parcelas consideráveis da população vivendo com necessidades básicas insatisfeitas, como hábitat, atenção sanitária e educação (KOPPMANN, 2007). Tais estruturas compõem um modelo de desenvolvimento desigual, no qual duas realidades socioespaciais completamente distintas são sobrepostas, mas, ao mesmo tempo, se mantêm apartadas, pois, na maior parte dos casos, as relações entre os condomínios de alto padrão e os moradores de assentamentos se limita ao oferecimento de postos de trabalho precarizados e à doações de cestas básicas esporadicamente.

Por um lado se encontra a forte oposição entre bairros fechados de luxo e villas miseria; e por outro, as baixas densidades das pequenas localidades se relacionam com as baixas densidades dos conjuntos residenciais fechados, sem que se tenha encontrado uma forma adequada de integração (KOPPMANN, 2007, p. 2, tradução nossa).

Este processo foi potencializado pelas políticas de modernização da região central da cidade, que incorporaram bairros como Puerto Madero, San Telmo e La Boca (GUEVARA, 2015). Deste modo, bairros caracterizados por uma tradição popular, como La Boca, foram integrados aos roteiros turísticos, impelindo a população local a migrar para regiões periféricas⁵.

É possível afirmar que as cidades que compõem a Região Metropolitana de Buenos Aires nas quais se localizam estes assentamentos e *villas*, tais como Avellaneda, Lanús e Almirante Brown, formam uma rede urbana regional. Sob a perspectiva da formação socioespacial, podemos entendê-la como “um espaço com características físicas e socioculturais homogêneas, fruto de uma história que teceu relações que enraizaram os homens ao território e que particularizou este espaço” (FERREIRA, 2011, p. 4). Deste modo, as desigualdades inerentes à sociedade capitalista são inscritas espacialmente na

⁵ Nota-se que, a partir do uso do conceito de *periferia* de Bonduki & Rolnik (1982), não é possível caracterizar os condomínios privados de alto padrão que foram construídos no entorno da cidade de Buenos Aires enquanto regiões periféricas, pois não são áreas de baixa renda diferencial. No caso de moradores expulsos de seu lugar tradicional de moradia pela especulação imobiliária, como se sucedeu em bairros como La Boca, referimo-nos, portanto, ao seu deslocamento para as *villas miseria* e demais formas de assentamentos informais.

formação da Região Metropolitana de Buenos Aires, propiciando a formação de uma segregação socioespacial interurbana (ROMA, 2008).

À medida que a cidade de Buenos Aires se expandiu, portanto, o processo de urbanização transcendeu seus próprios limites, mantendo a predominância das atividades de reprodução social⁶ das classes populares circunscrita às *villas* e assentamentos nos municípios adjacentes a Buenos Aires, em regiões caracterizadas pela deficiência de políticas públicas e de infraestrutura urbana. Enquanto isso, os investimentos do capital se concentram em alguns pontos da cidade de Buenos Aires. Segundo Ferreira (2011),

A incidência de desigualdades socioespaciais na escala interurbana geralmente recai sobre cidades não privilegiadas pela preferência em investimentos por grupos econômicos, ao menos até que uma nova lógica capitalista se instaure e reconduza o processo, e-ou políticas públicas de desenvolvimento econômico acrescentem à cidade qualidades atrativas para o capital, abrindo possibilidades para o desenvolvimento humano (p. 5).

Sendo o Estado o principal responsável para a garantia das condições para a produção capitalista, entre elas a reprodução da força de trabalho, é sua função garantir os equipamentos de infra e superestrutura urbana (BONDUKI; ROLNIK, 1982). Todavia, os investimentos estatais priorizam as regiões habitadas pelas parcelas de renda média e alta, ao passo que nas regiões periféricas da Região Metropolitana de Buenos Aires são mantidos baixos níveis de infraestrutura urbana. Este fenômeno contribui para o aprofundamento do regime de acumulação capitalista, por um lado, e para a precarização dos níveis de vida de parcelas cada vez mais extensas da sociedade, por outro. Para Carlos (2007),

[...] a prática social é espacializada e a ação envolve espaço e tempo, realizando-se em várias escalas indissociáveis a partir do plano do lugar. Na cidade, revela-se como justaposição entre uma morfologia social (promovida pela diferenciação das classes na sociedade) e pela morfologia espacial (produzida pelas diferenças nas formas e modos de acesso aos espaços da vida, através do uso) (p. 49, grifo da autora).

⁶ Trata-se das atividades de reprodução da vida e da força de trabalho, tais como a alimentação e o cuidado de crianças e pessoas doentes. Para uma leitura mais detalhada sobre a Teoria da Reprodução Social, consultar: ARRIZZA; BATTACHARYA, 2020.

As diferentes formas de uso do solo em Buenos Aires, portanto, revelam as diferenciações existentes em uma sociedade de classes, na qual o Estado age em benefício das classes dominantes, uma vez que destina os investimentos públicos prioritariamente a setores chave para o desenvolvimento de investimentos privados, tais como as infraestruturas viárias e de comunicação (KOPPMANN, 2007). Estas desigualdades são também atravessadas por componentes nacionais e raciais, uma vez que a falta de investimentos do Estado nas periferias afeta, sobretudo, imigrantes paraguaios, bolivianos e peruanos, muitos dos quais são indígenas e não brancos.

A existência de bolsões de marginalidade e pobreza nas periferias e nos municípios limítrofes a Buenos Aires contradiz a diferenciação dicotômica que coloca o rural como sinônimo de “atrasado” e o urbano como “moderno”, “desenvolvido” (ANDRADE; ALVES, 2014, p. 167), uma vez que ela mesma é produto da modernidade. Nesse sentido, seguindo Carlos (2007), podemos analisar a cidade “entendendo a desigualdade como centro explicativo da diferenciação e esta imanente à produção espacial” (p. 48).

A estrutura desigual, no entanto, fundamenta as bases para a formação de movimentos populares nas regiões abandonadas pelo poder público. Assim, na Região Metropolitana de Buenos Aires destaca-se especialmente o movimento *piquetero* (SVAMPA; PEREIRA, 2004), como ficou conhecido o movimento de trabalhadores desempregados que irrompeu na Argentina entre o final da década de 1980 e início da década de 1990 (NEVES, 2016). Este movimento foi propiciado pela existência de assentamentos e *villas* na periferia da Região Metropolitana de Buenos Aires e o aumento dos níveis de desemprego na sociedade argentina. Por meio de assembleias barriais e organizações de refeitórios populares, estes trabalhadores organizaram-se para enfrentar as dificuldades ocasionadas pelo aumento da precarização dos níveis de vida.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

A cidade moderna, constituída enquanto espaço de projeção da ordem e como manifestação do poder centralizado do Estado moderno, é também cenário de reprodução das desigualdades estruturais e estruturantes da sociedade capitalista e da colonialidade do poder vigente na América Latina. Nesse sentido, Buenos Aires representa caso emblemático, pois seus traçados lineares e as grandes proporções de áreas verdes nas

regiões centrais ocultam a exclusão e a segregação das camadas populares, nas quais há uma ampla expressão de imigrantes oriundos de países limítrofes, que vivem em locais marcados pela deficiência de políticas públicas e de infraestrutura urbana.

Na medida em que a cidade se expandiu, as camadas populares foram deslocadas para regiões cada vez mais periféricas, transpondo os limites da cidade de Buenos Aires e formando um cinturão de pobreza e precariedade habitacional na região metropolitana, em especial ao Sul de Buenos Aires. Todavia, este processo não ocorreu de forma linear, pois, ao passo que se acentuou a concentração de villas e assentamentos no entorno de Buenos Aires, proliferaram os condomínios de alto padrão na região, caracterizando a formação de micro segregações. Tal processo é resultado das contradições das relações sociais, de um projeto de modernização que servia (e serve) aos interesses das classes dominantes, relegando a maior parte da população a condições precárias de moradia e, por conseguinte, de vida.

Nesse sentido, a análise da formação territorial de Buenos Aires nos permite examinar as limitações da narrativa da modernidade, que projeta a cidade enquanto espaço de reprodução da ordem, e identificar na própria estruturação do espaço urbano mecanismos de exclusão e segregação, que transcendem os limites da cidade. No entanto, é a partir de tais espaços de exclusão que surgem ferramentas de organização popular, capazes de irromper a ordem da cidade moderna e propor um modelo de cidade alternativa, pautada na igualdade de acesso ao emprego, à renda, à infraestrutura urbana e a condições dignas de moradia.

REFERÊNCIAS

ANDRADE, Artur Leonardo; ALVES, Flamarion Dutra. As representações socioespaciais da relação campo-cidade, rural-urbano na Geografia Agrária brasileira: análise do período entre 1998 e 2012. *Campo-território: revista de geografia agrária*, Uberlândia, v. 9, n. 17, p. 166-193, abr. 2014. Disponível em: <http://www.seer.ufu.br/index.php/campoterritorio/article/view/22773> Acesso: 07 jan. 2021.

ARRUZZA, Cinzia; BHATTACHARYA, Tithi. Teoría de la Reproducción Social. Elementos fundamentales para un feminismo marxista. *Archivos*, n. 16, p. 37-69, mar-ago 2020. Disponível em: <https://www.archivosrevista.com.ar/numeros/index.php/archivos/article/view/251> Acesso: 12 jan. 2021.

BONDUKI, Nabil; ROLNIK, Raquel. Periferia da Grande São Paulo, In: MARICATO, Emilia (Org.). *A produção capitalista da casa (e da cidade) do Brasil industrial*. 2 ed. São Paulo: Alfa-Ômega, 1982, 166p.

BUENO, Beatriz P. Siqueira. Particularidades do Processo de Colonização da América Espanhola e Portuguesa. In: IV SEMINÁRIO DE HISTÓRIA DA CIDADE E DO URBANISMO, 1996, Rio de Janeiro. *Anais [...]*. Rio de Janeiro: Universidade Federal do Rio de Janeiro, 1996, p. 505-514.

CARLOS, Ana Fani A. Diferenciação Socioespacial. *Cidades*, Presidente Prudente, v. 4, n. 6, p. 45-60, 2007. Disponível em: <https://revista.fct.unesp.br/index.php/revistacidades/article/view/569> Acesso: 10 jan. 2021.

COSTA, Everaldo Batista da. Brasília meta-síntese do poder no controle e articulação do território nacional. In: XII COLOQUIO INTERNACIONAL DE GEOCRÍTICA, 2014, Barcelona. *El control de los espacios y los espacios de control*, Barcelona, 2014, p. 1-29.

DEMENECH, Pedro. Ideias para a construção de uma ordem: o conceito de “cidade moderna” na Buenos Aires das primeiras décadas do século XX. *Dimensões*, Vitória, v. 35, p. 243-269, jul.-dez. 2015.

DI VIRGILIO, María M; MEJICA, María Soledad A.; GUEVARA, Tomás. Estratégias de acceso al suelo y a la vivienda en barrios populares del Área Metropolitana de Buenos Aires. *Revista Brasileira de Estudos Urbanos e Regionais*, v. 14, n. 1, maio 2012. Disponível em: <https://rbeur.anpur.org.br/rbeur/article/view/1904> Acesso: 15 dez 2020.

FERREIRA, Sandra C. A formação socioespacial como orientação teórico-metodológica no estudo da rede urbana regional. *Caminhos de Geografia*, Uberlândia, v. 12, n. 37, p. 1-7, mar. 2011. Disponível em: <http://www.seer.ufu.br/index.php/caminhosdegeografia/article/view/16185> Acesso: 14 dez 2020.

GALVÃO, Ricardo M. O cenário moderno de São Paulo e Buenos Aires na história e na historiografia latino-americana. *Urbana*, Dossiê: Cidade e Habitação na América Latina – CIEC/ Unicamp, Campinas, v. 6, n. 8, p. 313-339, jun. 2014.

GORELIK, Adrián. A produção da “cidade latino-americana”. *Tempo Social, revista de sociologia da USP*, São Paulo, v. 17, n. 1, p. 111-133, jun 2005.

GORELIK, Adrián. O moderno em debate: cidade, modernidade, modernização. In: O MODERNO EM DEBATE, 1996, Belo Horizonte. *Imagens da Modernidade*. Belo Horizonte: Museu Nacional da Pampulha, 1996.

GORENDER, Jacob. O conceito de modo de produção e a pesquisa histórica. In: LAPA, Roberto do Amaral (org.). *Modos de produção e realidade brasileira*. Petrópolis: Vozes, 1980.

GUEVARA, Tomás A. *La ciudad para quién?* Transformaciones territoriales, políticas urbanas y procesos de producción del hábitat en la Ciudad de Buenos Aires (1996-2011).

2015. Tese (Mestrado em Estudos sobre a Cidade) - Universidad Nacional Autonoma de Mexico, Mexico, 2015.

KOPPMANN, Sonia V. La expansión de la periferia metropolitana de Buenos Aires. “Villas miséria” y “countries”: de la ghetización a la integración de actores en el desarrollo local urbano. *Revista Electrónica de Geografía y Ciencias Sociales*, Barcelona, v. 11, n. 245, ago. 2007. Disponível em: <http://www.ub.edu/geocrit/sn/sn-24542.htm> Acesso: 24 nov. 2020.

LUÍS, Catarina. *Megacidades, políticas migratórias e inclusão – a cidade de Buenos Aires*. Lisboa: Universidade de Lisboa, 2017, 50 p.

MATTEI, Lauro; JÚNIOR, José A. dos S. Industrialização e Substituição de Importações no Brasil e na Argentina: Uma Análise Histórica Comparada. *Revista de Economia*, Curitiba, v. 35, n. 1, p. 93-115, jan/abr 2009. Disponível em: <https://revistas.ufpr.br/economia/article/viewFile/17054/11249> Acesso: 12 jan 2021.

NEVES, Renake B. D. das. De vizinhos a piqueteiros: movimentos de trabalhadores desempregados e grupos subalternos na Argentina recente. *Revista de Ciências Humanas*, Florianópolis, vol. 50, n. 2, p. 289-314, jul-dez 2016.

NOVICK, Alicia. *Pensar y construir la ciudad moderna*. Planes y proyectos para Buenos Aires. Buenos Aires: Universidad Nacional de General Sarmiento, 2008. 418 p.

PAVIANI, Aldo. Geografia urbana do Distrito Federal: evolução e tendências. *Espaço & Geografia*, vol. 10, n. 1, p. 1-22, 2007. Disponível em: <https://core.ac.uk/download/pdf/33540109.pdf> Acesso: 13 dez. 2020.

QUIJANO, Aníbal. Colonialidade do poder, eurocentrismo e América Latina. *CLACSO*, Buenos Aires, p. 117-142, 2005.

RAMA, Ángel. *La ciudad letrada*. Montevideu: Arca, 1998, 126 p.

RODRÍGUEZ, Gonzalo. Segregación residencial socioeconómica en la Ciudad Autónoma de Buenos Aires. Dimensiones y cambios entre 1991-2001. *Redalyc*, ano 5, n. 8, p. 7-30, out. 2008. Disponível em: <https://www.redalyc.org/articulo.oa?id=74011761001> Acesso: 24 nov. 2020.

ROMA, Cláudia M. Segregação socioespacial interurbana: uma hipótese? *Terra Livre*, ano 24, v. 2, n. 31, p. 11-132, jul/ dez. 2008. Disponível em: <http://www.agb.org.br/publicacoes/index.php/terralivre/article/view/264> Acesso: 15 dez. 2020.

SVAMPA, Maristella; PEREYRA, Sebastian. La política de los movimientos piqueteros. *Revista da Sociedade Brasileira de Economia Política*, Rio de Janeiro, n. 15, dez 2004.

INFLUÊNCIA DA POPULAÇÃO RURAL MIGRANTE NA CONFIGURAÇÃO DE UMA NOVA “LIMA” NOS INÍCIOS DO SÉCULO XXI

Carlos Ernesto Ortiz Rosas Rosas¹

INTRODUÇÃO

Lima, como uma das capitais latino-americanas mais importantes do continente sul-americano, é ator principal e testemunho vivente da história do Peru e suas vicissitudes desde sua constituição como nação independente em 1824. Sem embargo, Lima é algo mais que a capital política e econômica de um país. Sua presença se inicia há centenas de anos atrás, desde sua fundação em 1535, obra dos colonizadores espanhóis. Seus fundadores encontraram nas suas terras desérticas o solo adequado para a construção de um novo reinado, que pretendia se impuser sobre as cinzas de um império originário que começava a desmanchar-se como consequência de guerras fratricidas e a penetração de forças estrangeiras.

Sua existência sempre foi discutida. Passou do completo anonimato da época imperial pré-hispânica, a ser escolhida como capital de novo reinado espanhol em desmedro de “Jauja”, cidade da região central do Peru, que ostentou esse título por um breve tempo, antes de ser descartada devido a suas árduas condições climáticas e por estar demasiado distante do mar (DEL BUSTO, 1995). Desse modo, Lima-- terra de conveniente localização central para exercer o controle da administração e ser a porta de entrada para o comércio internacional através da baía do Callao-- se converteu na capital da nascente governação ao mando do conquistador espanhol Francisco Pizarro. Seu aprazível clima primaveral, ausência de eventos climáticos intensos, riqueza de seu mar y de seus vales próximos a situaram como o lugar ideal para o início da nova era colonial nas terras sul-americanas². Embora a jovem capital tenha sido vítima de ocasionais

¹ Graduação em Direito - Universidad de Piura (2006), graduação em Diplomacia pela Academia Diplomática del Perú Javier Pérez de Cuéllar (2014) e mestrado em Diplomacia y Relaciones Internacionales pela Academia Diplomática del Perú Javier Pérez de Cuéllar (2014). Mestrando no Programa de Integração de América Latina (PROLAM) da Universidade de São Paulo (USP) E-mail: ceorr26@usp.br

² Lima o “Cuidad de los Reyes” foi fundada em 1535 como capital da Governação do Peru ou de “Nueva Castilla”, sendo a primeira estrutura administrativa colonial instituída no Peru pela “Capitulación de Toledo”, do 26 de julho de 1535, que nomeou a Francisco Pizarro como seu primer Governador e Capitan General. (MINISTERIO DE RELACIONES EXTERIORES DEL PERU, 1890) Com a promulgação das “

ataques marítimos perpetrados por expedições piratas inglesas e holandesas que aproveitaram sua vulnerabilidade costeira³, seu reativo fortalecimento defensivo frente a esses ataques, materializado na construção de muralhas, fixou padrões gerais que guiariam seu crescimento urbano, até chegar a ser considerada como a metrópole mais importante da América hispânica em seu tempo.

Com o decorrer de suas primeiras décadas de existência, Lima foi se consolidando como centro do poder imperial espanhol na América Latina. Sua preponderância foi crescendo durante a época colonial como reflexo do empoderamento da sua metrópole em Europa nos séculos XVII e XVIII. Assim, conforme o império espanhol foi se convertendo em um ator relevante no cenário europeu, seus vice-reinados na América Latina se desenvolveram rapidamente, tentando reproduzir nas terras americanas os esquemas e os padrões organizativos da Espanha em diversos âmbitos.

Um desses aspectos que as classes dirigentes peninsulares pretenderam estabelecer nas terras virgens americanas durante a época da colônia, foi aquele relativo ao desenho das novas cidades. Desse modo, os colonizadores trouxeram do Velho Mundo para o Peru, nos inícios do século XVI, a concepção da distribuição espacial com base no clássico modelo do tabuleiro ou “damero”, criando blocos retangulares dentro de uma quadricula, separados por ruas em ângulo reto. No parecer de Golda- Pongratz (2004), este esquema racional não atendeu as leis da topografia ou a direção das forças eólicas, senão pelo contrário foi consequência de uma decisão política que só tinha como objetivo consolidar a conquista espanhola de uma maneira sistemática no continente sul-americano.

A relevância do esquema da quadricula hispana importada para América Latina é descrita com maior nitidez por Saenz (2015) assinalando a dimensão política de esse mecanismo organizativo:

La cuadrícula hispanoamericana en este sentido, nos remite a los valores de la espacialidad moderna, abstracta, neutra, homogénea, construida desde el Renacimiento en Europa y a una cartografía que procuraba asimismo una racionalidad espacial, constituyendo un

Leyes Nuevas de Indias” no 20 de novembro de 1542, Lima passou a ser capital do recém fundado Vice-Reinado do Perú.

³ Essa vulnerabilidade costeira foi paradoxalmente concebida num início como uma medida de segurança para os conquistadores, ao permitir uma evasão acessível ante um eventual ataque massivo de reconquista liderada pelas forças de resistência indígena (AUGUSTIN BURNEO, 2011).

instrumento de colonización y desterritorialización del espacio indígena. (SAENZ, 2015, p. 5).

A imposição de criterios urbanos em territorios colonizados faz parte de um processo de dominação estrangeira que tinha como fundamentos mais profundos o conceito de civilização, o controle policial e a evangelização dos indigenas originarios (SAÉNZ, 2015). Por isso, não resulta difícil concebir a instauração da quadricula urbanista como um mecanismo de organização destinado a fortalecer o poder dos conquistadores, se desvinculando das condições geograficas, etnicas e historicas que envolviam o Novo Mundo. A continuação, reprodução de um mapa de Lima de 1790 onde se aprecia a organização espacial da cidade

Figura 1 – “Plano de la Ciudad de Lima”



Fonte: Andrés Baleato, 1790.

Nesse aspecto, é importante mencionar que segundo Augustin (2017), na época da fundação de Lima, o critério da quadricula não estava estabelecido como um padrão urbanístico de caráter obrigatório na legislação da Coroa Espanhola para as novas cidades nos vice-reinados da América Latina. Ao contrário, seu surgimento teria sido espontâneo e produto de práticas repetidas durante os primeiros anos do século XVI em Centro América e o Caribe, e de forma exclusiva na América do Sul só depois de 1530.

Apesar de seu relativo caráter de novidade, as implicações que o padrão urbanístico da quadricula trouxe estavam claramente relacionadas com a importação de

formas de vida europeias, em consonância com uma política de dominação econômica, social e cultural. Um exemplo disso se deu com o mecanismo adotado para a distribuição de propriedades dentro dos quarteirões. Neste caso, a atribuição de lotes de terras aos colonizadores espanhóis seguiu os critérios de hierarquização social entre os vizinhos, sustentabilidade econômica, e dominação política e colonial sobre a população originária do vale de Lima. Como disse o próprio Augustin (2017)

Cada cuadra o manzana quedó a su vez dividida en cuatro partes o solares, cada uno con esquina y 63 metros por lado aproximadamente. Los solares debían ser asignados siempre a propietarios distintos, y en un principio el cabildo los entregó a cualquier español de origen noble o de méritos que manifestara querer ser vecino de la ciudad, con la sola obligación de cercarlo en un término no mayor a un año. Ser designado “vecino” de Lima implicaba también recibir la propiedad sobre otra extensión de terreno agrícola en el mismo valle, así como una encomienda o grupo de indígenas bajo su cargo y responsabilidad, destinados a trabajar estas tierras y a asistir como servidumbre y mano de obra en las demás propiedades del vecino (AUGUSTIN BURNEO, 2017, p. 30)

Figura 2: “Primeros Vecinos. Distribución”, x



Fonte: Andrés Baleato, 1790

Não obstante, é necessário mencionar que com o decorrer dos anos, a inicial construção racional de Lima se tornou sujeita a variações impulsadas por diversos atores sociais presentes no espaço urbano. Desse modo, os novos agentes exerceram capacidades de subversão da ordem físico na procura de uma cidade alternativa, que seja capaz de responder de uma melhor forma as suas demandas, valores e interesses (SAÉNZ, 2015).

Nessa dimensão se insere o objetivo de presente trabalho ao intentar desenvolver uma análise da influência das massas migrantes que chegaram a cidade de Lima a princípios dos anos 40. Desde esse período em diante, os setores migrantes se assentaram na capital peruana gerando um efeito de subversão do espaço físico a partir de seus próprios antecedentes e como consequência de um contexto político especial que foi incapaz de assimila-los dentro dos esquemas vigentes na época.

MIGRAÇÕES INTERNAS. DO CAMPO PARA A CIDADE

Lima experimentou um crescimento demográfico acelerado a começos de 1940. De acordo com as estatísticas revisadas, de 1940 a 1981, a população de Lima se incrementou sete vezes, passando de 645,200 a mais de 4,000,000 habitantes. Este crescimento demográfico se deveu a afluência maioritária de migrantes provenientes de outras partes do país na procura de melhores condições de vida e maiores oportunidades de desenvolvimento econômico (GOLTE; ADAMS, 1990).

No que diz respeito das causas que ocasionaram as migrações internas, existem diversas abordagens que pretendem explicar os fenômenos da mobilização interna no Peru no século XX. Nesse quesito, a tese da atração e expulsão de população permite entender que devido a modernização e industrialização de determinadas cidades costeiras, um grande contingente de pessoas decidiu abandonar suas localidades originárias, estimuladas também pela escassez de terras, limitada produtividade e rentabilidade de áreas cultiváveis e, em geral, por um deterioro nacional das condições agrárias no país (MAGUIÑA SALINAS, 2016).

Este fenômeno de mobilização demográfica como consequência de transformações estruturais de índole econômica tem se reproduzido com suas próprias características em outras regiões da América Latina como no caso brasileiro. De acordo com a análise de Suzuki e Batista da Costa (2012), as dinâmicas existentes nas

denominadas aglomerações urbanas no estado de São Paulo adquiriram relevância fundamental para as atividades no campo a partir da década de 1950, quando a introdução do pacote tecnológico e a emergência das atividades fabris geraram uma concentração da produção da riqueza nas cidades que, como São Paulo, já começam a ser chamadas de importantes metrópoles (SUZUKI e BATISTA DA COSTA, 2012).

No caso peruano, a natureza das suas estruturas sociais permite entender os processos migratórios internos ao longo de século XX. Nesse contexto, é indubitável que o passado colonial de dominação espanhola sobre a população indígena conseguiu se perpetuar através da conservação de suas instituições de índole econômica e política, embora nominalmente o Peru fosse independente desde 1824.

Nessa ótica, no âmbito agrário na região andina, a instituição econômica da fazenda deu lugar à consolidação de uma concentração de propriedade de terras por parte de uma elite “criolla” provinciana. Deste modo, a reafirmação desta estrutura econômica na época republicana manteve a submissão dos camponeses indígenas em condições de serventia próprios de um regime semifeudal (MARIATEGUI, 1987). Paralelamente, em clara posição residual e desvantajosa, a instituição de comunidade indígena se mantinha nesse contexto como um mecanismo de organização autônomo que reivindicava valores culturais provenientes dos ancestrais andinos dos camponeses (MATOS MAR, 1990).

Em palavras de Matos Mar (1990) respeito de comunidade:

Sus tierras, conducidas y trabajadas familiarmente, en última instancia eran reconocidas como comunales. Basándose en este reconocimiento, sus relaciones de trabajo y sociales se realizaban mediante la solidaridad y reciprocidad. En síntesis, hacendados y campesinos, blancos e indios, reproducían sus propios valores y cultura en forma contrapuesta, y la modernización en curso no afectaba esta división y asimetría entre dos mundos en pugna (MATOS MAR, 1990, p. 6).

Nesse contexto, nas palavras do autor citado, a repressão de tensões derivadas das condições estruturais acima mencionadas— isto é: i) alta concentração da terra por parte dos latifundiários; ii) incremento da população indígena e iii) manutenção dos tradicionais sistemas de poder—chegou a um momento de insustentabilidade, se apresentando duas alternativas possíveis de solução. A primeira delas apontava para uma reestruturação total do regime de propriedade de terras e suas relações sócias derivadas; por outro lado, a segunda alternativa forçaria uma migração generalizada das massas

indígenas para a cidade, se constituindo numa saída temporal que, finalmente, se produziu na prática (MATOS MAR, 1990).

URBANIZAÇÃO DA NOVA “LIMA”. DA “CIDADE JARDIM” ÀS “BARRIADAS”

Como consequência do processo migratório do campo para a cidade experimentado na segunda metade do século XX, a grandes massas de migrantes se assentaram, em sua maioria, nas regiões periféricas de Lima, conformando as denominadas “barriadas”.

A esse respeito, entenda-se por “barriadas” uma manifestação material de ocupação urbana com determinadas características privativas que se originam como consequência de um impulso social de demanda de vivenda, que tem um desenvolvimento progressivo e possui um componente de autogestão marcado nos seus inícios.

Sobre o particular, Jean-Claude Driant (1991) oferece uma definição ampla que agrupa diversas manifestações do conceito de “barriada”, evidenciada na sua própria evolução histórica.

La barriada es un conjunto de viviendas formado a partir de la ocupación de un terreno por parte de familias, por iniciativa propia o por la de los poderes públicos. El terreno no goza, al momento de su ocupación, de ninguna habilitación urbana con la excepción, en ciertos casos, de un simple trazo de lotización. La adjudicación, la dotación de servicios y equipamientos públicos y la construcción de la vivienda, se llevan a cabo posteriormente a la ocupación del suelo, en un proceso lento, diferente de una barriada a otra, y cuya iniciativa, e incluso realización, generalmente corre a cargo de la población, en el marco de la familia o de la organización de los pobladores. (DRIANT, 1991, p. 10).

De acordo com Barreda e Ramirez Corzo (2014), as primeiras “barriadas” se estabeleceram nas proximidades do rio Rimac e na zona que se localizava entre Lima e “el Callao”, principal porto do país. Este primeiro período, que estende entre 1940 e 1954, é caracterizado pelo surgimento de pequenos assentamentos urbanos de caráter marginal que constituíam um anexo da Lima tradicional, centro do qual dependiam para ter acesso ao abastecimento de produtos e serviços. Estas primeiras “barriadas”, basicamente, estavam habitadas por setores empobrecidos que foram afetados pelo terremoto de 1940.

Uma segunda etapa, que se inicia em 1954 até fins dos anos 80, teve como característica principal uma grande expansão populacional e territorial de Lima, verificando um incremento na cidade de 1 milhão de habitantes para 5 milhões de habitantes em apenas 30 anos (BARREDA; RAMIREZ CORZO, 2004). Esta etapa de ampla expansão se deve fundamentalmente à chegada de massas provenientes das regiões andinas que ocuparam a capital como consequência da intensificação dos processos referidos anteriormente.

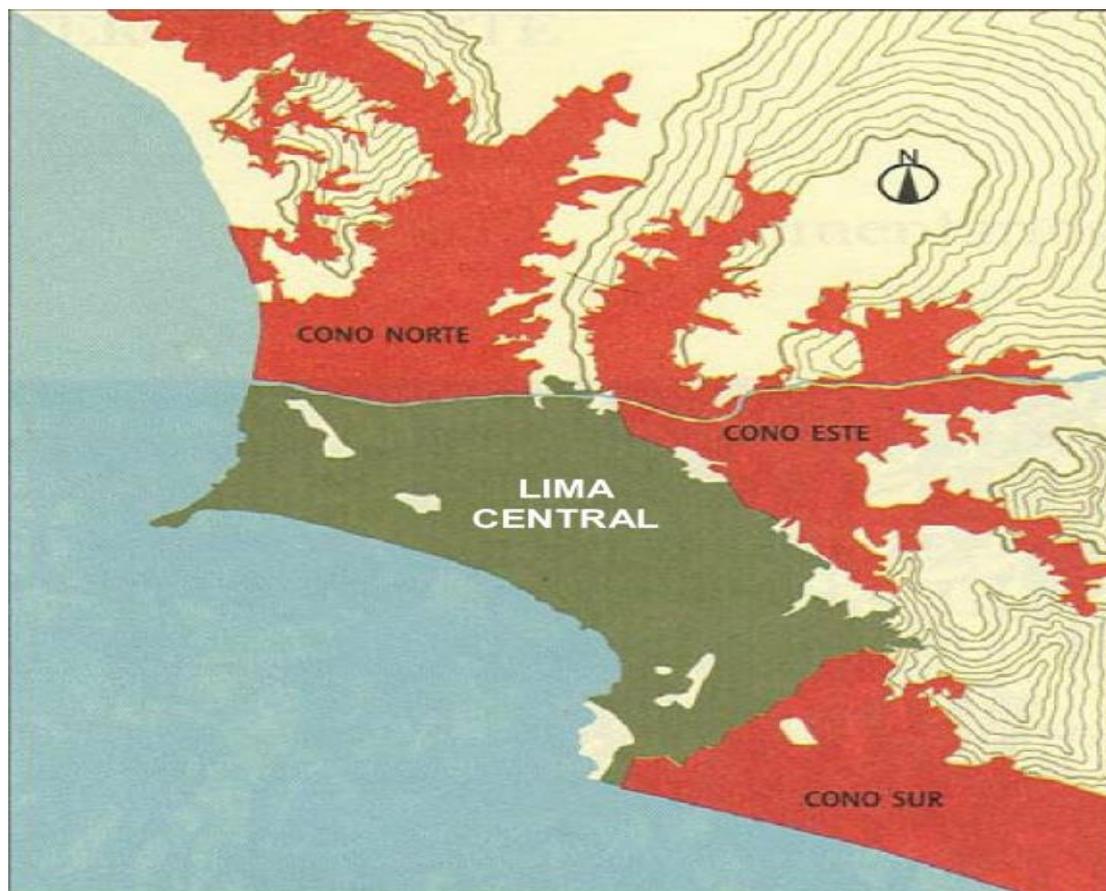
Nesta segunda fase, os migrantes se distribuem em zonas afastadas do casco urbano central da cidade de Lima, conformando as sementes dos denominados “cono norte” e “cono sur”. Este traslado se produz a partir de duas razões essenciais.

A primeira delas está relacionada com a aceleração do crescimento da população que não foi capaz de se inserir dentro das atividades econômicas tradicionais. Devido a isso, as zonas tradicionais da cidade são desbordadas, gerando uma mobilização dos assentamentos migrantes até explanadas arenosas afastadas, na parte norte e sul do centro histórico de Lima, lugares que tinham condições mais apropriadas para a construção de moradia. (DRIANT, 1991).

De outro lado, a segunda razão de este fenômeno de mobilização física é a participação do Estado como agente determinante na etapa da instalação ou consolidação destes novos agrupamentos urbanos. Exemplos disso é a conformação das primeiras “barriadas” desta etapa como “La Libertad” e “Ciudad de Dios”, nas quais o rol do Estado foi importante, direcionando as ocupações para determinadas zonas urbanas ou fornecendo apoio para as mesmas (DRIANT, 1991). Como foi mencionado, uma característica distintiva da natureza da “barriada” é a ocupação do espaço físico antes de desenvolver condições de habitabilidade. É nesse momento, que a participação dos poderes públicos se tornou essencial para favorecer o desenvolvimento desses novos bairros na periferia da capital, onde aproveitaram condições geomorfológicas propícias. (DRIANT, 1991)

Finalmente, os autores Barrera e Ramirez Corzo (2004) identificam uma última etapa do período de expansão marginal que se desenvolve desde fins dos anos 80 até os primeiros anos do presente século, caracterizado pela redução do fenômeno migratório e pela ausência de espaços de construção.

Figura 3 – Lima



Fonte: LimaamaaLima.wordpress.com 2011

No mapa precedente, descrição gráfica da localização espacial das zonas que foram habitadas pelos contingentes migratórios procedentes do interior do país desde 1940 até hoje. Atualmente, os bairros forjados em decorrência dos assentamentos primigênicos tem o reconhecimento administrativo de “distrito” e fazem parte da Lima Metropolitana, segundo a seguinte divisão:

- Lima Norte (Cono Norte): Carabayllo, Ancon, Puente Piedra, San Martin de Porres, Santa Rosas, Comas, Independencia, los Olivos
- Lima Sur: (Cono Sur): San Juan de Miraflores, Villa el Salvador, Villa María del Triunfo y Lurín
- Lima Este (Cono Este): San Juan de Lurigancho, Huachipa, Ate Vitarte, Santa Anita (GRUPO 4 CULTURA, 2010)

REFLEXÕES SOBRE AS INFLUÊNCIAS DA MIGRACAO RURAL EM LIMA

Como foi descrito anteriormente, o crescimento de novos espaços urbanos em Lima a partir de 1940 decorrentes da chegada de grandes massas de migrantes provenientes das regiões andinas, envolveu uma série de mudanças a todo nível na capital peruana. Este processo abarcou não só uma dimensão física, mas também incluiu âmbitos econômicos e culturais fundamentais para entender a Lima do século XXI. A continuação se detalhará as principais transformações bem como reflexões sobre natureza das mesmas.

Desde uma perspectiva meramente espacial, a capital peruana passou, a princípios dos anos 90, a se constituir numa “cidade dual” conformada por:

- i) Uma zona central de raiz tradicional e histórica habitada por os níveis socioeconômicos altos e médios da cidade que tinham a sua disposição infraestrutura e serviços urbanos adequados e suficientes
- ii) Grandes extensões de urbanizações populares localizadas nas periferias norte e sul, habitadas em sua grande maioria por migrantes andinos, que tiveram que lidar com serias dificuldades e carências de infraestrutura de índole quantitativas e qualitativas (RAMIREZ CORZO, 2009)

A chegada dessas grandes massas migrantes supus um forte dinamismo para o crescimento da cidade a nível geográfico e econômico. Não entanto, ao mesmo tempo, como consequência da conformação de essa divisão, também se aprofundaram as desigualdades entre os citados dois setores, posto que o Estado não estava preparado para assimilar e recepcionar grandes contingentes de migrantes de maneira adequada e com as condições básicas de serviços e infraestrutura. Destarte, como assinala Matos Mar (2014), este ingente fluxo migratório do campo para a cidade constituiu uma nova dinâmica social que desafiou os marcos e pautas institucionais do Estado que sustentava a sociedade peruana desde seus inícios como República. Assim, questionando a autoridade do Estado e valendo-se de novas estratégias e mecanismos paralelos, as massas migrantes propiciaram um “desborde popular” que criou novas pautas de condutas, valores, crenças e estilos de vida.

Destarte, como resposta a esta situação de precariedade econômica, os migrantes desenvolveram mecanismos próprios de aquisição de moradia que se encontravam fora

do sistema legal previsto pelo Estado. Este comportamento derivou no fenômeno da informalidade que, embora suponha uma inicial contravenção teórica do ordenamento legal estabelecido, também constituiu um ponto de apoio básico para essas populações migrantes, permitindo-lhes contar com um ativo econômico fundamental para seu desenvolvimento futuro, através do acesso ao crédito para seus próprios empreendimentos.

De acordo com De Soto (1986), para 1984 o valor de uma vivenda informal era de aproximadamente, 22, 038 dólares americanos, e o valor total dos imóveis informais localizados em Lima era de 8,319 milhões de dólares americanos. Estes dados são relevantes se são contrastados com o investimento que o próprio Estado fez em moradia, naquela época. Segundo o mesmo autor, no período que vá de 1960 até 1984, o Estado peruano destinou para o setor de moradia um total de 862, 2 milhões de dólares de recursos, que representa só um 10,4 % da inversão informal no mesmo período de tempo (DE SOTO, 1986). Estes dados nos indicam a relevância que em termos econômicos teve o impulso vital das massas migrantes para construir os cimentos de novos centros urbanos, superando nitidamente o acionar de um Estado fornecedor.

Este fenômeno de crescimento urbano “desbordado” nas periferias da Lima foi utilizado pelo celebre arquiteto Jhon F.C. Turner para defender os processos espontâneos de construção de moradia desenvolvidos sob um marco de liberdade que favorecia edificação de vivendas em função de seus gostos, necessidades, valores e capacidades econômicas (FERNANDEZ MALDONADO, 2015). Durante sua estadia no Peru estudando as “barriadas”, Turner conseguiu constatar que as práticas de autogestão e ajuda comunitária entre os próprios moradores das “barriadas”, derivadas do conceito andino-comunitário denominado *minka*⁴, facilitava uma melhor convivência e compenetração com seu entorno físico e social, possibilitando maiores condições de bem estar individual e coletivo (GOLDA- PONGRATZ, 2021). A esse respeito, num estudo das “barriadas” de Lima de 1957, Matos Mar (1977) frisa um notório sentido comunitário entre seus moradores para a organização ou realização de determinadas atividades, as quais eram frequentemente canalizadas através de entidades associativas que, por sua

⁴ Sistema incaico de trabalho coletivo para benefício do *ayllu* (comunidade) e para fortalecer os vínculos de solidariedades entre os membros da mesma (ALTAMIRANO ENCISO e BUENO MENDOZA, 2011).

parte, evidenciaram também essa característica coletiva para administrar e gerenciar situações ordinárias.

Pelo exposto, é possível concluir que os setores informais exerceram uma marcada função dinamizadora da economia na capital peruana, forjando novos focos de atividade econômica, através não só de consolidação da moradia informal, bem como através das atividades comerciais desenvolvidas fora de um marco regulamentário ditado pelas autoridades da cidade.

Uma mostra disso é o fenômeno do comércio ambulatório que, não apenas tenha existido de forma marginal em Lima desde a época colonial exercida por parte dos próprios espanhóis e *criollos* empobrecidos, depois da década de 1940 se converteu na principal atividade econômica dos novos contingentes populacionais provenientes da migração interna (ALIAGA LINARES, 2002).

A partir de 1976, com o menoscabo do modelo econômico de substituição de importações iniciado na década dos anos 50, importantes massas de trabalhadores expulsados do sistema produtivo encontraram fontes de ingresso através da autogestão e o “autoemprego”, plasmado no comércio informal ambulatório (ALIAGA LINARES, 2002). Esta atividade comercial, com o decorrer dos anos, foi se instalando em zonas estratégicas da cidade, evoluindo em diversas modalidades que vão desde o primigêneo comércio ambulatório itinerante, até seu assentamento fixo em espaços públicos e a posterior construção de mercados informais (DE SOTO, 1986). Assim, a progressiva conformação de um circuito econômico-comercial mais complexo - que incluiu arranjos com outros agentes econômicos com os transportadores, cujas atividades juntas são passíveis de interação e complementação—transformou radicalmente o aspecto da “Ciudad Jardín” submetendo-a a inéditos influxos materiais e espirituais que, progressivamente foram obtendo visibilidade e se apropriando de maiores espaços dentro da sociedade “limeña”.

Neste processo, os âmbitos culturais não se mantiveram à margem das mudanças em curso. Com a consolidação da migração, as expressões musicais andinas ganharam maior força e arraigo, proliferando a aparição de grupos musicais próprios que marcaram sua presença nas rádios comunitárias, teatros coliseus, e centros esportivos para massivas apresentações ao vivo. Assim, pouco a pouco, a população migrante se fortalecia através de recursos técnicos como a radiodifusão que lhes serviu como veículo para “reproduzir no contexto urbano suas identidades regionais” (SORRILHA PINHEIRO, 2011, p. 57).

Esta suma de profundas transformações físicas, urbanas, econômicas e culturais despertou reações de decepção num setor da *intelligentsia* procedente dos primeiros anos do século passado. Luis Alberto Sanchez, ao tentar escrever em 1981 o prologo de uma quarta edição de seu ensaio de 1958 intitulado “*El Perú: Retrato de um pais adolescente*”, se depara com novos “problemas” que o afundam em renovadas desesperanças e impotências. Sobre Lima, escreve:

Um puñado de provincianos, por lo general campesinos e índios deciden instalarse en la capital, extienden la bandera peruana sobre techos de calamina y se dedican a subsistir. La higiene no tiene nada que ver con ellos. Como carecen de trabajo, apelan al oficio ancestral de la artesanía y la buhonería: son los ambulantes de nuestros días. Los gobiernos en vez de resignarse a aceptar aquel reto, optan por cambiarle de nombre. Ahora se muestran contentos de llamar pueblos jóvenes a los más viejos y sucios hacinamientos humanos que conocen la historia. Es como si hubiera vuelto la Edad Media en sus peores momentos (SANCHEZ, 1981, p. 26)

Em contrapartida a essa visão tradicionalista, é possível formular interpretações distintas que exaltem, desde uma perspectiva histórica e determinista, o processo migratório do século XX entendido como um evento vinculado a uma sucessão dialética de ciclos espirituais, tal como o aponta Mariategui em “*La emoción de nuestro tempo*” (1925). A saber, segundo o autor citado, a trajetória das sociedades consiste numa sucessão intercalada de ciclos espirituais clássicos e românticos, que devêm no seu “motor do progresso” futuro. No trabalho mencionado, se explica:

(...) En el ciclo clásico se desarrolla, estiliza, y degenera una forma que, realizada plenamente, no podrá contener en sí las nuevas fuerzas de vida. Solo en los casos en que su potencia creadora se enerva, la vida dormita, estancada, dentro de una forma rígida, decrepita, caduca. Pero estos extasis de los pueblos o de las sociedades no son ilimitados. La somnolienta laguna, la quieta palude acaba por agitarse y desbordarse. La vida recupera entonces su energía y su impulso (...) (MARIATEGUI, 1931)

Desta maneira, seria possível afirmar que o povoamento progressivo e constante da capital peruana pela população rural andina na segunda metade do século XX encarnou um ciclo espiritual romântico que subverteu as estruturas coloniais da Lima posvicereinal. Sua herança andina e impulso vital criador e construtivo redefiniu a cidade desde sue plano físico e espiritual. Se se quer, esta transformação representou de certa

forma simbólica, um processo inverso da “longa marcha da cidade letrada rumo aos confins do mundo andino” liderado por uma vanguarda intelectual que, reivindicando a refundação de um novo Peru, procuraram forjar uma aliança libertadora entre elites intelectuais e as grandes massas indígenas historicamente desprezadas e oprimidas (RENIQUE, 2009). Ao enxergar estes processos com a distância prudente do tempo, resulta indubitável que a travessia política de estes atores radicais fracassou na prática. A metade de caminho se esbarrou com o próprio mundo andino que tinha decidido abandonar seu ancestral berço para fazer sua “longa marcha” rumo a “cidade letrada” representada por Lima. Esta novas gerações de migrantes que se assentaram na capital desde a segunda metade do século XX, são provas viventes e constantes de um intenso estado de desbordante ebulição social que permite interpretar a Lima do século XXI com outras ferramentas e projeções.

Em conclusão, o processo migratório do campo para cidade experimentado no Peru a partir de 1940 transverteu definitivamente os alicerces que sustentavam Lima desde sua fundação em 1535. As mudanças não foram apenas atribuíveis aos excedentes de crescimentos demográficos, mas também, principalmente, afetaram elementos estruturais de natureza urbana, social, econômica e cultural da cidade. Assim, num contexto de crise econômica e desborde das capacidades do Estado para satisfazer novas expectativas, a cidade de Lima foi o cenário onde se modelou a resposta da própria população migrante e desempregada na procura de meios de sustento vital, como trabalho e moradia. As denominadas “barriadas” adquiridas pelo ato de invasão e possessão, bem como o crescimento de esses assentamentos; suas linhas de conexão física; e sua vinculação como a atividade comercial ambulatória e o nascente sistema de transporte transformou para sempre a face da Lima antiga por obra direta destes atores. A nova Lima não teve mais remédio que ser permeável a dinâmicas sociais tributárias de necessidades peremptórias e provenientes de uma tradição com um forte componente de autossuficiência.

Paradoxalmente, a influência deste novo ator social que exige satisfação de urgentes necessidades materiais, constituiu também, ao mesmo tempo, um componente redentor que sob sua energia espiritual deveria antecipar novas etapas na trajetória de Lima. Estes novos tempos devem apontar para a almejada unidade entre os habitantes, se afastando cada dia um pouco mais do “abismal rompimento de dois contrárias fortunas, de dois bandos opostos e, se se quer, inimigos”, que Salazar Bondy (1974, p. 8 tradução

nossa) denunciava como luto nacional em seu celebre e premonitório ensaio “Lima la Horrible” de 1974. Comprovar se essas brechas persistem ou foram fechadas, corresponderam aos estudos posteriores.

REFERÊNCIAS

ALIAGA LINARES, L. El capital activo de los comerciantes ambulantes: un análisis cualitativo de sus redes sociales. *Revista Hispana para el Analisis de las Redes Sociales*, Barcelona, v. 2, p. 1-33, 2002.

ALTAMIRANO ENCISO, A. J.; BUENO MENDOZA, A. El ayni y la minka: dos formas colectivas de trabajo de las sociedades pre-Chavín. *Investigaciones Sociales*, Lima, v. XV, n. 27, p. 43-75, 2011.

AUGUSTIN BURNEO, R. *Las murallas coloniales de Lima y el Callao. Arquitectura defensiva y su influencia en la evolución urbana de la capital*. 1. ed. Lima: Universidad Ricardo Palma, 2011.

AUGUSTIN BURNEO, R. El Damero de Pizarro. *El trazo y la forja de Lima*. 1. ed. Lima: Municipalidad Metropolitana de Lima, 2017.

BARREDA, J.; RAMIREZ CORZO, D. Lima: consolidación y expansión de una ciudad popular. In: DESCO *Las Ciudades en el Perú*. Lima: DESCO. Centro de Estudios y Promoción al Desarrollo, 2004. p. 199-218.

DE SOTO, H. *El Otro Sendero*. Segunda. ed. Lima: El Barranco, 1986.

DEL BUSTO, J. A. *Fundadores de ciudades en el Perú: Siglo XVI*. Piura: Universidad de Piura, 1995.

DRIANT, J.-C. *Las Barriadas de Lima. Historia e Interpretación*. Lima: IDEA-DESCO, 1991.

FERNANDEZ MALDONADO, A. M. Las barriadas de Lima como estímulo a la reflexión urbana sobre la vivienda. Revisitando a Turner y de Soto. *WASI*, Lima, v. II, n. 3, p. 1-19, Enero-Junio 2015. ISSN ISSN.

GOLDA- PONGRATZ, K. The Barriadas of Lima: Utopian city of self-organisation? *The Research Gate*, n. 74, p. 38-45, 2004.

GOLDA- PONGRATZ, K. Jhon F C Turner (1927-). *Architectural Review*, 2021. Disponível em: <<https://www.architectural-review.com/essays/reputations/john-fc-turner-1927>>. Acesso em: 15 Mayo 2021.

GOLTE, J.; ADAMS, N. *Los Caballos de Troya de los Invasores. Estrategias Campesinas en la Conquista de la Gran Lima*. Lima: Instituto de Estudios Peruanos, 1990.

GRUPO 4 CULTURA. Desarrollo de los conos de Lima | View timeline. *Grupo 4 Cultura*, 2010. Disponível em: <<https://grupo4cultura.wordpress.com/>>. Acesso em: 16 Mayo 2021.

MAGUIÑA SALINAS, E. H. Esbozo de las Migraciones Internas en el siglo XX y Primera Década del Siglo XXI y su relación con los modelos de desarrollo económico en el Perú. *Anales Científicos*, p. 17-28, 2016.

MARIATEGUI, J. C. La emoción de nuestro tiempo. *Amauta*, Lima, n. 31, p. 1-9, Junio-Julio 1931.

MARIATEGUI, J. C. *7 Ensayos de Interpretación de la Realidad Peruana*. Cuadragésima Novena. ed. Lima: Editora Amauta, 1987.

MATOS MAR, J. *Las barriadas de Lima de 1957*. Segunda. ed. Lima: Instituto de Estudios Peruanos, 1977.

MATOS MAR, J. *Las Migraciones Campesinas y el Proceso de Urbanización en el Perú*. Lima, p. 1-44. 1990.

MATOS MAR, J. *Desborde popular y crisis del Estado*. Veinte años después. Primera. ed. Lima: Congreso del Perú, 2014.

MINISTERIO DE RELACIONES EXTERIORES DEL PERU. *Tratados del Perú*. Lima: Ministerio de Relaciones del Perú, v. II, 1890.

RAMIREZ CORZO, D. Transformación metropolitana y exclusión urbana en Lima : del desborde popular a la ciudad fractal. In: _____ *Otro desarrollo urbano: ciudad incluyente, justicia social y gestión democrática*. Buenos Aires: CLACSO, 2009.

RENIQUE, J. L. *A Revolucao Peruana*. Sao Paulo: Editoria UNESP, 2009.

SAÉNZ, I. El Damero en discusión. Prácticas espaciales y cartografía urbana en Lima tardo virreinal. *Revista da Rede Brasileira de História da Geografia e Geografia Histórica*, n. 4, p. 1-27, Febrero 2015.

SALAZAR BONDY, S. *Lima la horrible*. Primera. ed. Lima: Peisa, 1974.

SANCHEZ, L. A. *El Perú: Nuevo retrato de un país adolescente*. Lima: Mosca Azul, 1981.

SORRILHA PINHEIRO, M. Lima, uma cidade entre a aristocracia e a plebe. *Tempo & Argumento*, Florianópolis, v. 3, n. 1, p. 51-73, Enero-junio 2011. ISSN ISSN.

SUZUKI, J. C.; BATISTA DA COSTA, E. Aglomerações Urbanas Brasileiras dos Séculos XIX e XX: Significados na Produção do Território. *XII Coloquio Internacional de Geocrítica. Las independencias y construcción de estados nacionales: poder, territorialización y socialización, siglos XIX- XX*. Bogotá: [s.n.]. 2012.

A CONSTITUIÇÃO DO ESPAÇO URBANO EM ANÁLISE: ESTUDO DE CASO SOBRE A OCUPAÇÃO DO TERRITÓRIO DO EXTREMO OESTE BAIANO

Nathan Belcavello de Oliveira¹

INTRODUÇÃO

Falar em cidade é falar em muitos conceitos, inclusive sendo utilizado como sinônimo de espaço urbano. Contudo, como nos alerta Santos (2008c, p. 66), “na realidade, há duas coisas que estão sendo confundidas gratuita e alegremente, isto é, a cidade e o urbano”. Esta perspectiva concilia os conceitos de cidade e espaço urbano a território e espaço, respectivamente. Contudo, “embora se possa analiticamente dizer que cidade e campo são frações do território usado por serem expressões da materialidade representada em uma configuração territorial, e que urbano e rural são frações do espaço por serem expressões abstratas, ambas estão unidas” (STEINBERGER, 2006, p. 75).

Mas dizer que, sinteticamente, cidade é o concreto e espaço urbano é o abstrato, não basta para análise do tema sobre a criação de Municípios. Em Lefebvre (1999), transparece o caráter articulador do espaço urbano (entendido na perspectiva do espaço-tempo) e da cidade (enquanto fração do território usado) como concentração desse espaço urbano. Esse, por sua vez, é visto como articulador e concentrador das demais frações do espaço e isto se dá por meio do poder que o permeia e está na cidade enquanto fração do território usado (STEINBERGER e AMADO, 2006).

Dentro da perspectiva teórica sinteticamente apresentada, este trabalho visa analisar a constituição do espaço urbano, realizando um estudo de caso no Extremo Oeste Baiano. Considerando a ocupação deste território sob a ótica da formação espacial brasileira, analisar-se-á sua dinâmica de vinculação com os distintos espaços urbanos que a conformaram, principalmente antes de sua integração à Bahia em 1827.

¹ Analista de Infraestrutura, especialista em Desenvolvimento Urbano, no Ministério do Desenvolvimento Regional (MDR). Professor de Educação Básica do Magistério Público do Distrito Federal, atuando no Centro de Educação de Jovens e Adultos da Asa Sul (CESAS). Vice-Presidente do Centro de Estudios Alexander von Humboldt (CeHu), em Buenos Aires - Argentina, e Secretário de Redação da Meridiano: Revista de Geografia (<https://www.revistameridiano.org/>). Diretor do Portal Geoblog e da Geodiálogos: Revista Eletrônica de Diálogo e Divulgação em Geografia (<https://www.geografia.blog.br/>). Correio eletrônico: contato@geografia.blog.br.

Este trabalho se encontra em desenvolvimento e auxiliará no debate da criação de Municípios no Brasil, buscando colaborações. Motivo pelo qual se credita suma importância à participação em eventos que promovam o debate científico.

DO ESPAÇO GEOGRÁFICO AO ESPAÇO URBANO, DO TERRITÓRIO À CIDADE E O EXERCÍCIO DO PODER: ENTRE ELEMENTOS, DIMENSÕES E FRAÇÕES

Objeto de escrutínio da geografia enquanto disciplina científica, o espaço passou (e passa) por (re)interpretações diversas desde a fundação desse campo do conhecimento formal².

Diferentes correntes do pensamento geográfico trataram do *espaço*, quase sempre qualificado como *geográfico*, ao longo dos anos, assim como outras áreas do conhecimento e também o senso comum³, concedendo-nos uma série de concepções que se relacionam com um arcabouço teórico que coleciona, entre outros, conceitos como território, espaço urbano, cidade e poder (foco da presente consideração). Essa diversidade conceitual, conciliada a um exercício contemporâneo da ciência (por que não denominá-lo de “pós-moderno”?), despreocupado, inicialmente, com um compromisso epistemológico com as distintas linhas de pensamento, pode derivar em tentativas desastrosas de interpretação da realidade⁴. Entretanto, neste mesmo caminho primavera a possibilidade de ascensão de novos conceitos que deem conta da realidade.

² Como nos diz Moraes (2011, p. 11-12), “o positivismo, dominante por décadas nessa disciplina, tentou identificá-lo com um ente empírico [...]. Com o processo de renovação do campo disciplinar, no último quartel do século passado, em muitas formulações tal objeto se desmaterializa, tornando-se um ser heurístico, um recorte construído com o concurso da abstração [...]”. Há ainda as propostas que ficam a meio caminho entre os dois extremos apontados pelo autor.

³ Nesse sentido, Corrêa (2000, p. 15) aponta que a palavra espaço ganha sentido difuso, “[...] estando associada a uma porção específica da superfície da Terra identificada seja pela natureza, seja por um modo particular como o Homem ali imprimiu as suas marcas, seja com referência à simples localização. Adicionalmente a palavra espaço tem o seu uso associado indiscriminadamente a diferentes escalas, global, continental, regional, da cidade, do bairro, da rua, da casa e de um cômodo no seu interior”.

⁴ “Vem se consolidando no universo das ciências humanas, nas últimas décadas, uma postura fortemente individualista em termos metodológicos, a qual entende que a adoção de preceitos de método resulta em arranjos singulares afeitos a cada pesquisador, possuindo uma indelével marca pessoal. [...] A aceitação de certa dose de 'individualismo metodológico' não significa, todavia, que o controle epistemológico dos procedimentos analíticos de uma dada pesquisa em ciências humanas não necessitem de explicitação. [...] Na verdade, a adesão a tese da individualidade metodológica deveria reforçar a necessidade de bem identificar as teorias e os posicionamentos filosóficos assumidos na montagem do discurso, pois a coerência de qualquer postura metodológica praticada repousa em muito na possibilidade de compatibilização lógica e epistemológica de seus componentes” (MORAES, 2011, p. 1).

Por esse motivo, encontra-se aqui a necessidade de um exercício de “depuração” epistemológica, mesmo que sintético. Buscamos esclarecer a que *espaço geográfico* remetemos, assim como os conceitos e relações propostos com território, espaço urbano, cidade e poder. Iniciado em Oliveira e Araújo Sobrinho (2012, p. 5), essa atividade nos levou a conceber⁵ o espaço geográfico

[...] como a conjunção indissolúvel e dialética de três elementos básicos: a materialidade (o físico, o concreto, a natureza, a superfície terrestre, os objetos, as formas ou, como aqui queremos salientar, o *território*), os tempos (geológico, cronológico, sincrônico, diacrônico, entre outros) e a sociedade (nas suas instâncias econômica, social, política, cultural e espacial)⁶.

As práticas espaciais⁷ e as sociais⁸, os fenômenos da “natureza”⁹ e a própria materialidade intermeiam e vivificam esta união.

Conceito que incorpora dimensões que vão além das concepções geométricas, onde a extensão se faz primaz, conforme nos diz Silveira (2006)¹⁰, sem que a tridimensionalidade, própria da materialidade, deixe de ser considerada. Estão presentes também as dimensões existencial, reclamada por Silveira (op. cit.)¹¹; relativa e relacional,

⁵ Essa interpretação se fundamenta na obra de Santos (1977, 2002a, 2002b, 2005b, 2007, 2008a, 2008b, 2008c, 2009), alinhando-se à proposta da denominada geografia crítica, “fundada no materialismo histórico e na dialética” (CORRÊA, 2000, p. 23).

⁶ “Desta maneira, não podemos sopesar o espaço somente como sendo o território, uma vez que os tempos e a sociedade também o constituem, dando a este território uma configuração territorial, com dinâmica, vida, intencionalidade, função, conteúdo, e por ele sendo constituídos, dialeticamente produzindo a totalidade” (OLIVEIRA e ARAÚJO SOBRINHO, 2012).

⁷ Salientando que consideramos, inclusive, a subjetividade com relação à materialidade como uma prática espacial.

⁸ Entendida “como as relações sociais: a moral, a ética, os sentimentos, entre outras. Inseridas no escopo conceitual do espaço, não seria exagero dizer que práticas sociais são, também, práticas espaciais” (OLIVEIRA e ARAÚJO SOBRINHO, 2012, p. 4).

⁹ Coadunando às observações de Silva (1994, p. 42), que relativiza o emprego deste termo para se referir à materialidade não-artificial, uma vez que “o natural não é uma dado real. É um ponto de vista derivado da observação. Por isso, a natureza só se apresenta ao indivíduo e ao grupo por meio de um treinamento”.

¹⁰ “[...] ontem e hoje muitas geografias permanecem atreladas a uma visão do espaço como continente, uma concepção geométrica, feita de velhos e novos conceitos que privilegiam a distância. O centro da reflexão epistemológica parece ser a extensão, um conceito-chave ou, mesmo, uma categoria, que leva a uma resignificação (sic) do vocabulário tradicional. A preocupação epistemológica é a extensão e a forma de sua operacionalização, a distância, autorizando a falar de distância-tempo e de distância-custo na geografia, amparados também nas reflexões das ciências econômicas” (SILVEIRA, 2006, p. 82).

¹¹ “Estar no mundo não é apenas um problema de distância, de limites, de razão ou de resultados. A pergunta pela existência que parece bastante teórica ou abstrata não o é, porque diz respeito ao que há de mais básico na vida de cada um de nós e na vida de uma sociedade. E isso nos conduz, de forma mais concreta, ao espaço. Talvez a extensão e a distância sejam um esforço de abstração maior” (Ibid., p. 87).

postas por Harvey (1977)¹²; da intencionalidade, introduzida por Santos (2002b)¹³; bem como temporal e social (acrescendo os demais “elementos básicos” supracitados e considerados por todos os autores já mencionados)¹⁴.

Espaço geográfico enquanto *totalidade*¹⁵ e, desse modo, como um *abstrato-concreto*, pois “[...] a totalidade é uma realidade fugaz, que está sempre se desfazendo para voltar a se fazer” (SANTOS, 2002b, p. 117).

O *território* representa, enquanto elemento constitutivo do espaço geográfico, inicialmente, a materialidade (tanto aquilo oriundo da ação humana, pelo emprego de suas técnicas, quanto o que dela prescinde, ou seja, a dita “natureza”), a qual a sociedade dará forma¹⁶ (pela transformação da materialidade e, mesmo, sua conservação), por meio de suas práticas espaciais, à configuração territorial¹⁷. Ganha contornos dinâmicos ao ser analisado em conjunto com os outros elementos constituintes espaciais, tornando-se *território usado* (SANTOS, 2000, p. 104), “tanto o resultado do processo histórico quanto

¹² “La tesis del espacio relativo mantiene que éste debe ser entendido como una relación entre objetos que existe sólo porque los objetos existen y se relacionan entre sí. El espacio se puede considerar como relativo también en otro sentido, y he escogido para ello la expresión de espacio relacional, esto es, el espacio considerado, al modo de Leibniz, como algo contenido en los objetos en el sentido de que se dise que un objeto existe sólo en la medida en que contiene en su interior y representa relaciones con otros objetos” (HARVEY, 1977, p. 5-6).

¹³ “A noção de intencionalidade permite uma outra releitura crítica das relações entre objeto e ação. [...] Essa noção é igualmente eficaz na contemplação do processo de produção e de produção das coisas, considerados como um resultado entre o homem e o mundo, [...] [como] uma espécie de corredor entre o sujeito e o objeto. [...] O importante é realçar a inseparabilidade entre ação e objeto, para afirmar, como estamos fazendo, que o tema central da geografia não é separadamente os objetos, nem as ações, mas objetos e ações tomados em conjuntos. A ação é tanto mais eficaz quanto os objetos são mais adequados. Então, à intencionalidade da ação se conjuga a intencionalidade dos objetos [...]” (SANTOS, 2002b, p. 89-94).

¹⁴ Para compreensão de todas estas dimensões do espaço geográfico é imprescindível, a nosso ver, ter em mente que este apresenta uma *inércia dinâmica* (SANTOS, 2002b, p. 140), pois “o processo social está sempre deixando heranças que acabam constituindo uma condição para as novas etapas. [...] Em cada lugar, pois, o tempo atual se defronta com o tempo passado, cristalizado em formas. [...] É nesse sentido que falamos da inércia dinâmica do espaço”. Para um entendimento melhor desse debate, ver Oliveira e Araújo Sobrinho (2012, p. 4).

¹⁵ “A totalidade é o conjunto de todas as coisas e de todos os homens, em sua realidade, isto é, em suas relações, e em seu movimento” (SANTOS, 2002b, p. 116).

¹⁶ Aqui entendida como forma-conteúdo, pois “a forma e o conteúdo somente existem separadamente como ‘verdades parciais’, abstrações que somente reencontram seu valor quando vistos em conjunto [...]” (SANTOS, 2002b, p. 100).

¹⁷ “A configuração territorial é o território mais o conjunto de objetos existentes sobre ele; objetos naturais ou objetos artificiais que a definem” (SANTOS, 2008b, p. 83).

a base material e social das novas ações humanas”¹⁸. Uma categoria¹⁹ (ou ponto de vista²⁰) que permite, por meio da análise empírica, aproximarmo-nos do espaço geográfico como aqui conceituado, apreendendo, parcialmente, sua concretude em termos de objetos e ações²¹.

“Por sua vez, mesmo sendo indissolúvel, essa união dialética que (con)forma o espaço não se dá de maneira uniforme, permitindo-nos descrever distintas combinações entre território, tempos e sociedade” (OLIVEIRA e ARAÚJO SOBRINHO, 2012, p. 5). Isso nos permite conceber, assim como deduz Steinberger (2006), que coexistem parcelas que (con)formam a totalidade, ou seja, que o espaço geográfico possui frações. Sendo o território elemento constitutivo desse espaço (combinando-se diferentemente com os tempos e a sociedade)²², também possuirá frações, “[...] dado que neste se constituirá as formas que as práticas espaciais materializam, com conteúdos e funções distintos, considerando as combinações dadas” (OLIVEIRA e ARAÚJO SOBRINHO, 2012, p. 5).

O *poder* se encontra entre as práticas espaciais, entendido a partir de Faria (2003), enquanto capacidade, fundada a partir da e para a sociedade por meio de relações dialéticas de conflito, consenso e dominação, que permitem seu efetivo exercício e, assim, sua existência. Por ser uma relação social, atravessa e é atravessado pelas instâncias que (con)formam a sociedade, daí ser possível considerarmos poderes político, econômico, cultural, social e, principalmente, espacial, materializados de maneira mais completa no controle de um território por um Estado.

¹⁸ A nosso ver o enfoque privilegiado da geografia na análise de seu objeto de estudo (o espaço geográfico), pois como nos diz o próprio Santos (2000, p. 104) “a riqueza da geografia como província do saber reside, justamente, no fato de que podemos pensar, a um só tempo, os objetos (a materialidade) e as ações (a sociedade) e os mútuos condicionamentos entretecidos com o movimento da história. As demais ciências humanas não dominam esse rico veio epistemológico”. Os demais elementos constitutivos do espaço geográfico seriam, enquanto objeto de estudo, campos para ciências como história, geologia, arqueologia, entre outras, no caso dos tempos, e sociologia, antropologia, ciência política, no caso da sociedade.

¹⁹ “[...] Essa *categoria*, território usado, aponta para a necessidade de um esforço destinado a analisar sistematicamente a constituição do território” (SANTOS e SILVEIRA, 2002, p. 20 – grifo nosso).

²⁰ “Tal ponto de vista permite uma consideração abrangente da totalidade das causas e dos efeitos do processo socioterritorial” (SANTOS, 2000, p. 104 – grifo nosso).

²¹ “Como se trata de uma proposta totalmente empiricizável, segue-se daí o enriquecimento da teoria” (SANTOS e SILVEIRA, 2002, p. 20).

²² E, analiticamente, o território usado como categoria que nos aproxima do espaço enquanto totalidade.

Como as frações de espaço e território são combinações diferentes, podemos depreender que o poder se fará distintamente em forma, em conteúdo e em função segundo a fração considerada. Aqui entram os conceitos de *espaço urbano* e *cidade*²³.

Sopesando as aproximações teóricas feitas por Steinberger e Amado (2006, p. 167), temos o espaço urbano como aglutinador de poder, “porque comanda as decisões de apropriação e uso do território sobre as demais frações do espaço [...]. Em outras palavras, o espaço urbano é indissociável das demais frações do espaço e exerce um papel chave perante as mesmas”. A cidade, por sua vez, seria a forma que contempla mais adequadamente o conteúdo e a função do espaço urbano, pois torna possível o exercício do poder em sua plenitude, pois “é na cidade que se materializam as relações de poder, ou seja, ela é o ponto de encontro dos [...] [agentes]” (Ibid., p. 168). Não significa, entretanto, que a cidade encerra em seus limites o espaço urbano, pois “a cidade faz parte do espaço urbano, mas não é o espaço urbano. [...] O espaço urbano é algo mais amplo que passa, necessariamente, pelo alcance das relações de poder [...]” (Ibid., p. 168) presentes em outras frações do território, mesmo que menos condensadas.

Nesta perspectiva, o Estado encontra no espaço urbano condensado na cidade situação²⁴ para seu suporte, seja material, como base de sua ação, sustentada pela configuração espacial; seja prospectiva, passada, presente ou futura. A própria fundação desta instituição (con)funde-se com a constituição do espaço urbano e o surgimento das cidades, pois como expressa Moreira (2010, p. 88), “[...] desde a Antiguidade, é a cidade que difunde o poder do Estado, emprestando sua imagem como o símbolo de referência da unidade política do espaço”.

O Estado, por sua vez, como agente social e campo de disputa de outros agentes²⁵, é a principal instituição que, a partir da cidade e do espaço urbano, apresenta práticas espaciais que se traduzem em relações de poder.

Dessa maneira, a ação estatal na ocupação e uso do território marca uma interessante perspectiva de análise da constituição do espaço urbano a partir do

²³ Santos (2008c, p. 66) afirma que, “na realidade, há duas coisas que estão sendo confundidas gratuita e alegremente, isto é, a cidade e o urbano. O *urbano* é freqüentemente o *abstrato*, o geral, o externo. A *cidade* é o particular, o *concreto*, o interno. Não há que confundir” (grifo nosso).

²⁴ “Estamos no mundo em situações. A existência é um conjunto de situações. Estamos com as coisas, com os outros homens e numa esfera de significados” (SILVEIRA, 2006, p. 86).

²⁵ “El Estado conforma, entonces, una personalidad doble, asumiendo, por un lado, una cara de agente social, que (inter)actúa con los demás agentes sociales sobre la ciudad, poseyendo cierta autonomía [...]. Por otro lado, asume un carácter de campo de lucha entre los agentes sociales por el control del espacio urbano y de los demás agentes” (OLIVEIRA, 2012, p. 250).

surgimento de cidades (materializações privilegiadas do espaço urbano). Análise que não pode desconsiderar a ação dos demais agentes sociais, uma vez que rivalizam dentro do Estado enquanto campo de luta, bem como o próprio território, sua inércia dinâmica e seus fenômenos.

A GÊNESE DO ESPAÇO URBANO NO EXTREMO OESTE BAIANO: BREVE HISTÓRICO DA OCUPAÇÃO DO TERRITÓRIO DESDE O SERTÃO PERNAMBUCANO E DA COMARCA DO RIO DE SÃO FRANCISCO

Ao contrário do que contemporaneamente vislumbramos de fronteiras entre as Unidades Federadas brasileiras no mapa político, a origem primeira do que hoje se denomina Extremo Oeste Baiano (mesorregião traçada pelo Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística no Estado da Bahia), juntamente com a porção do território que se estende até a margem esquerda do rio São Francisco²⁶, está vinculada à lógica da ocupação do território concebida a partir de Olinda e Recife até quase o fim do primeiro quartel do século XIX.

Em 1501 a foz do rio São Francisco é descoberta por expedição comandada por André Gonçalves e Américo Vespúcio (BRANDÃO, 2009, p. 49). Mas somente mais de três décadas depois surge o efetivo interesse em possuir as terras que cabiam a Portugal no Tratado de Tordesilhas, concedendo, o rei Dom João III, Capitania a Duarte Coelho em 1534. Com 60 léguas de terras no litoral, a Capitania, nomeada por seu donatário de *Nova Lusitânia*, mas com nome sedimentado popularmente como *Pernambuco*²⁷, tinha como limites norte o denominado rio de Santa Cruz e sul o rio São Francisco, possuindo deste último toda sua extensão²⁸. “Assim o território da Capitania de Pernambuco infletia para o Sudoeste, a acompanhar o curso do rio, alcançando suas nascentes no hoje Estado das Minas Gerais” (OS, 2003, p. 1).

²⁶ Dos limites com Minas Gerais ao sul, passando pelos de Goiás e Tocantins a oeste, até aqueles com Piauí e Pernambuco ao norte.

²⁷ Que, entre outras tantas interpretações similares indicadas por Caetano (1881, p. 219), aponta que “a final *paranambúka* será ‘rebentação do rio grande’ designando-se pelo nome ‘rio grande’ – *paraná* o semi-mar formado pelos rios Capibaribe e Bybyrybe”.

²⁸ “Sessenta léguas de terra [...] as quais começarão no Rio São Francisco [...] e acabarão no rio que cerca em redondo toda Ilha de Itamaracá, ao qual ora novamente ponho nome Rio Santa Cruz [...] e assim entrará na dita terra e demarcação dela todo o dito Rio de São Francisco [...]” (OS, 2003, p. 1).

O processo de ocupação do litoral se inicia com a extração do pau brasil e a implantação da cultura açucareira, em substituição à mata que se estendia pela costa desde o sul da então colônia portuguesa, redundando na fundação de Olinda em 1537. Como nos diz Moreira (2012, p. 12),

[...] é com o ciclo da cana-de-açúcar que começa efetivamente o processo da ocupação e formação espacial da colônia. Sua área de inicial de localização é São Vicente, no litoral de São Paulo, [...] mas a área privilegiada de desenvolvimento é a zona da mata nordestina, onde se instala em 1532 [...].

São estas mesmas áreas as responsáveis, conforme afirma Moreira (ibid.), pelos dois *vetores territoriais* da formação espacial brasileira: o bandeirantismo, oriundo de São Paulo; e a expansão do gado, originário do sul, introduzidos pelas missões jesuíticas, e (principalmente no início da ocupação do território) dos sertões de Dentro e de Fora, “designações dadas às terras sertanejas da Bahia e de Pernambuco e Piauí, respectivamente” (BRANDÃO, 2009, p. 51).

As trilhas do gado seguem em sentido contrário ao do vetor bandeirante. Seu ponto de origem é a região açucareira da zona da mata, com ponto de referência em Pernambuco, de onde, na forma de ondas, o gado avança aos limites ocidentais do sertão nordestino rumo ao Piauí e Ceará, na direção oeste, e aos limites do planalto central, através da calha do rio São Francisco, na direção sul. [...] Tal como no caminho dos bandeirantes, uma diversidade de pontos de parada vai dando origem a manchas de cultivos e de vilas de onde irão brotando os centros de referência da ocupação do território (MOREIRA, 2012, p. 11).

Dessa maneira, assim como Monbeig (1984, p. 133) aponta os mineiros como pioneiros do café no oeste paulista e norte paranaense, desbravando a floresta e repelindo o índio, podemos considerar o sertanejo²⁹, criador de gado, como pioneiro deste vasto e, muitas vezes, hostil espaço. Isto considerando que, além do índio que, a duras penas,

²⁹ Sobre a questão da origem da ocupação deste território, Lima Sobrinho (1986, p. 307) enfatiza que “é claro que se não podia apurar a procedência dos habitantes da região, pois que havia que contar com os índios cariris, com os mulatos, com os portugueses, com os escravos, que tanto podiam ser africanos como do gentio, talvez mais do gentio que da África. [...] Como distinguir, nesse cadinho, entre baianos e pernambucanos, quando tanto havia um baiano como Francisco Dias de Ávila, como pernambucanos como os Vanderlei e os Vieira de Melo, ou os portugueses como Domingos Afonso Mafrense e seu irmão ou os que estão mencionados na *Relation* do capuchinho francês [Martin de Nantes]?”. Daí denominarmos estes pioneiros genericamente de sertanejos.

resistia ao extermínio, à escravização e à catequização, também as condições adversas de clima e, sobretudo, de distribuição hídrica, características da caatinga, restringiam um avanço contínuo de qualquer parte do litoral. Tais aspectos ambientais são descritos por Lima Sobrinho (1986, p. 305-306) ao relatar a viagem do padre capuchinho francês Martin de Nantes da ilha de Aracapé, no atual Município de Orocó, em Pernambuco, até Salvador, então sede do Governo-Geral da colônia, para relatar e solicitar providências das autoridades contra milícias da Casa da Torre, da família de Dias D'Ávila, que recebera sesmarias na margem baiana do São Francisco, que conflitavam com índios da aldeia que assumira a responsabilidade de conduzir.

O São Francisco, então, apresenta-se como facilitador na interiorização, tanto que podemos verificar uma sequência de estabelecimento de vilas de Olinda até próximo à foz do rio. São estabelecidas as vilas: de Formosa, em 1627; e de Bom Sucesso, de Madalena e de Penedo, em 1636³⁰ (IBGE, 2012). Tal feito, mesmo sopesando o controle holandês sobre a faixa litorânea de Pernambuco entre 1635 a 1645, possibilitou que “já no fim do século XVII os capuchinhos franceses, em colaboração com o governo de Pernambuco, [...] [alcancem] o médio S. Francisco, na proximidade da cachoeira de Sobradinho” (LIMA SOBRINHO, 1986, p. 309). Atuação eclesiástica que, na verdade, transvestia seu caráter estatal de ocupação do território, devido ao *padroado* que impunha o controle da Coroa sobre a Igreja, a que esta última tomava proveito³¹.

Até aqui podemos notar uma forte influência do espaço urbano de Olinda e, posteriormente, Recife, na ocupação territorial deste limiar de sua hinterlândia que se caracterizava, necessariamente, como zona produtora de gêneros alimentícios para a zona açucareira, destacando-se a pecuária extensiva em quantidade considerável, como nos descreve Antonil (1982, p. 95-96), referindo-se à extensão de terras de pasto no Brasil no princípio do século XVIII.

³⁰ Respectivamente são os atuais Municípios de Sirinhaém, em Pernambuco, e de Porto Calvo, de Marechal Deodoro e de Penedo, em Alagoas (IBGE, 2012).

³¹ “A transposição do sistema do *padroado* de Portugal para o Brasil coloca a Igreja sobre o estreito controle da Coroa. A Igreja católica portuguesa não tem direito de se meter no que diz respeito ao que se faz no ultramar. O rei e os seus representantes no Brasil têm a responsabilidade de estruturar a vida religiosa imensidões ainda quase vazias. A administração colonial cobra a dízima. Desenha as dioceses e as paróquias [...]. Esta tutela tem consequências consideráveis: faz da hierarquia católica um dos mecanismos da administração colonial; esta tira daí uma legitimidade reforçada, enquanto a Igreja pode contar com o apoio do poder político” (CLAVAL, 2010, p. 59).

[...] Posto que sejam muitos os currais da parte da Bahia, [mais de 500 até a borda aquém São Francisco,] chegam a maior número os de Pernambuco, cujo sertão se estende pela costa desde a cidade de Olinda até o rio de São Francisco [...]. Os currais desta parte hão de passar de oitocentos [...]. Só do rio de Iguaçu estão hoje mais de trinta mil cabeças de gado. As da parte da Bahia se tem por certo que passam de meio milhão, e mais de oitocentas mil hão de ser as da parte de Pernambuco [...].

A descoberta de ouro neste período irá proporcionar maior fervor na ocupação do território, além da necessidade da constituição de uma situação mais propensa à ação estatal na região. Tal fato é demonstrado, por exemplo, por ordem dada em 1701, proibindo o comércio entre o sertão pernambucano e a região das minas recém-descobertas, que, com certeza, já se fazia comumente³². Esta proibição nos leva a inferir que a região já contava com contingente populacional considerável. A *Informação Geral da Capitania de Pernambuco* (BIBLIOTECA NACIONAL, 1906, p.) de 1749, registra a existência de duas igrejas e dez capelas distribuídas nas freguesias de Barra do Rio Grande (que englobava toda porção do que viria a ser a Comarca do São Francisco), mais ao norte do médio São Francisco e Santo Antônio de Manga, próximo ao rio Carinhanha, que já se constituía como limite entre as Capitanias de Pernambuco e de Minas Gerais³³. Neste interstício se registra a sugestão de se estabelecer uma vila em São Francisco de Chagas da Barra do Rio Grande do Sul, pela grande população que tem, fato consumado pela criação, em 1752, da dita vila. Já a *Idéia da População da Capitania de Pernambuco* (BIBLIOTECA NACIONAL, 1918, p. 102) de 1774 dá conta de 4.873 habitantes na Vila de São Francisco das Chagas da Barra do Rio Grande do Sul, a que se soma a população da Freguesia de Campo Largo, estando vinculado “o governo das almas, ao Bispado de Pernambuco, e o da Justiça do Ouvidor da Jacobina, districto da Bahia para onde vão os dízimos [...]” (BIBLIOTECA NACIONAL, 1918, p. 61).

³² “Dom Fernando Martins Mascarenhas de Lencastro amigo: Eu El Rey vos envio muito saudar. Por convir a meu serviço, fui servido resolver que essa Capitania se não comunique pelos certões com as Minas de Sam Paulo, nem das ditas minas se possam ir buscar Gados, ou outros mantimentos a essa sobredita Capitania de Pernambuco, nem tambem d’ella trazerem-se as minas” (BIBLIOTECA NACIONAL, 1906, p. 200).

³³ “Estende-se o Governo de Pernambuco pela costa desde a barra do Rio de São Francisco [...] até o Rio Mondaú, extrema do Governo da Capitania do Cyará [...]; pelo certão se termina este Governo, no rio Carunhanha, que faz barra no Rio de São Francisco [...], confrontando com os Rios dos Tocantins, que desemboca no Maranhão” (BIBLIOTECA NACIONAL, 1906, 119-120).

Esta dualidade de comando da região, aliada à população que se avolumava, transmutar-se-á numa sensação de falta de justiça e de assistência em termos de infraestrutura, registrada por Montenegro (apud Martins, 2010, p. 5-6), indicando este que “entre as providências a serem tomadas, estava a necessidade da criação de uma nova comarca ‘para assegurar a observância das leis e a exata administração da justiça’”. Ação tomada em 1810 com a criação da Comarca do Sertão de Pernambuco.

A capitania de Pernambuco ficava então dividida em duas comarcas: a de Pernambuco cujo território iniciava no oceano Atlântico até os limites das vilas de Cimbres e Flores, e a do Sertão de Pernambuco daí em diante até o Carinhanha. [...] As elites políticas e os habitantes das vilas, julgados e povoações haviam experimentado melhorias infra-estruturais com a criação da comarca do Sertão de Pernambuco. Entretanto, o grave problema da segurança individual ainda perturbava a todos (Ibid.).

Assim, dez anos após à primeira divisão, é criada a Comarca do Rio de São Francisco, desde a vila da Barra, até o povoado de Carinhanha, na divisa com Minas Gerais.

Semelhante a criação da comarca do Sertão de Pernambuco, a criação da nova comarca resultou num quadro de melhoria da infra-estrutura das localidades abrangidas por ela. [...] Contudo, às vésperas da Independência e da convocação da Assembléia Constituinte de 1823 ainda eram muitos os problemas e as dificuldades vividas pelos moradores da comarca do Rio de São Francisco (MARTINS, 2010, p. 7-8).

Tais dificuldades fomentaram o pedido de criação de uma nova Província a partir da Comarca do Rio de São Francisco³⁴, mas que, ao contrário dos êxitos conseguidos anteriormente, foi sumariamente indeferido pela Assembleia Constituinte.

A partir de então, com a dissolução da Assembleia Constituinte, a imposição da Constituição Imperial e seus desdobramentos sobre as relações políticas entre o governo central e as elites locais, que culminaram com a proclamação da Confederação do Equador em 1824, a então Comarca do Rio de São Francisco é anexada primeiramente à

³⁴ Através de procuração os “povos do sertão das Gerais e Rio de São Francisco”, solicitaram a criação de uma nova província desmembrada das províncias da Bahia, Pernambuco e Minas Gerais, e tendo por capital o arraial de Carinhanha (MARTINS, 2010, p. 8)

Província de Minas Gerais, permanecendo desta maneira até 1827, quando passa a ser território da Província da Bahia, situação que se sedimenta até os dias de hoje.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Todo esse processo de modificação da situação regional, com sua clara vinculação inicial ao espaço urbano de Olinda e Recife, perpassando pelas influências da zona mineradora, até a derradeira ligação à lógica estabelecida a partir de Salvador e do Recôncavo Baiano, é pressuposto para análise do atual estágio de desenvolvimento do Extremo Oeste Baiano, mesmo que a dinâmica assistida nos últimos três decênios tenha o vinculado à produção da soja, como nos descreve Santos Filho (1989).

A constituição do espaço urbano dessa região sofreu, como se tentou esboçar nas páginas desse trabalho, e sofre a influência da formação espacial brasileira em seus distintos períodos.

Acreditamos que estas considerações podem auxiliar no debate acerca da criação de Municípios não só no Extremo Oeste Baiano, mas também trazer elementos para a questão a nível nacional.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

ANTONIL, André João. *Cultura e opulência do Brasil*. 3. ed. Belo Horizonte: Itatiaia/Edusp, 1982. (Coleção Reconquista do Brasil). Disponível em: <<http://www.dominiopublico.gov.br/download/texto/bv000026.pdf>>. Acesso em: 2 nov. 2012.

BERNARDES, Denis Antônio de Mendonça. *O patriotismo constitucional: Pernambuco, 1820-1822*. São Paulo: Hucitec / Fapesp; Recife: UFPE, 2006. (Estudos Históricos, 65).

BIBLIOTECA NACIONAL. *Annaes da Bibliotheca Nacional do Rio de Janeiro*. Rio de Janeiro: Biblioteca Nacional, 1906.

BIBLIOTECA NACIONAL. *Annaes da Bibliotheca Nacional do Rio de Janeiro*. Rio de Janeiro: Biblioteca Nacional, 1918.

BRANDÃO, Paulo Roberto Baqueiro. Um território indiferenciado dos sertões: a geografia pretérita do Oeste Baiano (1501-1827). *Boletim Goiano de Geografia*, Goiânia: UFG, v. 29, n. 1, p. 47-56, jan.-jun. 2009. Disponível em: <<http://www.revistas.ufg.br/index.php/bgg/article/view/6059>>. Acesso em: 15 nov. 2012.

CLAVAL, Paul. *A construção do Brasil: uma grande potência em emergência*. Lisboa: Instituto Piaget, 2010. (Economia e Política, 110).

CORRÊA, Roberto Lobato. Espaço, um conceito-chave da Geografia. In: CASTRO, Iná Elias de; GOMES, Paulo Cesar da Costa; e CORRÊA, Roberto Lobato. *Geografia: conceitos e temas*. 2. ed. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2000. p. 15-47.

FARIA, José Henrique. Poder e relações de poder nas organizações. In: VIEIRA, Marcelo Milano Falcão; e CARVALHO, Cristina Amélia. *Organizações, Instituições e Poder no Brasil*. Rio de Janeiro: FGV, 2003. p. 67-122.

HARVEY, David. *Urbanismo y desigualdad social*. Madrid: Siglo Veintiuno, 1977.

MARTINS, Herbert Toledo. A retaliação de Pernambuco: o caso da Comarca do Rio de São Francisco. *Revista CLIO: Revista de Pesquisa Histórica*, Recife: UFPE, n. 28, v. 2, p. 1-16, 2010. Disponível em: <<http://www.revista.ufpe.br/revistaclio/index.php/revista/article/viewFile/74/103>>. Acesso em: 1º nov. 2012.

MONBEIG, Pierre. *Pioneiros e fazendeiros de São Paulo*. Tradução de Ary França e Raul de Andrade e Silva. São Paulo: Hucitec / Polis, 1984.

MORAES, Antonio Carlos Robert. *Geografia, Interdisciplinaridade e Metodologia*. [São Paulo]: [s.n.], 2011. Disponível em: <<https://docs.google.com/file/d/0B6oPLnXRkMRkOTAzMWRmMGMtM2UwOC00ZTBiLTkyYWQtYTktNDQ5YzUzYzEy/edit?pli=1>>. Acesso em: 6 jun. 2012.

MOREIRA, Ruy. *Formação espacial brasileira: uma contribuição crítica à geografia do Brasil*. Rio de Janeiro: Consequência, 2012.

OLIVEIRA, Nathan Belcavello de. La Política Urbana entre (Rel/Inter)Acciones en el (del) Espacio Urbano: estudio de caso del barrio Águas Claras, Brasília, Distrito Federal, Brasil. *Meridiano – Revista de Geografía*, Buenos Aires: Centro de Estudios Alexander von Humboldt, n. 1, p. 247-264, 2012. Disponível em: <<http://www.revistameridiano.org/n1/12>>. Acesso em: 15 nov. 2012.

OLIVEIRA, Nathan Belcavello de; e ARAÚJO SOBRINHO, Fernando Luiz. Aportes para a análise espacial do atual pacto federativo brasileiro: estabelecendo relações entre espaço urbano, cidade e exercício do poder. In: ENCONTRO NACIONAL DE GEÓGRAFOS, 17., 2012, Belo Horizonte. *Anais do XVII Encontro Nacional de Geógrafos*. Belo Horizonte: AGB / UFMG, 2012. Disponível em: <<http://www.belcavello.com.br/publica/artigos/anais/2012xviieng>>. Acesso em: 1º nov. 2012.

OLIVEIRA, Nathan Belcavello de; e CARNEIRO, Ana Paula Gomes. El Municipio en Brasil: un análisis espacial de la autonomía municipal y de la creación de Municipios a partir de las constituciones brasileñas. *Scripta Nova: Revista Electrónica de Geografía y Ciencias Sociales*, Barcelona: Universidade de Barcelona, v. XVI, n. 418 (53), nov. 2012.

Disponível em: <<http://www.ub.edu/geocrit/sn/sn-418/sn-418-53.htm>>. Acesso em: 15 nov. 2012.

OS tempos de Duarte Coelho. *Diário de Pernambuco*, Recife, 7 jul. 2003. Os Holandeses em Pernambuco - Uma história de 24 anos. Disponível em: <http://www.old.pernambuco.com/diario/2003/07/07/especialholandesesf15_0.html>. Acesso em: 15 nov. 2012.

SANTOS, Milton. Sociedade e espaço: a formação social como teoria e método. *Boletim Paulista de Geografia*, São Paulo, n. 54, p. 81-99, jun. 1977.

SANTOS, Milton. O papel ativo da Geografia: um manifesto. *Revista Território*, Rio de Janeiro, ano V, n. 9, p. 103-109, jul.-dez. 2000. Disponível em: <http://www.revistaterritorio.com.br/pdf/09_7_santos.pdf>. Acesso em: 15 nov. 2012.

SANTOS, Milton. *Por uma Geografia Nova: da crítica da Geografia a uma Geografia Crítica*. São Paulo: USP, 2002a.

SANTOS, Milton. *A Natureza do Espaço: técnica e tempo, razão e emoção*. São Paulo: USP, 2002b.

SANTOS, Milton. *O País Distorcido: O Brasil, a globalização e a cidadania*. Organização, apresentação e notas de Wagner Costa Ribeiro. São Paulo: Publifolha, 2002c.

SANTOS, Milton. *A Urbanização Brasileira*. 5. ed. São Paulo: USP, 2005a.

SANTOS, Milton. *Da Totalidade ao Lugar*. São Paulo: USP, 2005b.

SANTOS, Milton. *O Espaço do Cidadão*. 7. ed. São Paulo: USP, 2007.

SANTOS, Milton. *Espaço e Método*. 5. ed. São Paulo: USP, 2008a.

SANTOS, Milton. *Metamorfoses do Espaço Habitado: fundamentos teóricos e metodológicos da Geografia*. 6. ed. São Paulo: USP, 2008b.

SANTOS, Milton. *Técnica, Espaço, Tempo: globalização e meio técnico-científico-informacional*. 5. ed. São Paulo: USP, 2008c.

SANTOS, Milton. *O Trabalho do Geógrafo no Terceiro Mundo*. 5. ed. São Paulo: USP, 2009.

SANTOS FILHO, Milton (coord.). *O processo de urbanização no Oeste Baiano*. Recife: SUDENE-DPG / PSU-URB, 1989.

SANTOS, Milton; e SILVEIRA, María Laura. *O Brasil: território e sociedade no início do século XXI*. 4. ed. Rio de Janeiro: Record, 2002.

SILVA, Armando Corrêa da. A geografia humana e a abordagem naturalista. In: SOUZA, Maria Adélia de; SANTOS, Milton; SCARLATO, Francisco Capuano; ARROYO, Monica. *O novo mapa do mundo: natureza e sociedade de hoje: uma leitura geográfica*. 2. ed. São Paulo: Hucitec, 1994. p. 42-45.

SILVEIRA, María Laura. O espaço geográfico: da perspectiva geométrica à perspectiva existencial. *GEOUSP – Espaço e Tempo*, São Paulo, n. 19, p. 81-91, 2006.

STEINBERGER, Marília. Território, ambiente e políticas públicas espaciais. In: STEINBERGER, Marília (org.). *Território, Ambiente e Políticas Públicas Espaciais*. Brasília: Paralelo 15 / LGE, 2006. p. 29-82.

STEINBERGER, Marília; e AMADO, Theodelina Moreira. O espaço urbano no Zoneamento Ecológico-Econômico: esboço metodológico. In: STEINBERGER, Marília (org.). *Território, Ambiente e Políticas Públicas Espaciais*. Brasília: Paralelo 15 / LGE, 2006. p. 151-185.

SUZUKI, Julio Cesar; e COSTA, Everaldo Batista da. Aglomerações urbanas brasileiras dos séculos XIX e XX: significados na produção do território. *Meridiano – Revista de Geografia*, Buenos Aires: Centro de Estudios Alexander von Humboldt, n. 1, p. 228-246, 2012. Disponível em: <<http://www.revistameridiano.org/n1/11/>>. Acesso em: 15 nov. 2012.

CIRCUNSTÂNCIAS SOCIOTERRITORIAIS QUE IMPACTAM O ÍNDICE DE PREÇOS AO CONSUMIDOR: INFLUÊNCIAS URBANAS E RURAIS PARA BRASIL E COLÔMBIA

Andressa da Rocha Jacobs¹

Amaury Patrick Gremaud²

INTRODUÇÃO

O Ano de 2020 iniciou-se de forma bastante atípica em decorrência do surgimento do novo Coronavírus e sua peculiar forma de contágio. À medida que os meses passaram, cenários de incertezas se aprofundaram impactando não apenas países de menor relevância econômica, mas atingindo também as principais potências mundiais. Diversos órgãos e instituições financeiras como Fundo Monetário Internacional³ (FMI) e o Banco Mundial⁴, revisitaram suas projeções de crescimento global e ajustaram as perspectivas sobre as principais economias na tentativa de alertar governos e investidores sobre a gravidade do problema.

Aos poucos as pessoas entenderam que não se trata apenas de um problema de saúde pública, pois envolve variáveis e fatores que incidem sobre o processo, exigindo “transversalidade” na análise e articulação entre “múltiplos saberes”. O desafio enfrentado no cenário de pandemia ultrapassa o plano individual e atinge o nível coletivo, impondo necessidade de uma ação pública coordenada (SPOSITO; GUIMARÃES, 2020).

A Comissão Econômica para a América Latina e o Caribe (CEPAL, 2020) destacou impactos externos negativos na América Latina por meio do canal comercial, de termos de troca, de turismo e de remessas; e observou disparidades na região, enquanto alguns governos começaram a reduzir as medidas preventivas, outros tiveram que continuar ou até intensificá-las, devido ao aumento persistente dos casos diários da doença.

¹ Mestranda PROLAM / USP, São Paulo, Brasil. E-mail: andressajacobs@hotmail.com

² Prof. Dr. PROLAM e FEARP / USP, São Paulo, Brasil. E-mail: agremaud@usp.br

³ Projeções e revisões de crescimento global para este momento de pandemia foram publicadas no relatório *World Economic Outlook*, edições de jun/20 e out/20. Acesso em: <https://www.imf.org/en/Publications/WEO>.

⁴ *Global Economic Prospects* – Jun/20. Acesso em: <https://www.worldbank.org/en/publication/global-economic-prospects>.

Em seu relatório⁵, a CEPAL apontou que espera uma queda na atividade econômica de magnitude que resultará, até o final de 2020, em PIB per capita da região similar ao observado em 2010 – um retrocesso de 10 anos nos níveis de renda por habitante, com deterioração importante nos níveis de pobreza e desigualdade.

Embora alguns países tenham aprovado medidas contingenciais para evitar o colapso financeiro e do sistema de saúde, conforme o confinamento se estende e locais relativamente controlados culminam em retomadas do contágio, as instabilidades de empregos exigem esforços adicionais para garantir as necessidades básicas das famílias (CEPAL, 2020).

Neste contexto, o padrão de consumo se altera drasticamente. De início o confinamento exigiu que gastos com itens supérfluos (como restaurantes, itens de beleza e vestuários) e deslocamentos (transportes e viagens) fossem reduzidos em ampla escala. Em segundo momento e talvez de forma mais grave, países que não conseguirem atuar na manutenção de itens estruturais (como educação e emprego) deverão lidar com uma queda geral no consumo, como reflexo da redução da demanda em classes mais baixas e médias.

De forma complementar a essa análise cabe considerar que esses movimentos no consumo podem ser observados em curto prazo nos resultados mensais do índice de preços ao consumidor, que mede a inflação de um conjunto de produtos e serviços comercializados no varejo, referentes ao consumo pessoal das famílias.

Como exemplo dessa relação de consumo, cabe ressaltar que o Brasil é um dos maiores exportadores mundiais de alimento e este fato somado à desvalorização cambial e ao comportamento de estocagem dada a redução na circulação de pessoas, resulta em aumento da demanda interna e externa, pressionando os preços (MINISTÉRIO DA ECONOMIA, 2020). Por este motivo, na agricultura, existe o receio de interromper cadeias regionais de valor e colocar em risco à segurança alimentar (SILVA, M; SILVA, R. 2020).

Já especificamente sobre as ações de enfrentamento da pandemia nos países Brasil e Colômbia, locais de maior ênfase deste estudo, deve-se considerar que são vários os pontos de convergência em suas medidas contingenciais. Ambos possuem um sistema público de saúde para atendimento básico e com atuação de forma descentralizada, logo no primeiro trimestre implementaram medidas restritivas para circulação de pessoas e prorrogaram os períodos de quarentena por meses, incluindo o fechamento de fronteiras, mas reativando a economia de

⁵ Enfrentar los efectos cada vez mayores del COVID-19 para una reactivación con igualdad: nuevas proyecciones – Jul/20. Observe o resultado efetivado em 2020 (-7,7% no PIB regional) acessando o Balanço Preliminar das Economias da América Latina e do Caribe 2020: <https://repositorio.cepal.org/handle/11362/46606> - atualizado.

forma escalonada ainda que esta fosse contrária às recomendações científicas, além de adotarem repasses de renda mínima aos mais necessitados.

No que tange ao descolamento das ações públicas dos estudos científicos, pode-se tomar como exemplo a estratégia de abertura em fases⁶ que iniciou em 1º de Junho/20 incentivada pelo governo estadual de São Paulo, pouco tempo depois do Imperial College London publicar⁷ uma análise estatística que indicava a necessidade de medidas de controle adicionais para restringir mais fortemente a transmissão e conter uma perspectiva de crescimento exponencial dos casos no Brasil (MELLAN, et alii, 2020). Pode-se dizer que a atuação contrária contribuiu com a disseminação pelo interior do estado, principalmente em municípios que beiram as principais rotas de transportes vinda da capital (SPOSITO, GUIMARÃES, 2020).

No entanto, deve-se observar que na Colômbia o governo federal se posicionou mais fortemente, centralizando orientações e medidas, enquanto que no Brasil as ações acabaram descoordenadas por permanecerem em níveis estaduais⁸, subindo à escala federal após pressões externas e do empresariado e em meio à diversas trocas⁹ no Ministério da Saúde, fato que contribuiu para levar o Brasil ao centro da pandemia mundial e campeão em mortes diárias. Cabe ainda destacar que a Colômbia tem também peculiaridades e enfrentou nos primeiros meses do ano dificuldades¹⁰ com escândalos de espionagem e mortes de líderes sociais, colocando em questionamento o acordo de paz feito com as forças armadas em anos anteriores.

Aa ações centralizadas pelo governo federal colombiano podem ser evidenciadas¹¹ com compras de insumos e equipamentos médicos logo em março/2020, exigência do uso de máscaras em todo o território em abril/2020, a disponibilização de uma linha de telefone para orientar a população sobre o novo Coronavírus e a criação de uma página na internet para consolidar informações, tais como: dúvidas frequentes, repreender notícias falsas, apresentar protocolos de tratamento, volumetria dos casos e quantidade de testagens, além de divulgar os protocolos, auxílios e decretos. Atuação oposta ao que evidencia-se no governo federal

⁶ Para entender os critérios de cada fase e regiões, acesse <https://www.saopaulo.sp.gov.br/planosp/>.

⁷ Equipe de Resposta COVID-19 do Imperial College – 05/2020. Estudo que contempla análise de mobilidade por estados brasileiros com dados de janeiro a abril de 2020.

⁸ Veja como exemplo o Decreto Nº 64.881 do Governo Estadual de São Paulo.

⁹ Para consultar as alterações no ministério da saúde, consulte publicações da Fio Cruz em 05/05/2020 e do Governo Federal em 16/09/2020. Disponíveis em: <https://radis.ensp.fiocruz.br/index.php/home/noticias/troca-de-ministros-na-pandemia> e <https://www.gov.br/pt-br/noticias/saude-e-vigilancia-sanitaria/general-pazuello-toma-posse-como-ministro-da-saude>.

¹⁰ Para detalhes as dificuldades enfrentadas, consulte a reportagem de El País, 14/06/2020. Disponível em: <https://brasil.elpais.com/internacional/2020-06-14/ivan-duque-a-colombia-nao-participa-de-teatrinhos-e-pantomimas-na-venezuela.html>.

¹¹ Para detalhes das ações, acesse a página oficial: <https://coronaviruscolombia.gov.co/Covid19/index.html>.

brasileiro que opta pelo negacionismo¹² e minimiza consequência da infecção, a exemplo: o uso obrigatório de máscara¹³ no país apenas em julho/2020 e incentivo ao uso de cloroquina¹⁴.

ESPECIFICAÇÕES DOS INDICADORES E PREMISAS DO ESTUDO

Índice de Preços ao Consumidor

Tanto para o Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE) como para o Departamento Administrativo Nacional de Estatística (DANE), o Índice de Preços ao Consumidor é uma medida de variação nos preços de bens e serviços do país para uma determinada cesta, portanto indica a inflação do período e permite que economias de diferentes países sejam comparadas. **Em termos práticos, significa que as mudanças nos preços são acompanhadas, se sobem ou baixam, para cada um dos itens que compõem uma cesta de consumo pré-estabelecida, calculando a variação que tiveram em um período de tempo. Já a inflação, é a variação percentual desse índice entre dois períodos, normalmente acompanhada pelo governo de forma consolidada para 12 meses móveis, pois influencia diretamente nas formulações de política econômica.**

Os componentes que compõem a cesta possuem pesos atribuídos de acordo com o impacto que exercem sobre o orçamento das famílias, são itens fixos para o período em análise e podem sofrer variações de país para país, porém para que estes sejam comparáveis, espera-se que os grupos sejam minimamente similares. Há ainda a segmentação em classes de rendimento, pois o impacto da inflação em diferentes classes é variável dado o orçamento limitado.

As principais definições do IPC da Colômbia são: a cesta é definida a partir da pesquisa *Encuesta Nacional de Presupuesto de los Hogares – ENPH* que o DANE realiza a cada 10 anos – seus 12 grupos constam indicados na Figura 4; e mensalmente apura-se o preço de 443 itens da cesta, com visita a diferentes canais de distribuição em 38 cidades do país (22 capitais e

¹² Relembre frases de Bolsonaro sobre a covid-19 - 07/2020. Disponível em: <https://www.bbc.com/portuguese/brasil-53327880>.

¹³ Lei 14.019, publicada em 02/07/2020.

¹⁴ A cloroquina ou hidroxicloroquina foram amplamente discutidas por entidades de saúde e não teve resultado efetivo comprovado. Não obstante o presidente brasileiro, Jair Bolsonaro, via ministério da saúde, defendeu veementemente o seu uso. Para detalhes deste embate, consulte as páginas do Ministério da Saúde e da FioCruz: <https://www.gov.br/saude/pt-br/assuntos/noticias/ministerio-da-saude-amplia-orientacoes-para-uso-da-cloroquina-2> e <https://portal.fiocruz.br/video/cloroquina-e-hidroxicloroquina-no-tratamento-da-covid-19>.

demais municípios), incluindo lojas de bairro, supermercados, centros de abastecimento e estabelecimentos especializados em alguns produtos e serviços.

No Brasil o IPCA (Índice de Preços ao Consumidor Amplo) forma-se a partir de uma cesta definida pela Pesquisa de Orçamentos Familiares – POF (IBGE), que verifica o que a população consome e quanto do rendimento familiar é gasto em cada produto. Participam da medição mensal 16 regiões, sendo áreas metropolitanas de Belém, Fortaleza, Recife, Salvador, Belo Horizonte, Vitória, Rio de Janeiro, São Paulo, Curitiba, Porto Alegre, além do Distrito Federal e os municípios de Goiânia, Campo Grande, Rio Branco, São Luís e Aracaju. A população alvo é representada pelas famílias residentes em áreas urbanas com rendimento familiar monetário compreendido entre 1 e 40 salários mínimos mensais.

No Quadro 1 abaixo há uma lista com os Grupos de Gastos que são considerados nos indicadores de preços do Brasil e da Colômbia, assim todos os itens da cesta básica são divididos em uma dessas categorias. Para uma comparação de forma macro entre o desempenho dos países, este estudo considerou o Índice Geral de ambos e a abertura por alguns grupos: Brasil – 1,2,3,4,5,6,8,9 e Colômbia – 1,3,4,5,6,7,8,10.

Quadro 1 - Divisões do Gasto

IPC - Colômbia	IPCA - Brasil
• 1. Alimentos e bebidas não alcoólicas	• 1. Alimentação e bebidas
• 2. Bebidas alcoólicas e tabaco	• 2. Habitação
• 3. Peças de vestimenta e calçados	• 3. Artigos de residência
• 4. Alojamento, água, eletríc., gás e outros combust.	• 4. Vestuário
• 5. Móveis, artigos para o lar e conservação	• 5. Transportes
• 6. Saúde	• 6. Saúde e cuidados pessoais
• 7. Transporte	• 7. Despesas pessoais
• 8. Informação e comunicação	• 8. Educação
• 9. Recreação e cultura	• 9. Comunicação
• 10. Educação	
• 11. Restaurantes e hotéis	
• 12. Bens e serviços diversos	

Fonte: definições do indicador apresentadas por IBGE e DANE, 2020.

De forma similar, tanto o DANE como IBGE destacam que o cálculo é por meio do método de Laspeyres, que utiliza razões geométricas em nível básico e médias aritméticas ponderados em níveis agregados. Primeiramente, calcula-se a média aritmética dos preços pesquisados em diferentes estabelecimentos para cada produto no mês corrente. Através do mesmo processo, o preço médio é comparado com o resultado obtido no mês anterior; em

seguida, aplica-se a média geométrica simples para agregação dos resultados dos produtos pertencentes ao subitem; e, ao final, para todos os níveis superiores de agregação, aplica-se a fórmula de Laspeyres.

Dados utilizados na análise

O estudo de preços parte de em uma análise dados obtidos nos órgãos públicos responsáveis por mensurar e divulgar os indicadores (IBGE e DANE), conforme expresso na seção anterior. As bases são públicas e podem ser acessadas em seus respectivos *sites* para diversas visões em todo o histórico de criação do indicador. Contudo, como o foco deste artigo visa comparar a situação dos preços no momento pré com o momento pós início da pandemia, as informações trabalhadas compreendem os meses de fev a jun/20, com abertura por grupos de consumo e por região do país. Complementarmente foi feita uma análise para avaliar a possível influência rural sobre o preço a partir da composição da produção dos estados em que essas cidades se inserem.

Abaixo segue o detalhamento dos principais dados utilizados:

- IPCA – Publicado pelo IBGE nos meses de fev a jun/2020, visão acumulada 12 meses.
- IPC – Publicado pelo DANE nos meses de fev a jun/2020, visão acumulada 12 meses.
- PIB agropecuária a Preços Correntes – visão por região estadual (com defasagem) – 2017; dados publicados pelo IBGE e pelo DANE.
- Volumetria de casos de COVID-19 – visão acumulada por país até nov/20; dados consolidados pela Universidade Johns Hopkins.

2.3 Premissas assumidas na análise

Logo nas primeiras pesquisas para construção deste artigo, observou-se que a área de cobertura do índice de preços para o Brasil compreende apenas espaços urbanos (cidades e metrópoles), de modo que supor a influência de aspectos rurais ficaria inviável se não utilizando uma *proxy*. Assim sendo, foi feita uma análise de composição do Produto Interno Bruto para as

regiões em que se inserem as cidades cobertas pelo IPC e IPCA (Unidade da federação – Brasil / Departamento - Colômbia), considerando dois outros índices:

- Influência do PIB agro na região = $(\text{PIB agro UF} / \text{PIB UF})$
- Influência do PIB agro da região no país = $(\text{PIB agro UF} / \text{PIB agro País})$

A partir dessas variáveis, as cidades que compõem o índice de preço foram *clusterizadas* por possíveis níveis de “influência do campo”:

i. Agro é forte – caracteriza o grupo de cidades com

- Alta influência do PIB agro na região = $(\text{PIB agro UF} / \text{PIB UF}) \geq 2 \times (\text{PIB agro País} / \text{PIB País})$ **E**
- Alta influência do PIB agro da região no PIB agro do país = $(\text{PIB agro UF} / \text{PIB agro País}) \% > 2x$ média UFs

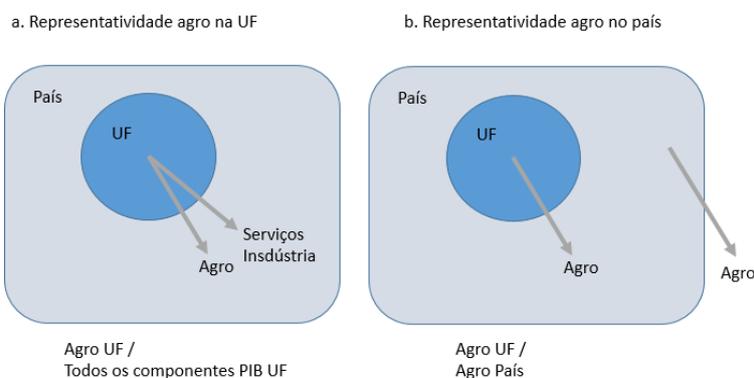
ii. Agro representa país – caracteriza o grupo de cidades com

- Alta influência do PIB agro da região no PIB agro do país = $(\text{PIB agro UF} / \text{PIB agro País}) \% > 2x$ média UFs, **exceto as cidades do cluster 1.**

iii. Demais áreas não indicadas nos clusters i. e ii, com alta influência de outros componentes do PIB (ex: indústria e serviços).

Para facilitar o entendimento das definições “a” e “b”, observe a Figura 1 com a ilustração das duas variáveis de representatividade da atividade agropecuária consideradas neste estudo.

Figura 1 – Variáveis de Representatividade do PIB Agro



Fonte: elaboração própria.

Para efeito de dimensionamento de “a.”, em 2017 o PIB Agropecuário do Brasil a preços correntes representou 4,6% do PIB do país e na Colômbia essa relação foi de 12,7%, de modo que cidades com “Agro é Forte” são classificadas se tiverem esse índice na UF 2x maior que o índice do país (9% e 25%, respectivamente), além de cumprir o requisito de alta representatividade na economia agro do país. Já como corte para “b.”, indicando cidades com representativas no país, adotou-se o corte $> 5\%$, pois as UFs possuem em média uma representatividade nacional de $\sim 2,5\%$ para o PIB agro do país, excluindo-se *outliers*.

Acerca dessas premissas, vale atenção quanto aos diferentes conceitos encontrados na literatura base deste artigo sobre o critério de divisão entre territórios urbanos e rurais e que podem diferir da metodologia geográfica – ponto a ser abordado mais adiante. Deve-se ainda observar que a amostra das cidades que participam da pesquisa de preços é pequena (16 no Brasil e 22 na Colômbia) e dificulta uma *clusterização*¹⁵ segura em parâmetros estatísticos, de tal forma a limitar generalizações, mas permitindo uma constatação sobre o desempenho das cidades que foram consideradas neste estudo.

ANÁLISE GERAL – comparação entre *clusters* e breve cenário da pandemia

Entendimento conceitual sobre o rural e o urbano

Ao longo do estudo buscou-se entender se a premissa de *clusterização* das “cidades rurais”, ou seja, sob forte influência do campo como atividade econômica, estava alinhada à literatura de geografia e observou-se que são variadas as formas para classificar uma área entre urbana ou rural e muitas vezes sua delimitação é complexa:

É evidente que os territórios são criados através de uma simbiose entre o mundo agrícola e o mundo urbano. Seria possível discutir diversas teses sobre este assunto, mas acreditamos que não seja necessário. O mais importante a dizer é que, da origem até hoje, o encontro entre os mundos urbano e rural pode ser facilmente decifrado com uma intensidade variável. (SAQUET, SPOSITO, 2020 - p.19)

¹⁵ Tópico 8: Aprendizado Não-Supervisionado – Clusterização. Consiste em revelar uma estrutura natural existente no conjunto de dados ao agrupar objetos de acordo com suas similaridades mútuas. Profs. Levy Boccato e Romis Attux – DCA/FEEC/UNICAMP. Literatura disponível em: http://www.dca.fee.unicamp.br/~lboccato/topico_8_clusterizacao.pdf.

Os autores propõem que os territórios agrários e urbanos constituem espelhos da transformação do espaço, pois transformam-se de acordo com o ritmo das novas técnicas e isso ocorre tanto na cidade como no campo. Para construir um território, é necessário projetar no espaço um trabalho, energia e informação, adaptando as condições às necessidades de uma comunidade ou de uma sociedade. Especificamente sobre definições de estabelecimentos rurais, ao explanarem o caso da região metropolitana de Porto Alegre e da Aglomeração Urbana de Caxias do Sul, definem três tipos de interações:

- Estabelecimento familiar de produção de subsistência – envolve a produção de recursos de sobrevivência e sustentação de família de agricultores, sem utilização de manejo mecânico das terras e em partes pode ocorrer uma liberação de excedentes da produção para comercialização.
- Pequena Produção Mercantil - consiste na prática de agricultura especializada, com produção destinada a entrepostos locais ou mercados da Região Metropolitana de Porto Alegre e agroindústria.
- Sítios – são estabelecimentos voltados para moradia, lazer e turismo, apesar de manterem alguma atividade agrícola. Seus proprietários são em geral aposentados ou trabalhadores com ocupação sem vínculo direto ao uso de seus estabelecimentos rurais.

Essa dificuldade em definir cidade e campo decorre principalmente pelas constantes transformações que ocorrem no espaço e na sociedade que habita ou vivencia o local. Em seu princípio, no caso brasileiro, as áreas urbanas foram constituídas ao longo da faixa litorânea, por meio de cidades e vilas que abrigavam o governo local e a igreja e respondiam à metrópole; já o campo era toda a porção utilizada para produção agrícola, principalmente a açucareira. A partir de Leis que legitimam a compra e venda de terras, colocam fim ao tráfico negreiro e permitem ampliar a comercialização de produtos, é visível a expansão da cidade e mudanças nas relações sociais. Com o passar dos anos, avanços tecnológicos e de relações não agrícolas no espaço físico do campo tornaram o embate ainda mais difícil. De tal modo que, nos dias de hoje, entender uma ruptura por perímetro¹⁶ (apenas espacial) é um ato falho (SUZUKI, 2007):

¹⁶ É importante observar que o IBGE revisitou essa abordagem em 2017 e levantou a discussão sobre os critérios utilizados na delimitação do território nacional, com o objetivo de aprimorar a divulgação do Censo Demográfico de 2020 e oferecer avanços na diferenciação de áreas rurais e urbanas que possam servir de base para a otimização de políticas públicas e do planejamento privado. São três critérios básicos para a elaboração dessa classificação: a

A distinção entre o rural e o urbano, muito mais vinculada à lógica da reprodução das relações sociais que a materialidade espacial, campo e cidade, permite pensar que há rural na cidade e urbano no campo. Assim, o importante é encontrar um caminho metodológico que dê conta de identificar essas distinções para além de uma delimitação política relacionada ao perímetro urbano – raramente uma fronteira geográfica entre o rural e o urbano e o campo e a cidade. (SUZUKI, 2007)

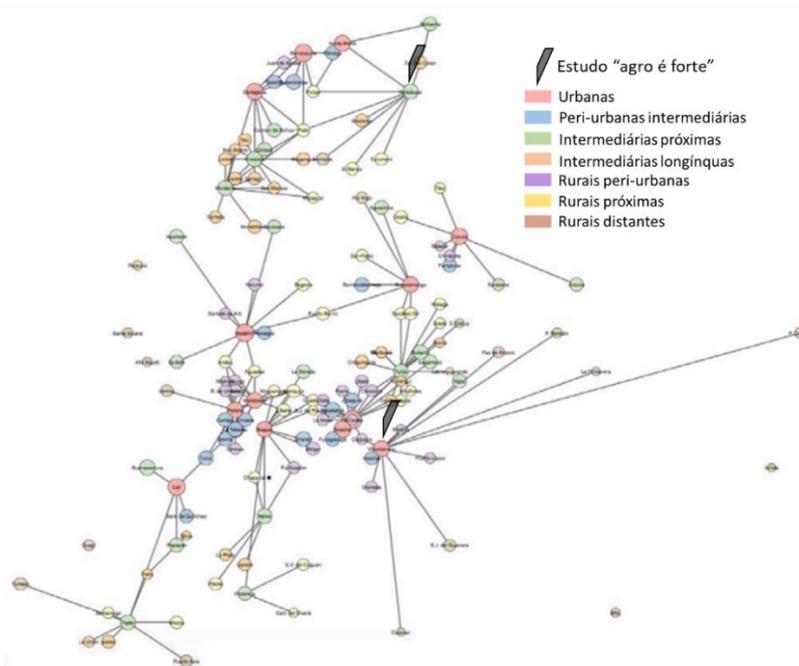
Em contrapartida, em um estudo sobre o território colombiano e a partir de uma outra abordagem sobre aspectos de municípios rurais e urbanos, a CEPAL¹⁷ observa que existe um grau (ou escala) para delimitá-los, baseando-se no tempo para locomoção em automóvel e indicadores populacionais – veja a síntese espacial na Figura 2 e as suas principais conclusões a seguir:

- Áreas urbanas: alta densidade populacional e grande tamanho relativo.
- Áreas rurais: com indicadores demográficos bem menores aos de locais urbanos e mais heterogêneos.
- As áreas intermediárias distam de 2 a 4 horas do centros urbanos ou rurais.
- Diversos fenômenos econômicos, sociais e geográficos derivados das particularidades de cada território definem categorias de ruralidade, com diferentes níveis de transição.
- A maioria das províncias colombianas são rurais, porém mais da metade da população habita locais urbanos.

densidade demográfica, a localização em relação aos principais centros urbanos e o tamanho da população, elencando os municípios em “urbanos”, “rurais” ou “intermediários”.

¹⁷ *Configuración territorial de las provincias de Colombia: ruralidad y redes* (2017).

Figura 2 – Grau de ruralidade da Colômbia x Proposta de áreas com forte influência rural



Fonte: CEPAL - *Configuración territorial de las provincias de Colombia: ruralidad y redes* (2017) e análise comparativa de elaboração própria.

Já a Lei 388 de 1997¹⁸ publicada na Colômbia e conhecida como “Lei nacional de ordenamento territorial”, que apresenta um conjunto de objetivos e diretrizes, políticas, estratégias, metas e programas adotados para orientar e administrar o desenvolvimento físico do território e utilização do solo, propõe a segmentação do solo em:

- Urbano – áreas que possuem infraestrutura de vias, redes de energia, água potável e possibilidades de edificação.
- Rural – terrenos não aptos para uso urbano por questões de oportunidade e por destinação ao uso agrícola, à pecuária, a florestas e a exploração de recursos minerais.
- Além de áreas de expansão urbana e suburbanas.

A partir deste mapeamento, em que se encontram diversas formas de conceituar territórios urbanos e rurais, e considerando o objetivo da análise – avaliar diferentes impactos no índice de preços em áreas urbanas e rurais, foi importante sintetizar as diferentes classificações em um quadro comparativo:

¹⁸ Capítulo IV - CLASIFICACION DEL SUELO.

Figura 3 – Comparação entre diferentes conceitos de área rural x urbana da Colômbia

Cidades	CEPAL_provincia	Estudo_TIPO_CIDADE	DANE_IPC	% Agro UF	% Agro País
Villavicencio	Urbana	Agro é forte	Urbana	59%	16%
Valledupar	Intermediária próxima	Agro é forte	Urbana	53%	9%
Riohacha	Intermediária próxima	Outros PIBs	Urbana	49%	5%
Neiva	Intermediária próxima	Outros PIBs	Urbana	24%	3%
Ibagué	Urbana	Outros PIBs	Urbana	20%	4%
Tunja	Intermediária próxima	Outros PIBs	Urbana	20%	4%
Pasto	Intermediária longínqua	Outros PIBs	Urbana	18%	2%
Armenia	Urbana	Agro representa país	Urbana	17%	1%
Popayán	Intermediária próxima	Outros PIBs	Urbana	16%	2%
Florencia	Intermediária longínqua	Outros PIBs	Urbana	16%	2%
Bucaramanga	Urbana	Agro representa país	Urbana	15%	7%
Cúcuta	Urbana	Outros PIBs	Urbana	14%	2%
Montería	Intermediária próxima	Outros PIBs	Urbana	13%	2%
Manizales	Urbana	Outros PIBs	Urbana	13%	2%
Sincedejo	Urbana	Outros PIBs	Urbana	10%	1%
Medellín	Urbana	Agro representa país	Urbana	8%	9%
Pereira	Urbana	Outros PIBs	Urbana	8%	1%
Cartagena de Indias	Urbana	Outros PIBs	Urbana	7%	2%
Cartagena De Indias	Urbana	Outros PIBs	Urbana	7%	2%
Cali	Urbana	Agro representa país	Urbana	7%	5%
Barranquilla	Urbana	Outros PIBs	Urbana	1%	0%
Bogotá, D.C.	Urbana	Outros PIBs	Urbana	0%	0%

Nota:: % Agro UF = % do PIB Agro da UF sobre o PIB total da UF; % Agro País = % do PIB Agro da UF sobre o % do PIB agro do país. Fonte: elaboração própria.

Na Figura 3 constam as 22 cidades colombianas que participam da pesquisa de preços ao consumidor associadas à proposta de graduação aplicada pela CEPAL, a uma outra classificação feita a partir das premissas de PIB adotadas na análise de dados deste estudo e à definição adotada pelo DANE “*ciudades capitales y un agregado de otras áreas urbanas*”. Embora os dois primeiros municípios sejam áreas urbanas para critérios do DANE, um deles é considerado uma área de transição entre Rural e Urbano segundo critério da CEPAL. Já para a análise de *clusterização* é possível supor que mesmo sendo áreas urbanas possuem alta influência da economia agropecuária no estado em que estão inseridas.

Diante de tantas variações, eleger o melhor e mais correto método para definição de territórios rurais ou urbanos exige um estudo complexo, contudo fica evidente que o comportamento social precisa ser considerado de alguma forma na análise, seja pela densidade populacional (que pode indicar atratividade e acessibilidade da região para as pessoas) ou por aspectos econômicos (que podem indicar o tipo de atuação no espaço).

Comparação do índice de preços

Após a *clusterização* das cidades de cada um dos países, conforme critérios estabelecidos no capítulo anterior, comparou-se variação e crescimento entre o momento pré e pós início da pandemia (jun/20 x fev/20), tanto para o índice geral da inflação como para os seus oito componentes principais (vide Figura 4). Como os índices são divulgados por cidade, foi necessário fazer uma média dos índices intra cluster, ponderada pela população dos municípios¹⁹, para que seja possível uma entender de forma macro qual a dimensão do índice em cada área e compará-lo entre os clusters.

Assim sendo, observa-se que já nos dados de fevereiro as situações de Colômbia e Brasil diferem entre si: para o primeiro, quase todos os componentes do cluster “agro é forte” possuem inflação acumulada em 12 meses em menor patamar que os demais clusters (6 de 9 categorias analisadas); para o segundo, essa relação não é predominante. Vale ressaltar mais uma vez que são poucas cidades consideradas como locais onde o “Agro é forte” neste estudo (Colômbia = 2 e Brasil = 3) e que a média pode por vezes distorcer o resultado em amostras pequenas.

Outro fato que chama atenção na Colômbia é que no pré-pandemia, a média da inflação nas cidades dos estados onde o “agro é forte” é menor que a inflação geral do país (-18%) e no cenário de pandemia essa diferença ficou ainda maior (-27%). Já no Brasil o cenário é um pouco diferente, embora tivesse uma inflação 10% maior no pré-pandemia para cidades com alta influência do PIB agro do que o índice do país (4,41% x 4,01% respectivamente), essa relação quase se iguala no pós início da pandemia (2,05% Agro é Forte x 2,13% IPCA do país).

¹⁹ Dados populacionais para o ano de 2017 e 2018, divulgados pelos órgãos DANE e IBGE respectivamente.

Figura 4 – Índice de preços ao consumidor por país e principais grupos comparáveis

COLÔMBIA - IPC do cluster: índice médio ponderado pela população do município

2020.02	GERAL	ALIM. E BEBIDAS	HABITAÇÃO	ARTIGOS DE RESID.	VESTUÁRIO	TRANSPORTES	SAÚDE E	EDUCAÇÃO	COMUNICAÇÃO
Média - Onde o Agro é forte (2)	3,06	4,52	2,67	1,96	1,51	2,67	3,81	5,10	1,75
Média - Agro tem boa repres. do país (4)	4,27	7,19	4,02	2,60	1,70	3,82	3,71	5,18	1,22
Média - Demais situações (15)	3,60	5,53	3,28	2,55	1,23	3,32	4,06	6,29	1,96
Total - índice oficial país	3,72	5,87	3,45	2,55	1,31	3,24	3,73	6,06	1,69
2020.06	GERAL	ALIM. E BEBIDAS	HABITAÇÃO	ARTIGOS DE RESID.	VESTUÁRIO	TRANSPORTES	SAÚDE E	EDUCAÇÃO	COMUNICAÇÃO
Média - Onde o Agro é forte (2)	1,59	5,21	1,11	-0,25	-0,37	-2,42	4,63	4,84	-5,35
Média - Agro tem boa repres. do país (4)	2,66	6,65	2,59	-0,56	0,01	0,41	4,87	5,08	-4,48
Média - Demais situações (15)	2,06	6,57	1,43	-0,84	-2,68	0,10	4,68	6,17	-4,96
Total - índice oficial país	2,19	6,55	1,74	-0,74	-1,83	0,15	4,53	5,96	-4,83
Variação p.p. Geral	-1,53	0,68	-1,71	-3,29	-3,14	-3,09	0,80	-0,10	-6,52
Variação p.p. Agro forte	-1,47	0,69	-1,56	-2,21	-1,88	-5,09	0,81	-0,26	-7,10

BRASIL - IPC do cluster: índice médio ponderado pela população do município

2020.02	GERAL	ALIM. E BEBIDAS	HABITAÇÃO	ARTIGOS DE RESID.	VESTUÁRIO	TRANSPORTES	SAÚDE E CUID. PES.	EDUCAÇÃO	COMUNICAÇÃO
Média - Onde o Agro é forte (3)	4,41	6,74	2,89	-1,50	0,28	4,91	4,76	5,41	0,64
Média - Agro tem boa repres. do país (5)	4,14	5,31	4,17	-1,02	0,98	3,91	5,05	4,91	1,52
Média - Demais situações (8)	3,76	3,96	2,85	-1,48	1,38	4,17	4,91	5,60	0,95
Total - índice oficial país	4,01	5,12	3,41	-1,03	1,01	4,00	5,05	4,96	1,36
2020.06	GERAL	ALIM. E BEBIDAS	HABITAÇÃO	ARTIGOS DE RESID.	VESTUÁRIO	TRANSPORTES	SAÚDE E CUID. PES.	EDUCAÇÃO	COMUNICAÇÃO
Média - Onde o Agro é forte (3)	2,05	8,33	0,43	-3,07	-1,65	-3,47	1,40	5,61	1,65
Média - Agro tem boa repres. do país (5)	2,33	7,91	2,15	-1,04	-1,03	-3,06	2,20	5,10	2,55
Média - Demais situações (8)	2,02	6,75	1,30	-2,11	-1,51	-3,14	2,10	5,31	2,16
Total - índice oficial país	2,13	7,61	1,65	-1,57	-1,00	-3,35	2,05	5,11	2,45
Variação p.p. Geral	-1,88	2,49	-1,76	-0,54	-2,01	-7,35	-3,00	0,15	1,09
Variação p.p. Agro forte	-2,36	1,59	-2,46	-1,57	-1,92	-8,38	-3,37	0,20	1,01

Nota: os números em parênteses na primeira coluna da tabela, ao lado do nome do cluster, indicam a quantidade de cidades que pertencem a essa classificação.

Fonte: elaboração própria. Dados DANE e IBGE, 2020.

Em parâmetros convergentes, vale ressaltar que as cidades Villavicencio | Valledupar e Goiânia | Campo Grande | Belém possuem produtos similares do PIB agropecuário com a produção de grãos e bovinos, e que o movimento de queda da inflação é observado de forma geral em todos os *clusters* como resultado de redução na demanda, somado ao cenário de incerteza da pandemia. As exceções acontecem com itens de Alimentação e bebidas e Saúde e cuidados pessoais – para este grupo de gasto, especificamente, é importante observar que na Colômbia é composto com produtos médicos enquanto no Brasil engloba também itens de maquiagem, higiene, produtos para pele e unha, etc.

Por outro lado, com a finalidade de representar a sinergia entre o mundo urbano e o mundo rural e reforçar a teoria apresentada nos capítulos anteriores, nos tópicos a seguir destacam-se as características da economia agropecuária em cada uma dessas cidades urbanas, ainda que de proporções distintas:

- Villavicencio

A página Online da prefeitura²⁰ informa que é o principal município produtor de petróleo e gás, porém no setor agropecuário possui representatividade em gado, pesca, madeira, arroz e soja.

- Valledupar

Também segundo publicação feita pela prefeitura²¹ do município, Valledupar começou a diversificar sua economia com serviços e extração de carvão em contraponto a sua tradicional vocação agropecuária, porém segue com um dos principais produtores de algodão do país, possui forte atuação com gado e também incentiva o arroz.

- Goiânia

Na página Online do governo²² municipal há destaque para o fato de Goiânia representar a Capital Verde do Brasil, pois possui a maior área verde por habitante (94 m²) no país e segunda maior do mundo (precedido de Edmonton, no Canadá, com taxa de 100 m²), implementando um modelo de desenvolvimento urbano aliado à política ambiental. Embora seja influenciada por uma forte produção agropecuária da região, deve-se ressaltar que a capital não possui foco neste setor como outras cidades do próprio estado²³, tendo seu PIB concentrado em Serviços e Indústria.

- Belém

O PIB de Belém é composto em sua maioria pelos setores serviços, indústria e administração pública. Na agropecuária, embora de pouca representatividade da capital, o IBGE²⁴ destaca as produções de açaí, mandioca, castanhas, milho e frango. No estado do Pará a agropecuária é diversa, porém os itens de maior relevância são: banana, cana de açúcar, laranja, mandioca, milho, pimenta-do-reino (maior produtor nacional), bovinos e frangos.

- Campo Grande

²⁰ Página da prefeitura de Villavicencio: <http://www.villavicencio.gov.co/MiMunicipio/Paginas/Economia.aspx>.

²¹ Página da prefeitura de Valledupar: <http://www.valledupar-cesar.gov.co/MiMunicipio/Paginas/Economia.aspx>.

²² Página da prefeitura de Goiânia: <https://www.goiania.go.gov.br/sobre-goiania/>.

²³ Para mais informações econômicas e sociais sobre Goiânia, consultar: https://www.ifg.edu.br/attachments/article/493/regiao_metropolitana_de_goiania.pdf.

²⁴ Para consultar o tipo de produção agropecuária e detalhes sobre estabelecimentos para todas as cidades do Brasil, consulte: <https://cidades.ibge.gov.br/brasil>.

Segundo o IBGE Cidades, O PIB da capital do Mato Grosso do Sul tem o setor de serviços como o mais significativo. Dentre os itens de agropecuária de maior relevância é possível identificar soja, cana de açúcar e bovinos, que também lideram os resultados do estado e portanto indicam influência direta com a área rural da região. É importante observar que o setor agropecuário do estado é diverso e desenvolvido, produzindo frutas, legumes e outros tipos de pecuária.

Efeitos da Pandemia e representação econômica

Que a pandemia iniciou como uma questão da área da saúde é consenso entre todos os países atingidos e desde o princípio vem sendo acompanhada de perto pelos principais órgãos da área, que mapeiam os contágios, definem os protocolos, divulgam pesquisas e testam fármacos, no entanto aos poucos a sociedade passou a entender que outras áreas de conhecimento precisam estar engajadas para combater o vírus e minimizar retrocessos. Neste contexto, a Figura 5 sintetiza em diagrama as principais mudanças sociais que vem ocorrendo e aponta a intersecção entre as frentes afetadas.

Figura 5 - Diagrama de síntese



Fonte: MATTEDI, MARCOS A. et al. Epidemia e contenção: cenários emergentes pós-Covid-19 (2020/07).

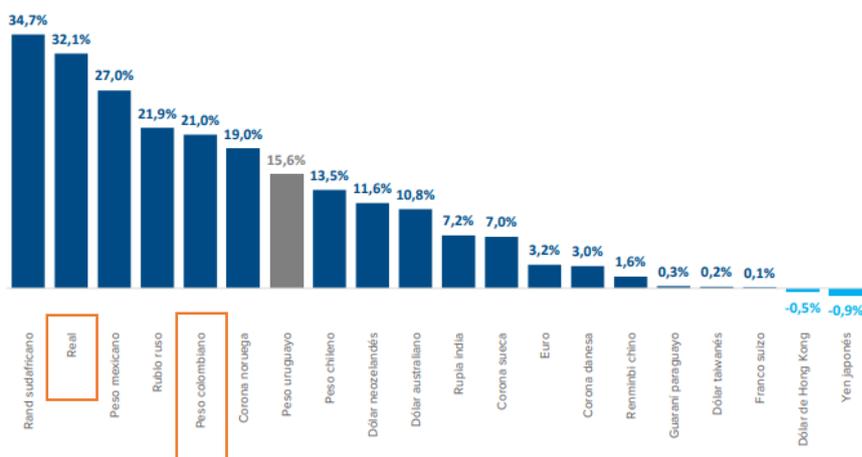
O Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento²⁵ (PNUD), entende que a crise afeta sociedades e economias em seu núcleo de modo que pode resultar em efeitos disruptivos

²⁵ Detalhes em: Quadro das Nações Unidas para a Resposta Socioeconômica Imediata à Crise COVID 19.

mais fortes desde a Segunda Guerra Mundial ou a Grande Depressão. Embora o impacto da pandemia varie entre as diferentes países, é possível que torne a pobreza e as desigualdades ainda maiores em nível global, afetando bruscamente países menos desenvolvidos. Deste modo, tem concentrado seu esforço em direcionar parte de seus órgãos para ações, estudos e publicações socioeconômicas – sobre a América Latina já divulgou 7 relatórios e para os países da região outros 19.

Adicionalmente, como consequência da pandemia, países latino-americanos, historicamente dependentes, com problemas estruturais e altos índices de pobreza sofrerão o impacto da desvalorização real de suas moedas e terão mais dificuldade de recuperação considerando também que nações ricas tornam-se avessas ao risco e concentram capital em suas próprias economias:

Figura 6 – Variação anual acumulada até abril/20 - Depreciação das moedas frente ao Dólar



Fonte: CAPURRO, Alfonso, et al. *Impacto Social y Económico de la COVID-19 y Opciones de Políticas en Uruguay*²⁶.

Na Figura 6 acima, é possível verificar a desvalorização para diferentes moedas do mundo, tal fato pressupõe que os componentes da cesta de consumo que são importados devem pressionar os preços para cima implicando portanto em mais inflação, ainda que esta seja amortizada pela redução da demanda em alguns componentes (CAPURRO, 2020 p.123).

A teoria econômica estabelece que a formação de preços possui relação direta com a capacidade das empresas ofertarem e com a necessidade das pessoas consumirem um produto

²⁶ Publicação feita pelo Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento – dez/2020. *Las Implicaciones Socio-Económicas de la Pandemia por Covid-19: Ideas para la Acción en Políticas Pública. V2 – notas de países.*

ou serviço, de modo que o mercado tende a atingir um ponto de equilíbrio (E) que iguale essas duas forças a um preço e uma quantidade ótimos. Sobre a teoria:

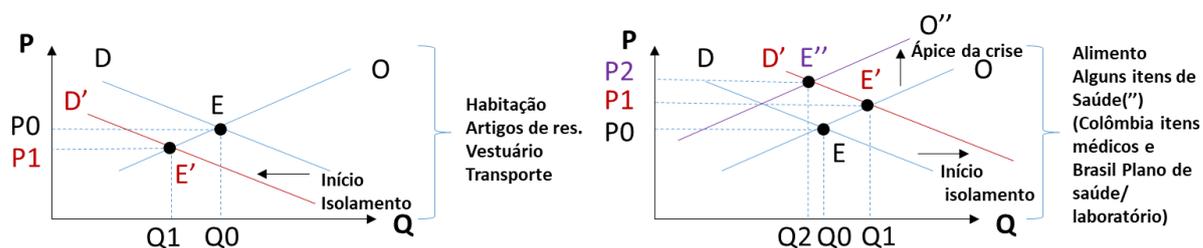
Nestas condições, a microeconomia é basicamente um estudo da oferta, pela qual são responsáveis os produtores, e da procura, a qual, em última análise, depende do comportamento dos consumidores. A teoria do consumidor tem por base a teoria da utilidade marginal; a teoria da produção inicia-se com a lei dos rendimentos decrescentes e o estudo dos custos e da receita das empresas. Em seguida, através de dois conceitos básicos - o de custo e o de receita marginal - chega-se à determinação da oferta e concomitantemente, à determinação do preço (já que para o estudo da receita já fora previsto levar em consideração a procura). Os preços, assim estabelecidos, vão determinar, automaticamente, a quantidade a ser produzida de cada mercadoria, de forma a se obter um equilíbrio geral, com satisfação máxima para consumidores e produtores. [...] Toda essa análise é realizada partindo-se do pressuposto da existência de uma hipotética concorrência perfeita. Chega-se ao equilíbrio geral de toda a economia genialmente formulado por Walras. Consumidores maximizam sua satisfação, produtores maximizam seus lucros, o pleno emprego está garantido, os fatores de produção são alocados entre as diversas possíveis empresas de forma ótima, e dentro de cada empresa, são eles usados com a máxima eficiência. (BRESSER-PEREIRA, 1974 – p.4 e 5)

Portanto mudanças sociais, que implicam em ajustes tanto para empresas que produzem determinado bem como para os consumidores deste bens, afetam essas curvas em termos de inclinação (elasticidade²⁷) e de deslocamento (aumento ou redução a qualquer nível), a depender de cada situação e se estivermos considerando um mercado competitivo. Assim sendo, de modo bastante simplificado e considerando que outras situações permanecem inalteradas, é possível entender o que acontece com os preços de alguns itens da cesta básica por meio da representação gráfica das curvas de Oferta de Demanda, vide Figura 7.

²⁷ Para entender melhor a teoria da elasticidade, consulte: *Estimación empírica de elasticidades de oferta y demanda*. Disponível em: http://www.scielo.org.mx/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S2007-09342015000500004.

Figura 7 - Princípios básicos economia - simplificação do cenário vivenciado na América Latina

Lei da Oferta e Procura: forças que garantem o funcionamento de um mercado



Nota: a elasticidade das curvas foi desconsiderada nessa representação.

Fonte: elaboração própria.

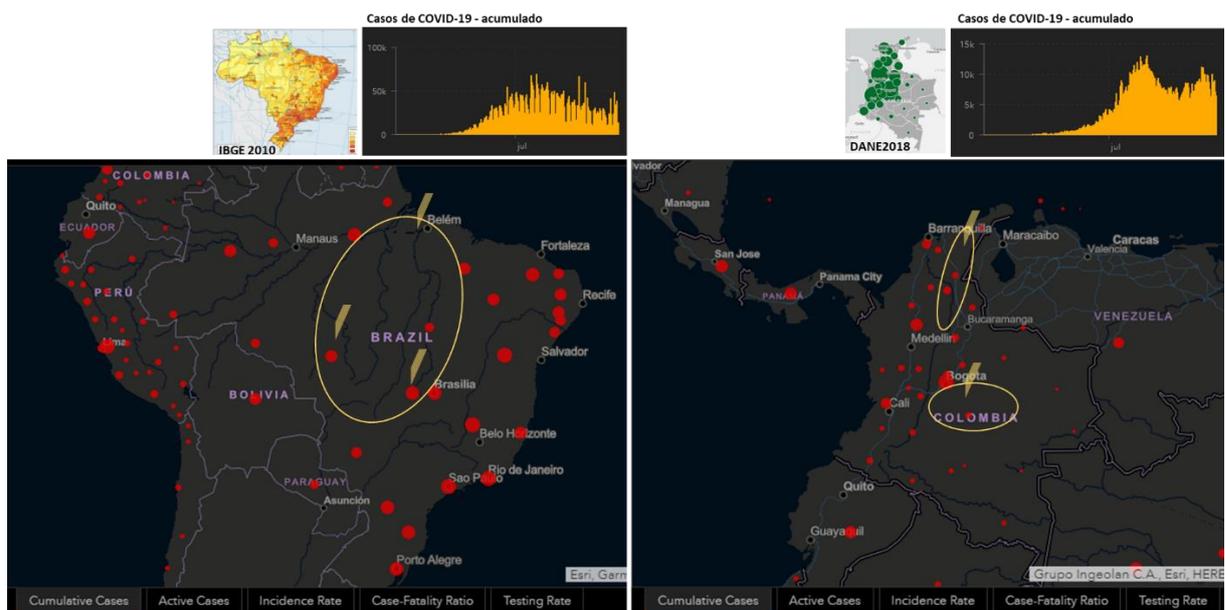
Podemos supor então que o cenário de pandemia afetou tanto a capacidade de produtores, que em determinados setores precisavam de insumos importados então escassos com a paralização logística entre os países e viram seu poder de compra ser reduzido com a desvalorização cambial; como de consumidores que criaram uma demanda por álcool gel e máscaras ou passaram a comprar alimentos em maior quantidade para evitar a circulação e exposição ao vírus. Sendo importante observar que em um cenário de crise/colapso, por mais que se tenha alta demanda e, portanto, preços elevados, em situação extrema a oferta pode ficar inviável, exigindo então uma postura mais ativa de governos e entidades que visam uma relação sustentável para a sociedade e os negócios.

Apenas para efeitos de entendimento prático, como representação de colapso podemos usar os leitos em hospitais, pois por mais que as pessoas tenham dinheiro para pagar, em curto prazo podem ficar sem vaga devido à lotação (demanda elevando rapidamente x oferta limitada). Outro ponto que ilustra uma situação extrema é a negociação com países asiáticos para obtenção de equipamentos hospitalares e equipamentos de proteção individual (máscaras, avental, protetor de olho, etc.), por mais que o Brasil tivesse fechado acordo de compra, a empresa (que sempre visa maximizar lucro) opta por entregar os itens para países que façam a negociação presencial e paguem mais (maior demanda pressiona os preços para cima)²⁸.

²⁸ Nesta coletânea é possível entender as relações comerciais entre os países durante a pandemia e as dificuldades logísticas: i. Pandemia de coronavírus desencadeia disputa global por máscaras de proteção – Disponível em: <https://www.cnnbrasil.com.br/internacional/2020/04/05/pandemia-de-coronavirus-desencadeia-disputa-global-por-mascaras-de-protecao>; ii. Compra em massa pelos EUA cancelou aquisição de equipamentos para o Brasil - Disponível em: <https://www1.folha.uol.com.br/equilibrioesaude/2020/04/compra-em-massa-pelos-eua-cancelou-compras-de-equipamentos-para-o-brasil-diz-mandetta.shtml>; iii. *Critical Medical Supplies Are Stuck in China With No Planes to Ship Them*. Disponível em: <https://www.bloomberg.com/news/articles/2020-03-20/as-airlines-ground-planes-medical-supplies-are-stuck-in-china>.

Dado esse contexto, a dúvida crucial tem sido sobre a questão temporal, por quantos meses mais o cenário de pandemia se estenderá até que uma vacina tenha efetividade? As pessoas não conseguem viver em contextos sociais de alta incerteza e estresse socioeconômico e é difícil determinar o potencial para mudanças duradouras em estilo de vida e desenvolvimento pós-Covid-19. Doenças transformam hábitos e costumes, porém deve-se considerar que existem instituições resilientes, que podem persistir mesmo se disfuncionais. Outra situação a ser observada é que o impacto é desigual seja em escala mundial ou dentro dos próprios países, tornando o desafio maior – áreas urbanas com mais concentração de pessoas foram as mais impactadas (veja Figura 7). As mudanças ocorrem no âmbito da saúde, sociedade, economia e até mesmo política – com indícios de que o Liberalismo perde espaço. (MATTEDI, MARCOS A. et al., 2020)

Figura 8 – Dispersão dos casos de COVID-19 no Brasil e na Colômbia



Nota: os dois mapas superiores indicam a distribuição populacional dos países; Os mapas inferiores indicam a concentração de casos; Os dois gráficos apresentam a volumetria de casos confirmados ao longo do tempo; As áreas indicadas no círculo amarelo referem-se às cidades do cluster “Agro forte”.

Fonte: COVID-19 Dashboard by the Center for Systems Science and Engineering (CSSE) at Johns Hopkins University (2020/11).

ADENDO - estrutura dos sistemas de saúde do Brasil e da Colômbia

Apenas como um subsídio complementar às análises feitas neste estudo e para fins de entendimentos sobre potencial “colchão” para absorver a pandemia em Brasil e Colômbia, cabe comentar sobre os sistemas de saúde de cada um deles. Embora ambos tenham um sistema único de saúde que atua de forma descentralizada, possuem diferenças significativas – das datas de criação à forma de alocação da verba ou atendimento. Veja na figura abaixo um resumo abaixo:

Figura 9 – Características sobre o sistema de saúde – Brasil x Colômbia

	BRASIL	COLÔMBIA
Originação	A reforma sanitária iniciou-se na década de 1980, como desdobramento de um debate entre sociedade civil organizada, a comunidade científica e a esfera governamental, resultando na proposta do SUS	Nasceu como um Pacto Nacional pela superação da crise institucional desencadeada pelo conflito com o narcotráfico entre 1991 e 1993
Data	Introduzido na constituição em 1988	Lei 100/1993 que transformou o Sistema Nacional de Saúde (SNS) em Sistema Geral de Seguro Social em Saúde (SGSSS) e Lei 1122 de janeiro de 2007 introduziu ajustes buscando promover a universalização do acesso
Atuação	Descentralização do planejamento e execução das ações para a esfera municipal, que gradativamente tem assumido a responsabilidade pela organização das redes locais	Descentralizada para a esfera departamental, com mecanismos de regulação e que realiza inquéritos anuais para classificar o nível de renda (as necessidades da população e as condições de acesso e cobertura se dão com graus elevados de diferenciação entre usuários)
Setor privado	A rede privada passou a ser tratada como um sistema complementar, que pode ser demandado pelo poder público	O novo sistema preserva a lógica de mercado (princípios de concorrência e livre escolha do usuário)
Financiamento	Por meio de fundos de saúde de nível nacional, estadual e municipal, que são supridos por recursos orçamentários ou oriundos da arrecadação fiscal e previdenciária de empregados e empregadores	Via sistema de solidariedade financeira entre ricos e pobres (contributivo e subsidiado). contribuição dos trabalhadores (4% de cada salário recebido) e dos patrões (8% sobre cada salário pago). No regime subsidiado, o governo complementa os custos da assistência do segurado de baixa renda que obtém um pacote de serviços.
Na prática	Repasse com base no critério populacional; convênios vinculados às ações prioritárias; ou, ainda, pagamento de procedimentos realizados diretamente às entidades prestadoras de serviços	Fortalecimento das ações de promoção e prevenção, porém é escasso em áreas mais distantes e em alguns estados encontra-se bem endividado

Fonte: LEVINO, A. et al Análise comparativa dos sistemas de saúde da trílice fronteira: Brasil/Colômbia/Peru (2011).

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Ao longo de 2020 o mundo vivenciou transformações severas em âmbito social, econômico e de saúde por conta da pandemia causada pelo Novo Coronavírus. As perspectivas para médio prazo ainda são incertas e impactam não apenas países de menor relevância econômica, mas atingem também as principais potências mundiais. Pode-se afirmar que a desigualdade ficou em evidência entre diferentes países e também de forma regional. Dentro de um único país ou até mesmo cidade é possível identificar áreas mais abaladas, normalmente onde a circulação de pessoas é intensa e próxima, e estratos sociais mais atingidos, como negros e pessoas menos abastadas já que vivem em residências com muitos moradores (onde o isolamento é difícil ou inexistente), dependem de trabalhos que dificilmente se adequam à distância, possuem menos instrução científica e menos acesso à itens de higiene e saneamento.

Outro aspecto que deve ser ressaltado é a distribuição não uniforme entre diferentes áreas geográficas, justamente pela forma como as pessoas utilizam o espaço, áreas rurais inicialmente tinham poucos casos e podem controlar o contágio de forma mais rápida, embora tenham pouco atendimento hospitalar, possuem menor densidade populacional, mais trabalhos em ambientes abertos e ficam distantes dos grandes centros, onde o contágio tem sido crítico.

No que se refere ao efeito sobre o consumo e ajustes de preços, este estudo constatou que nas cidades classificadas como “Agro Forte”, aquelas que possuem alta influência agropecuária no estado em que estão inseridas e alta representatividade do estado sobre o desempenho agropecuário do país, houve uma queda nos preços gerais – movimento em linha com os demais clusters e, portanto, com o índice geral de cada país. Vale observar que no Brasil as áreas classificadas como “Agro Forte” indicavam um aquecimento maior do mercado, pois a inflação acumulada em 12 meses estava 10% acima do índice geral, situação bem diferente da Colômbia que tinha nessas áreas um índice 18% abaixo do índice geral; e que em ambos a queda do preço em áreas de maior influência rural foi ~15% maior que os índices oficiais, quando comparado junho/20 x fevereiro/20.

No entanto, como a amostra oficial de cidades que participam da pesquisa de preços no Brasil e na Colômbia é pequena, entende-se que o estudo limita-se ao entendimento do que ocorreu neste grupo, impedindo uma interpretação como verdade para outras cidades dos países ou uma generalização como algo que sempre ocorre. Não menos relevante é o fato de que cada país elege os itens que compõem suas cestas e os classifica de forma independente, de modo que eventual distorção também pode ser assumida quando comparamos os grupos de divisão

dos gastos – a exemplo o grupo de saúde na Colômbia e o grupo de Saúde e Cuidados Pessoais no Brasil. E, por fim, entende-se a necessidade de estudos complementares sobre a segmentação dos clusters para que o entendimento de áreas “rurais” ou “urbanas” seja mais robusto, tal situação aconteceu por limitações da base de dados da amostra selecionada para os IPCs.

Diante da discussão proposta neste artigo, reforça-se ainda mais a necessidade de pensar a cidade em um contexto que integre as comunidades locais e a diversidade, buscando uma via sustentável para diferentes espaços e integrando-a ao plano maior do país, como reforça o Propósito nº 11 da Agenda 2030 da ONU “Promover cidades sustentáveis e inclusivas mediante uma educação de qualidade para todos. Salvaguardando o patrimônio cultural, a inovação e a criatividade, promovendo a sustentabilidade ambiental e fortalecendo resiliência frente aos efeitos da mudança climática, de desastres e conflitos”.

REFERÊNCIAS

BRESSER-PEREIRA, L. C. Da Macroeconomia Clássica à Keynesiana. Versão corrigida em 1974 de apostila publicada originalmente em 1968. Disponível em: https://www.researchgate.net/profile/Luiz_Bresser-Pereira/publication/268347252_Da_macroeconomia_classica_a_keynesiana/links/5741c8ee08ae9ace841875cd/Da-macroeconomia-classica-a-keynesiana.pdf. Acessado em: 13/12/2020.

BOCCATO, Levy; ATTUX, Romis. Tópico 8: Aprendizado Não-Supervisionado – Clusterização. DCA/FEEC/UNICAMP. Disponível em: http://www.dca.fee.unicamp.br/~lbocato/topico_8_clusterizacao.pdf. Acessado em 17/11/2020.

CEPAL – Comissão Econômica para América Latina e Caribe. *Configuración territorial de las provincias de Colombia: ruralidad y redes - Ruralidad y redes. Mapa adjunto*. Publicado em 2017. Disponível em: <https://www.cepal.org/es/noticias/estudio-cepal-clasifica-provincias-colombia-segun-su-ruralidad-sus-conexiones>. Acessado em: 17/11/2020.

CEPAL – Comissão Econômica para América Latina e Caribe. *Enfrentar los efectos cada vez mayores del COVID-19 para una reactivación con igualdad: nuevas proyecciones*. Livros e documentos institucionais. Relatório especial COVID-19 Nº 5, Jul. 2020. Disponível em: <https://www.cepal.org/es/publicaciones/45782-enfrentar-efectos-cada-vez-mayores-covid-19-reactivacion-igualdad-nuevas>. Acessado em 17/11/2020.

DANE - Departamento Nacional de Estadística. Contas Nacionales. Valor agregado por município. Grandes atividades econômicas. – quadro 8, ano 2017. Anexo 2018 – *provisional agregado. Actualizado el 25 de septiembre de 2020*. Disponível em: <https://www.dane.gov.co/index.php/estadisticas-por-tema/cuentas-nacionales/cuentas-nacionales-anuales>. Acessado em 17/11/2020.

DANE - Departamento Nacional de Estadística. Datos de População por município e país - 2018. *Explorador de datos - População colombia - División territorial*. Disponível em: https://sitios.dane.gov.co/cnpv/#!/cua_som. Acessado em 12/12/2020.

DANE - Departamento Nacional de Estadística. Índice de Preços ao Consumidor – atualizações metodológicas. Disponível em: <https://www.dane.gov.co/index.php/estadisticas-por-tema/precios-y-costos/indice-de-precios-al-consumidor-ipc>. Acessado em 17/11/2020.

DANE - Departamento Nacional de Estadística. Mapas temáticos. Censo Nacional de Población y Vivienda 2018. Disponível em: <https://www.dane.gov.co/index.php/estadisticas-por-tema/demografia-y-poblacion/censo-nacional-de-poblacion-y-vivenda-2018/herramientas/mapas-tematicos-cnpv>. Acessado em 17/11/2020.

DECRETO Nº 64.881; 22/03/2020. Decreta quarentena no Estado de São Paulo, no contexto da pandemia do COVID-19, e dá providências complementares. Governo do Estado de São Paulo. Disponível em: <https://www.saopaulo.sp.gov.br/wp-content/uploads/2020/03/decreto-quarentena.pdf>. Acessado em: 17/11/2020.

Governo da Colômbia. Como sé si tengo coronavirus? Disponível em: <https://coronaviruscolombia.gov.co/Covid19/index.html>. Acessado em 21/11/2020.

IBGE – Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística. Estimativas da População. Disponível em: <https://www.ibge.gov.br/estatisticas/sociais/populacao/9103-estimativas-de-populacao.html?edicao=22367&t=resultados>. Acessado em 12/12/2020.

IBGE – Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística. Índice de Preços ao Consumidor Amplo – O que é? Disponível em: <https://www.ibge.gov.br/estatisticas/economicas/precos-e-custos/9256-indice-nacional-de-precos-ao-consumidor-amplo.html?=&t=o-que-e>. Acessado em 17/11/2020.

IBGE – Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística. IBGE propõe debate de nova classificação para os espaços rurais e urbanos. Editoria: Geociências. Jul. 2017. Disponível em: <https://agenciadenoticias.ibge.gov.br/agencia-sala-de-imprensa/2013-agencia-de-noticias/releases/15003-ibge-propoe-debate-de-nova-classificacao-para-os-espacos-rurais-e-urbanos>. Acessado em 21/11/2020.

IBGE – Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística. Produto Interno Bruto dos Municípios – Edição 2017. Disponível em: <https://www.ibge.gov.br/estatisticas/economicas/contas-nacionais/9088-produto-interno-bruto-dos-municipios.html?=&t=o-que-e>. Acessado em 06/12/2020.

LEVINO, Antonio; CARVALHO, Eduardo. Análise comparativa dos sistemas de saúde da tríplice fronteira: Brasil/Colômbia/Peru. *Rev. Panam. de Salud Publica* - 2011;30(5):490–500. Disponível em: <https://www.scielosp.org/article/rpsp/2011.v30n5/490-500/>. Acessado em: 17/11/2020.

Lei 388 de 1997, Capítulo IV - CLASIFICACION DEL SUELO. Governo Colômbia. Disponível em: <http://recursos.ccb.org.co/ccb/pot/PC/files/ley388.html>. Acessado em: 06/12/2020.

MATTEDI, MARCOS A. et al. Epidemia e contenção: cenários emergentes do pós-Covid-19. *Estud. av.*, São Paulo, v. 34, n. 99, p. 283-302, Ago. 2020. Disponível em: https://www.scielo.br/scielo.php?pid=S0103-40142020000200283&script=sci_arttext. Acessado em: 17/11/2020.

MINISTÉRIO DA ECONOMIA. Boletim Macro Fiscal da SPE, maio de 2020. Disponível em: <https://www.gov.br/economia/pt-br/centrais-de-conteudo/publicacoes/boletins/boletim-macrofiscal/2020/boletim-macrofiscal-maio-2020-v12.pdf/view>. Acesso em: 21/11/ 2020.

PNUD – Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento. *Las Implicaciones Socio-Económicas de la Pandemia por Covid-19: Ideas para la Acción en Políticas Pública. V2 – notas de países.* Disponível em: https://www.latinamerica.undp.org/content/rblac/en/home/library/crisis_prevention_and_recovery/the-socio-economic-implications-of-covid-pandemic--ideas-for-pol.html. Acessado em 13/12/2020.

Prefeitura Municipal de Valledupar. Meu município, Economia. Disponível em: <http://www.valledupar-cesar.gov.co/MiMunicipio/Paginas/Economia.aspx>. Acessado em: 17/11/2020.

Prefeitura Municipal de Villavicencio - Meta. Meu município, Economia. Disponível em: <http://www.villavicencio.gov.co/MiMunicipio/Paginas/Economia.aspx>. Acessado em 17/11/2020.

Prefeitura Municipal de Goiânia – Goiânia: Capital Verde do Brasil. Disponível em: <https://www.goiania.go.gov.br/sobre-goiania/>. Acessado em 13/12/20.

RAMÍREZ, J.C.; AGUAS, J. *Gradientes urbano-rurales: red provincial de Colombia según grado de ruralidad.* Documento de trabalho da CEPAL, 2016. Anexo da publicação: *Configuración territorial de las provincias de Colombia. Ruralidad y redes – 2017.*

SAQUET, Marcos Aurelio; SPOSITO, Eliseu Savério. Territórios e Territorialidades: Teorias, Processos e Conflitos. Editora Expressão Popular, 2009. Disponível em: <http://www2.fct.unesp.br/docentes/geo/bernardo/BIBLIOGRAFIA%20DISCIPLINAS%20RADUACAO/PENSAMENTO%20GEOGR%20C1FICO%202017/2-LIVRO%20SAQUET%20E%20SPOSITO.pdf>. Acessado em: 17/11/2020.

SPOSITO, M. E. B.; GUIMARÃES, R. B. Por que a circulação de pessoas tem peso na difusão da pandemia: difusão da Covid-19 no país segue modelo relacionado a interações espaciais na rede urbana. Unesp Notícia. Disponível em: <https://www2.unesp.br/portal#!/noticia/35626/por-que-a-circulacao-de-pessoas-tem-peso-na-difusao-da-pandemia>. Acessado em 21/07/2020.

SILVA, M. L.; SILVA, R. A. Economia Brasileira Pré, Durante e Pós-pandemia do Covid-19: Impactos e Reflexões. Observatório Socioeconômico da COVID-19. Disponível em: ufsm.br/app/uploads/sites/820/2020/06/Textos-para-Discussão-07-Economia-Brasileira-Pré-Durante-e-Pós-Pandemia.pdf. Acessado em 21/11/2020.

SUZUKI, J. C. Campo e cidade no Brasil: transformações socioespaciais e dificuldades de conceituação. *Revista Nera*, ano 10, n.10, p.134-150, jan./jun.2007. Disponível em: <https://revista.fct.unesp.br/index.php/nera/article/view/1429>. Acesso em: 21/11/2020.

MELLAN, T. A. *et alii*. *Report 21: Estimating COVID-19 cases and reproduction number in Brazil*. Imperial College COVID-19 Response Team. Londres. p. 1-24, mai. 2020. Disponível em: <https://www.imperial.ac.uk/media/imperial-college/medicine/mrc-gida/2020-05-08-COVID19-Report-21.pdf>. Acesso em: 10 jul.2020.

UNESCO – *La UNESCO Avanza La Agenda 2030 para el Desarrollo Sostenible*. Disponível em: https://unesdoc.unesco.org/ark:/48223/pf0000247785_spa?posInSet=2&queryId=6910584f-fe32-40c0-82a4-f287caa1f01c. Acessado em 15/12/2020.

Universidade Johns Hopkins. *COVID-19 Dashboard by the Center for Systems Science and Engineering*. Disponível em: <https://www.arcgis.com/apps/opsdashboard/index.html#/bda7594740fd40299423467b48e9ecf6>. Acessado em 17/11/2020.

CONCEPÇÕES CLÁSSICAS, NEOCLÁSSICAS E HISTÓRICO-ESTRUTURAIS NAS PESQUISAS SOBRE MIGRAÇÕES

Alessandra Garcia Soares¹

Júlio César Suzuki²

Gilvan Charles Cerqueira de Araújo³

INTRODUÇÃO

O processo migratório é um fato conhecido há muito tempo na história da humanidade. Em busca de uma nova vida, de novas oportunidades, por motivos de pobreza extrema ou buscando escapar de perseguições, deslocamentos massivos de populações cruzaram oceanos e continentes nos últimos séculos, num movimento gerador de transformações nas sociedades tanto de origem quanto de destino envolvendo múltiplos processos de territorialização e desterritorialização ao redor do mundo.

Tal processo tem sido objeto de diferentes interpretações ao longo do tempo e despertado o interesse de acadêmicos, de administradores públicos, da imprensa e da sociedade como um todo. Pesquisadores de diversas áreas do conhecimento – ciências políticas, demografia, economia, geografia, história, psicologia, relações internacionais, antropologia, direito etc. – debruçaram-se sobre a questão migratória em busca de compreender a problemática da mobilidade populacional e conhecer este processo social em sua totalidade. Todavia, a teorização do conhecimento sobre migração se caracteriza pela diversidade de abordagens, como a da soberania (REIS, 2004), das redes sociais (MASSEY, 2008; ASSIS, 2011), do direito internacional (JUBILUT, 2007) e debates

¹ Dados autor/autora.

² Graduado em Geografia (UFMT, 1992) e em Letras (UFPR, 2004), com mestrado (USP, 1997) e doutorado (USP, 2002) em Geografia Humana, Livre-Docência em Fundamentos Econômicos, Políticos e Sociais da Geografia (USP, 2021) e estágio pós-doutoral na Université Panthéon-Sorbonne (2007-2008), Université Rennes 2 (2014-2015) e Université de Pau et des Pays de l'Adour (2014-2015). Atualmente, é professor do Departamento de Geografia/FFLCH/USP e orientador junto ao Programa de Pós-graduação em Integração da América Latina (PROLAM/USP). E-mail: jcsuzuki@usp.br

³ Graduado em Geografia pela UNESP – Campus Rio Claro/SP (2009), Mestre em Geografia pela Universidade de Brasília (2013), Doutor em Geografia pela UNESP – Campus Rio Claro/SP (2016). Atualmente é professor de Geografia na Secretaria de Estado de Educação do Distrito Federal e do Programa de Pós-graduação em Integração da América Latina, Prolam-USP. E-mail: gcc99@gmail.com

sobre territórios e identidades (ARROYO, 2017; ESCOBAR, 2015; HAESBAERT, 2014; 2020) entre outras.

O presente capítulo busca contribuir para a elucidação, mesmo que parcial, da diversidade de aportes conceituais no estudo das migrações, suas características, desdobramentos e impactos no que diz respeito a relação entre indivíduos, coletividades e questões geopolíticas, produtivas e socioespaciais. Para tanto, foram selecionadas as concepções mais utilizadas, em conformidade com o levantamento de referencial bibliográfico pertinente ao tema.

Assim, para a discussão proposta serão consideradas as contribuições das concepções clássicas e neoclássicas, seguidas pelos aportes advindos da concepção histórico estrutural. Em ambos os casos serão correlacionadas conceitual e analiticamente o debate sobre as migrações com a complexidade identitária, territorial e histórico-produtiva para que, por fim, sejam apresentadas as considerações finais do percurso de reflexão dos temas destacados.

CONCEPÇÕES CLÁSSICAS E NEOCLÁSSICAS

A migração internacional, no sentido em que o termo é usado na atualidade, começou após a criação de Estados-nação e, até recentemente, estava intimamente associada à colonização (GREGORY et al., 2009). Ocorreram diversos episódios de migração em massa na história, mas o estudo científico dos mesmos só tem início na era industrial (KING, 2010). Todavia, é apenas nas décadas seguintes à Segunda Guerra Mundial que os movimentos populacionais ganham expressividade e passam a ser estudados com afinco.

Importante voltar alguns séculos na análise para retomar os primeiros teóricos que se ocuparam com a questão populacional, os economistas do mercantilismo, cujo sistema predominou entre os séculos XVI e XVIII. Estes economistas consideravam que a emigração era prejudicial ao crescimento econômico, dado que a saída de mão de obra encareceria o trabalho, conduzindo à subida dos salários e ao agravamento dos preços das manufaturas. Argumentavam, também, que a doutrina liberal, contrapondo-se à mercantil, removeria as barreiras impostas pelos Estados aos movimentos de bens, capitais e populações (ROCHA-TRINDADE, 1995). Nesta concepção, a emigração para as colônias representava uma vantagem para a economia das metrópoles, pois criava um

mercado para as manufaturas nacionais e promovia o investimento estrangeiro, permitindo o alívio das pressões provocadas pela superpopulação.

Nomes como Adam Smith, David Ricardo, Stuart Mill e Thomas Malthus estiveram ligados às ideias denominadas liberais. Este último ficou conhecido por sua teoria para o controle do aumento populacional, na qual afirmava que enquanto a produção de alimento crescia em progressão aritmética, a população aumentava em progressão geométrica, o que resultaria em escassez de recursos e seria a real causa para a existência da miséria. Conforme o autor,

[...] adotando meus postulados como certos, afirmo que o poder de crescimento da população é indefinidamente maior do que o poder que tem a terra de produzir meios de subsistência para o homem. A população, quando não controlada, cresce numa progressão geométrica. Os meios de subsistência crescem apenas numa progressão aritmética. Um pequeno conhecimento de números demonstrará a enormidade do primeiro poder em comparação com o segundo (MALTHUS, 1996 [1798], p. 246).

Posteriormente, o pensamento de Malthus foi retomado nos estudos populacionais pelos neomalthusianos e econemalthusianos, por meio de estudos que vinculavam o aumento demográfico (explosão demográfica) e a superpopulação planetária à violência urbana, à escassez de recursos naturais, etc. Territorialmente, destaca-se que as questões populacionais clássicas vão ao encontro do que é debatido por Haesbaert (2014), a respeito dos processos de territorialização de indivíduos e coletividades quando: “Os objetivos de controle social que se dão em ações de territorializações variam conforme a sociedade e a cultura (renda, idade, geração, gênero).” (HAESBAERT (2014, p.59).

A mesma perspectiva envolvendo demografia, ocupação do território e racionalidade, seja científica ou do modo de produção, é encontrada nos trabalhos de Karl Marx é apresentado o fenômeno da superpopulação, cujo entendimento – inerente à racionalidade do capitalismo na procura incessante de lucro – está ancorado na seguinte ideia: o desenvolvimento tecnológico permitiria uma utilização intensiva da mecanização na produção, o que faria decrescer a procura da força de trabalho, enquanto a oferta, em virtude do crescimento populacional, não deixaria de aumentar. Harvey (2013), em seu estudo sobre o livro *O capital*, exemplifica:

A escassez de trabalho na indústria automobilística francesa levou o Estado a incentivar a imigração dos magrebins, enquanto o excedente de trabalhadores na Turquia alimentou a indústria alemã durante esses anos. As mudanças nas leis de imigração nos Estados Unidos durante a década de 1960 também foram importantes para ajudar a mobilizar as reservas latentes de força de trabalho. O excedente de mão de obra no México é crucial para o funcionamento das empresas nos Estados Unidos, e torna o atual furor contra a imigração, tanto legal quanto ilegal (HARVEY, 2013, p. 196).

Para os teóricos neoclássicos a ideia de que a livre concorrência entre indivíduos e empresas assegurava o progresso social. Além disso, alguns concordavam com Malthus quanto à necessidade de manter as desigualdades sociais como forma de limitar a pressão demográfica. As teorias econômicas baseadas na teoria neoclássica fundamentam-se na escolha racional do indivíduo. Conforme o teórico neoclássico Sjaastad (1980), como qualquer recurso produtivo, a migração é vista como investimento que apresenta custos, mas que também rende retornos. Além disso,

[...] a migração voluntária no marco geral de uma economia competitiva que satisfaz os requerimentos mínimos conducentes a uma alocação 'ótima' dos recursos. Entre outros aspectos, os salários devem ser livremente determinados, como também não devem existir barreiras ao livre movimento do trabalho e de outros insumos, tanto entre setores produtivos como no espaço (SJAASTAD, 1980, p. 140-141).

A concepção neoclássica do espaço e das migrações não apresenta uma expressão apenas demográfica, mas econômica, representando deslocamentos espaciais de trabalhadores no espaço geográfico. Logo, o migrante torna-se um portador de trabalho. Sua origem deve-se, fundamentalmente, às disparidades nas taxas salariais entre a origem e o destino, sendo uma decisão que parte do indivíduo.

Dois pesquisadores se sobressaíram devido às suas contribuições para a análise dos fenômenos migratórios: o geógrafo Ernst George Ravenstein⁴, cujas publicações situam-se entre 1885 e 1889, e Everett Lee, de 1966. Ambos trabalharam com teorias nas quais o homem, com o objetivo de maximizar as vantagens e reduzir o desconforto, é conduzido a fazer escolhas racionais frente a determinadas pressões que empurrariam o

⁴ E. G. Ravenstein é considerado como o primeiro teórico da migração que usou dados censitários da Inglaterra e do país de Gales para desenvolver o que ficou conhecido como as leis da migração (*Laws of Migration*). Concluiu que a migração era governada por processo de "push and pull"; isto é, que as condições desfavoráveis num lugar (leis opressivas, pesados impostos etc.) empurrariam as pessoas para outros lugares.

indivíduo a sair do seu local de origem em busca de locais mais atrativos. Dessa forma, a migração resultaria de uma decisão unilateral do indivíduo.

Visando compreender os deslocamentos populacionais, Ravenstein relacionou a migração com o tamanho da população, densidade e distância na tentativa de explicar o motivo pelo qual as pessoas migravam. Para construir suas *Leis de Migração* ele realizou observações sobre a heterogeneidade de enfoques dessa complexidade ao enunciar que as leis da população e as leis econômicas não têm, em geral, o rigor das leis físicas (MACAMO; MUANAMOHA, 2011). O autor analisa a migração interna na Inglaterra dentro do contexto da Revolução Industrial, destacando os fatores de atração das cidades (BECKER, 1997). Suas pesquisas foram conduzidas no momento em que os principais fluxos migratórios ocorriam em direção aos centros comerciais e industriais.

As “leis de migração” propostas por Ravenstein significavam, na verdade, a necessidade do capitalismo em expansão poder contar com uma população trabalhadora, disponível ou potencial, pronta para uma resposta imediata ao sistema produtivo (PACHECO; PATARRA 1997). Estas leis conectam-se, diretamente, com a análise escalar-relacionar dos impactos do modo de produção capitalista envolvendo universal-singular-particular no que diz respeito aos movimentos migratórios ao redor do mundo, seguindo verticalizações do pensamento e ação bem como elementos da mobilidade dessa mão-de-obra como constatação empírica dos impactos das contradições socioespaciais na população trabalhadora.

Lee retoma Ravenstein e incorpora informações a respeito dos movimentos internos emergentes nas sociedades de desenvolvimento capitalista tardio. É a ele que devem ser creditados os termos *fatores de atração* e *fatores de expulsão*⁵. Sua proposição envolvia um conjunto de fatores negativos e positivos nas áreas tanto de origem quanto de destino dos migrantes, um conjunto de obstáculos intervenientes, além de fatores pessoais (BECKER, 1997).

Desse modo, os deslocamentos populacionais ocorreriam pela ponderação entre os fatores que ocasionam a expulsão e a atração objetivando a busca de bem-estar. Tais modelos, segundo Rocha-Trindade (1995), abordam apenas o conjunto de questões que dizem respeito aos fatores que motivam os atores individualmente, o que pressupõe um

5 A decisão de migrar estaria sempre vinculada a uma escolha racional entre os fatores positivos e negativos nas áreas de origem e nas áreas de destino dos fluxos migratórios.

processo racional de tomada de decisão, apesar de outros fatores estarem em jogo. Os fatores de atração econômicos visam atrair migrantes de forma a complementar a variedade de fatores de pressão em intersecções socioespaciais dos movimentos migratórios, tal como reflete Massey:

A promessa de altos salários, mesmo nos níveis mais baixos de ocupação, pode ser muito atraente para os trabalhadores estrangeiros pobres com poucas opções no local. No nível individual, os migrantes potenciais são afetados por incentivos e informações. Os migrantes potenciais são empurrados por tempos difíceis, a falta de postos de trabalho, ou por falta de "bons empregos" que ofereçam recompensas sociais e econômicas desejadas. Todavia, é preciso considerar que as habilidades e necessidades são distintas entre as comunidades e entre indivíduos da mesma comunidade (MASSEY, 2008, p.4).

Em resumo, os fatores de atração são a combinação de fatores econômicos, demográficos e de desenvolvimento social nas áreas receptoras. Já os fatores de expulsão seriam dados pelo desemprego, pobreza e subdesenvolvimento das áreas de origem (KING, 1995). A reflexão do território e espacialidade alinhada o olhar dos movimentos migratórios ultrapassa, portanto, a base material, alcançando o plano imaterial e simbólico, agregando elementos identitários que estão presentes tanto em uma análise do indivíduo como de recortes coletivos, especialmente no que se refere a perspectiva do processo migratório histórico-crítico, envolvendo diferentes concepções e teorizações que mobilizam diálogos territoriais interdisciplinares (ARROYO, 2017; BARROS; ZUSMAN, 1999; SAQUET; SPOSITO, 2009).

Embora os fatores de expulsão definam as áreas de onde se originam os fluxos migratórios, seriam os fatores de atração responsáveis por determinar as áreas às quais se destinam estes fluxos. Em relação aos fatores de atração, o mais importante é a demanda por trabalhadores, pois proporciona oportunidade econômica, constituindo num fator de atração na medida em que oferece uma remuneração mais elevada que a que o migrante poderia receber na área de onde provém (SINGER, 1983).

A promessa de bons salários, mesmo nos níveis mais baixos de ocupação, também pode ser muito atraente para os trabalhadores migrantes pobres e com poucas opções no local de origem (HIRSCHMAN; MASSEY, 2008). O aumento do rendimento econômico seria, portanto, a principal força que impele as pessoas a migrarem.

Sobre as disparidades de renda entre os países menos desenvolvidos e os mais desenvolvidos, aponta Gomes (2005), que os indivíduos seguiriam a lógica do cálculo utilitário, na qual os benefícios da emigração pesam mais que os custos de transporte, de habitação e de adaptação que ela implica. As vantagens que são oferecidas, de maneira universal, pelo Estado de bem estar social a todos os indivíduos nos países considerados economicamente mais desenvolvidos, seriam fatores capazes de conduzir o imigrante não qualificado a migrar.

Tanto o controle demográfico quanto o pleno emprego seriam as respostas para a diminuição das emigrações, uma vez que as migrações econômicas são moduladas pela evolução dos dados nos países de partida e nos países de chegada. Qualquer esgotamento da reserva demográfica de um país, tanto como o desenvolvimento do seu mercado de emprego, seria um fator de redução da emigração (GEORGE, 1977).

Para as análises econômicas, os fluxos migratórios contribuem para diminuir a renda das regiões mais desenvolvidas e aumentar a das regiões localizadas mais ao sul do mundo. Acredita-se que haverá um momento no qual as diferenças entre os países alcançarão um equilíbrio. Desse modo, o fim ou o esperado equilíbrio dos fluxos migratórios internacionais coincide com o equilíbrio que o mercado de trabalho encontra a longo prazo (GOMES, 2005).

Assim como potenciais migrantes diferem em suas habilidades e necessidades, o que constitui um impulso suficiente irá variar entre as comunidades e entre os indivíduos da mesma comunidade. Os fatores de atração aos migrantes atuam de forma a complementar a variedade de fatores de expulsão. De certa maneira há uma perspectiva dialética nessa relação atração-expulsão.

Os clássicos estudos sobre os fatores de atração e expulsão na análise dos movimentos migratórios parecem não mais comportar, de forma isolada, as explicações dos deslocamentos populacionais. Segundo Antico (1997), mesmo as definições de origem e de destino ganham novos contornos ao analisar os deslocamentos massivos, em que a maioria das pessoas migra por razões econômicas. As questões ligadas aos estudos migratórios vêm adquirindo maior complexidade à medida que os movimentos e os perfis dos migrantes se diversificam.

Uma observação superficial do fenômeno das migrações internacionais leva a interpretá-lo como um jogo de mercado, em que a mão de obra se mobiliza ao efeito dos estímulos salariais ou de rendimento. Muito difundida pelos economistas, tal explicação

é baseada no princípio de que o mercado de trabalho é semelhante ao mercado de quaisquer outras mercadorias, compradas e vendidas livre e regularmente no mercado (SALES, 1996).

De acordo com o relatório da CEPAL (2006), os enfoques tradicionais sobre migração baseiam-se em um prisma econômico neoclássico: a migração é resultado da combinação de fatores de atração, presente na sociedade de chegada, e de expulsão no país de origem. Entre os fatores de expulsão identificam-se: o crescimento demográfico, baixos níveis de vida, falta de oportunidades econômicas e repressão política. Os fatores de atração incluem demanda de mão de obra, disponibilidade de terras, boas oportunidades e liberdades políticas.

Os indivíduos migram de forma a aumentar as suas capacidades de renda para um elevado nível. Se os rendimentos no destino, multiplicados pela probabilidade de ali encontrar emprego, menos o custo material, social e psicológico da viagem, forem superiores ao da região de origem, a migração concretiza-se (MACAMO; MUANAMOHA, 2011).

Quando os imigrantes chegam ao país de destino⁶ eles não possuem muitas das qualificações consideradas social e economicamente importantes, como o conhecimento da língua, o que resultaria em ocupações inferiores no mercado de trabalho. Ainda assim, os migrantes consideram a migração como uma forma de resposta à satisfação de necessidades econômicas, sociais ou psicológicas, tornando-se um migrante potencial quando percebe que a oportunidade de satisfazer essas necessidades se encontra noutro local (ROCHA-TRINDADE, 1995), ou seja, cujo aumento do rendimento econômico seja visto como a principal força que os impele a migrar.

A concepção neoclássica como possibilidade analítica por vezes desconsidera a dimensão histórica das migrações, ou as reduz em movimentos isolados de pessoas em busca de melhores condições de vida e melhores salários. Uma das críticas principais a este enfoque é porque a migração é considerada como uma conduta individual que resulta de uma análise racional, em termos de custo-benefício, sem avaliar outros elementos de tipo social e cultural que podem explicar os fluxos migratórios. Esta perspectiva não

⁶ País de destino também denominado como país de acolhimento, país de residência ou país receptor.

permite compreender por que somente uma fração muito pequena da população emigra e não toda a sociedade que enfrenta as mesmas condições de vida (CEPAL, 2006).

Há dimensões profundas e muitas vezes desconhecidas nos indivíduos, difíceis de serem exploradas e realmente reveladas nas mobilidades humanas. Ainda assim, este modelo é encontrado principalmente em economia, mas também é usado por alguns sociólogos, demógrafos e geógrafos. Trata-se de um modelo individualista e a-histórico, que ignora toda complexidade e subjetividade do indivíduo (CASTLES; MILLER, 2009).

Outro adendo que pode ser apontado nos enfoques tradicionais é o de pressupor que os países mais empobrecidos ou a parcela mais pobre de um país seriam os primeiros candidatos a uma migração internacional. Há diversidade nos fluxos e múltiplas especificidades. Aqueles originados no Brasil e tendo como destino o Japão, por exemplo, demonstra-se que não foi a população mais carente de recursos financeiros que migrou, mas sim pessoas que tiveram acesso mais favorável aos valores de investimento necessários para um empreendimento deste porte e algum contato prévio com a cultura do país receptor.

Enfoques menos mecanicistas também procuraram realçar a força da decisão individual, segundo a qual a motivação pessoal seria a que determina, frente aos estímulos externos, quem fica ou quem sai de uma área de destino ou de uma área intermediária no fluxo migratório.

No tocante ao estabelecimento de fluxos migratórios, é preciso compreender o que causa o início de um fluxo e quais fatores contribuem para mantê-lo em níveis elevados, possibilitando sua continuidade. Conforme Bógus (1996), para entender o que provoca o início de um fluxo migratório é preciso investigar as condições que o promoveram no país de origem e a formação dos laços subjetivos com o país de destino que viabilizaram a migração.

Desse modo, poderia se falar nas condições subjetivas das migrações e nas características dos migrantes. Se a concepção anterior colocava toda a ênfase na decisão soberana do sujeito inserido na dinâmica do capitalismo, o que se tem agora é a análise de grupos e de classes sociais (PÓVOA-NETO, 1997).

A migração é um fenômeno social, o que permite a sua compreensão junto aos demais processos da sociedade. Prioriza-se a percepção de processos sociais gerais, dentro dos quais a migração ganha sentido e tende a assumir um papel. Assim, diferentemente do olhar clássico/neoclássico frente às migrações humanas, a perspectiva

histórico-estrutural, apresentada a seguir, busca analisa as migrações sob a ótica macroestrutural com enfoque histórico.

CONCEPÇÃO HISTÓRICO-ESTRUTURAL

Inspirada na teoria da transição demográfica, a perspectiva histórico-estrutural analisa a transição de mobilidade em diferentes fases de desenvolvimento econômico havendo regularidades na mobilidade populacional na relação tempo-espaço ao longo da história recente, apresentando um componente essencial do processo de modernização e regulação econômica presente, por exemplo, na relação central e periférica do sistema-mundo de territórios, territorialidades e identidades impactadas pelos movimentos migratórios a partir do modo de produção capitalista, envolvendo países latino-americanos e econômicas europeias ou a norte-americana.

A explicação para os movimentos populacionais deve ser buscada nas pressões e contrapressões, quer internas quer externas, que se exercem sobre as economias nacionais, as quais conduzem a modificações na organização da produção. São de ordem estrutural os fatores que influenciam a mobilidade laboral. Assim, as migrações são consideradas como um processo macrossocial, ligado aos fenômenos de classe.

Zelinski (1969) versa sobre a transição da mobilidade relacionando o grau de urbanização, a transição tecnológica e o tipo de sociedade: a sociedade agrícola, a sociedade industrial e a sociedade pós-industrial. Conforme Pacheco e Patarra (1997), os padrões de migração predominantes seriam rural-rural na sociedade pré-industrial, rural-urbana no período da industrialização, urbana-urbana nas sociedades industriais maduras, e cidade-subúrbio quando na sociedade pós-industrial.

Seguindo parcialmente o raciocínio anterior, Martine e Camargo (1984) elaboram uma abordagem a respeito da reorganização da população no espaço com base nas forças centrífugas (de expansão populacional) e centrípedas (de concentração de população).

Importante destacar os fatores estruturais que determinam o surgimento e os desdobramentos dos fluxos migratórios. A primeira mola propulsora destes deslocamentos seria socioeconômica, determinada pelo processo de acumulação do capital; somente num segundo momento poderia se falar nas condições subjetivas das migrações e nas características dos migrantes. Para Becker (1997), os deslocamentos de

populações se dão em contextos variados e envolvem ao longo do tempo escalas espaciais diferenciadas, o que lhes conferem crescente complexidade, transformando o conceito de mobilidade numa expressão de organizações sociais, situações conjunturais e relações de trabalho particulares.

Dito isso, a perspectiva histórico-estrutural diminui a importância do indivíduo na decisão de migrar. Não é mais o cálculo racional que está em jogo, mas o momento histórico e as conjecturas estruturais. Neste sentido, igualmente há considerações de Haesbaert (2020) no sentido da reflexão, por exemplo, dos elementos simbólicos, culturais e geopolíticas que fazem parte da relação tanto identitária como territorial, que podem ser incorporadas nos elementos estruturais e históricos das imigrações:

No caso de identidades de base territorial, em que o principal referencial aglutinador é um determinado espaço, temos a produção de referenciais simbólicos tanto internos quanto externos àquele espaço. Assim, o Outro que concede alguma unidade para a América Latina tem sido, tradicionalmente, a América Anglo-Saxônica (em particular os Estados Unidos) e, de modo mais amplo, a Europa. Além de uma diferenciação mais estritamente cultural-colonial, entretanto, o que marca essa distinção é a caracterização socioeconômica predominante, que define uma condição periférica (ou semiperiférica, como é o caso de países como Brasil e México) para a América Latina, especialmente em sua relação com o centro estado-unidense (hoje sofrendo franca competição do poder econômico chinês). (HAESBAERT, 2020, p. 142)

No caso específico da perspectiva histórico-estrutural há a presença das relações de situação e contradição de produção e circulação de produtos e ativos financeiros e mão-de-obra que perfazem e fazem parte dos impactos dos diferentes movimentos migratórios, internamente ou externamente, se pensarmos em um sistema-mundo entre países, indivíduos e coletividades: “Reconhece-se hoje um número expressivo de grupos subalternos cultural e territorialmente diferenciados que, através de suas práticas, resistências e lutas, ajudam-nos a compreender e a elaborar novas concepções de território.” (HAESBAERT, 2020, p. 144).

Desta maneira, a abordagem da mobilidade do trabalho, vertente da perspectiva histórico-estrutural, ressalta que as migrações não podem ser encaradas fora da realidade do trabalho social, e sim como pressuposto econômico deste. A mobilidade do capital seria a criadora das condições para a mobilidade do trabalho, pois os movimentos migratórios são causados pelas contradições inerentes do sistema capitalista, fruto da

transformação do trabalho em mercadoria, num processo no qual o trabalho passa a ter mobilidade, podendo ser vendido a diferentes compradores, em diferentes lugares, cumprindo diferentes funções (GAUDEMAR, 1977).

As migrações são causadas pelas contradições inerentes do sistema capitalista (GAUDEMAR, 1977). As condições determinadas pela acumulação de capital exercem um papel fundamental na mobilidade do trabalho, na medida em que ela permite o uso capitalista da força de trabalho nos lugares e nas condições de intensidade requeridos para a maior produção de excedentes.

Os deslocamentos humanos resultam de uma tática capitalista. Gaudemar compreende a migração como a crescente sujeição do trabalho ao capital, dentro da ótica histórico-estrutural e marxista: a mobilidade é uma condição da força de trabalho para se sujeitar ao capital e se tornar a mercadoria cujo consumo criará o valor e, assim, o capital (BECKER, 1997).

Logo, o capitalismo, ao gerar trabalhadores excedentes, separados de seus meios de existência, cria a necessidade dos deslocamentos. Este processo estaria relacionado à organização das atividades econômicas e industriais. As modalidades de acumulação de capital, a herança histórica e a estrutura de classes foram arroladas como elementos relevantes para interpretar movimentos populacionais que representavam ora a necessidade de força de trabalho para o capital industrial em expansão, ora a resposta a situações de estagnação (PACHECO; PATARRA, 1997).

Responsável por analisar a configuração histórica dos movimentos migratórios, Singer (1983) pesquisou áreas rurais estagnadas ou em transformação, analisando como elas exportariam excedentes populacionais que formariam os contingentes de trabalhadores urbano-industriais numa situação de crescente demanda por força de trabalho. Seu enfoque procurou afastar a dimensão psicológica como fator explicativo, inserindo o movimento no processo de transformação global da sociedade (PACHECO; PATARRA, 1997). Seriam os fatores de estagnação e mudança, a transformação da estrutura social e a absorção ou não dos excedentes populacionais que desencadeariam a mobilidade.

De acordo com Gaudemar (1977), as teorias clássicas tratam erroneamente a força de trabalho como livre, valorizando apenas a decisão individual racional, além de negligenciar fatores históricos e outros pontos estruturais relevantes. Conforme o autor:

A liberdade dos indivíduos era daí em diante colocada como princípio, implicando assim sua mobilidade perfeita como trabalhadores; axioma praticamente nunca formulado como tal, senão como desvio de parênteses condicionais, mas habitando permanentemente o discurso sobre a liberdade dos homens (GAUDEMAR, 1977; 183).

Singer (1983) também corrobora com o argumento de que as migrações internas e internacionais correspondem a uma estrutura de classes na economia capitalista. Elas não parecem ser mais do que um mero mecanismo de redistribuição espacial da população que se adapta, em última análise, ao rearranjo espacial das atividades econômicas. O mais provável seria que a migração é um processo social, cuja unidade atuante não é o indivíduo, mas o grupo.

Ainda com o olhar voltado para os condicionantes históricos, a análise dualista do mercado de trabalho vai considerar as migrações internacionais em função das oportunidades de trabalho. No mercado de trabalho dual, a decisão de migrar está pautada em forças operacionais superiores ligadas à demanda do mercado de trabalho das modernas sociedades urbano-industriais. Os defensores desta proposição discorrem a respeito de dois segmentos distintos do mercado de trabalho: o segmento primário, mais favorável e destinado aos trabalhadores nacionais, e o segmento secundário, com ocupações ligadas aos trabalhos servis, não demandando qualificação profissional, tais como serviços domésticos em geral, ocupações em hotéis e restaurantes, na construção civil, entre outros.

Assim, os empregos ocupados por imigrantes são aqueles rejeitados pelos trabalhadores nacionais e tendem a ser mal remunerados, pouco qualificados, com *status* social inferior e com reduzida possibilidade de mobilidade profissional. Além disso, dominam as contratações informais que geram um maior grau de insegurança (ROCHA-TRINDADE, 1995). Seguindo essa perspectiva, encontram-se os autores que abordam a Divisão Internacional do Trabalho como elemento motivador dos movimentos migratórios.

Para Manuel Castells (1975) os movimentos migratórios são um importante instrumento do processo de internacionalização do capital que se deu a partir da década de 1970, sendo assim, parte da dinâmica interna da sociedade capitalista. A migração internacional é uma consequência natural ao processo de reprodução e acumulação do capitalismo, sendo o traço principal do sistema-mundo a criação de um mercado de

trabalho global, em que as forças estruturais da economia mundial geram os diferenciais econômicos responsáveis pela existência de zonas salariais diferenciadas.

Peixoto (2004) afirma que um dos traços específicos da economia mundial é a criação de uma zona flexível de atividade produtiva transnacional sob a égide das empresas transnacionais não existentes há poucas décadas. A instalação dessas empresas nos países em desenvolvimento acarretou fluxos migratórios para o centro, quando, ao menos na teoria, os deveria ter diminuído, por procurar o trabalho – menos qualificado e mais barato – na sua zona de residência habitual.

Saskia Sassen (1998) reforça o debate segundo o qual a mobilidade do capital tem criado novas condições para a mobilidade do trabalho, formando um espaço transnacional, no qual a circulação de trabalhadores pode ser vista como um entre os vários fluxos, incluindo capital, mercadorias, serviços pessoas e informações. Desse modo, a decisão individual ou familiar de emigrar, ou seja, deixar a sua terra de origem para se estabelecer em outro local muitas vezes faz parte de uma estratégia familiar, novamente, no agenciamento empírico da complexidade teórica e analítica do papel decisivo e protagonista das ações e contradições socioespaciais e processos de territorialização, desterritorialização e reterritorialização que acompanham os movimentos migratórios, já que: “El territorio se concibe como más que una base material para la reproducción de la comunidad humana y sus prácticas.” (ESCOBAR, 2015, p. 96).

Entretanto, faz-se necessário considerar que os motivos, os meios encontrados, as esperanças, bem como as interpretações desse movimento geográfico, são profundamente subjetivas de modo que o emigrante nem sempre consegue perceber a força maior que o move (RUSEISHVILI, 2016). Esse mesmo desafio situacional e empírico vai ao encontro do que é refletido por Barros e Zusman (1999) sobre a importância e necessidade de conceituações híbridas para composições epistemológicas e analíticas que corroborem para a compreensão de realidades sociais contemporâneas.

Nos movimentos migratórios internacionais os indivíduos se deslocam entre entidades diferentes, realizando a travessia de uma ou mais fronteiras políticas (BEAUJEU-GARNIER, 1980). Embora a decisão de migrar possa ser tomada individualmente ou em família, é importante ressaltar que todo espaço migratório é um espaço político, onde ocorre o exercício do poder.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Os estudos migratórios são de grande abrangência e requerem uma série de cuidados para a sua compreensão. Alguns fatores como escala, conceituação e variedade de modelos explicativos devem ser considerados para a apreensão do processo migratório, assim como sua natureza multidisciplinar. Portanto, para compreender a mobilidade internacional de pessoas é necessário conhecer o arcabouço teórico-metodológico construído acerca do tema, que foi o esforço enfrentado neste trabalho.

Interpretar as migrações como mero ajuste de mercado conduz a uma concepção superficial que subestima a mobilidade do capital enquanto condicionador de novas circunstâncias para a mobilidade do trabalho, capaz de estruturar diversos espaços transnacionais nos quais a circulação de trabalhadores pode ser vista como mais um dentre os vários e possíveis fluxos, o que inclui capitais, mercadorias e uma gama expressiva de serviços e de informações.

As primeiras teorias formuladas – as clássicas – trabalharam com a hipótese das desigualdades econômicas entre países, centrando a análise nas motivações e ações individuais. Já as concepções históricas centraram as análises na estrutura que forçariam trabalhadores a realizarem os deslocamentos conforme as necessidades do sistema capitalista.

Conforme foi apresentado, os modelos clássico/neoclássico e histórico-estrutural não podiam ser mais divergentes. No primeiro, o indivíduo é apresentado como absolutamente livre e racional. No segundo, por sua vez, valoriza-se a estrutura e desconsidera-se que a decisão final de migrar ainda cabe ao indivíduo e à sua percepção subjetiva, envolvendo, também como trabalhado por Escobar (2015) questões como ancestralidade, camadas do sentido e abstrato nas identidades com o território e as historicidades destes indivíduos com seus territórios.

Por fim, cabe ressaltar que há outras concepções que não foram contempladas nesta pesquisa, como as que valorizam a soberania e que acreditam que o Estado, com suas políticas de imigração e cidadania, possa ser um importante fator explicativo no processo de formação e manutenção dos fluxos. Há, ainda, teorias cujas hipóteses tecem relações com os fatores econômicos e sociais presentes nas redes de relações sociais e familiares.

REFERÊNCIAS

- ANTICO, Cláudia. Por quê migrar? In: PATARRA, Neide; BAENINGER, Rosana; BOGUS, Lúcia; JANNUZZI, Paulo (orgs.). *Migrações, condições de vida e dinâmica urbana: São Paulo 1980-1993*. Campinas: Unicamp/IE, 1997, p. 97-112.
- ARROYO, Monica. *A América Latina numa encruzilhada: o caso do projeto de integração*. *Geotextos*, v. 13, p. 13-28, 2017.
- ASSIS, Gláucia de Oliveira. *De Criciúma para o mundo: rearranjos familiares dos novos migrantes brasileiros*. Florianópolis: Mulheres, 2011.
- BARROS, Claudia; ZUSMAN, Perla. La geografía en la búsqueda de conceptos híbridos. *Boletín de la Asociación de Geógrafos Españoles*. n. 27, p. 67-80, 1999.
- BEAUJEU-GARNIER, J. *Geografia de população*. 2. ed. São Paulo: Nacional, 1980.
- BECKER, Olga Maria Schild. Mobilidade espacial da população: conceitos, tipologia, contextos. In: CASTRO, Iná Elias de; GOMES, P.C. da Costa; CORRÊA, Roberto Lobato (org.). *Explorações geográficas: Percursos no fim do século*. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 1997, p. 319-366.
- BÓGUS, Lucia Maria Machado. Migrantes Brasileiros na Europa Ocidental: uma abordagem preliminar. In: PATARRA, Neide Lopes (coord.). *Emigração e imigração internacionais no Brasil contemporâneo*. Programa Interinstitucional de Avaliação e Acompanhamento das Migrações Internacionais no Brasil. v. 1, 2. ed. Campinas: FNUAP, p. 111-121, 1996.
- CASTELLS, Manuel. *Immigrant workers and class struggles in advanced capitalism: the western european experience*. *Politics and Society*, Cap. 3. 1975.
- CASTLES, Stephen; MILLER, Mark J. *The age of migration: international population movements in the modern world*. 4. ed. Basingstoke: Palgrave Macmillan, 2009.
- CEPAL. *Migración internacional, derechos humanos y desarrollo*. Santiago do Chile: CEPAL, 2006, p. 17-68.
- ESCOBAR, Arturo. Territorios de diferencia: la ontología política de los “derechos al territorio” *Desenvolv. Meio Ambiente*, v. 35, p. 89-100, dez. 2015.
- GAUDEMAR, Jean Paul de. *Mobilidade do Trabalho e acumulação do capital*. Lisboa: Estampa, 1977.
- GEORG.E, Pierre. *As migrações internacionais*. Lisboa: Publicações Dom Quixote, 1977.

GOMES, Charles P. Os estudos de emigração: sobre algumas implicações políticas do método. In: PÓVOA-NETO, H.; FERREIRA, A. P. *Cruzando fronteiras disciplinares: Panorama dos estudos migratórios*. Rio de Janeiro: Revan, 2005, p. 1-15.

GREGORY, Derek *et al.* *The dictionary of Human Geography*. 5. ed. Sussex: Wiley-Blackwell Publishing, 2009.

HAESBAERT, Rogério. *Viver no limite: território e multi/transterritorialidade em tempos de in-segurança e contenção*. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2014.

HAESBAERT, Rogério. Território(s) numa perspectiva latino-americana. *Journal of Latin American Geography* v. 19, n. 1, p. 141-151, 2020.

HAESBAERT, Rogério *Território e descolonialidade: sobre o giro (multi)territorial/de(s)colonial na América Latina*. Ciudad Autónoma de Buenos Aires : CLACSO; Niterói: Programa de Pós-Graduação em Geografia Universidade Federal Fluminense, 2021.

HARVEY, David. *Para entender O capital*. São Paulo: Boitempo, 2013.

HIRSCHMAN, Charles; MASSEY, Douglas S. Places and peoples: the new American mosaic. In: MASSEY, Douglas S. (Ed.). *New faces in new places: the changing geography of American immigration*. New York: Russell Sage Foundation, 2008, p. 1-21.

JUBILUT, Liliana Lyra. *O Direito internacional dos refugiados e sua aplicação no orçamento jurídico brasileiro*. São Paulo: Método, 2007.

KING, Russell. A geografia, as ilhas e as migrações numa era de mobilidade global. In: FONSECA, Lucinda Maria (coord.). *Aproximando mundos: emigração, imigração e desenvolvimento em espaços insulares*. Lisboa: Fundação Luso-Americana, 2010.

KING, Russell. Migrations, globalization and place. In: MASSEY, Doreen; JESS, Pat (ed.). *A place in the world? Places, cultures and globalization. The shape of the world: explorations in Human Geography*. Oxford: The Open University, 1995, p. 5-44.

MACAMO, Inês Raimundo; MUANAMOHA, Ramos Cardoso. Abordagens teóricas sobre migrações. In: *Movimentos migratórios em Moçambique*. Maputo: [?], 2011.

MALTHUS, T. R. *Princípios de economia política e considerações sobre sua aplicação prática: Ensaio sobre a população*. São Paulo: Nova Cultural, 1996.

MARTINE, G.; CAMARGO, L. *Crescimento e distribuição da população brasileira: tendências recentes*. Revista brasileira de estudos de população, v. 1, n. 112, p. 99-144, dez. 1984.

MASSEY, Douglas S. (editor). *New faces in new places: the changing geography of American immigration*. New York: Russell Sage Foundation, 2008.

PACHECO, Carlos Américo; PATARRA, Neide. Movimentos migratórios nos anos 80: novos padrões? In: PATARRA, Neide; BAENINGER, Rosana; BOGUS, Lúcia; JANNUZZI, Paulo (org.). *Migrações, condições de vida e dinâmica urbana*: São Paulo 1980-1993. Campinas: Unicamp/IE, 1997, p. 25-52.

PEIXOTO, J. *As teorias explicativas das migrações: teorias micro e macro sociológicas*. Lisboa: Universidade Técnica de Lisboa, 2004.

PÓVOA-NETO, H. Migrações internas e mobilidade do trabalho no Brasil atual. Novos desafios para a análise. *Experimental*, 2, p. 11-24, 1997.

REIS, Rossana Reis. Soberania, direitos humanos e migrações internacionais. *Revista Brasileira de Ciências Sociais*. v. 19, n. 55, p. 149-163. jun. 2004.

ROCHA-TRINDADE, Maria Beatriz (org.). *Sociologia das migrações*. Lisboa: Universidade Aberta, 1995.

RUSEISHVILI, Svetlana. *Ser russo em São Paulo: os imigrantes russos e a (re)formulação de identidade após a Revolução Bolchevique de 1917*. 2016. Tese (Doutorado em Sociologia) - Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas, Universidade de São Paulo, São Paulo, 2016.

SALES, Teresa. O trabalhador brasileiro no contexto das novas migrações internacionais. In: PATARRA, Neide Lopes (coord.). *Emigração e imigração internacionais no Brasil contemporâneo*. Programa Interinstitucional de Avaliação e Acompanhamento das Migrações Internacionais no Brasil. v. 1, 2. ed. Campinas: FNUAP, 1996, p.89-103.

SASSEN, Saskia. *Globalization and its discontents*. New York: The New Press, 1998.

SAQUET, Marcos Aurélio; SPOSITO, Eliseu Savério. *Território e territorialidades: teoria, processos e conflitos*. São Paulo: Expressão Popular, 2009, p. 95-120.

SINGER, Paul. *Economia política da urbanização*. 9. ed. São Paulo: Brasiliense, 1983.

SJAASTAD, Larry A. Os custos e os retornos da migração. In: MOURA, Helio A. de (Coord.). *Migração interna: textos selecionados*. Fortaleza: BNB, 1980, p. 116-143.

ZELINSKY, Wilbur. *Introdução à Geografia da População*. Rio de Janeiro: Zahar editores, 1969.

SOBRE OS AUTORES

Adalgisa Dorotéa Sales

Graduada em Filosofia (UCSAL, 1992), Especialização em Acupuntura (INCISA/2009), Especialização em Metodologia de Ensino para Educação Profissional (UNEB, 2015) Mestrado Profissional em Planejamento Ambiental (UCSAL, 2019), Doutorado em Programa em Integração da América Latina (PROLAM/USP, 2021). Atualmente é professora de Filosofia no Centro Estadual de Referência do Ensino Médio Com Interação Tecnológica-CEMITEC (Secretaria de Educação do Estado da Bahia). E-mail: gisaterapias@gmail.com

Alessandra Garcia Soares

Pesquisa população, demografia e movimentos migratórios latino-americanos. Possui Bacharelado e Licenciatura em Geografia pela Universidade de São Paulo, Mestrado em Geografia Humana pela Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas da mesma universidade. Integra o grupo de pesquisa Agricultura e Urbanização na América Latina. Desenvolve a pesquisa de doutorado junto ao Programa de Integração da América Latina da Universidade de São Paulo (PROLAM/USP). Tem experiência em docência na área de Geografia, com ênfase em Geografia Humana, atuando principalmente nos seguintes temas: geografia da população, migrações internacionais contemporâneas, redes sociais e território, comércio étnico e integração da América Latina. E-mail: alessandra.soares@usp.br. ORCID ID: <https://orcid.org/0000-0003-0305-2570>

Amaury Patrick Gremaud

Atualmente é professor doutor do Departamento de Economia da FEA-RP na Universidade de São Paulo, atuando também junto ao Programa de Pós-graduação em Integração da América Latina e no Mestrado em Gestão de Organizações de Saúde da Faculdade de Medicina de Ribeirão Preto da mesma Universidade. Foi Diretor da Escola Técnica e de Gestão da USP e coordenador do curso de economia da USP no campus de Ribeirão Preto. Também foi Diretor de Avaliação da Educação Básica do Instituto

Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais - MEC e Diretor Geral da ESAF - Ministério da Fazenda. Possui graduação em Economia pela Faculdade de Economia Administração e Contabilidade da Universidade de São Paulo (1986), mestrado em Economia pelo Instituto de Pesquisas Econômicas da Universidade de São Paulo(1992) e doutorado em Economia pelo Instituto de Pesquisas Econômicas da Universidade de São Paulo(1997). E-mail: agremaud@usp.br

Andressa da Rocha Jacobs

Possui graduação em Ciências Econômicas pela Universidade de São Paulo(2012). Atualmente é Especialista da C6 Bank. E-mail: andressajacobs@hotmail.com

Carlos Enrique Castro Méndez

Doctor (C) en Geografía con el convenio Universidad Pedagógica y Tecnológica de Colombia y el Instituto Geográfico Agustín Codazzi. Magíster en Geografía del mismo convenio, con licencia de geógrafo profesional expedida por el Colegio Profesional de geógrafos, es Especialista en Ordenamiento y Gestión Integral de Cuencas Hidrográficas de la Universidad Santo Tomás, Agrónomo de la Universidad de Bogotá Jorge Tadeo Lozano y funcionario de la Subdirección de Agrología en el Instituto Geográfico Agustín Codazzi en Colombia. Coordinó varios levantamientos de suelos realizados a diferente escala en el territorio colombiano. Es coautor de varias metodologías entre las que se destacan: la Zonificación Ambiental de Cuencas Hidrográficas, Usos Alternativos y Sostenibles de Colombia y Zonificación Climática Aplicada a Levantamiento de Suelos. fue docente en asignaturas de pregrado en la línea evaluación ambiental del suelo y en posgrado a nivel maestría en los espacios académicos de Morfometría de Cuencas Hidrográficas, Manejo y Conservación de Suelos y en Geología y Suelos. Es coinvestigador en el grupo PROGASP de la Universidad Distrital Francisco José de Caldas, es investigador fundador del grupo de Suelos y Ecología del Instituto Geográfico Agustín Codazzi y recientemente conforma la red de investigadores del grupo Geografía y Ordenamiento Territorial - GEOT de la Universidad Pedagógica y Tecnológica de Colombia, ha realizado varias ponencias a nivel latinoamericano. E-mail: cecastro77@gmail.com

Carlos Ernesto Ortiz Rosas Rosas

Possui graduação em Direito - Universidad de Piura (2006), graduação em Diplomacia pela Academia Diplomática del Perú Javier Pérez de Cuéllar (2014) e mestrado em Diplomacia y Relaciones Internacionales pela Academia Diplomática del Perú Javier Pérez de Cuéllar (2014). Atualmente é Cônsul Adjunto - Consulado General de Perú en San Pablo. Tem experiência na área de Ciência Política, com ênfase em Relações Intergovernamentais. Atualmente, mestrando no Programa de Integração de América Latina (PROLAM) da Universidade de São Paulo (USP). E-mail: ceorr26@usp.br

Dorival Bonfá Neto

Doutorando em Ciências pelo Programa de Integração da América Latina da Universidade de São Paulo (PROLAM/USP), bacharel em Geografia pela Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas da Universidade de São Paulo (FFLCH/USP, 2018) e licenciado em Geografia pela Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas da Universidade de São Paulo (FFLCH/USP, 2019). Experiência acadêmica na área de Geografia Humana, com enfoque nos estudos de Populações e Comunidades tradicionais, pesca artesanal, conflitos socioambientais, Ecologia Política e Integração da América Latina. Experiência profissional em Ensino de Geografia, atuando como professor na educação básica. E-mail: dorival.neto@usp.br. Lattes: <http://lattes.cnpq.br/1146801936970089>. ORCID ID: <https://orcid.org/0000-0001-7570-5441>.

Gilvan Charles Cerqueira de Araújo

Graduado em Geografia pela UNESP – Campus Rio Claro/SP (2009), Mestre em Geografia pela Universidade de Brasília (2013), Doutor em Geografia pela UNESP – Campus Rio Claro/SP (2016). Atualmente é professor de Geografia na Secretaria de Estado de Educação do Distrito Federal e professor do Programa de Pós-Graduação Integração da América Latina – Universidade de São Paulo. E-mail: gcc99@gmail.com. ORCID ID: <https://orcid.org/0000-0003-4238-0139>.

Graziela Tavares de Souza Reis

Graduada em direito pela Universidade Estadual de Londrina - UEL - em 1994. Mestre em direito pela Universidade Católica de Brasília - 2013. Doutoranda na USP no programa de Integração da América Latina. Professora adjunta no curso de direito da Universidade Federal do Tocantins. Advogada. Pesquisadora na Cátedra José Bonifácio - USP; no Núcleo de Estudos de Tribunais Internacionais - NETI - USP e no Núcleo de Pesquisa Diálogos Interseccionais e Epistemologias Latinoamericanas (Nupedelas) - PROLAM/USP e Coordenadora do Projeto "Teoria e Prática humanizada em direito e gênero" da UFT. E-mail: grazielareis@usp.br. ORCID ID: <https://orcid.org/0000-0001-9165-8024>

Helena Sabino Rodrigues Cunha

Possui graduação em Relações Internacionais pela Universidade de São Paulo (2019). Atualmente é mestranda pelo Programa de Pós-Graduação em Integração da América Latina (PROLAM/USP). Integra o Núcleo de Pesquisa Diálogos Interseccionais e Epistemologias Latino-Americanas (NUPEDELAS). E-mail: helena.cunha@usp.br. ORCID ID: <https://orcid.org/0000-0002-4100-111X>

Jamila Prata Aguiar

Mestranda em Ciências pelo Programa de Pós-Graduação Integração da América Latina, PROLAM, da Universidade de São Paulo - USP, professora de Geografia na rede pública municipal de São Paulo, arte-educadora com atuação voltada à cultura afro-brasileira. Licenciada e bacharelada em Geografia pela Universidade Estadual Paulista "Júlio de Mesquita Filho" - UNESP, especialista em Docência para o Ensino Superior pela Faculdade Paulista São José. Possui experiência na área da educação atuando principalmente nos temas: educação das relações étnico raciais, cultura afro-brasileira e arte-educação. Formada pelo curso livre percussão na Souza Lima Conservatório Musical, praticante de capoeira angola pela Associação Cultural de Capuêra Angola "Paraguassu". E-mail: aguiar.jamila@gmail.com

Júlio César Suzuki

Possui graduação em Geografia pela Universidade Federal de Mato Grosso (1992), em Letras pela Universidade Federal do Paraná (2004) e em Química pelo Instituto Federal de São Paulo (2021), com mestrado (1997) e doutorado (2002) em Geografia Humana pela Universidade de São Paulo e Livre-Docência em Fundamentos Econômicos, Políticos e Sociais da Geografia (2021). Atualmente é Professor Associado da Universidade de São Paulo e do Programa de Pós-Graduação (Mestrado e Doutorado) em Integração da América Latina (PROLAM/USP). Tem experiência na área de Geografia, com ênfase em Geografia Humana, atuando principalmente nos seguintes temas: Agricultura, Urbanização, Geografia e Literatura e Teoria e Método. E-mail: jcsuzuki@usp.br. ORCID ID: <https://orcid.org/0000-0001-7499-3242>.

Leonardo Agapito

Possui graduação (2015) e mestrado (2018) em Direito pela Universidade Estadual Paulista “Júlio de Mesquita Filho”. Atualmente é doutorando pelo Programa de Pós-graduação em Integração da América Latina (PROLAM/USP), onde desenvolve sua tese sobre a escravidão por dívidas nas cadeias de produção agrícolas. É professor de Direito penal e processo penal da Universidade Anhembi Morumbi, desenvolvendo as linhas de pesquisa: justiça tradicional e pluralismo jurídico na América Latina; novas tecnologias e sua política criminal. E-mail: lsgapito@usp.br. ORCID ID: <https://orcid.org/0000-0002-8904-7766>.

Luis Carlos Jiménez Reyes

Es Profesor Asociado, adscrito desde febrero de 2000 al Departamento de Geografía, de la Facultad de Ciencias Humanas de la Universidad Nacional de Colombia, Sede Bogotá. Ingeniero geógrafo de la Universidad Jorge Tadeo Lozano, obtuvo un D.E.A. en Ordenamiento y Desarrollo Local de la Universidad de Pau et des Pays de l’Adour, Francia, y es Doctor en Geografía de la Universidad de Bordeaux 3, Francia. Ha sido profesor invitado internacional en las Universidades de Rennes 2 (Francia) y Verona

(Italia). Orienta asignaturas en las áreas de Geografía Histórica, problemas urbanos y regionales, teoría de la geografía, pensamiento geográfico y sociedad naturaleza. Ha sido director del Departamento de Geografía, coordinador curricular del Programa de Pregrado en Geografía, director Académico de la Sede de La Paz de la Universidad Nacional de Colombia; así como Coordinador curricular de los posgrados del Departamento de Geografía: Especialización en Análisis Espacial; Especialización en Turismo, Ambiente y Territorio; Maestría en Geografía; y Doctorado en Geografía. E-mail: lcjimenezre@unal.edu.co

Mayã Martins Correia

Graduada em Ciências Sociais pela UFRJ. Mestra pelo Programa de Pós-Graduação em Antropologia Social da USP. Doutoranda pelo Programa de Pós-Graduação Interunidades em Integração da América Latina da USP, sob a orientação da Profa. Dra. Vivian Urquidí e com bolsa de financiamento da CAPES. Graduada em Direito pela UFF. Associada ao Núcleo de Pesquisa Diálogos Interseccionais e Epistemologias Latino-Americanas (NUPEDELAS/USP) e ao Grupo de Estudos e Pesquisas Crítica do Direito no Capitalismo (CriDiCa/UFF). E-mail: maya@usp.br. ORCID: 0000-0002-2550-1210.

Nathan Belcavello de Oliveira

Licenciado e bacharel em Geografia pela Universidade Federal de Juiz de Fora (2004/2006). Esteve no cargo de Geógrafo no Ministério das Cidades de 2006 a 2013. Atua desde 2013 como Analista de Infraestrutura, especialidade em Desenvolvimento Urbano, no Ministério das Cidades e, desde 2019, no Ministério do Desenvolvimento Regional. É Professor de Geografia no Magistério Público do Distrito Federal desde 2009, atualmente lecionando no Centro de Educação de Jovens e Adultos da Asa Sul (CESAS). Pesquisador associado a Grupos de Pesquisa do Brasil e da Argentina. Tem experiência nas áreas de Geografia, com ênfase em Geografia Urbana e de Planejamento Urbano e Regional, atuando principalmente nos seguintes temas: planejamentos urbano e territorial, geografia, globalização, espaço urbano, segregação espacial e mobilidade residencial. E-mail: belcavello@hotmail.com

Vivian Grace Fernandez-Dávila Urquidi

Professora Adjunta da Universidade de São Paulo (USP) no curso de Gestão de Políticas Públicas e nos Programas de Pós-graduação em Estudos Culturais (PEC/USP) e em Integração da América Latina (PROLAM/USP). Graduada em Comunicação Social pela Universidade Federal da Paraíba (UFPB). Mestra pelo PROLAM/USP. Doutora pelo Programa de Pós-Graduação em Sociologia da USP (PPGS/USP), com estágio de pesquisa na Universidad Nacional Autónoma de México. Realizou Pós-Doutorado no Centro de Estudos Sociais (CES) da Universidade de Coimbra. Associada ao Núcleo de Pesquisa Diálogos Interseccionais e Epistemologias Latino-Americanas (NUPEDELAS/USP). E-mail: vurquidi@usp.br. ORCID ID: <https://orcid.org/0000-0003-4349-7179>.

SOBRE OS ORGANIZADORES

Júlio César Suzuki

Possui graduação em Geografia pela Universidade Federal de Mato Grosso (1992), em Letras pela Universidade Federal do Paraná (2004) e em Química pelo Instituto Federal de São Paulo (2021), com mestrado (1997) e doutorado (2002) em Geografia Humana pela Universidade de São Paulo e Livre-Docência em Fundamentos Econômicos, Políticos e Sociais da Geografia (2021). Atualmente é Professor Associado da Universidade de São Paulo e do Programa de Pós-Graduação (Mestrado e Doutorado) em Integração da América Latina (PROLAM/USP). Tem experiência na área de Geografia, com ênfase em Geografia Humana, atuando principalmente nos seguintes temas: Agricultura, Urbanização, Geografia e Literatura e Teoria e Método. E-mail: jcsuzuki@usp.br. ORCID ID: <https://orcid.org/0000-0001-7499-3242>.

Gilvan Charles Cerqueira de Araújo

Graduado em Geografia pela UNESP – Campus Rio Claro/SP (2009), Mestre em Geografia pela Universidade de Brasília (2013), Doutor em Geografia pela UNESP – Campus Rio Claro/SP (2016). Atualmente é professor de Geografia na Secretaria de Estado de Educação do Distrito Federal e professor do Programa de Pós-Graduação Integração da América Latina – Universidade de São Paulo. E-mail: gcca99@gmail.com. ORCID ID: <https://orcid.org/0000-0003-4238-0139>.